



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
CAMPUS DE RIO CLARO**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

HUDSON FABRICIUS PERES NUNES

**ESPORTE NO CONTEXTO ESCOLAR: ESTUDO DO PERFIL DOS PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM COMO TÉCNICOS NAS OLIMPÍADAS
ESTUDANTIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

**Rio Claro – SP
2015**



HUDSON FABRICIUS PERES NUNES

**ESPORTE NO CONTEXTO ESCOLAR: ESTUDO DO PERFIL DOS PROFESSORES
DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM COMO TÉCNICOS NAS OLIMPÍADAS
ESTUDANTIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Janotta Drigo

Rio Claro – SP
2015

370.71 Nunes, Hudson Fabricius Peres
N972e Esporte no contexto escolar : estudo do perfil dos
professores de educação física que atuam como técnicos nas
Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo / Hudson
Fabricius Peres Nunes. - Rio Claro, 2015
205 f. : il., figs., tabs., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Alexandre Janotta Drigo

1. Professores - Formação. 2. Educação física. 3.
Formação profissional. 4. Esporte. I. Título.

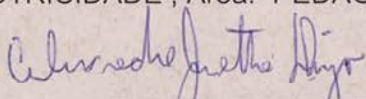
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Esporte no contexto escolar: estudo do perfil dos professores de Educação Física que atuam como técnicos nas Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo

AUTOR: HUDSON FABRICIUS PERES NUNES

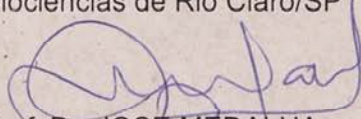
ORIENTADOR: Prof. Dr. ALEXANDRE JANOTTA DRIGO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE, Área: PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA, pela Comissão Examinadora:



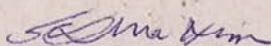
Prof. Dr. ALEXANDRE JANOTTA DRIGO

Pós-Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências da Motricidade - Instituto de Biociências de Rio Claro/SP



Prof. Dr. JOSE MEDALHA

Universidade de Ribeirão Preto, Coordenação de Educação Física - Campus Guarujá/SP



Profa. Dra. SARA QUENZER MATTHIESEN

Departamento de Educação Física / Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Data da realização: 14 de agosto de 2015.

Dedico este trabalho:

À minha filha Helena,

À minha esposa Eliciene,

Aos meus pais Rosimeire e Domingos,

Aos meus irmãos Romulo e Gabriel

Por todo apoio, carinho e amor!

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Alexandre Janotta Drigo, não só pela oportunidade de ingresso e progressão na vida acadêmica, mas também pela paciência, confiança, amizade e pelo exemplo de sabedoria, respeito, dedicação e ética à profissão de Educação Física.

À Prof. Dra. Juliana Cesana pelas dicas e sugestões, hospitalidade e paciência durante o processo da dissertação, contribuindo de forma significativa.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Medalha e Profa. Dra. Sara Quenzer Matthiesen pela participação e contribuição na dissertação desenvolvida.

Ao meu irmão e amigo Romulo Nunes por confiar, apoiar minhas decisões, acompanhar minha evolução e compartilhar os estudos acadêmicos.

Ao amigo Marcelo Rodella por entender as dificuldades docentes e compartilhar os estudos acadêmicos.

Ao Prof. Dr. Samuel de Souza Neto, à Profa. Dra. Dagmar Hunger e Profa. Dra. Laurita Schiavon pelos ensinamentos acadêmicos.

À Profa. Ma Ana Célia por ter indicado o grupo de estudos da Unesp de Rio Claro e o contato com o Prof. Dr. Alexandre J. Drigo.

Ao grupo de estudos do Prof. Dr. Alexandre Drigo pelo acolhimento.

Aos pesquisadores e estudiosos da área de Educação Física pelos seus estudos e pesquisas desenvolvidas.

Aos funcionários da Unesp de Rio Claro – RC, especialmente à Ivana Brandt pela atenção e eficiência para solucionar as dúvidas em relação às documentações acadêmicas.

À equipe gestora da escola onde eu trabalho: Emef Céu Parque Anhanguera por disponibilizar uma grade horária compatível com os estudos acadêmicos.

Ao meu amigo professor de Educação Física escolar Reynaldo Pereira pela amizade, confiança, apoio e experiência esportiva.

Aos meus alunos(as) pelo interesse, alegria e respeito às aulas de Educação Física escolar. Em especial aos meus alunos(as) que participaram dos projetos esportivos no contraturno escolar nas modalidades de Handebol, Futsal e Atletismo.

Aos professores de Educação Física que atuam como técnicos nas Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo pela atenção, compromisso e compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre o esporte no âmbito escolar, tornando esta pesquisa real.

À Secretaria de Educação do Município de São Paulo pelas informações prestadas sobre os relatórios das Olimpíadas Estudantis.

A todos meus amigos(as) que fazem parte da minha história, contribuindo de forma direta e indireta para o meu desenvolvimento.

À minha prima Marina B. Trava pelo altruísmo e pelas correções textuais, contribuindo de forma significativa no desenvolvimento do trabalho.

A todos os meus professores escolares e universitários pela contribuição dada à minha formação pessoal e profissional, contribuindo para formação do pensamento crítico, reflexivo, autônomo e ético.

A todos os meus familiares, principalmente pela confiança e incentivo.

Aos meus avós pelo incentivo, amor e carinho.

Aos meus pais Rosimeire J. Lavorenti P. Nunes e Domingos A. Nunes e aos meus irmãos Romulo E. Peres Nunes e Gabriel Peres Nunes por todo amor, ensinamento, cuidado, carinho, dedicação, apoio, incentivo e respeito. Serei eternamente grato por fazer parte desta família, amo vocês!

À minha segunda família: meu sogro Aparecido Vidotto e minha sogra Roseli Vidotto e aos meus cunhados Henrique e Eduardo Vidotto pelo acolhimento, confiança e carinho.

Em especial à minha amada esposa Eliciene T. Vidotto que sempre me apoiou e compreendeu a minha ausência em muitos momentos desta etapa, deixando de realizar suas vontades em detrimento dos meus deveres, e principalmente pelo amor, companheirismo, entusiasmo, incentivo, paixão, sinceridade, carinho, cuidado, dedicação, esperança e por compartilhar meus sonhos e desejos. Eu te amo!

À minha amada filha Helena Lavorenti T. Vidotto Nunes por iluminar as nossas vidas, trazendo muito mais alegria, amor e carinho. Filha querida você é a razão do nosso viver. Nós te amamos infinitamente!

Finalizo agradecendo a Deus por todas as oportunidades dadas e por deixar que eu faça parte do universo.

“Cuide dos meios, o fim cuidará de si mesmo.”

Mahatma Gandhi

“Há uma força motriz mais poderosa que o vapor, a eletricidade, e a energia atômica: a vontade.”

Albert Einstein

“A educação, se bem compreendida, é a chave do progresso moral.”

Allan Kardec

“Não eduques as crianças nas várias disciplinas recorrendo à força, mas como se fosse um jogo, para que também possas observar melhor qual a disposição natural de cada um.”

Platão

"A educação deve possibilitar ao corpo e à alma toda a perfeição e a beleza que podem ter".

Platão

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

RESUMO

NUNES, Hudson Fabricius Peres. **Esporte no contexto escolar**: estudo do perfil dos professores de Educação Física que atuam como técnicos nas Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo. 2015. 205f. Dissertação de Mestrado em Ciências da Motricidade – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

Este estudo objetivou estabelecer relações e compreender se há coerência entre o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores-técnicos finalistas das Olimpíadas Estudantis (OE) do município de São Paulo em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que orientam as Instituições de Ensino Superior (IES) a definirem o perfil de formação do curso de licenciatura em Educação Física baseado nas Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Programa Mais Educação, e de forma simultânea, a relação entre o perfil dos professores-técnicos com o esporte escolar de rendimento promovido pelas OE e Programa Atleta na Escola, conforme a regulamentação do Decreto n. 7.984/13. A metodologia utilizada fundamenta-se na pesquisa qualitativa, sendo dividida em duas etapas: I) fase exploratória: utilização de fontes documentais e revisão bibliográfica; II) fase descritiva: caracterização do perfil de formação curricular e descrição do perfil da concepção esportiva dos professores-técnicos, utilizando como instrumento de investigação o questionário semiestruturado e como técnica a análise do conteúdo. Diante dos objetivos apresentados, constatou-se que o perfil estudado possui formação curricular predominante das Resoluções CFE n. 69/69 e 03/87, com exceção de quatro participantes formados sob a vigência das atuais DCNs com a formação de bacharelado subsequente à licenciatura. O perfil de formação curricular dos professores-técnicos se aproxima das características do currículo tradicional-esportivo. Conclui-se que o perfil de formação e concepção esportiva predominante dos professores-técnicos das OE está coerente com os objetivos do Ministério do Esporte em promover o esporte escolar, detectar talentos e formá-los esportivamente através dos Jogos Escolares e Programa Atleta na Escola, conforme a regulamentação do Decreto n. 7.984/13, e ao mesmo tempo, está incoerente com a LDB, os PCNs, o Programa Mais Educação e as DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02) que orientam as IES a definirem o perfil de formação do curso de licenciatura em Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física. Formação Profissional. Esporte.

ABSTRACT

NUNES, Hudson Fabricius Peres. **Sports in the school context:** study profile of Physical Education teachers who work as coaches in the Student Olympics in the city of São Paulo. 2015. 205f. Final Paper for the Master's Course – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

This study aimed to establish relations and comprise if there is consistency between the profile of curriculum graduation and sports conception of the teachers-coaches finalists of the Students Olympics (OE) in the city of São Paulo in relation to Nacional Curriculum Guidelines (DCNs), that guide the College Institutions (IES) to define the profile of formation of the bachelor degree in Physical Education based on Resolutions CNE/CP n. 01 and 02/02, Law of Directives and Bases (LDB), National Curriculum Parameters (PCNs) and the More Education Program, and simultaneously, the relationship between teachers-coaches profile with school sports of promoted income by the OE and Athlete in School Program, according to the regulations of Decree n. 7.984/13. The methodology used is based in qualitative research, being splitted into two stages: I) exploratory phase: use of documentary sources and bibliography review; II) descriptive phase: characterization of the profile of curriculum formation and profile description of sports conception of teachers-coaches, using as investigation instrument the almost structured questionnaire and as technique the content analysis. Before the presented objectives, it was established that the studied profile hold curriculum formation predominant in the resolutions CFE n. 69/69 and 03/87, with exception of four participants formed under surveillance of the current DCNs with the baccalaureate degree graduation subsequent to bachelor. The profile of curriculum formation of the teachers-coaches approach to the characteristics of traditional-sports curriculum. In conclusion, the profile of sports graduation and conception predominant of the teachers-coaches of OE is coherent with the objectives of the Ministry of Sport in promoting the school sport, detect talent and shape them sportily through the School Games and Athlete in School Program, according to the regulations of Decree n. 7.984/13, and at the same time, is incoherent with the LDB, PCNs, the More Education Program and the DCNs (Resolutions CNE/CP n. 01 and 02/02) that guide the IES and define the profile of graduation in the bachelor degree course in Physical Education.

Keywords: Physical Education. Professional Formation. Sport.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Manual e Leis relacionadas à Educação Física e ao esporte no contexto escolar – Brasil, estado e cidade de São Paulo (2014).....	39
Quadro 2 – Avaliação pelos pares do Instrumento Investigativo.....	43
Quadro 3 – Relação entre as DREs e estimativa de alunos que compreendem a faixa etária da categoria mirim: SME/SP (2014).....	48
Quadro 4 – Síntese das Políticas Públicas sobre o esporte no Brasil (1937-2002).....	85
Quadro 5 – Síntese das Políticas Públicas sobre o esporte no Brasil (2003-2014).....	87
Quadro 6 – Modalidades individuais, São Paulo, JEJ (2014).....	95
Quadro 7 – Modalidades coletivas, São Paulo, JEJ (2014).....	96
Quadro 8 – Modalidades esportivas, São Paulo JEESP fase DE (2014).....	98
Quadro 9 – Modalidades esportivas, São Paulo JEESP fase Inter DE (2014).....	98
Quadro 10 – Modalidades esportivas, São Paulo JEESP seletivas regionais (2014).....	98
Quadro 11 – Modalidades coletivas, São Paulo JEESP fase final (2014).....	98
Quadro 12 – Modalidades individuais, São Paulo JEESP fase final (2014).....	99
Quadro 13 – Legislação Municipal sobre o esporte escolar, SME de São Paulo (2014).....	99
Quadro 14 – Cursos de Capacitação e Fóruns de Esporte Escolar, SME/SP (2008 – 2014).....	104
Quadro 15 – Dados estatísticos, OE/SME/SP (2007 - 2014).....	106
Quadro 16 – Modalidades Coletivas, OE (2014).....	107
Quadro 17 – Modalidades Individuais, OE (2014).....	107
Quadro 18 – Provas do Atletismo, OE (2014).....	108
Quadro 19 – Classes do gênero masculino do Judô, OE (2014).....	109
Quadro 20 – Classes do gênero feminino do Judô, OE (2014).....	109
Quadro 21 – Provas da Natação, OE (2014).....	110
Quadro 22 – Cronograma dos Jogos Escolares nas esferas municipal, estadual e nacional, Brasil (2014).....	112
Quadro 23 – Dados Gerais dos professores-técnicos.....	116
Quadro 24 – Experiência no Magistério dos professores-técnicos.....	118
Quadro 25 – Experiência no esporte escolar, esporte de lazer e esporte federado dos professores-técnicos.....	119

Quadro 26 – Experiência como Técnico escolar e não escolar dos professores-técnicos.....	120
Quadro 27 – Análise documental.....	151
Quadro 28 – Programas para o alto rendimento esportivo, ME (2015).....	154
Quadro 29 – Perfil de formação dos professores-técnicos versus análise documental .	155
Quadro 30 – Perfil de concepção esportiva dos professores-técnicos versus análise documental	181
Quadro 31 – Principais Abordagens da Pedagogia do Esporte.....	186

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resolução CFE n. 69/69: currículo mínimo, carga horária, duração e conteúdos, Brasil (1969).....	74
Tabela 2 – Resolução CFE n. 03/87: currículo mínimo, carga horária, duração e conteúdos, Brasil (1987).....	76
Tabela 3 – Resolução CNE/CP n. 02/02: duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior, Brasil (2002).....	79
Tabela 4 – Resolução CNE/CES n. 07/04: dimensões do conhecimento, núcleo temático e estágio profissional do bacharel, Brasil (2004).....	81
Tabela 5 – Resolução CNE/CES n. 04/09: carga horária mínima, duração e estágio profissional do bacharel, Brasil (2009).....	81
Tabela 6 – Formação Profissional.....	117
Tabela 7 – Atuação como Técnico escolar.....	121
Tabela 8 – Processo de formação dos professores-técnicos.....	123
Tabela 9 – Competências dos professores-técnicos.....	125
Tabela 10 – (Des)valorização do esporte escolar na visão dos professores-técnicos.....	127
Tabela 11 – Participação dos alunos nos projetos esportivos e nas OE.....	129
Tabela 12 – Objetivos da formação educacional e da formação esportiva.....	130
Tabela 13 – Detecção de talentos e formação esportiva para o rendimento.....	133
Tabela 14 – Proposição de um Modelo de Esporte no contexto escolar.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	52
---------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACDs	Atividades Curriculares Desportivas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	Confederações Brasileiras de Clubes
CBDE	Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBDU	Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
CBT	Confederação Brasileira de Tênis
CBTM	Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
CD	Conselho Deliberativo
CEP	Comissão de Ética em Pesquisa
CES	Conselho de Ensino Superior
CFE	Conselho Federal de Educação
CIE	Centros de Iniciação Esportiva
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CND	Conselho Nacional de Desportos
CNE	Conselho Nacional de Educação
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONFEF	Conselho Federal de Educação Física
CP	Conselho Pleno
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CPLP	Jogos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CREF	Conselho Regional de Educação Física
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DE	Diretoria de Ensino
DED	Departamento de Educação Física e Desporto
DEF	Divisão de Educação Física
DREL	Diretoria Regional de Esporte e Lazer
DRE PJ	Diretoria Regional de Educação de Pirituba
DREs	Diretorias Regionais de Educação
FAP	Federação Aquática Paulista
FBC	Federações Brasileiras de Clubes
FEDEESP	Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo
FIEP	<i>Fédération Internationale d'Éducation Physique</i>
FINA	Federação Internacional de Natação Amadora
FISEC	<i>International Sports Federation For Catholic Schools</i>
FM	Fase Municipal

FNDE	Fundo Nacional do desenvolvimento da Educação
FPA	Federação Paulista de Atletismo
FPJ	Federação Paulista de Judô
FPR	Federação Paulista de Rugby
FR	Fase Regional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte
ISF	<i>International School Sport Federation</i>
JEBS	Jogos Escolares Brasileiros
JEESP	Jogos Escolares do Estado de São Paulo
JEJ	Jogos Escolares da Juventude
JOJ	Jogos Olímpicos da Juventude
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MET	Ministério do Esporte e Turismo
OC	Olimpíadas Colegiais
OE	Olimpíadas Estudantis
PC	Pintando a Cidadania
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Programa Dinheiro Direto da Escola
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PL	Pintando a Liberdade
PR	Presidência da República
PST	Programa Segundo Tempo
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEDES	Secretaria de Desporto do Ministério da Educação
SEED	Secretaria de Estado de Educação e Desporto
SEME	Secretaria de Esporte Municipal, Lazer e Recreação
SESC	Serviço Social do Comércio
SME	Secretaria Municipal de Educação
SP	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Justificativa.....	26
1.1.1 Considerações iniciais: abordagem contextual.....	28
1.1.2 Definição e caracterização do problema de estudo.....	30
1.1.3 A importância da investigação.....	33
1.2 Objetivos.....	34
1.2.1 Objetivo Geral.....	34
1.2.2 Objetivos Específicos.....	35
2 METODOLOGIA.....	36
2.1 A escolha do método.....	36
2.2 Delineamento da pesquisa.....	37
2.2.1 Primeira etapa: fase exploratória.....	37
2.2.2 Segunda etapa: fase descritiva.....	40
2.3 Estrutura do instrumento investigativo.....	41
2.4 Interpretação das informações do instrumento investigativo: a técnica da análise de conteúdo.....	47
2.5 Seleção da amostra.....	48
2.5.1 Participantes e procedimentos de contato.....	50
2.6 Síntese da metodologia da pesquisa.....	52
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	53
3.1 A escolha da terminologia esporte.....	53
3.2 O conceito do fenômeno esporte.....	54
3.3 Educação Física, Esporte e Escola.....	57
3.4 Histórico dos Jogos Escolares Brasileiros.....	60
3.5 Estudos brasileiros sobre o esporte no contexto escolar.....	62
3.5.1 Estudos sobre os Jogos Escolares.....	66
3.6 A influência do conteúdo esportivo na organização curricular do curso de Educação Física e na formação do Técnico Desportivo.....	67

4 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	71
4.1 A organização curricular, a constituição das DCNs do curso de Educação Física e o perfil de formação profissional.....	71
4.2 O que dizem a LDB da Educação Nacional e os PCNs da Educação Física em relação ao esporte no contexto escolar?.....	82
4.3 Programas Esportivos no contexto escolar propostos pelo MEC.....	83
4.4 Constituição Federal e os recursos destinados ao esporte.....	84
4.5 Política Esportiva e a criação do Ministério do Esporte	85
4.5.1 O que diz o Decreto 7.984/13 que regulamenta as normas gerais sobre esporte- educação e suas ramificações?.....	90
4.5.2 Finalidades do Programa Atleta na Escola.....	92
4.6 Análise das normas dos Jogos Escolares.....	93
4.6.1 Jogos Escolares da Juventude (JEJ, 2014).....	93
4.6.2 Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP, 2014).....	96
4.6.3 Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo (OE, 2014).....	99
4.6.4 Cronograma Jogos Escolares (2014).....	111
4.6.5 Panorama dos Jogos Escolares: Nacionais e Internacionais.....	113
5 RESULTADOS.....	116
5.1 Resultados da primeira parte do questionário: Fase Regional DRE PJ e Fase Municipal (OE, 2014).....	116
5.2 Resultados da segunda parte do questionário: Fase Regional DRE PJ e Fase Municipal (OE, 2014).....	122
6 DISCUSSÃO	141
6.1 Reflexões sobre a análise documental.....	141
6.1.1 As DCNs do curso de licenciatura em Educação Física e o dilema entre esporte educacional e esporte escolar de rendimento.....	141
6.1.2 A concepção da LDB e dos PCNs sobre o esporte no contexto escolar.....	143
6.1.3 A caracterização do esporte segundo o Decreto n. 7.984/13 e a criação da categoria de esporte escolar.....	144
6.1.4 O Programa Mais Educação e seus desdobramentos.....	146
6.1.5 O Programa Atleta na Escola e seus desdobramentos.....	148

6.2 Síntese de coerência da análise documental.....	150
6.3 Relação entre o perfil de formação curricular dos professores-técnicos e o perfil de formação desejado pelas DCNs sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02.....	151
6.4 Relação entre o perfil de formação curricular dos professores-técnicos e o Decreto n. 7.984/13.....	153
6.5 Síntese de coerência do perfil de formação dos professores-técnicos e da análise documental.....	155
6.6 Reflexões do perfil de concepção esportiva dos professores-técnicos.....	156
6.6.1 Categoria de análise: Formação Profissional.....	156
6.6.2 Categoria de análise: Competências do Professor-Técnico.....	160
6.6.3 Categoria de análise: (Des)valorização do Esporte no contexto escolar.....	162
6.6.4 Categoria de análise: Critérios de Seleção Esportiva.....	165
6.6.5 Categoria de análise: Procedimentos Educacionais e de Rendimento Esportivo.....	167
6.6.6 Categoria de análise: Detecção de Talento e Formação Esportiva.....	171
6.6.7 Categoria de análise: Proposição de um Modelo Esportivo.....	175
6.6.8 Reflexões sobre a Proposição dos Modelos Esportivos no contexto escolar.....	179
6.7 Síntese de coerência do perfil de concepção esportiva dos professores-técnicos e da análise documental.....	181
6.8 Síntese da Discussão.....	182
7 CONCLUSÃO.....	188
7.1 Considerações Finais.....	189
REFERÊNCIAS.....	191

APRESENTAÇÃO

A educação e o esporte sempre acompanharam a minha trajetória. No período da adolescência pratiquei diferentes modalidades esportivas como futebol, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, atletismo, natação e capoeira, sendo incentivado constantemente pelos meus pais a conciliar os estudos com a prática de esportes, o que me possibilitou diferentes experiências.

Em 2006, concluí o curso de Educação Física na Unesp do campus de Presidente Prudente. Em 2007, fui aprovado em concurso público para atuar na educação básica do município de Cajamar (grande São Paulo). Durante os quatro primeiros anos, lecionei para as turmas do 1º ao 5º ano. Posteriormente em 2010, também por meio de concurso público, ingressei na educação básica do município de São Paulo, passando a ministrar aulas para às turmas do 1º ao 9º ano. Em 2011, exonerei o cargo de Cajamar e fiquei somente com o de São Paulo. Deste momento em diante, me deparei com a cultura do esporte desenvolvido no contraturno escolar e com a participação das escolas em competições escolares, as chamadas Olimpíadas Estudantis.

Em 2010, a nossa escola participou pela primeira vez das Olimpíadas Estudantis e não obtive bons resultados. Ao conversar com diversos professores participantes das Olimpíadas, percebi que o êxito esportivo estava relacionado com a possível experiência esportiva destes professores que já atuavam como técnicos e desenvolviam projetos esportivos no contraturno escolar. A partir de 2011, eu e meu amigo Reynaldo Pereira também professor de Educação Física, decidimos iniciar o desenvolvimento de diversos projetos esportivos em nossa escola. Esta ação possibilitou angariar ótimos resultados em diversas modalidades: natação, atletismo, voleibol, futsal e em especial o handebol feminino, sendo tetracampeão regional e bicampeão municipal, respectivamente, nas categorias pré-mirim e mirim.

Diante desta realidade, o professor de Educação Física tem como principal atribuição atuar na educação básica, entretanto, existe a possibilidade de atuar como técnico no esporte na esfera escolar. Diante deste paradoxo, comecei a questionar: qual é a formação curricular (conhecimentos) e concepção esportiva (competências) dos professores de Educação Física que desenvolvem projetos esportivos e participam das Olimpíadas Estudantis? Partindo das minhas inquietações, percebi que muitos professores também apresentavam questionamentos semelhantes.

Em 2011, comecei a participar do grupo de estudos coordenado pelo prof. Dr. Alexandre J. Drigo com o objetivo de retornar aos estudos acadêmicos. Após compartilhar esta

problemática vivenciada cotidianamente com o prof. Alexandre, decidimos provocar reflexões sobre a formação e atuação docente, sem desconsiderar a leis que normatizam o esporte no ambiente escolar.

Desta maneira, este estudo foi realizado com pessoas que, inseridas no contexto do esporte escolar, contribuem diretamente na formação humana de jovens esportistas. Ao longo do texto, será apresentada a relação entre o perfil dos professores-técnicos e as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de licenciatura em Educação Física, e de forma simultânea, entre o perfil dos professores-técnicos e o Decreto n. 7.984/13 que regulamenta as normas gerais do esporte no ambiente escolar.

1 INTRODUÇÃO

Após ingressar como professor de Educação Física no ensino básico, alguns questionamentos surgiram e se ampliaram em relação ao esporte no âmbito educacional, principalmente no que tange a atuação como técnico esportivo. Tais possibilidades, permitidas pela legislação do município de São Paulo, oferecem em suas premissas a integração das novas diretrizes educacionais ao oferecer as chamadas escolas de “tempo integral”.

Nesta direção, a escola de tempo integral é viabilizada pelo Programa “Mais Educação” instituída pela Portaria Interministerial n. 17/07. Esta proposta tem como estratégia ampliar a jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da “Educação Integral”. Para a escola pleitear o programa, ela deve oferecer no mínimo mais duas horas/aulas diárias de projetos no período do contraturno, assim regulamentado no Decreto n. 7.083/10.

Outro programa oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em parceria com o Ministério do Esporte (ME) é o “Atleta na Escola” introduzido pela Resolução CD/FNDE n. 11/13. O programa atende crianças de 12 a 17 anos e tem como finalidade a “Formação Esportiva Escolar”, através da disseminação da prática esportiva e do desenvolvimento dos valores olímpicos e paraolímpicos, com o propósito de elevar o desempenho escolar e esportivo contidos nos objetivos do Manual de Orientações do Programa Atleta na Escola.

Os dois programas permitem às escolas públicas municipal, estaduais e federais receberem recursos financeiros nos moldes operacionais do “Programa Dinheiro Direto na Escola¹” (PDDE). Ao focar os programas esportivos, o Mais Educação possui um caráter direcionado às vivências esportivas e de lazer, enquanto o Atleta na Escola volta-se para a formação e o rendimento esportivo.

Em ambos os programas, os documentos que regulam os projetos, devem estar integrados ao Projeto Político Pedagógico do currículo escolar. Assim, entende-se que os aspectos educacionais e pedagógicos são os pilares de sustentação para o desenvolvimento dos projetos esportivos.

Os projetos esportivos escolares necessitam da mediação do professor de Educação Física, que está relacionado com o perfil de formação docente oferecido nas Instituições de Ensino Superior (IES). Os mesmos professores que ministram a aula de Educação Física no ensino básico e utilizam o esporte como um meio de ensinar as dimensões conceituais,

¹ Resolução CD/FNDE n. 11/07.

procedimentais e atitudinais², também atuam como técnicos em projetos de iniciação esportiva e/ou competições escolares. Ao atuar como técnico, o professor se depara com a seleção de alunos-atletas, formação e preparação de equipes relacionadas aos aspectos técnico-táticos com vistas ao rendimento esportivo.

Devido a estas possibilidades de atuação, a abordagem do esporte no ambiente escolar tem levantado inúmeras polêmicas. Desde 1980, muitos estudiosos da área da Educação Física começaram a questionar qual era o real sentido de ensinar esporte na escola. Diversos debates e estudos acadêmicos envolveram e ainda envolve o fenômeno “esporte” como tema central de análise. Uma das observações é que as diferentes manifestações esportivas permitem ao ressignificar a sua prática, transmitir valores e interpretar os diversos sentidos que norteiam o interesse de praticar esportes em diferentes contextos, considerando o esporte como meio de ensino fundamental para formação dos alunos.

De forma paralela, o currículo do curso de Educação Física também se reestruturou. Não só o esporte como outros conteúdos de diversas disciplinas da Educação Física começaram a ser questionados e refletidos. Após longas discussões e do encaminhamento do Parecer CFE n. 215/87, a promulgação da Resolução CFE n. 03/87 foi uma das mudanças curriculares mais relevantes para a Educação Física. Essa Resolução permitiu autonomia e flexibilidade para às IES organizarem seus currículos conforme o perfil de formação profissional pretendido (licenciatura e/ou bacharelado).

O novo modelo de currículo foi acompanhando as mudanças epistemológicas da Educação Física. Na busca de aumentar o prestígio acadêmico, segundo Betti (1997, p. 7-8), algumas teorias passaram a considerar a Educação Física como ciência (básica ou aplicada), já outras, como prática pedagógica. Pensadores como Go Tani (1989) e Manuel Sergio (1987) ao definirem o objeto de estudo da Educação Física, apresentaram como concepções o “estudo do movimento humano/cinesiologia” e a “ciência da motricidade humana”, respectivamente. Outro ponto de vista resultante dos questionamentos sobre o papel social da Educação Física foi a concepção da “prática pedagógica”. Nesta concepção, segundo Betti (1994); Bracht (1992); Oliveira (1985), o objeto de estudo precisa ser construído a partir de uma intenção pedagógica sobre as práticas sociais das atividades corporais de movimento.

Desta maneira, a Resolução CFE n. 03/87 permitiu que as IES optassem pelo currículo de formação em Licenciatura Plena, habilitando o profissional a atuar de forma global, dentro e fora do ambiente escolar. Vale ressaltar que as alterações legais não foram suficientes para

² Previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997).

colocar em prática o perfil de formação que diferenciase o corpo de conhecimento e a finalidade de cada modalidade de formação: licenciatura e bacharelado. Segundo Souza Neto et al. (2004), os principais motivos que permearam as alterações curriculares teve a sua raiz na crise de identidade e na exigência de um novo perfil profissional que atendesse as necessidades do mercado de trabalho e, principalmente, que reconhecesse a Educação Física na universidade como um campo de conhecimento científico.

Entretanto, a maioria das IES oferecia a formação unificada (licenciatura e bacharelado) no período de quatro anos, possibilitando atuar de forma ampla. Mesmo com esta modificação curricular, houve conflitos sobre o foco de atuação profissional. De forma geral, as disciplinas e os professores em muitas IES, não se alteraram. Em muitos casos, os currículos não distinguiam as metodologias de ensino, intervenção e instrumentalização técnico-profissional, tornando a formação generalizada e até mesmo confusa.

Apesar da dificuldade de estruturação curricular, o deferimento da Resolução CFE n. 03/87 foi um grande avanço para a Educação Física, uma vez que a definição do campo de atuação foi imprescindível para a criação da Lei n. 9.696/98 que regulamenta a Profissão de Educação Física e cria os Conselhos Federal e Regionais de Educação Física (Sistema CREF/CONFEF).

Novas discussões emergiram devido à indefinição do perfil de formação profissional do licenciado e do bacharel. Os Pareceres CNE/CP n. 09/01 e 27/01 foram as premissas para aprovar a Resolução CNE/CP n. 01/02 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação de Professores para atuar na educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Já o Parecer CNE/CP n. 28/01 fundamentou a Resolução CNE/CP n. 02/02 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Em seguida, a apresentação do Parecer CNE/CP n. 58/04 embasou a Resolução CNE/CP n. 07/04 que institui as DCNs para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, além de estabelecer orientações específicas para o bacharel.

Posteriormente, o Parecer n. CNE/CES n. 142/07 balizou a aprovação da Resolução CNE/CES n. 07/07 que altera a Resolução CNE/CES n. 07/04, esclarecendo a questão do estágio supervisionado e das atividades complementares conforme estabelecido nos regulamentos de cada IES, tanto para os licenciados quanto para os bacharéis. Por fim, a Resolução n. CNE/CES n. 04/09 instituiu a carga horária mínima de 3.200 horas e o limite mínimo para a integralização de quatro anos para a modalidade de bacharel em Educação Física.

A partir dos Pareceres e das Resoluções sobre os currículos do curso de licenciatura e bacharelado em Educação Física, a caracterização do perfil profissional deveria ser condizente com as especificidades do campo de trabalho. Neste sentido, as IES tiveram que definir o Projeto Político Pedagógico, considerando o alinhamento das matrizes curriculares com a finalidade e a integralidade específica para cada modalidade: licenciatura e/ou bacharelado.

Todavia, após a definição das DCNs e da diferenciação entre a delimitação e o campo de atuação entre licenciado e bacharel, o MEC em parceria com o ME, lançaram o Programa Atleta na Escola, que objetiva detectar talentos e formá-los esportivamente no contexto escolar. Apesar do professor de Educação Física escolar ser especialista para atuar na educação básica, o MEC e o ME acreditam que esse mesmo professor pode mediar os objetivos de rendimento esportivo na área escolar.

Nesta contradição, pretende-se neste estudo, compreender os documentos que norteiam a formação e atuação docente, relacionando-os com a legislação esportiva vigente. Para encontrar as possíveis respostas, optou-se em escolher os professores de Educação Física finalistas que atuam como técnicos nas Olimpíadas Estudantis (OE) de 2014, da Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de São Paulo (SP).

Buscando entender os caminhos de formação desse grupo de professores selecionados, surgiram alguns questionamentos que impulsionaram o estudo: como foram adquiridas as competências que fundamentam os professores de Educação Física a atuarem como técnicos no esporte escolar? O que é ser técnico no esporte escolar? O contexto das unidades escolares valoriza o esporte escolar? Quais são os critérios utilizados para compor o grupo de participantes das competições escolares? Como estes critérios se relacionam com os aspectos pedagógicos e de rendimento esportivo? A quem compete detectar talentos e formar alunos-atletas para o rendimento esportivo?

Através destas indagações, objetivou-se compreender como as exigências do campo de trabalho decorrentes das políticas do esporte escolar (Decreto n. 7.984/13 que regulamenta o esporte escolar) se relacionam com a formação dos professores de Educação Física que atuam como técnicos³ no esporte escolar da SME/SP, e de forma simultânea, como o perfil dos professores-técnicos se relaciona com as DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02) do curso de Educação Física em licenciatura. O principal desafio do estudo é triangular as informações do perfil dos professores-técnicos com as DCNs e o Decreto.

³ Entende-se neste estudo que o professor tem como principal atribuição atuar na educação básica. Entretanto, também exerce a função de técnico no esporte escolar. Desta parte em diante do texto, a expressão “professores de Educação Física que atuam como técnicos” será substituída pela expressão “professores-técnicos”, permanecendo o mesmo sentido.

Na procura de encontrar respostas para o problema da pesquisa, partiu-se do método dialético. A dialética procura interpretar a realidade considerando que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis. Em relação à abordagem, optou-se pela qualitativa, na intenção de compreender o conjunto de valores, conceitos, preferências, atitudes e pressupostos que o orientam a atuação dos professores-técnicos, alocado em um espaço histórico-social que sofre influência de aspectos culturais, políticos e econômicos. Posteriormente, o estudo dividiu-se em duas etapas: 1) exploratória através da utilização das fontes documentais e bibliográficas; 2) descritiva por meio da interpretação das informações provenientes dos professores participantes do estudo.

Na primeira etapa - bibliográfica: buscou-se consultar artigos, teses e dissertações da base de dados on-line de periódicos nacionais especializados na área da Educação Física através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o propósito de levantar estudos relevantes sobre o esporte no contexto educacional e relacioná-los com a Educação Física escolar, além de revisar a influência do conteúdo esportivo na organização curricular do curso de Educação Física e na formação do técnico esportivo. Enquanto na Documental: procurou-se investigar a constituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de licenciatura em Educação Física, relacionando-as com o perfil de formação docente pretendido, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) da Educação Física, o Programa Mais Educação, o Decreto n. 7.984/13, o Programa Atleta na Escola e os regulamentos dos Jogos Escolares nas esferas municipal, estadual, federal e internacional.

Na segunda etapa – descritiva: objetivou-se analisar, caracterizar e descrever o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores participantes, além de compreender e relacionar o perfil de formação docente orientado pelas DCNs com o perfil de formação pretendido pelo ME em relação ao desenvolvimento do esporte no contexto escolar. Como técnica de análise, utilizou-se da inferência e organização de categorias e subcategorias através da codificação das unidades de análises temáticas, sob a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

1.1 Justificativa

O esporte na área escolar se desenvolveu no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. No final da década de 1960, “(...) o Estado passou a priorizar a formação e os resultados esportivos de alto rendimento, considerando a escola como ‘lócus’ desse processo”. Assim, o esporte de rendimento no Brasil estava alinhado com o contexto político internacional do período da Guerra Fria, refletido na disputa ideológica, entre capitalismo e socialismo. O desempenho esportivo era sinônimo de sucesso governamental. As vitórias, os recordes e as conquistas de medalhas nos Jogos Olímpicos eram uma das formas dos países simbolizarem e evidenciarem a sua supremacia política e ideológica (TUBINO, 2010, p. 127).

Na década de 1970, o esporte continuou fomentando a detecção de talentos no ambiente escolar por meio da configuração do sistema de pirâmide esportiva. À medida que os talentos eram detectados, por meio do afunilamento seletivo, eram encaminhados a centros de treinamento de excelência⁴ com o propósito de participarem de competições nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, o objetivo das Políticas Públicas era incentivar a prática esportiva acompanhada do discurso que legitimava a fortificação do corpo e o desenvolvimento de hábitos saudáveis.

A sustentação política do discurso utilitarista incomodava o campo científico, principalmente após as implantações de cursos de pós-graduação nas Universidades e a reforma curricular nos cursos de Educação Física no final dos anos de 1980.

Pesquisadores como Betti (1991); Bracht (1986; 1989; 1992); Castellani Filho (1988); Coletivos de Autores (1992)⁵; Ghiraldelli (1989); Medina (1983); Tubino (1987), entre outros, começaram a contestar o rendimento esportivo no espaço escolar e chegaram à conclusão de que o sistema de pirâmide esportiva e a detecção de talentos no ambiente escolar, não condiziam com as finalidades socioeducativas à qual o esporte, havia sido destinado.

Na década de 1990, o Estado por meio de ações políticas e legislativas continuou a perfazer da escola um espaço de descoberta de talentos esportivos. Para amenizar a crítica, iniciou-se a propagação da prática esportiva escolar em harmonia com a ideia da formação esportiva integrada à formação educativa.

Apesar do discurso educativo, na prática, as alterações se mostraram insignificantes. Neste mesmo período, houve um aspecto positivo relacionado à inclusão e a acessibilidade,

⁴ Centros militares de treinamento, clube escola, clube social e/ou clube esportivo.

⁵ Os autores do livro *Metodologia de ensino da educação física / coletivo de autores* são: Carmen Lúcia Soares; Celi Nelza Zülke Taffarel; Elizabeth Varjal; Lino Castellani Filho; Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

como a participação de pessoas com deficiências físicas em algumas modalidades, entre elas, a natação e o atletismo, resultando posteriormente no desenvolvimento do paradesporto escolar.

Paralelo ao embate entre esporte e educação, promulgaram-se as novas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (1997; 1998)⁶ como base das normas da organização do sistema educacional e como norteadores da educação básica, respectivamente.

Estas leis corroboram com a concepção de uma Educação Física escolar desvinculada do esporte de rendimento e ampliaram a visão dos aspectos biológicos, reavaliando a utilização do esporte como um meio de atingir diferentes expectativas de aprendizagens na busca de superar padrões técnicos e mecânicos de rendimento. Além disso, enfatizaram as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas, afetivas e culturais em prol de uma Educação Física que articule a formação para a cidadania considerando as múltiplas dimensões do Ser Humano.

Contudo, historicamente o esporte no contexto escolar tem recebido diferentes olhares da comunidade acadêmica, tornando-se polêmico, no qual há uma corrente de estudiosos que são contrários a ideia de rendimento esportivo, mas favoráveis ao desenvolvimento dos princípios socioeducativos e da cultura esportiva. E outros que defendem o rendimento esportivo por acreditarem na detecção de talentos e na formação esportiva, sem desvincular a importância de integrar os valores educacionais.

Apesar da ampla discussão acadêmica sobre a importância e objetivos do esporte no ambiente escolar, ainda observa-se uma forte tradição de professores-técnicos que atuam nas competições escolares de todas as regiões do Brasil, desde quando aconteceu o primeiro evento dos Jogos Escolares (1969) até os dias atuais.

Nesta perspectiva, a importância do estudo justifica-se pela necessidade de estabelecer relações entre o perfil dos professores-técnicos e as DCNs do curso de licenciatura em Educação Física, LDB, PCNs e Programa Mais Educação, e de forma concomitante, a relação do perfil dos professores-técnicos com os objetivos do ME em promover o esporte escolar, detectar talentos e formá-los esportivamente através dos Jogos Escolares e Programa Atleta na Escola, conforme a regulamentação do Decreto n. 7.984/13,

⁶ Orientação em relação aos blocos de conteúdos a serem desenvolvidos na escola, segundo os PCNs: Esportes, jogos, lutas e ginásticas – Atividades rítmicas e expressivas – Conhecimento sobre o corpo.

1.1.1 Considerações iniciais: abordagem contextual

Em relação aos Jogos Escolares, especificamente no município de São Paulo, estatisticamente, há uma grande possibilidade dos alunos participarem de projetos e competições esportivas, uma vez que a cidade de São Paulo tem a maior rede de ensino do país, com quase 1 milhão de alunos, o que representa 8,4% dos 11,9 milhões de habitantes da cidade. Em relação às escolas que compreendem a faixa etária indicada para disputar as competições escolares (do 6º ao 3º ano do ensino médio), a cidade de São Paulo possui 547 escolas públicas municipal de ensino fundamental e 8 de ensino fundamental e médio com aproximadamente 500 mil alunos matriculados (SME, 2013⁷).

Desde 2007, a SME de São Paulo realiza as OE de forma padronizada. Em 2008, a SME fez parceria com a Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo (FEDEESP). Após este convênio, a FEDEESP passou a ser a principal organizadora do evento. A primeira etapa da competição escolar é dividida por 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs): Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba, Santo Amaro, São Matheus e São Miguel. Para a segunda fase, etapa Polo, classifica-se apenas a equipe campeã de cada modalidade, conforme cada Diretoria Regional de Educação (DRE). A terceira fase, final municipal, é formada pelas equipes campeãs da etapa Polo. Nesta última etapa são conhecidas as escolas campeãs do município.

Antes de iniciar a competição, a SME comunica as unidades escolares e convoca os professores de Educação Física para participarem de congressos técnicos em suas respectivas DRE. O professor que participa do congresso esportivo tem a dispensa de ponto garantida no Diário Oficial. Geralmente, a realização do congresso esportivo acontece no primeiro bimestre letivo. A finalidade do congresso, após os organizadores debaterem com os professores, é formatar os critérios que envolvem a competição. Posteriormente, por meio de um sistema on-line disponibilizado pela FEDEESP, os professores com o aval da equipe gestora, inscrevem as equipes que irão participar do evento.

O sítio eletrônico da FEDEESP tem como objetivo disponibilizar boletins informativos de cada modalidade contendo suas especificidades e regras, sistema de disputa, arbitragem, divisão de categorias, orientação quanto aos prazos de inscrições, locais de jogo,

⁷ Disponível em:

<<http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/AnonimoSistema/BannerTexto.aspx?MenuBannerID=22>>. Acesso em: 20 ago. 2013

formas de premiação e avaliação quantitativa e qualitativa da edição anterior. Outras informações pertinentes às OE não encontradas no sítio eletrônico são enviadas pela SME periodicamente ao e-mail das escolas e ao e-mail pessoal de cada professor-técnico participante.

A SME também organiza a logística do setor alimentício e de transporte por intermédio de duas empresas terceirizadas. A empresa de transporte é responsável em passar nas escolas e levar as equipes até os locais de competição e no término dos jogos, deixar as equipes em sua escola de origem, enquanto que a empresa de alimentos tem o encargo de distribuir a alimentação nos locais de competição.

Devido às exigências de rendimento esportivo para as equipes se classificarem nas fases posteriores das OE, muitos professores-técnicos têm desenvolvido projetos esportivos no contraturno escolar com este propósito. Dessa maneira, os projetos esportivos (escolares) do município de São Paulo coadunam com o recente programa esportivo de âmbito federal, lançado em 2013.

O Governo Federal⁸ defende a ideia de utilizar a escola como um espaço favorável à detecção e formação esportiva através do Programa de Formação Esportiva Escolar – Atleta na Escola. Uma das medidas elencadas pelo MEC em parceria com o ME é identificar e estimular a formação do atleta escolar, além de orientar e direcionar os jovens talentos a núcleos esportivos de excelência.

A finalidade deste programa é impulsionar a melhoria do desempenho esportivo brasileiro no cenário mundial e está relacionado ao fato do Brasil sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Semelhante aos últimos países que sediaram as olimpíadas, o Brasil tem empenhando elevados recursos, principalmente de ordem financeira no desenvolvimento do esporte nacional em diversas esferas.

O propósito de formar o atleta escolar é legitimado por meio da promulgação de dispositivos legais e está vinculado com as metas de desempenho esportivo. Nesta direção, o Governo Federal planejou o desenvolvimento do esporte na esperança de melhorar o quadro de medalhas em um curto e médio prazo, além de simbolizar o seu desenvolvimento social, político e econômico.

A tendência é que não só os projetos esportivos do município de São Paulo, mas de diversos municípios do país se adequem às novas políticas de esporte desenvolvidas no ambiente escolar. Para efetivar esta proposta, a figura do professor de Educação Física, torna-se

⁸ O termo Governo Federal tem o mesmo sentido de Estado ou Poder Público, pois estes termos se referem aos poderes executivo, legislativo e judiciário da união.

personagem central na formação esportiva escolar pretendida pelo Governo Federal. Nesse sentido, observa-se a criação do sistema nacional de esporte escolar concretizado por meio dos Jogos Escolares, dividindo-se em quatro etapas classificatórias, sendo: escolar, municipal, estadual e nacional.

1.1.2 Definição e caracterização do problema de estudo

O desenvolvimento de projetos esportivos no contraturno escolar do município de São Paulo respaldava-se pelo Programa ‘Ampliar’ instituído por intermédio da Portaria n. 5.360/11. Em 2014, o Programa Ampliar foi substituído pela Portaria n. 5.930/13 que regulamenta o Decreto nº 54.452/13 e institui o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – “Mais Educação São Paulo”.

A SME atendendo a Portaria n. 5.930/13, em seu artigo 23, afirma que as atividades curriculares de caráter educacional “Deverão integrar as atividades curriculares desenvolvidas no contraturno escolar, os programas e projetos já existentes na Rede Municipal de Ensino envolvendo, em especial: (...) item V – Esporte Escolar”. Sendo assim, o desenvolvimento de projetos esportivos contempla as atividades extracurriculares, na perspectiva da escola de tempo integral.

Na esfera federal, a Lei n. 9.615/98 que institui as normas gerais sobre o esporte foi regulamentada pelo Decreto n. 7.984/13 que reconhece o esporte em seu art. 3º em relação à área escolar como esporte-educação, ramificando-se em esporte educacional e esporte escolar.

O esporte educacional pode ser ofertado no ambiente escolar ou fora dele e pauta-se nos princípios socioeducativos e aos aspectos de lazer e ludicidade, aproximando-se dos objetivos dos projetos esportivos do Programa Mais Educação. Já o esporte escolar praticado neste mesmo espaço, objetiva a participação exclusiva de estudantes com talento esportivo, visando competições escolares que buscam o rendimento esportivo, aproximando-se do Programa Atleta na Escola.

Nota-se que o Programa Ampliar da SME foi sobreposto pelo programa Mais Educação – São Paulo de âmbito federal, após a regulamentação da Portaria SME n. 2.761/14 que dispõe sobre “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”. Na mesma Portaria em seu art. 2º, é permitido às escolas, conforme o Projeto Político Pedagógico, respeitadas as resoluções específicas, escolher os seguintes programas:

- a) Programa Atleta na Escola;
- b) Programa Escola Sustentável;
- c) Programa Mais Cultura na Escola;
- d) Programa Mais Educação;

Destes programas, os que interessam neste estudo são: a) Programa Atleta na Escola; d) Programa Mais Educação. Independente de qual seja o programa escolhido pela unidade escolar, ambos permitem desenvolver projetos esportivos, diferenciando-se teoricamente apenas quanto aos objetivos, sendo o primeiro caracterizado pelos aspectos de rendimento esportivo e o segundo direcionado às vivências esportivas e de lazer.

Anterior às normas gerais que regulam o esporte nacional, o município de São Paulo, através da Portaria Intersecretarial n. 05/11 que regulamenta as OE, Interceus e Paraolimpíadas Estudantis, já organizava o esporte escolar na mesma perspectiva do esporte escolar descrito no Decreto 7.894/13.

Nesta direção, os projetos esportivos extracurriculares e as OE do município de São Paulo oportunizam que o professor de Educação Física, treinem suas equipes e as inscrevam em diversas modalidades esportivas.

Nas OE, a continuidade das equipes nas fases seguintes, depende fundamentalmente de um bom rendimento esportivo. Na etapa que envolve a final municipal, tem-se observado um elevado desempenho esportivo das equipes finalistas, tanto no que tange a forma de intervenção do professor-técnico, quanto às habilidades técnicas e táticas dos alunos requisitadas durante os jogos.

Contrapondo os projetos esportivos e as OE, observam-se diferentes propósitos em relação à aula regular de Educação Física, desde os critérios de formação da turma, planejamento e objetivos de aula. Neste contexto, há uma complexidade em adequar o desenvolvimento esportivo dentro do espaço escolar sem ignorar a importância pedagógica e socioeducativa. Nesta conjunção, percebe-se que as propostas de intervenção são diferentes no que se refere às aulas regulares de Educação Física escolar versus as aulas dos projetos esportivos.

Na esfera estadual, a Secretaria de Educação de São Paulo desenvolvem as Atividades Curriculares Desportivas (ACDs), caracterizando outro exemplo ambíguo, ao mesmo tempo em que o professor pode desenvolver projetos de cunho educacional conforme os requisitos da educação básica, também direcionam estes projetos às finalidades de rendimento esportivo, conforme consta na Resolução SE n. 02/14, considerando:

- a importância da prática do esporte nas escolas, como espaço de vivência de relações interpessoais que contribuem para a ampliação das oportunidades de exercício de uma cidadania ampla e consciente;
- a necessidade de se promover a integração e a socialização dos alunos em atividades esportivas competitivas e/ou recreativas, com vistas à futura participação de suas escolas em campeonatos e competições de esfera estadual, nacional e internacional.

Em relação às aulas regulares de Educação Física, a promulgação dos PCNs (1997) amplia a visão dos aspectos de rendimento físico, reavaliando a utilização do esporte como um meio de atingir diferentes expectativas de aprendizagens, considerando os aspectos históricos, sociais e culturais, em prol de uma Educação Física integrada à formação humana. Já a LDB (1996) enfatiza as dimensões didático-pedagógicas, técnico-instrumentais e de produção do conhecimento científico e tecnológico voltadas à formação e atuação docente.

Nesta direção, a partir da mudança da matriz curricular do curso de licenciatura em Educação Física homologada pelo Conselho Nacional de Educação: Resoluções CNE/CP n. 01 e n. 02 de 2002, aprovadas pelo MEC, corroboraram com a LDB e os PCNs na busca da formação integral do educando, aparecendo pela primeira vez na formação, o termo “professores de educação básica” ao invés de licenciado. Estas Resoluções foram responsáveis por estabelecerem nas novas DCNs, a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, a fim de garantir a formação de um professor com perfil específico para atuar na educação básica, na disciplina de Educação Física.

Apesar das DCNs direcionarem a formação e o perfil do professor para atuar no contexto escolar, não se descarta a possibilidade da formação curricular com a concepção esportiva de professores direcionada para a detecção de talentos e rendimento esportivo. Entretanto, a dimensão do conhecimento oferecida nos cursos de formação, após as Resoluções acima citadas, pressupõe a ausência ou redução de conteúdos e/ou disciplinas que instrumentalizem a formação docente voltada à atuação de técnico no esporte escolar em projetos esportivos ou competições escolares direcionadas para o rendimento esportivo.

Diante da possibilidade de atuação dúbia, as mudanças curriculares sobre o perfil de formação docente atual apontam para redução de conhecimento específico do treinamento esportivo direcionado ao rendimento (sub) máximo e às questões administrativas de trabalho relacionadas às competições. Por outro lado, as Políticas Públicas que estruturam o esporte escolar, continuam com os mesmos objetivos de garimpar talentos e promover o esporte de rendimento nestes espaços.

Devido a esse dilema, de formação e atuação docente, legitimado pelo mesmo órgão (MEC), que atribui uma formação direcionada para atender as exigências atuais no que se

refere à formação plena dos educandos nas dimensões: cognitiva, social, afetiva, motora, ética e estética, tendo em vista uma formação humana e a construção de uma sociedade democrática e justa, ao mesmo tempo, institui programas esportivos direcionados ao rendimento exigindo do professor conhecimentos específicos para atuar como técnico esportivo, detectar talentos e preparar os alunos-atletas para participarem de Jogos Escolares, em modalidades individuais e coletivas, com alto desempenho esportivo.

Neste embate, a pretensão do estudo é estabelecer relações e compreender se há coerência entre o perfil dos professores-técnicos finalistas e as DCNs, e ao mesmo tempo, entre o perfil dos professores-técnicos e o Decreto n. 7.984/13 que regulamenta e normatiza o esporte escolar. Portanto, a questão fundamental da investigação está norteadada pela seguinte indagação: Qual é o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores-técnicos finalistas das Olimpíadas Estudantis (2014) do município de São Paulo?

1.1.3 A importância da investigação

As formas de atuação do licenciado em Educação Física propostas pelo MEC são: a) professor de Educação Física escolar, na educação básica; b) técnico esportivo nos projetos de contraturno e competições escolares. Esta ambiguidade de atuação geram conflitos no que tange à especificidade da ação entre licenciados e bacharéis, ou pior, gera uma discussão anacrônica em relação à formação de licenciatura plena Resolução CFE n. 03/87 e a formação de professores de educação básica Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02, onde a principal característica dos programas esportivos escolares propostos pelo próprio MEC em parceria com o ME, é a inexistência da discussão sobre a finalidade do esporte no contexto educacional para o rendimento por intermédio de projetos esportivos desenvolvidos no contraturno escolar, enquanto conteúdo de ensino ministrado por professores de Educação Física escolar, habilitados para atuar somente na educação básica.

Diante do exposto, a expectativa é de que as experiências e o conhecimento dos professores-técnicos possam constituir um referencial teórico que reflita sobre a intervenção técnico-pedagógica, conforme a caracterização da formação curricular e da descrição da concepção esportiva que serão apresentadas após análise do perfil dos professores-técnicos.

Espera-se também, oferecer subsídios teóricos que possam servir de referência para novos estudos sobre a mesma temática, além de fornecer informações que sustentem novas interpretações dos membros que compõe o MEC, responsáveis por regular, definir as diretrizes

de estruturação e organização, funcionamento e supervisão do ensino superior do curso de licenciatura em Educação Física.

Outro impacto desejado é que a comunidade acadêmica inseridas nas IES seja beneficiada com o enriquecimento teórico e suscite reflexões sobre o perfil de formação docente desejado, considerando as bases epistemológicas da Educação Física e as exigências do campo de trabalho e intervenção profissional.

Por fim, não se pretende definir um rol de competências que indiquem um perfil de formação ideal para o professor-técnico em relação à esfera educacional. A importância do estudo está na intenção de trazer reflexões relacionadas à intervenção pedagógica condizentes com o campo de trabalho à luz da formação acadêmica em Educação Física, pautada no conhecimento técnico-instrumental e didático-pedagógico, considerando a análise das Políticas Públicas sobre o esporte no espaço escolar, servindo de referência para se pensar em propostas que auxiliem o perfil de formação dos futuros professores que terão como desafio, a complexidade de mediar o esporte escolar em diferentes contextos.

1.2 Objetivos

A escola, o professor de Educação Física e o esporte possuem significados e valores que intensificam suas inter-relações. O fato de estarem no mesmo universo, não significa que suas intenções e propósitos sejam os mesmos. Os objetivos são influenciados por diferentes valores e concepções, alocados em um determinado contexto: histórico, social, cultural, político e econômico. Considerando o contexto que envolve a escola, o professor de Educação Física escolar e o esporte, os objetivos elencados deste estudo são:

1.2.1 Objetivo Geral

Estabelecer relações e compreender se há coerência entre o perfil dos professores-técnicos finalistas das OE da SME/SP em relação às DCNs que orientam as IES a definirem o perfil de formação do curso de licenciatura em Educação Física baseado nas Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02, e de forma simultânea, entre o perfil dos professores-técnicos finalistas das OE da SME/SP em relação ao Decreto n. 7.984/13 que regulamenta e normatiza o esporte escolar.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral foram elencados mais três objetivos específicos:

- a) Analisar: as DCNs do curso de licenciatura em Educação Física (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02), a LDB da Educação Nacional, os PCNs da Educação Física, o Decreto n. 7.984/13, o Programa esportivo Mais Educação proposto pelo MEC e o Programa Atleta na Escola do MEC em parceria com o ME;
- b) Caracterizar o perfil de formação curricular dos professores de Educação Física finalistas das OE da SME/SP (Fases: Regional da DRE PJ⁹ e Municipal) que atuam como técnicos esportivos no contexto escolar;
- c) Descrever o perfil da concepção esportiva dos professores de Educação Física finalistas das OE da SME/SP (Fases: Regional DRE PJ e Municipal) que atuam como técnicos esportivos no contexto escolar.

⁹ Diretoria Regional de Educação de Pirituba (Município de São Paulo).

2 METODOLOGIA

2.1 A escolha do método

O caminho escolhido para responder o problema de pesquisa elencado se adequa ao método dialético. O método dialético atingiu seu ápice com Hegel e depois reformulado por Marx, procura interpretar a realidade considerando que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis (GIL, 2008).

No método dialético, segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 101), o mundo não pode ser entendido como um conjunto de coisas, mas como um conjunto de processos e de constantes mudanças em vias de transformação: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro.” Nesta perspectiva, as partes se relacionam e estão ligadas entre si, dependentes umas das outras. Assim, tudo se relaciona, transforma-se e se contradiz a cada fenômeno, exigindo do pesquisador conhecer o objeto de estudo, além de investigar as suas relações e conexões, assim como as transformações e as contradições do processo em desenvolvimento.

De acordo com Gil (2008, p. 14), “[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc”.

Neste sentido, o problema do estudo necessitou de uma abordagem qualitativa. Segundo Molina (2004, p. 95), nos estudos qualitativos “temos que considerar a existência de problemas que focalizam os aspectos muito específicos de uma realidade maior”. Enquanto Flick (2004) aponta que a forma como o pesquisador se comunica com o campo e seus participantes tem um papel importante na produção do conhecimento. Assim, a pesquisa qualitativa visa compreender e interpretar a dinâmica das relações sociais, não se reduzindo a operacionalização de números e estatísticas, buscando explicar o porquê da realidade investigada (THOMAS; NELSON, 2002).

A abordagem qualitativa nasce da necessidade de estudar as Ciências Humanas e Sociais. Em pesquisas sobre Educação não foi diferente, com a evolução das pesquisas, a ideia de decompor o fenômeno e estudá-lo de forma analítica não estava mais sendo capaz de explicar de forma clara a complexidade das variáveis encontradas nos fenômenos. Há diferentes possibilidades de abordar as pesquisas qualitativas devido aos diferentes contextos, cenários e personagens. Assim, parte-se da delimitação do espaço histórico-social das OE da

SME/SP, considerando as influências culturais, econômicas e políticas que circundam o esporte escolar e os professores-técnicos.

2.2 Delineamento da pesquisa

Este estudo buscou investigar o perfil dos professores-técnicos finalistas das OE da SME/SP (2014) através da caracterização da formação curricular e da descrição da concepção esportiva, estabelecendo relações com as DCNs do curso de licenciatura em Educação Física, e com as propostas decorrentes do MEC em parceria com ME (Programa Atleta na Escola), viabilizada pela normativa geral sobre o esporte escolar (de rendimento) - Decreto n. 7.984/2013.

Após delimitar os objetivos, a pesquisa e o instrumento investigativo foram cadastrados na Plataforma Brasil. Posteriormente, a Plataforma Brasil encaminhou o estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unesp de Rio Claro, sendo autorizada a sua continuidade sob o protocolo de número 631.242/2014.

Para responder aos objetivos propostos no estudo foi necessário dividi-lo em duas etapas. A primeira etapa está composta pela fase exploratória (foco secundário), tendo como fonte de dados à pesquisa bibliográfica (livros, artigos, teses e dissertações) e a pesquisa documental (leis, boletins e manuais). A segunda etapa está composta pela fase descritiva (foco primário), tendo como fonte de dados a formação curricular e as concepções dos professores-técnicos sobre o esporte no contexto escolar, coletadas por meio da aplicação do instrumento investigativo, através de um questionário semiestruturado. Posteriormente, na segunda etapa, realizou-se a análise das informações com o objetivo de compreender o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores-técnicos e estabelecer relações com a análise documental.

2.2.1 Primeira etapa: fase exploratória

A revisão de literatura está composta por fontes bibliográficas e documentais. Para Gil (2008, p. 27-75), as pesquisas exploratórias têm como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”, além de “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. Portanto, “recomenda-se primeiramente, uma leitura exploratória de todo o material” pesquisado sobre o tema, selecionando fontes e ideias-

chaves relevantes para posterior leitura analítica e interpretativa, conforme os objetivos do estudo.

A fonte bibliográfica, segundo Gil (2002, p. 44-45), se apoia de materiais elaborados que não receberam ainda um tratamento analítico, constituídos principalmente por livros, teses e artigos científicos. Para Marconi e Lakatos (2006, p. 71), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A consulta dos artigos, teses e dissertações provieram da base de dados on-line de periódicos nacionais especializados da área da Educação Física através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando como palavra chave: “esporte educacional e esporte escolar”. Como critérios foram considerados livros de autores relevantes sobre temas relacionados ao esporte no contexto escolar e, preferencialmente, artigos com estratificação igual ou superior a B3, teses e dissertações de Universidades com conceito CAPES igual ou superior a 4¹⁰.

A fonte documental, segundo Alves Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p. 169), pode ser qualquer registro escrito como “regulamentos atas de reunião, pareceres, livros de frequência, relatórios, arquivos etc”. Para Gil (2008, p. 51), as fontes documentais se assemelham às bibliográficas, a diferença está na utilização “de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”, constituídas de fontes diversas, como leis, memorandos, boletins, manuais etc. Como afirma Gil (2008, p. 150):

Além dos registros estatísticos, também podem ser úteis para a pesquisa social os registros escritos fornecidos por instituições governamentais. Dentre esses dados estão: projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartórios etc.

A fonte documental, segundo Lüdke e André (1986), oferece valiosas informações sobre determinado contexto e apresenta vantagens como baixo custo financeiro e flexibilidade de tempo para a pesquisa. A consulta das fontes documentais deste estudo foi realizada por

¹⁰ Os periódicos são avaliados e atualizados anualmente, sendo enquadrados em estratos indicativos de qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; e C com peso zero. A produção científica é classificada através da qualidade de produção. Essa qualidade é avaliada de forma indireta por meio de critérios estabelecidos pela Qualis (conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

A CAPES também avalia o Sistema Nacional de Pós-Graduação, desde 1998, por meio de consultores *ad hoc* para assegurar a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado do país – 7, o mais elevado; 6; 5; 4; e 3. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

meio da leitura de livros e de sítios eletrônicos de domínios públicos institucionais e governamentais disponibilizados na internet.

Os principais documentos consultados compreendem: o Manual de Jogos Escolares da Juventude (JEJ); o Manual dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP); o Manual das OE da SME/SP; os PCNs de Educação Física; a LDB da Educação Nacional; as DCNs do curso de licenciatura em Educação Física; as Políticas Públicas sobre o esporte escolar (Decreto n. 7.984/13); programa esportivo Mais Educação e Atleta na Escola, conforme consta no quadro 1:

Quadro 1 – Manual e Leis relacionadas à Educação Física e ao esporte no contexto escolar – Brasil, estado e cidade de São Paulo (2014)

Manual; Lei	Título	Local/endereço de acesso/consulta
JEJ	Manual dos Jogos Escolares da Juventude. Regulamento Geral 12 a 14 anos. COB, 2014.	Disponível em: < http://jogos Escolares.cob.org.br/uploads/midias/optimized/2014/12/18/cBvmtwYL Vf2Qn7dFpHaab596e6.pdf >. Acesso em: 18 jun. 2014.
JEESP	Manual dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo. G-CEL/CGEB/G-SDPcD/G-SDECTI, 2014.	Disponível em: < http://www.jeesp.org.br/arquivos/regulamento-jeesp-2014.pdf >. Acesso em: 17 jun. 2014.
OE	Cartilha do Professor - VI Olimpíadas Estudantis. FEDEESP, 2012.	Disponível em: < http://www.oe.org.br/2013/oe/arquivos/apresentacao_-_reuniao_de_organizacao.pdf >. Acesso em: 15 set. 2013.
MEC	Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.	Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf >. Acesso em: 09 mar. 2014.
MEC	Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.	Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf >. Acesso em: 10 mar. 2014.
MEC	Lei n. 9.394 , de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Disponível em: < http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996 >. Acesso em: 20 set. 2013.
MEC	Resolução CNE/CP n. 01 , de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf >. Acesso em: 05 ago. 2013.
MEC	Resolução CNE/CP n. 02 , de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de	Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf >. Acesso em: 05 ago.

	Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior.	2013
ME	Decreto n. 7.984 , de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto.	Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm >. Acesso em: 15 de abr. 2013.
ME	BRASIL. Ministério do Esporte : balanço de gestão: 2003/2010. (Coord. DAMIANI, Cássia). Brasília: Ministério do Esporte, 2012.	Biblioteca da Unesp de Rio Claro. Av. 24 A, 1515 – Bela Vista, Rio Claro – SP.
MEC/ME	Resolução CD/FNDE n. 11, de 11 de maio de 2013, que institui o Programa de Formação Esportiva Escolar “Atleta na Escola” .	Disponível em: < http://atletanaescola.mec.gov.br/anexos/resolucao_fnde.pdf >. Acesso em: 20 ago. 2013. Disponível em: < http://atletanaescola.mec.gov.br/documentos.html >. Acesso em: 20 ago. 2013.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Na pesquisa documental, procurou-se investigar os objetivos dos Jogos Escolares Brasileiros em suas diferentes esferas, os programas esportivos (Mais Educação e Atleta na Escola), as Políticas Públicas direcionadas ao esporte escolar, a LDB, os PCNs e a evolução da legislação sobre as DCNs do curso de licenciatura em Educação Física, relacionando os documentos com o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores-técnicos.

2.2.2 Segunda etapa: fase descritiva

A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as “características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, tendo como uma de suas características mais significativas a “utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (GIL, 2002, p. 42). A definição do questionário tem o “propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc” (GIL, 2008, p. 21).

Nesta perspectiva, a aplicação das questões fechadas buscou organizar as informações de identificação geral, formação profissional, experiência esportiva enquanto aluno-atleta e técnico esportivo escolar e não escolar. As questões abertas objetivaram analisar o perfil, caracterizar a composição do grupo e compreender a concepção dos professores-técnicos sobre

o esporte escolar, relacionando com a formação docente e as Políticas Públicas que normatizam o esporte no contexto escolar.

2.3 Estrutura do instrumento investigativo

Para dar credibilidade ao estudo, o questionário foi enviado aos pares para consultoria e avaliação externa, o qual consiste na solicitação de pareceres através de pessoas que não estão envolvidas com o processo da pesquisa, mas possuem conhecimento sobre a temática pesquisada, na intenção de apontar falhas e pontos não explorados pelo pesquisador. De acordo com Alves-Mazzotti & Gewandszajder (1998, p. 172-173) é recomendável:

(...) solicitar a colegas não envolvidos na pesquisa, mas que trabalhem no mesmo paradigma e conheçam o tema pesquisado, que funcionem como “advogados do diabo”. A função do “advogado do diabo” é apontar falhas, pontos obscuros e vieses nas interpretações, bem como identificar evidências não exploradas e oferecer explicações ou interpretações alternativas àquelas elaboradas pelo pesquisador. Graças à sua relativa facilidade e também à sua eficácia, este é um procedimento bastante usado, constituindo quase uma rotina entre pesquisadores de uma mesma área.

Neste sentido, encaminhou-se por e-mail a cinco doutores em Educação Física que possuem afinidade com o tema de estudo, uma carta de apresentação contendo uma descrição resumida do projeto de pesquisa e do instrumento de investigação.

A primeira parte do questionário procurou caracterizar o grupo de professores-técnicos buscando identificar a(s) formação(ões) e curso(s) de capacitação(ões) docente, o tempo em que atua no magistério, a experiência esportiva enquanto aluno/atleta, a experiência esportiva enquanto técnico escolar e não escolar, a experiência com o desenvolvimento de projetos esportivos no contraturno escolar e a participação como professor-técnico nas OE.

A segunda parte do questionário objetivou investigar as concepções dos professores-técnicos por intermédio de perguntas abertas. Estas perguntas buscaram engendrar sete temas geradores: 1) Formação dos professores-técnicos; 2) Competências dos professores-técnicos; 3) (Des)valorização esportiva da unidade escolar na visão dos professores-técnicos; 4) Critérios de seleção das turmas que participam dos projetos esportivos e das OE; 5) Procedimentos para atingir os objetivos educacionais e de rendimento esportivo; 6) Concepção sobre a detecção de talentos e formação esportiva para o rendimento; 7) Sugestão de um modelo para o esporte no contexto escolar.

Abaixo segue o primeiro modelo do questionário encaminhado aos pares para a avaliação:

Primeira Parte - Ficha de Identificação

1) Nome (dado não divulgado na pesquisa) _____

Data de nascimento: ___/___/___

Tempo de atuação (em anos) no magistério do município de São Paulo: _____

Tempo total que atua no magistério (em anos): _____

2) Formação em Educação Física

() Licenciatura Plena Ano – início: _____ conclusão: _____

Instituição Formadora: _____

() Licenciatura Ano – início: _____ conclusão: _____

Instituição Formadora: _____

() Bacharelado: Ano – início: _____ conclusão: _____

Instituição Formadora: _____

() Licenciatura e Bacharelado Ano – início: _____ conclusão: _____

Instituição Formadora: _____

a) Outros cursos (superior e/ou pós-graduação) _____

b) Outros cursos de capacitação na área desportiva _____

3) Foi praticante de modalidade(s) desportiva(s) antes de atuar no magistério?

() Não () Sim. Em caso afirmativo, por gentileza, descreva no quadro abaixo:

Modalidade(s)	Categoria(s)	Forma(s) de participação

4) Você teve experiência(s) como técnico fora do contexto escolar?

() Não () Sim. Em caso afirmativo, por gentileza, descreva no quadro abaixo:

Modalidade(s)	Categoria(s)	Forma(s) de participação

5) Você desenvolveu projeto(s) esportivo(s) no contraturno escolar, nos últimos dois anos (2013/2014)?

() Não () Sim. Em caso afirmativo. Descreva no quadro abaixo

Nome da(s) Modalidade(s)	Sexo/ Gênero	Categoria	Número total de alunos(as) participantes	Número total de aula(s) por semana	Ano de desenvolvimento do projeto

6) Por gentileza, descreva sua participação como técnico nas Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo nos anos de (2012/2013).

Nome da(s) modalidade(s)	Sexo/ Gênero	Categoria	Ano de participação	Coloque a posição somente se a equipe ficou entre as três primeiras colocadas		Alunos(as) que treinam em clubes esportivos. Se houver coloque a quantidade	
				Fase Regional	Fase Municipal	Não Federados	Federados

Segunda Parte - Temas Geradores

1) O que você considera relevante para ter sucesso como técnico no esporte escolar? Por quê?

2) Como você compreende a valorização da cultura esportiva no ambiente escolar em relação à equipe gestora e ao corpo docente? Por gentileza, poderia justificar sua resposta?

3) Quais são as características que você considera mais importante para selecionar os alunos que participam de projetos esportivos e/ou das Olimpíadas Estudantis nas modalidades com as quais trabalha?

4) Tomando como base a sua formação e experiência em relação ao esporte, quais aspectos você considera mais importantes para a formação e desenvolvimento de alunos/atletas?

5) Tomando como base a sua formação e experiência em relação ao esporte, como isto se adequa aos objetivos educacionais e de rendimento esportivo?

O quadro 2 demonstra as sugestões dos avaliadores:

Quadro 2 – Avaliação pelos pares do Instrumento Investigativo

Avaliadores		Considerações	Encaminhamentos
D 1	1ª Parte	a) Incluir carga horária e instituição formadora nos cursos de capacitação.	a) Alteração realizada.
		b) Saber o tempo (anos) que foi esportista.	b) Alteração realizada.
		c) Saber o tempo (anos) que atua como técnico escolar.	c) Alteração realizada.
	2ª Parte	d) Elaborar duas questões nos Temas Geradores para atender os objetivos – O professor deve avaliar se a formação fundamenta a atuação no esporte escolar e se ele conhece o programa do MEC em parceria com o ME.	d) Alteração parcial, no sentido de entender o processo de formação e/ou capacitação que fundamenta a competência para atuar no esporte escolar.
		e) A interpretação de obter sucesso é variada e subjetiva. Mudar para: o que representa o sucesso de um técnico no esporte escolar, depois pergunte o que é relevante para obter esse sucesso.	e) Alteração parcialmente realizada. Conforme o objetivo do estudo, ter sucesso é um subproduto, o fundamental como sugerido pelo D4 é saber o processo de formação e as competências que fundamentam a atuação como técnico no esporte escolar.
		f) Desmembrar a questão n. 5 (Temas Geradores) devido à complexidade.	f) Alteração não realizada, porque entendemos que o professor deve ter discernimento para responder a questão.
D 2	1ª Parte	g) Deixar mais espaços nas respostas para evitar a omissão de informações relevantes.	g) Alteração realizada.
D 3	2ª Parte	h) Sugeriu elaborar perguntas semiabertas nos Temas Geradores para validar o estudo internamente.	h) Alteração não realizada, por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa, os Temas Geradores permaneceram com as perguntas abertas.
D 4	1ª Parte	i) Considerou as questões adequadas aos objetivos e sugeriu acrescentar nos Dados Gerais uma questão relacionada ao CREF.	i) Alteração não realizada, por se tratar de professores que lecionam na Educação Básica, a exigência é ter a formação em Licenciatura, por isso, identificar se o professor possui CREF,

			não corresponde aos objetivos da pesquisa.
	2ª Parte	j) Saber o sucesso, não dimensiona a formação. Sugeriu investigar o processo de formação e as competências que fundamentam a atuação como técnico.	j) Alteração realizada.
		k) Devido o contexto e o envolvimento dos participantes com o esporte escolar, sugeriu investigar a concepção dos professores sobre o modelo de esporte escolar que acreditam.	k) Alteração realizada
D 5	2ª Parte	l) Entender a visão do professor sobre a detecção de talento esportivo e a formação esportiva para o rendimento.	l) Alteração realizada.
		m) Seria interessante saber a concepção do professor em relação ao que é ser técnico de esporte escolar e relacionar com a formação e/ou capacitação.	m) Alteração realizada.
		m) Deixar a questão n. 5 neste formato, caso a intenção seja entender os objetivos educacionais e de rendimento esportivo integrados, caso não seja, desmembre a pergunta.	m) Alteração não realizada, pois a intenção é de resposta integrada, o professor deve ter discernimento para responder a questão.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Após a avaliação do instrumento investigativo, houve a necessidade de adequar e alterar algumas questões para alcançar o objetivo do estudo. Na primeira parte do questionário, procurou-se caracterizar o grupo de professores-técnicos, contendo dez questões, distribuídas em três categorias de análise:

Primeira Parte

A - Dados gerais: identificação; experiência esportiva enquanto aluno/atleta; experiência como técnico fora do contexto escolar.

1) Nome (dado não divulgado na pesquisa)

Escola (dado não divulgado na pesquisa)

DRE

Idade: Sexo: () Masculino () Feminino

Tempo de atuação (em anos) no magistério do município de São Paulo:

Tempo total que atua no magistério (em anos):

Quais são as turmas que você leciona?

Atualmente, você tem outra ocupação e/ou profissão além do magistério?

Não Sim – Qual?

2) Foi praticante de modalidades esportivas: escolares; amadoras; e/ou federadas enquanto aluno/atleta?

Forma(s) de participação enquanto aluno/atleta			
Participação	Modalidade(s)	Categoria(s)	Tempo (em anos) de participação
<input type="checkbox"/> Esporte Escolar			
<input type="checkbox"/> Esporte Amador			
<input type="checkbox"/> Esporte Federado			

3) Atualmente, você continua praticando alguma modalidade esportiva e/ou atividade física?

Não Sim - Qual(is): _____ Frequência semanal

4) Você teve experiência(s) como técnico(a) fora do contexto escolar?

Não Sim. Em caso afirmativo, descreva no quadro abaixo:

Forma(s) de atuação enquanto técnico(a) fora do contexto escolar			
Atuação	Modalidade(s)	Categoria(s)	Tempo (em anos) de participação
<input type="checkbox"/> Esporte Amador			
<input type="checkbox"/> Esporte Federado			

B - Formação profissional: formação em Educação Física; formação em outros cursos de graduação ou pós-graduação; participação em cursos de capacitação e principais cursos realizados.

1) Formação em Educação Física

Curso	Ano ingressante	Ano de conclusão	Instituição Formadora
<input type="checkbox"/> Licenciatura Plena			
<input type="checkbox"/> Licenciatura			
<input type="checkbox"/> Licenciatura e Bacharelado			

2) Outros cursos (Graduação e/ou Pós-Graduação)

Cursos	Ano de conclusão	Instituição Formadora	Carga Horária

Segunda Parte – Temas Geradores

Nas perguntas abertas, houve a necessidade de adequar e alterar algumas questões, bem como, ampliar mais duas questões nos Temas Geradores, sendo: a concepção sobre o que é ser técnico no esporte escolar e a sugestão de um modelo de esporte no contexto escolar. Abaixo segue a reformulação dos Temas Geradores:

1) Processo de Formação dos professores-técnicos

1) Destaque em seu processo de formação, como você adquiriu as competências que fundamentam a sua atuação como técnico nas Olimpíadas Estudantis?

2) Competências dos professores-técnicos

2) Na sua compreensão, o que é ser técnico de esporte escolar?

3) (Des)valorização esportiva da unidade escolar na visão dos professores-técnicos

3) O contexto da sua unidade escolar valoriza o esporte escolar? Justifique sua resposta.

4) Participação dos alunos nos projetos esportivos e nas OE

4) Para participar dos projetos esportivos e/ou das Olimpíadas Estudantis nas modalidades com as quais trabalha, quais competências os alunos-atletas devem ter?

5) Objetivos da formação educacional e da formação esportiva para o rendimento

5) Para formar seus alunos/atletas, o que você faz para alcançar os objetivos educacionais e de rendimento esportivo?

6) Detecção de talentos e formação esportiva para o rendimento

6) Na sua opinião, a quem compete a detecção de talentos esportivos e a formação de atletas para o rendimento esportivo? Justifique sua resposta.

7) Proposição de um modelo de esporte no contexto escolar

7) Como deveria ser o modelo de esporte escolar?

2.4 Interpretação das informações do instrumento investigativo: a técnica da análise de conteúdo

Como técnica de análise, optou-se pela análise do conteúdo descrita por Bardin (2011). Para interpretar o conteúdo dos dados houve a necessidade de analisar as informações dos professores-técnicos registradas no instrumento de investigação de forma qualitativa.

A análise do conteúdo é um conjunto de técnicas que analisa qualquer tipo de comunicação que emita significações de um emissor para um receptor, e que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem. Na sua proposição, a autora coloca que a análise de conteúdo não significa apenas uma técnica de pesquisa, mas a sistematização científica de princípios e conceitos (BARDIN, 2011).

A riqueza das informações permite ao pesquisador uma interpretação qualitativa polissêmica e valiosa. Uma das dificuldades da análise está em visualizar os conteúdos que podem transitar entre o campo objetivo e o campo simbólico. Isto significa que os extremismos devem ser evitados, é preciso que haja um equilíbrio entre o formalismo e a subjetividade (BARDIN, 2011).

Durante a análise, buscou-se interpretar não só o que está explícito, mas também aquilo que simboliza os registros dos professores. O propósito da análise é fazer inferências e dar relevância teórica. A inferência, além de produzir suposições, é responsável por embasar os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo (FRANCO, 1986).

Inicialmente na análise foi considerada a pré-exploração do material através da leitura global para obter o entendimento das ideias principais e fornecer indícios de organização e sistematização para as próximas fases de análise. Em seguida foi realizada a seleção das unidades de análises temáticas, conforme os objetivos do estudo e as inferências sobre as unidades encontradas. Por fim, a constituição das categorias e subcategorias através da codificação temática das mensagens analisadas (BARDIN, 2011).

2.5 Seleção da amostra

A capital paulista possui 456.965 alunos distribuídos em 547 escolas do ensino fundamental na rede municipal de São Paulo, sendo especificamente 115.576 alunos distribuídos nos 8º e 9º anos, idade correspondente à categoria mirim. A seguir, o quadro representa a distribuição da quantidade de alunos por DRE (SME, 2014).

Quadro 3 – Relação entre as DREs e estimativa de alunos que compreendem a faixa etária da categoria mirim: SME/SP (2014)

Diretoria Regional de Educação - DRE	Quantidade de alunos nos 8º e 9º anos	%
Pirituba – PJ	12.807	11
Butantã - BT	5.658	5
Campo Limpo – CL	15.032	13
Capela do Socorro – CS	7.598	6,6

Freguesia/Brasilândia – FB	7.304	6,4
Guaianazes – G	8.612	7,5
Ipiranga – IP	6.490	5,6
Itaquera – IQ	6.625	5,7
Jaçanã/Tremembé – JT	7.647	6,7
Penha – PE	6.752	5,8
Santo Amaro – SA	7.611	6,5
São Matheus – SM	11.578	10
São Miguel – MP	11.862	10,2
Total	115.576	100

Fonte: SME, 2014.

Devido à complexidade de investigar as 13 DREs, optou-se em investigar os professores-técnicos responsáveis pela categoria mirim pertencentes à Fase Regional (FR) da DRE PJ e da Fase Municipal (FM). A escolha da categoria mirim se justifica pela maior quantidade de alunos (58.605)¹¹ participantes nas OE em 2014, além disso, essa categoria compreende a faixa etária dos Jogos Escolares da etapa nacional e das competições internacionais de esporte escolar. A DRE PJ é composta por 12.807 alunos, isto representa (11%) do total de alunos, distribuídos em 60 escolas do ensino fundamental (SME, 2014).

Das 60 escolas da DRE PJ, 30 participaram das OE em 2014. Isto representa 50% da totalidade das escolas. Ao entrar em contato com os professores nos locais de competição, ninguém se opôs em participar da investigação ao serem informados a respeito do estudo. A seleção dos participantes teve como critério o cumprimento de dois requisitos: ser professor de Educação Física da SME/SP e ter participado como finalista em modalidades coletivas ou individuais da FR da DRE PJ e/ou Municipal (OE, 2014). A pesquisa se dividiu em duas etapas:

➤ **1 - Fase Regional - OE 2014:**

O critério de escolha dos participantes está de acordo com o objetivo geral da pesquisa que pretende compreender se há coerência entre o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores-técnicos finalistas das OE da SME/SP em relação às DCNs do curso de licenciatura em Educação Física baseados nas Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02, e de forma simultânea, entre o perfil de formação curricular e concepção esportiva dos professores-técnicos finalistas das OE da SME/SP em relação ao Decreto n. 7.984/13 que viabiliza o Programa Atleta na escola proposto pelo MEC/ME.

➤ **2 - Fase Municipal - OE 2014:**

¹¹ FEDEESP 2014, dados obtidos através dos relatórios enviados a SME/SP.

O critério de escolha dos professores-técnicos finalistas da FM, também está de acordo com os objetivos descritos da FR. Além disso, representa um grupo de “elite” que pressupõe um perfil de formação e concepção direcionado para o desenvolvimento do esporte de rendimento, bem como competências que supostamente se adequam ao esporte de rendimento, conforme consta nas atuais propostas das Políticas Públicas de esporte escolar do ME.

Entretanto, não se descarta a hipótese dos professores que não conseguiram chegar à FM, possuírem conhecimentos semelhantes ao grupo investigado, uma vez que o êxito esportivo das modalidades coletivas ou individuais pode estar associado a outros fatores como o contexto social da cultura esportiva escolar, incentivos da equipe gestora e dos pais, treinamento dos alunos em clubes esportivos etc.

Assim, a escolha das fases de investigação se justifica pela complexidade de analisar os professores-técnicos em sua totalidade, sendo escolhida especificamente a DRE PJ na FR devido à aproximação de espaço/tempo do pesquisador com os participantes. Já a FM representa um grupo de elite e contempla diversas escolas e professores-técnicos das diferentes DREs da SME/SP.

Nas duas fases, foram escolhidos os professores-técnicos finalistas das seguintes modalidades:

- Coletivas: Futsal, Handebol, Voleibol e Basquetebol.
- Individuais: Atletismo, Judô, Natação e Ginástica Artística.

2.5.1 Participantes e procedimentos de contato

O grupo participante foi composto pelo quadro de professores das OE 2014 da SME/SP, nas seguintes fases: Regional (DRE PJ) e Municipal. Inicialmente, realizou-se o contato com os participantes da pesquisa de forma pessoal nos locais de competição.

A FR ocorreu no período de agosto a outubro de 2014. Durante o diálogo, o professor-técnico recebeu a carta de apresentação da pesquisa com a descrição do projeto resumido. Após o esclarecimento dos propósitos e do aceite inicial, o professor assinou o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Neste primeiro contato foi elaborada uma lista contendo o nome da escola, do professor, e-mail e telefone.

Após o término da FR das OE, houve a necessidade de realizar o segundo contato por ligação telefônica para avisar os professores sobre o envio do questionário semiestruturado ao e-mail pessoal. Posteriormente, na FM das OE que ocorreu no período de outubro a dezembro de 2014, o contato inicial e o envio do questionário seguiu o mesmo procedimento da FR.

No entanto, conforme os critérios descritos na metodologia, do total de 21 professores-técnicos finalistas participantes da FR DRE PJ das OE 2014, 17 responderam o questionário e enviaram ao e-mail do pesquisador dentro do prazo estipulado, representando 81% da FR.

Em relação a FM, houve dificuldades em identificar os finalistas das modalidades individuais. A FEDEESP, não padronizou os relatórios dos resultados da FM por escola. A classificação foi realizada pela soma de pontos que as escolas obtiveram conforme a DRE pertencente listando somente pontuação geral, ou seja, a FEDEESP não classificou as escolas que foram campeãs, vice ou terceiros colocados gerais das modalidades individuais¹². Diante dos relatórios consultados, chegou-se aos prováveis finalistas das modalidades individuais, porém não foi possível contatar alguns professores-técnicos devido ao cronograma estabelecido para finalizar a pesquisa. Dos 35 professores-técnicos finalistas da FM das OE 2014, 26 responderam o questionário e enviaram ao e-mail do pesquisador dentro do prazo estipulado, representando 74% da FM.

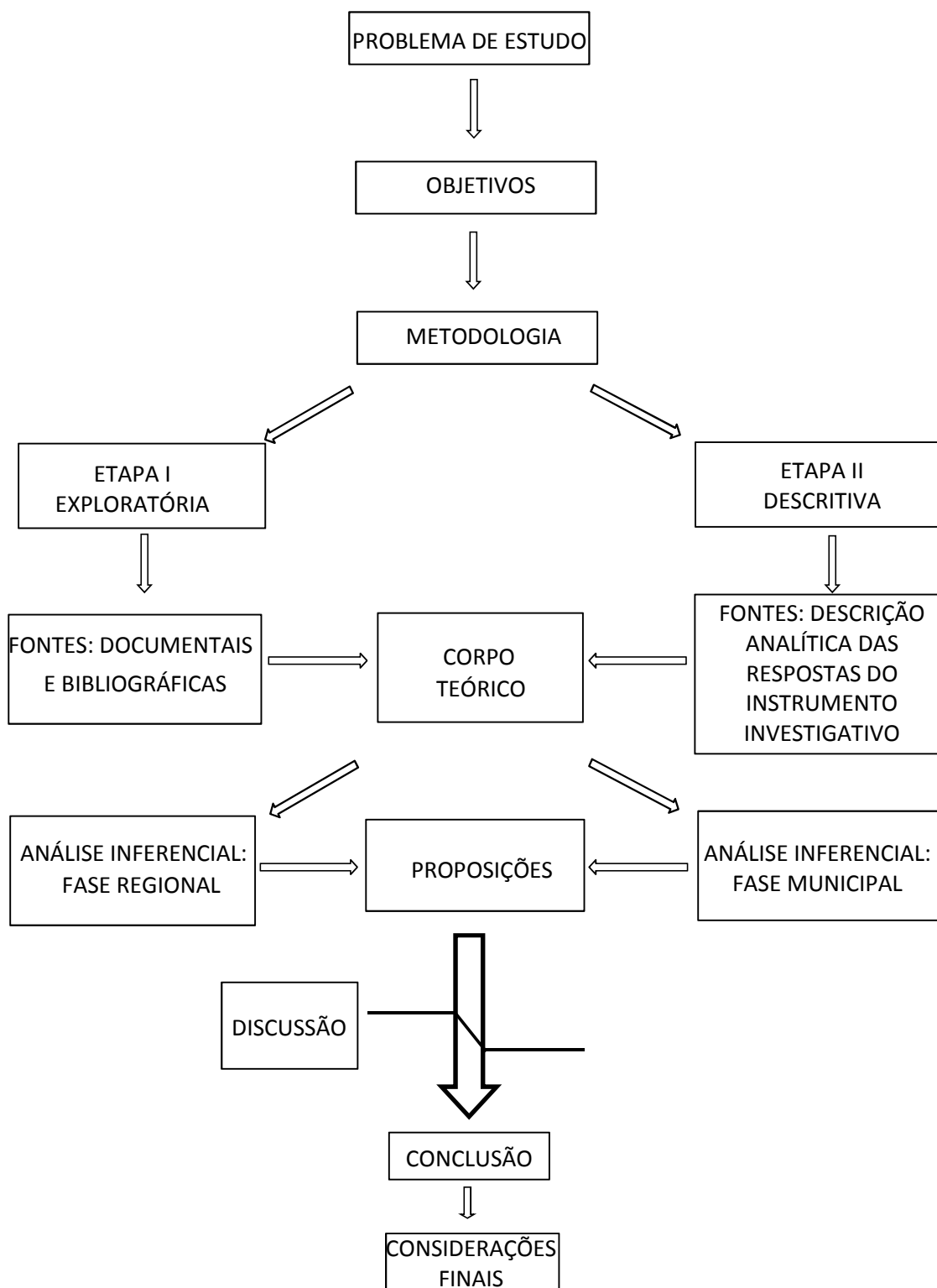
Apesar do aceite inicial dos professores-técnicos contatados na FR em participar e colaborar com a pesquisa, mesmo assinando o TCLE, quatro professores não retornou o questionário. Ao contatar os professores novamente por telefone para relembrar e explicar sobre a importância da pesquisa, os professores afirmaram que retornariam o questionário respondido. As últimas tentativas foram realizadas por e-mail, mas não houve êxito. Outros nove possíveis participantes da FM não foram contatados, devido o término do prazo de entrega do estudo.

¹² Nas edições anteriores, a FEDEESP organizou a classificação das escolas somando os pontos obtidos em cada modalidade, provas e categorias, definindo a escola campeã, a vice e a terceira colocada geral das modalidades individuais.

2.6 Síntese da metodologia da pesquisa

A figura 1 apresenta a síntese do processo da metodologia empregada neste estudo, obedecendo aos seguintes passos:

Figura 1 – Figura esquemática da metodologia de pesquisa



3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 A escolha da terminologia esporte

A raiz etimológica¹³ da palavra desporto provavelmente está ligada a palavra francesa “*desport*” que significa “passatempo, recreação, prazer” – formada pelo verbo “*desporter*” – vinda do latim *dis*-“embora, fora” e mais *portare*-“levar” – que significa levar embora, desviar o pensamento dos assuntos sérios, ou seja, “divertir-se, distrair-se, jogar”. A partir da palavra francesa “*desport*”, derivaram-se a inglesa “*sport*”, a portuguesa desporto e a brasileira esporte.

Na literatura brasileira, admitem-se os termos desporto e esporte por serem tratados como sinônimos, mas Castellani Filho (2010)¹⁴, prefere valer-se da compreensão do conceito “esporte” atribuída por Gaudêncio Frigotto “(...) defendo o uso da nossa - brasileira - expressão Esporte, que não nega sua origem portuguesa nem tampouco nossa aproximação com o britânico Sport, mas expressa a vontade política de buscar suas próprias palavras para apontar o desejo de configuração de sua identidade”.

Para Tubino (1987), a utilização do termo desporto ou esporte são semelhantes e não possuem diferenças em relação a sua representação. Segundo Balbino (2005, p. 11), “qualquer uma das opções atende para a percepção da abrangência conceitual do fato esportivo, não havendo distinção de significado, conceito ou conteúdo”.

Apesar dos autores como Tubino e Balbino considerarem o termo desporto, esportivo e desportivo como sinônimos por abrangerem o mesmo sentido, conteúdo e conceito, optou-se neste estudo, concordar com a definição do termo esporte descrita por Frigotto e defendida por Castellani Filho. Portanto, na construção do texto utilizou-se o termo esporte, exceto em citações diretas pelo respeito às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)¹⁵.

¹³ Consulta da raiz etimológica realizada no sítio eletrônico, disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/>>. Acesso em: 20 de nov. 2013.

¹⁴ Disponível em:

<<http://www.universidadedofutebol.com.br/Coluna/11323/AFINAL%2B%2BESPORTE%2BOU%2BDESPORTO>> Acesso em: 05 mar. 2014.

¹⁵ Nas citações diretas, o termo desporto e/ou desportivo(a) será mantido devido às normas da ABNT e pelo respeito da preservação da originalidade do texto. Nota-se que nos documentos relacionados à legislação esportiva, o termo desporto e esporte também aparecem como sinônimos.

3.2 O conceito do fenômeno esporte

Segundo Elias e Dunning (1992), o esporte moderno surgiu no século XVIII e tornou-se uma prática típica da nobreza inglesa, sendo posteriormente, expandido para outras camadas sociais e para o resto do mundo no final do século XIX e início do XX. Inicialmente, os jogos populares com bola da cultura inglesa estavam ligados às festas religiosas ou da colheita. Por volta do ano de 1800, as práticas dos jogos populares declinou devido o processo de urbanização e industrialização que levaram a novos modos e condições de vida.

Vale destacar que os jogos populares praticados por outras camadas sociais foram alvo de repressão do Poder Público, pois consideravam a possibilidade de causar desordem e violência. No caso da Inglaterra, foram nas escolas públicas que os jogos foram ressignificados e passaram a assumir as características da racionalização e da institucionalização das regras do esporte moderno, uma vez que os espaços educativos não eram percebidos como ameaça à ordem pública (BRACHT, 2011; ELIAS; DUNNING, 1992; MARQUES, 2007).

A transformação das práticas esportivas é acompanhada de diversas influências e são dependentes de fatores econômicos, políticos, históricos etc. Neste sentido, Bourdieu (1983, p. 137-139) apresenta questões importantes relacionadas aos aspectos temporal e social, destacando que:

A história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica. [...] parece indiscutível que a passagem do jogo ao esporte propriamente dito tenha se realizado nas grandes escolas reservadas às “elites” da sociedade burguesa, nas public schools inglesas, onde os filhos das famílias da aristocracia ou da grande burguesia retomaram alguns jogos populares, isto é, vulgares impondo-lhes uma mudança de significado e de função muito parecida àquela que o campo da música erudita impôs às danças populares, bourrées, gavotas e sarabandas, para fazê-las assumir formas eruditas como a suíte.

Com o decorrer do tempo, as regras e formas de jogar foram sendo universalizadas. Segundo Bracht (2011), houve uma esportivização da cultura corporal de movimento apoiadas nas características descritas por Guttmann (1979, p. 16): - secularização; igualdade de chances; especialização dos papéis; racionalização; burocratização; quantificação; busca do *record* – tornando o esporte de alto rendimento ou esporte-espetáculo numa expressão hegemônica.

O fato do esporte hegemônico não ser aceito como unanimidade fez emergir resistências. Para Huizinga (1980), a profissionalização do esporte reduziu as características fundamentais do jogo: o aspecto lúdico e a espontaneidade. Bracht (2011, p. 23) cita “o caso de

resistência do movimento ginástico da classe trabalhadora alemã” que não aceitava as atividades consideradas da cultura burguesa.

O posicionamento contrário da classe trabalhadora¹⁶ faz surgir práticas opostas ao esporte hegemônico. Como exemplo, observa-se a manifestação esportiva enquanto atividade de lazer, passando a ter uma relação de interdependência entre a atitude, tempo, cultura, condições socioeconômicas entre outras, diferindo o sentido de sua prática, conteúdos, valores, locais, materiais, regras e participantes para além dos objetivos de rendimento, como a saúde, o prazer e a sociabilidade (MARCELINO, 2006).

Para Marchi Jr. (2002), historicamente o processo de constituição do fenômeno esportivo tornou-se conflitante, por apresentar continuidades e transformações, permitindo ampliar a interpretação do esporte através de diferentes olhares.

Este breve levantamento temporal objetivou resgatar os principais pontos que permitem compreender o fenômeno esportivo. Portanto, na sociedade contemporânea quando se pergunta: o que é esporte? Para Bracht (2011), o esporte manifesta-se sob duas formas quanto ao sentido: esporte de alto rendimento ou espetáculo e esporte enquanto atividade de lazer. Em relação ao esporte de alto rendimento Kunz (1994) aponta as suas principais características: sobrepujança ao adversário; segregação; supervalorização do vencedor; desvalorização do perdedor; mercado e consumo; racionalidade técnica.

Para Bento (2004), o esporte é um fenômeno sociocultural que se manifesta através da atividade corporal, possui uma intencionalidade própria, individual ou coletiva, são práticas humanas competitivas que buscam a *performance*, a emoção, a superação, o jogar, o brincar e o superar-se, disputadas entre adversário(s) através de regras e normas específicas de cada modalidade e que geralmente, são controladas por órgãos reguladores.

Para Tubino (2010) o esporte pode ser classificado em três manifestações: esporte-educação, esporte-lazer e esporte-rendimento. Observa-se que na legislação brasileira consta a mesma classificação devido à influência de Tubino e de outros intelectuais que acreditavam no esporte como direito social de todas as pessoas, culminando com o artigo 217 da Constituição Federal de 1988 que defende esta concepção ao garantir a prática do esporte formal e não formal, sendo também influenciadores das Leis que normatizam e regulamentam o esporte brasileiro como a Lei Zico (8.672/93) revogada pela Lei Pelé (9.615/98), que posteriormente foi regulamentada pelo Decreto n. 7.984/13.

¹⁶ Sociedade industrial do século XIX e, atualmente, a sociedade urbana.

Ao analisar a definição do que é o esporte na perspectiva destes autores, observam-se diferentes interpretações. Neste contexto de múltiplas interpretações, as competições esportivas transmitidas na mídia, os Jogos Escolares, as atividades esportivas praticadas por grupo de idosos, as atividades esportivas praticadas por pessoas com deficiência física, as crianças jogando futebol na rua, as pessoas caminhando ou correndo nos parques, também são formas de práticas esportivas. Nestes exemplos, todos estão envolvidos com a prática esportiva. Entretanto, é preciso considerar os diferentes valores e sentidos que envolvem cada realidade: para que serve; como é a sua prática; e quem são os praticantes deste esporte.

Para Bourdieu (1990), as razões da prática de cada modalidade estão associadas aos valores transmitidos por ela. Entre os valores têm-se a inclusão, a seleção, a competição, a cooperação, o rendimento e lazer como auxiliares da formação humana. Enquanto o sentido dado à prática depende das condições históricas, culturais e sociais dos participantes, que exercerão influência sobre a concepção da atividade praticada através da apropriação da modalidade escolhida.

A interpretação e a ação em relação ao fenômeno esportivo possibilitam o conhecimento praxiológico (conhecimento empírico do cotidiano), a noção de *habitus* (sistema de conhecimento de vivências a partir do meio social que o indivíduo se insere) e o conceito de campo (todo saber construído pelas relações humanas em um local físico) (BORDIEU, 1983).

Por se tratar de uma manifestação cultural, a conceituação do esporte para Bourdieu (1990), apresenta uma grande flexibilidade semântica. Dessa forma, Sttigger (2002) ressalta que depende do sentido que é dado à prática, o contexto social em que está inserido e quem são os praticantes deste esporte. Por isso, a prática do mesmo esporte pode representar significados e impactos diferentes entre os praticantes devido à intenção dos envolvidos em relação à mesma atividade.

Em relação ao modelo de concepção das formas de manifestação do esporte, tem-se o esporte dividido entre diversas modalidades que compreendem regras, processo histórico e formas de disputa, e muitas vezes, estão associadas às Confederações e Federações esportivas. Nesta direção, é necessário dar sentido às práticas esportivas, destacando-se os valores morais, os significados das práticas e o contexto cultural (MARQUES et al., 2007).

Neste estudo foram consideradas as diversas concepções sobre as manifestações do fenômeno esportivo e o sentido das diversas práticas esportivas em relação ao ensino de valores, que formam e educam os praticantes, mantendo o foco especificamente no contexto do esporte no âmbito escolar.

3.3 Educação Física, Esporte e Escola

Desde o final da década de 1960, o Estado utiliza o esporte de alto rendimento como instrumento de ação política, preocupando-se com o declarado desejo de conquistar medalhas olímpicas, na intenção de transferir o capital simbólico para o sistema político e econômico, visando o reconhecimento internacional do sistema financeiro do país. Entretanto, o discurso utilitarista do Estado se apoia no esporte como um mobilizador de massas, utilizando a prática esportiva como promotora da saúde, qualidade de vida e bem estar social. O discurso do Estado é fortalecido à medida que a escola é utilizada como base da pirâmide para desenvolver o esporte de alto rendimento (BRACHT, 2003; TUBINO, 2010).

No período da ditadura militar, o Estado se apoderou da censura de imprensa para massificar e manipular o povo, penetrando agilmente em diferentes camadas sociais, inclusive nos conteúdos a serem ensinados nas aulas de Educação Física escolar, fundamentados no desempenho físico e na iniciação esportiva. Neste momento, surge o modelo de pirâmide esportiva, deixando para o professor durante as aulas, a incumbência de descobrir talentos que pudessem participar de competições esportivas de alto rendimento (BRACHT, 2003; COLETIVO DE AUTORES, 1992; GHIRALDELLI, 1989; LINHARES, 1997).

Segundo Rangel-Betti e Betti (1996), a partir da década de 1970, o perfil de formação do professor de Educação Física estava pautada no currículo tradicional-esportivo, sendo o esporte, o principal conteúdo a ser ensinado nas aulas de Educação Física escolar. Esse currículo perdurou com forte adesão até o final da ditadura militar (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Neste modelo curricular, o papel exercido pela Educação Física tornava-se reducionista. Buscando refletir a função social da Educação Física e a ideologia dominante do esporte-espetáculo, Ghiraldelli (1989, p. 20) identifica algumas concepções¹⁷ de ensino e aprendizagem, entre elas, a competitivista de caráter tecnicista, que objetivava para:

(...) o culto do atleta-herói, aquele que a despeito de todas as dificuldades chegou ao *podium*. A Educação Física fica reduzida ao esporte de rendimento ao “desporto de alto nível”. A prática desportiva deve ser “massificada”, para daí poder brotar os expoentes capazes de brindar o país com medalhas olímpicas. (...) Desenvolve-se assim o Treinamento Desportivo baseado nos avançados estudos da Fisiologia do Esforço e da Biomecânica, capazes de melhorar a técnica desportiva. A Educação Física é sinônimo de desporto, e este, sinônimo de verificação de *performance*.

Procurando superar o reducionismo da Educação Física no ambiente escolar, principalmente a partir da década de 1980, pesquisadores como Betti (1991); Bracht (1986;

¹⁷ Concepções higienista, militarista, pedagogicista, competitivista e popular.

1989; 1992); Castellani Filho (1988); Coletivos de Autores (1992)¹⁸; Kunz (1994); Medina (1983); Tubino (1987), entre outros, começaram a contestar o rendimento esportivo no espaço escolar e chegaram à conclusão de que o sistema piramidal, a especialização precoce, a apologia ao uso de *doping* o caráter mercadológico e alienante direcionados ao rendimento e a detecção de talentos no ambiente escolar, não condiziam com as finalidades socioeducativas, culturais, éticas, psicológicas e de saúde à qual o esporte, no contexto escolar, havia sido destinado.

O Estado ao transferir à escola a função social de produzir atletas para o alto rendimento valoriza os princípios capitalistas da sociedade industrial e reforça as desigualdades sociais e a perda de liberdade quando os alunos vivenciam situações de fracassos. A reprodução impensada do esporte hegemônico voltada à mercadoria e ao consumo no espaço escolar exclui a grande maioria dos alunos (BETTI, 1997; KUNZ, 1994).

Como exemplo, Taffarel (2012) em seu estudo, constatou que nos Jogos Escolares da Bahia, não há efetiva ampliação da cultura corporal, tampouco para a formação omnilateral¹⁹. A autora critica a negação da valorização histórica e cultural dos esportes em detrimento da repetição mecânica do treinamento esportivo, resultando na banalização do conhecimento da cultura corporal.

Buscando combater a exploração alienada, hegemônica, midiática e, principalmente, da espetacularização do esporte, Betti (1997, p. 24) chama a atenção de forma crítica de como o esporte deve ser entendido nos espaços educativos e afirma que o esporte deve ser inserido com um propósito e uma intenção educativa, mas para que isso aconteça é o educador que deve fazer do esporte “ao mesmo tempo um objeto e um meio de educação”, no seu sentido amplo de humanizar as relações sociais.

Além disso, o autor considera que há outras pessoas responsáveis e que depende da união de outros espaços, instituições e organizações sociais que também possam contribuir de forma reflexiva e ressignificativa sobre o fenômeno esportivo.

Quando Betti (1997, p. 24) cita Belbenoit²⁰, enfatiza que o esporte na escola deve ter um propósito e uma intenção educativa mediada pelo educador ao do fazer do esporte, conteúdo e meio de educação. Nesse sentido, Betti (1997, p. 24) destaca:

¹⁸ Os autores do livro *Metodologia de ensino da educação física/ coletivo de autores* são: Carmen Lúcia Soares; Celi Nelza Zülke Taffarel; Elizabeth Varjal; Lino Castellani Filho; Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

¹⁹ O termo omnilateral refere-se à formação do ser humano tendo como horizonte a totalidade intelectual, física, corpórea e sensível com a finalidade de emancipação humana.

²⁰ BELBENOIT, Georges. *O desporto na escola*. Lisboa, Estampa, 1976.

Antes de mais nada, para ele, introduzir a iniciação ao esporte de competição nos programas escolares não é aceitar para a escola a missão expressa de produzir atletas capazes de assegurar o prestígio esportivo do país. Este pode ser um efeito secundário, que não deve ser recusado, mas não poderia ser o objetivo principal, que continua a ser a extensão a todos de uma gama tão ampla quanto possível de atividades formativas.

A educação e o esporte para Betti (1997) estão relacionados e podem construir uma base sólida de qualidade de vida em seu sentido amplo, no sentido de humanizar as relações sociais. Isto compreende o conhecimento dos benefícios que sua prática proporciona aos aspectos biológico, intelectual, social, pessoal, estético e moral.

Nesta direção, Belbenoit citado por Betti (1997, p. 28) acredita que integrar o esporte na escola é:

(...) preparar o desenvolvimento do esporte para todos no quadro de uma política de saúde para todos, de cultura para todos, e de uma renovação da vida democrática; integrar o "esporte para toda a vida" à educação permanente é afirmar que esta não deve apenas permitir ao homem continuar na corrida da evolução tecnológica.

Já Bento (1999, p. 23), entende que os espaços educacionais são os maiores responsáveis em refletir o fenômeno esportivo ao considerar “a escola como oficina de humanidade e de humanização dos humanos, de enraizamento da liberdade, de aperfeiçoamento e aprofundamento da cidadania e da democracia”.

Para Bento (1999, p. 21-24), “o ensinar bem – escorado em técnicas e estratégias – deverá ceder lugar ao ensinar para o bem: do aluno, da sociedade, do desporto e também do professor”. Ele acredita que “todo o homem é um polo de qualidade, que o desporto é um dos meios de construir valores”, pois “não há nenhuma teoria pedagógica e também nenhuma prática educativa que não assente, explícita ou implicitamente, numa doutrina de valores” contida no resgate da formação ética e moral, na busca de um ser humano integral.

Após meio século, as atuais Políticas Públicas de esporte no contexto escolar ao considerar o professor de Educação Física como personagem central na busca da detecção de talentos e no desenvolvimento do esporte escolar de rendimento, mantêm propósitos semelhantes aos programas de pirâmide esportiva iniciados no final da década de 1960.

Constatou-se que as políticas de desenvolvimento do esporte escolar pouco se alteraram. Em relação aos estudos revisados, os autores não se posicionam contra o desenvolvimento da prática esportiva no ambiente escolar, mas contra a reprodução irrefletida dos propósitos das Políticas Públicas de rendimento esportivo na educação básica.

É imprescindível conceber o esporte como um fenômeno que transcenda o seu caráter utilitarista, pragmático e mercadológico, considerando em todas as suas instâncias a formação humana sempre em primeiro lugar, entendendo que o esporte não pode ser usado apenas como um meio de se alcançar a *performance* esportiva a qualquer custo. É o esporte que deve ser utilizado como ferramenta e meio de formação atlética e esportiva dentro dos preceitos éticos, morais, culturais, sociais e intelectuais. É necessário respeitar a individualidade dos alunos e compreender os significados e as finalidades que a prática esportiva representa em cada contexto.

3.4 Histórico dos Jogos Escolares Brasileiros

A Etapa Nacional dos Jogos Escolares²¹ da Juventude atualmente está nomeada como JEJ. Segundo Arantes et al. (2012), a primeira competição esportiva escolar aconteceu em 1969. No período de 1969 a 1989, a organização do evento foi realizada pela Divisão de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação e Cultura (DEF/MEC), posteriormente sucedida pelo Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC), em seguida pela Secretaria de Educação e Desportos (SEED/MEC).

De 1990 a 2004, a organização do evento também passou por diferentes comandos. Em 1996 o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) entrou em parceria com a Secretaria do Desporto da Presidência da República (SEDES/PR), Secretaria de Desporto do Ministério da Educação (SEDES/MEC), Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP/PR - INDESP/MEC) e Ministério do Esporte e Turismo (MET). Desde 2005, o COB em parceria com o ME são os atuais responsáveis pelos Jogos Escolares da Juventude (ARANTES et al., 2012).

Os Jogos Escolares promoveram de forma crescente, a melhoria dos esportes individuais e coletivos, além de elevar o aperfeiçoamento técnico das competições nacionais (DACOSTA, 2005). Historicamente, o Decreto n. 3.199/41, primeiro ato regulador do esporte brasileiro, separou os escolares dos demais grupos de atletas e praticantes. Posteriormente, a Lei n. 6.251/75 instituiu normas sobre o Desporto Brasileiro, regulamentado pelo Decreto n. 80.228/77 que designou como Desporto Estudantil todas as competições entre estudantes,

²¹ Dado divulgado pelo Ministério do Esporte: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs - 1969 a 1975), Jogos Escolares Brasileiros (JEBs - 1976 a 1994 e de 2003 a 2004), Campeonatos Escolares Brasileiros (CEBs - 1978, 1980 e 1982 – etapas classificatórias para JEBs de 1979, 1981 e 1983), Jogos da Juventude (JOJU - 1995 a 1998 e de 2001 a 2004), Olimpíada Colegial da Esperança (OCE - 2000 a 2001), Olimpíadas Escolares (2005 a 2012), e os atuais Jogos Escolares da Juventude (2013 – atual).

divididas em Universitário e Escolar. Posteriormente, as outras alterações se deram por questões organizacionais e estruturais influenciadas pelos objetivos pretendidos conforme o contexto das questões política e social em que o evento estava inserido.

Os resultados dos estudos de Arantes et al. (2012) sobre os Jogos Escolares, apontam em seu processo histórico (1969 até 2010) a identificação de quatro fases:

1) “O início” 1969 a 1984, tendo como objetivo o intercâmbio social e esportivo, a interação entre Poder Público, professores e alunos, e a detecção de talentos esportivos;

2) “Esporte Educacional” 1985 a 1989, tendo como finalidade incentivar o esporte como direito social pautado em princípios pedagógicos e educacionais (participação, cooperação e cogestão);

3) “Procurando Identidade” 1990 a 2004, tendo como propósito desenvolver o aluno de forma integral através do estímulo e acesso à prática esportiva e ao descobrimento de talentos esportivos;

4) “Encontrando o Rumo” 2005 a 2010, tendo como meta o desenvolvimento do aluno de forma integral, na detecção de talentos esportivos, na mobilização e no incentivo da juventude escolar à prática esportiva.

Os mesmos autores citados acima, concluem que a organização e o financiamento são dependentes do Poder Público e que a partir de 2004, o COB passou a ser o principal responsável pela organização e repasse de verbas advindas da Lei n. 10.264/01 (Agnelo Piva). Além disso, os autores enfatizam a importância da prática esportiva pelos jovens no meio escolar e sugerem mais investigações sobre o que os gestores pensam sobre os Jogos Escolares e ao nível técnico dos Jogos Escolares nas demais fases que antecedem a etapa nacional, como as etapas municipais, regionais e estaduais.

A representação numérica da participação dos escolares possui uma média por edição de 2.595 (1969 a 1984), 2.077 (1985 a 1989), 3.437 (1990 a 2004) e 5.328 (2005 a 2010) (ARANTES et al.; 2012). De 2010 em diante, o sítio eletrônico do ME afirma que o evento tem uma participação média por edição de aproximadamente 6 mil escolares.

De forma geral, os objetivos atuais indicam que as competições escolares são oportunidades de estimular o espírito esportivo, além de difundirem os valores do esporte entre os jovens. No livro do ME “Balanço de Gestão 2003/2010” é ressaltado que os Jogos Escolares contribuem na formação da juventude e na ampliação do trabalho de base do esporte brasileiro. Para o ME, os Jogos Escolares são tratados como terreno fértil de fabricação de talentos que um dia poderão expressar o país e conquistar medalhas em competições internacionais.

3.5 Estudos brasileiros sobre o esporte no contexto escolar

O esporte foi inserido na Educação Física escolar, segundo a revisão realizada no tópico anterior, a partir da década de 1960 e tem recebido inúmeros significados e sentidos. Entre os estudos de esporte no contexto escolar, este tópico irá destacar principalmente os estudos do professor Manoel José Gomes Tubino devido o seu extenso envolvimento com o esporte-educação. É válido mencionar que Tubino ocupou diversos cargos públicos como a presidência do Conselho Nacional de Desportos (CND), o INDESP e da *Fédération Internationale d'Education Physique* (FIEP), contribuindo de forma significativa nas decisões políticas sobre o esporte no Brasil.

O último livro de Tubino lançado em 2010²² intitula-se “Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação”. Tubino (2010) compartilha o processo histórico do esporte, evolução das leis esportivas, seus conhecimentos e experiência na gestão esportiva, enfatizando o esporte-educação como principal suporte prático dos conceitos do esporte contemporâneo. Esta obra é resultante da solicitação do ME e se organiza em quatro estudos.

No primeiro estudo “Pesquisa e análise crítica sobre o conceito esporte” o autor descreve o processo histórico do esporte dividindo-o em três períodos: esporte antigo (Jogos Gregos e Jogos Olímpicos da Antiguidade), esporte moderno (originado pelo inglês Thomas Arnold, restauração dos Jogos Olímpicos – Pierre de Coubertin e o conceito de *Fair Play*²³ – ética esportiva) e esporte contemporâneo (criado a partir de manifestações mundiais a favor da prática esportiva como um direito de todos).

Tubino considerou a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO, 1978) como o principal marco para o esporte se transformar em um direito de todos, rompendo com a hegemonia mundial do esporte de rendimento. Para Tubino, Garrido e Tubino (2006, p. 37) o esporte é um:

Fenômeno sociocultural, cuja prática é considerada direito de todos, e que tem no jogo o seu vínculo cultural e na competição o seu elemento essencial, o qual deve contribuir para a formação e aproximação dos seres humanos ao reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação, o que pode torná-lo um dos meios mais eficazes para a comunidade humana.

²² Obra póstuma ao falecimento de Tubino, publicada em 2010. Estudo encomendado pelo ME e revisado por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira.

²³ Está relacionado aos valores éticos, sociais e morais. O seu significado significa jogo justo, jogo limpo, ter espírito esportivo.

No contexto brasileiro, Tubino conseguiu aprovações importantes em relação à ampliação e compreensão da conceituação do esporte como o artigo 217 da Constituição Federal, considerando como questão de Estado o fomento de “práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um”, a criação da Lei n. 8.672/93²⁴ (Lei Zico) reconhecendo três tipos de manifestações esportivas: esporte-educação, esporte-participação (lazer) e esporte-rendimento (*performance*). As definições das manifestações esportivas no artigo 3º (Lei n. 8.672/93) são:

- I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;
- III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Segundo Tubino (2010), o reconhecimento das manifestações esportivas no Brasil, promoveu a inclusão de muitas pessoas à participação da prática esportiva, independente da aptidão física ou técnica, através de programas sociais como o Esporte Solidário e, posteriormente no mesmo sentido, o Programa Segundo Tempo, ambos desenvolvidos pelo Estado.

No segundo estudo, “Elementos de superação do conceito das manifestações esportivas presentes na Lei vigente que abranjam o esporte na sua totalidade”, o autor entende que havia a necessidade de ampliar o termo esporte-educação, propondo a sua ramificação para esporte educacional e esporte escolar, assim definidos (TUBINO, 2010, p. 43-87):

Definição de esporte educacional:

O Esporte Educacional, também chamado de Esporte na Escola, pode ser oferecido também para crianças e adolescentes fora da escola (comunidades em estado de carência, por exemplo). O Esporte Educacional, segundo Tubino, Garrido e Tubino (2006), deve estar referenciado nos princípios da: inclusão, participação, cooperação, coeducação e corresponsabilidade (Grifo do autor).

Compreende as atividades praticadas nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de Educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de

²⁴ Revogada pela Lei n. 9.615/98 (Lei Pelé). Observa-se que as definições das manifestações esportivas não sofreram alterações.

seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua formação para a cidadania e a prática do lazer ativo.

Definição de esporte escolar:

O Esporte Escolar é praticado por jovens com algum talento para a prática esportiva. O Esporte Escolar, embora compreenda competições entre escolas, não prescinde de formação para a cidadania, como uma manifestação do Esporte-Educação. O Esporte Escolar está referenciado nos princípios do Desenvolvimento Esportivo e do Desenvolvimento do Espírito Esportivo. O Espírito Esportivo é mais do que “Fair-Play”, pois compreende também a determinação em enfrentar desafios e outras qualidades morais importantes (Grifo do autor).

Praticado pelos jovens de talento no ambiente escolar, com a finalidade de desenvolvimento esportivo de seus praticantes, sem perder de vista a formação dos mesmos para a cidadania. Tem como referência os princípios do Desenvolvimento Esportivo e do Desenvolvimento do Espírito Esportivo.

O esporte-educação é entendido como base para a formação da cidadania das demais ramificações, sendo o esporte educacional referenciado nos princípios socioeducativos e o esporte escolar nos princípios de desenvolvimento esportivo e no desenvolvimento do espírito esportivo (valores éticos e morais). Assim, o esporte-educação é concebido de forma sistêmica e está permanentemente conectado com o esporte-rendimento e o esporte-lazer. Apesar do reconhecimento do esporte-educação, Tubino (2010, p. 52) entende que:

A ênfase continua no Esporte Escolar, e as iniciativas curriculares do Esporte Educacional, que integram a Educação Física Escolar, continuam deficientes, principalmente pela literatura escassa a respeito, embora já existam algumas teses/dissertações de mestrado e doutorado que estudaram e ofereceram caminhos para a utilização educativa.

Como exemplo de aplicação de investimentos no esporte escolar, destaca-se a Lei Agnelo-Piva (Lei n. 10.264/04) que passou a garantir 2% das arrecadações brutas das loterias federais para serem destinadas ao esporte. Entretanto, apenas 10% deste montante são enviados ao esporte escolar, sendo gastos para realização dos Jogos Escolares, deixando o esporte educacional sem investimentos.

No terceiro estudo, “Relação do esporte com a educação evidenciando fatores que possam incidir sobre a conceituação, organização e realização de competições/Jogos Escolares para subsidiar a construção do novo sistema”, propõe uma estrutura da política nacional do esporte, representado por um conjunto que compreende: 1) a entrada: composta de recursos humanos, recursos financeiros, infraestrutura, ciência, mídia, legislação, questão de Estado; 2) o processo: representado pelo exercício do Estado conforme a entrada nas três manifestações

(esporte-educação, esporte-lazer e esporte-rendimento); 3) saída: verificação dos resultados que fornecerão elementos indispensáveis para ajustar o processo.

Neste estudo é dado destaque ao esporte educacional através da sustentação teórica de intelectuais como Noel-Backer, Maheu, Cagigal e Haag que defendem o esporte como meio de formação e desenvolvimento humano. Tubino enfatiza a necessidade de criar outras possibilidades para a realização dos Jogos Escolares por meio de diversas propostas para além do esporte escolar (*Fair Play* e educação olímpica), como os jogos cooperativos (jogar com e não contra o adversário) e sociomotrizes defendido pelo francês Parlebas.

Contrariando os Jogos Escolares que eram desenvolvidos no modelo de esporte-espetáculo, servindo à pirâmide esportiva, no período em que Tubino presidia a SEED/MEC e o CND, os Jogos Escolares de 1989 – período que coincide com a redemocratização do Brasil – após a I Conferência sobre o esporte na escola, foram realizados tomando como base a Carta Brasileira de Esporte na Escola (elaborada por professores universitários e professores-técnicos) por meio do esporte educacional (sem a participação de alunos-atletas federados), considerando os princípios socioeducativos. Porém, os eventos seguintes, não ocorreram da mesma forma.

Nesta direção, o estudo de Chaves (2006) fundamentada em autores como Betti, Freire e Kunz, evidenciou o esporte educacional como conteúdo e meio para ensinar a Educação Física escolar, relacionando os princípios do esporte-educacional com os objetivos da Educação Física escolar. Em seu estudo sobre os Jogos Escolares, Barbieri (1999) convida os órgãos e instituições públicas e privadas para dialogarem no sentido de estabelecer uma filosofia esportiva apoiada em princípios, estratégias e procedimentos adequados ao esporte educacional, atribuindo os valores sociais e pedagógicos enquanto meio de educação. Além disso, Barbieri propõe de forma detalhada exemplos de como realizar os Jogos Escolares fundamentado no esporte educacional através de jogos cooperativos, jogos populares, jogos coletivos, dança e esporte para deficientes físicos.

Voltando à Tubino, no quarto estudo, “Pesquisa e análise crítica sobre a relação do nexo esporte-educação com os jogos escolares”, há uma retomada da reflexão dos Jogos Escolares conforme o contexto em que foram realizados, pontuando os avanços e as involuções sobre a importância do esporte-educação no contexto escolar e dos programas sociais (esporte-lazer), como questão de Estado. Outro apontamento é que o esporte escolar atualmente é representado pelos Jogos Escolares, sendo um paradoxo a dissociação entre o MEC e as Secretarias estaduais e municipais em relação aos assuntos educacionais.

Apesar de não ser um consenso sobre os estudos de Tubino em relação ao esporte na esfera escolar, principalmente por intelectuais da Educação Física que eram contrários ao esporte institucionalizado (esporte escolar) no ambiente escolar, as classificações das manifestações esportivas não deixam dúvidas quanto às questões éticas, sendo o esporte-lazer (o que inclui e garante o direito de todos participarem) o ponto de encontro de seus críticos.

Diante dos estudos de Tubino, pode-se afirmar a sua contribuição para a intervenção social e o diálogo entre Educação Física e o seu campo de atuação, enfatizando que o esporte contemporâneo deve ser pensado como direito de todos, de forma plural.

3.5.1 Estudos sobre os Jogos Escolares

Durante a revisão da literatura sobre a temática abordada nesta pesquisa, observou-se uma escassez de estudos relacionados à formação curricular e concepção esportiva dos professores que atuam como técnicos nos Jogos Escolares em suas diferentes esferas (municipal, estadual e nacional). Além disso, não foi encontrado na literatura estudos que estabelecem relações entre o perfil dos professores-técnicos comparando com as DCNs do curso de licenciatura em Educação Física, as leis que normatizam o esporte e os diferentes programas esportivos de âmbito federal que envolve o contexto escolar.

Durante a exploração dos estudos que abordam o esporte educacional e o esporte escolar que se aproximam da temática deste estudo, destacam-se as pesquisas realizadas por Carone Soares (2010) e Silva (2013).

Carone Soares (2010) em seu estudo objetivou analisar as Olimpíadas Colegiais²⁵ (OC) da região leste de Campinas, tendo como foco a verificação do aproveitamento da competição esportiva como conteúdo da Educação Física através das concepções dos professores e demais organizadores do evento. A autora faz uma exploração documental das OC caracterizando as modalidades esportivas (regras e formas de disputa) e a quantidade de escolas e alunos participantes. Além disso, faz relações entre as Atividades Curriculares Desportivas (projetos de contraturno) com os PCNs. O estudo evidenciou a importância do professor no processo de ensino e aprendizagem, enfatizando a prática pedagógica pautada nos valores sociais, sem perder de vista o caráter competitivo das OC. O estudo é concluído pelos aspectos positivos que a competição proporciona durante as OC. Entretanto, apenas oito de 23

²⁵ Atuais Jogos Escolares do Estado de São Paulo – JEESP.

professores participaram efetivamente da pesquisa, sendo considerado neste caso, um fator de limitação para o estudo.

Silva (2013) analisa o processo de treinamento dos esportes coletivos (Basquete, Futsal, Handebol e Vôlei) em equipes escolares nas três esferas dos Jogos Escolares de Belo Horizonte (municipal, estadual e federal) de 2011. A pesquisa faz uma ampla revisão sistemática²⁶ da produção literária em periódicos nacionais da área da Educação Física e Esportes entre 1990 e 2011. A pesquisa revelou carência de estudos em relação ao aprofundamento teórico e metodológico, além de constatar a predominância do esporte escolar de rendimento e defasagem sobre o conceito do esporte educacional, superioridade das equipes de escolas privadas em detrimento das públicas em relação às condições de treinamento, materiais esportivos, recursos humanos e capacitação profissional.

3.6 A influência do conteúdo esportivo na organização curricular do curso de Educação Física e na formação do Técnico Desportivo

A constituição da Educação Física como área de formação iniciou-se a partir da década de 1930 (CESANA, 2012, p. 77). No final do século XIX e início do século XX, a Educação Física no Brasil foi influenciada pelas áreas médicas e militares. Segundo Cunha Junior (2009) e Coletivo de Autores (1992), o movimento ginástico europeu foi introduzido nos currículos escolares como meio educacional e de promoção da saúde, articulados por médicos e militares.

No século XIX, Tubino (2010) destaca a difusão do movimento esportivo inglês pelo pedagogo Thomas Arnold, e a idealização dos Jogos Olímpicos pelo francês Pierre de Coubertin através da ética esportiva (*Fair Play*), como influenciadores da inserção dos conteúdos esportivos nas aulas de Educação Física brasileira, principalmente após a década de 1960. Neste período, conforme ressalta Betti (1991), o Método Desportivo Generalizado divulgado pelo professor francês Auguste Listello na primeira metade do século XX, tornou o esporte como o principal conteúdo de ensino nas aulas de Educação Física.

Os exercícios ginásticos que se firmavam em princípios biológicos foram os conteúdos predominantes na Educação Física até a década de 1960. Em 1961 com a promulgação da

²⁶ Estratos dos periódicos: B1, B2, B3, B4 da CAPES, sendo selecionados 57 artigos. Não houve pesquisa no estrato A1 e A2 devido o viés fisiológico e por outros critérios de exclusão. A autora ressalta a limitação do estudo em relação à filtragem das palavras chaves: Jogos Escolares, esporte da escola, esporte na escola e olimpíadas escolares. Participaram da pesquisa 195 técnicos.

LDB²⁷, houve uma ampla reforma no sistema de ensino brasileiro. Entre as mudanças, ficou estabelecido a obrigatoriedade da Educação Física do ensino primário ao médio. Neste período, segundo Soares (2001), o Método de Educação Física Desportiva Generalizada contrapôs o Método Ginástico. Assim, na expectativa de adequar os objetivos às práticas pedagógicas, a Educação Física começou a utilizar o conteúdo esportivo de forma predominante nos currículos escolares.

Em 1971, a Lei n. 5.962 revogou e atualizou alguns dispositivos da LDB de 1961. Em seguida, o Decreto n. 69.450/71 regulamentou o artigo 22 da LDB decretando em seu art. 1º: “A Educação Física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora-forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”. Enquanto o art. 3º descreveu os objetivos da Educação Física em todas as etapas de ensino:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.

§ 3º Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga a do ensino superior.

A partir da década de 1970, o desenvolvimento da Educação Física estava fundamentada no desempenho físico. Como descrito no Decreto citado acima, a partir da 5ª série, a iniciação esportiva tornava-se o principal conteúdo de ensino através da metodologia tecnicista. Desta forma, surge o modelo de pirâmide esportiva, exigindo do professor durante as aulas de Educação Física, a função social de descobrir talentos e formar equipes escolares visando o rendimento esportivo.

²⁷ Lei n. 4.024 de 1961.

Nesta década, a Educação Física tornava-se mais uma vez, um instrumento importante para a manutenção da ordem e progresso. As atividades esportivas tinham a função de melhorar a força de trabalho e a composição de uma juventude forte e saudável. Nota-se, um estreitamento entre o esporte e o nacionalismo, tendo como exemplo a campanha da seleção brasileira de 1970 (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Em face disto, o perfil de formação do professor de Educação Física estava pautado no esportivismo. Deste momento em diante, o esporte passou a ser o principal conteúdo a ser disseminado nos cursos e nas aulas de Educação Física escolar. Desta forma, as aulas tornaram-se mini sessões de treinamento esportivo orientada pelos professores-técnicos que passaram a enfatizar o princípio de aprendizagem analítica, realçando os fundamentos técnicos, tendo como produto final a legitimação do (alto) desempenho esportivo nos Jogos Escolares.

Ainda na década de 1970, segundo Rangel-Betti e Betti (1996) o currículo tradicional-esportivo dos cursos de Educação Física foi consolidado. Neste mesmo período, o esporte de alto rendimento era utilizado como instrumento político para manipular possíveis desarranjos sociais (aumentar a saúde e diminuir a violência), além de massificar e legitimar a prática esportiva de desempenho no ambiente escolar.

Segundo o Coletivo de Autores (1992), a organização curricular esportivista dos cursos de Educação Física perdurou com forte adesão até o final da ditadura militar (1984). Da década de 1980 em diante, os efeitos do modelo de pirâmide esportiva começaram a ser contestados: a prática dos esportes de elite não aumentou o número de praticantes e tampouco, o Brasil se tornou uma nação olímpica. Estes motivos e as reflexões sobre a exclusão dos alunos com baixo desempenho foram determinantes para a Educação Física escolar refletir sobre os objetivos do desenvolvimento do conteúdo esportivo voltado para o esporte de alto rendimento.

Através dos problemas apresentados, concomitante com a necessidade da Educação Física ser reconhecida como área de conhecimento, as mudanças curriculares mais significativas do curso de Educação Física aconteceram a partir da Resolução CFE n. 03/87. Segundo Souza Neto et al. (2004), as alterações curriculares foram influenciadas devido o surgimento de outras demandas como: a necessidade de repensar o currículo mínimo; a exigência de outro profissional competente para atuar fora do contexto escolar, conforme as necessidades sociais e a importância de se refletir a Educação Física enquanto campo de conhecimento específico.

A partir de 1987 com a reorganização curricular do curso de Educação Física, a formação específica de Técnico Desportivo deixa de fazer parte da graduação. A formação do

Técnico Desportivo possibilitado pelo Decreto-Lei n. 1.212/37 passou a ser substituída pela formação de bacharel. Desta maneira, a formação em licenciatura plena, habilitava a atuação no contexto escolar e fora dele, enquanto a formação de bacharel, apenas fora da escola. O perfil de formação do bacharel buscou qualificá-lo para intervir nas diversas atividades físicas e esportivas, tendo por finalidade aumentar as possibilidades de um estilo de vida ativo e saudável.

Na década de 1990, a elaboração de outros documentos importantes como a nova LDB e os PCNs contribuiu para entender e refletir o processo de ensino e aprendizagem do conteúdo esportivo na Educação Física escolar, balizando a ação pedagógica do professor na educação básica, através de princípios socioeducativos de inclusão, da diversidade e das categorias dos conteúdos (conceitual, procedimental e atitudinal).

E por fim, na década de 2000, após o entendimento da nova LDB e da necessidade da formação de profissionais que dominassem conhecimentos especializados, atendessem o emergente mercado de trabalho e as necessidades sociais, elaborou-se as DCNs dos cursos de Educação Física, que definem os perfis de formação profissional (licenciatura ou bacharelado), delimitam o campo de trabalho e fixam os conteúdos do núcleo comum e os conteúdos do núcleo específico, assim como a duração e carga horária mínima.

Para entender as mudanças curriculares que influenciaram a elaboração das DCNs e a definição do perfil de formação profissional dos cursos de Educação Física, faz-se necessário revisar os documentos que propiciaram a evolução do currículo do curso de Educação Física e estabelecer relações entre a formação do professor de Educação Física e a do Técnico Desportivo, conforme o contexto e a legislação temporal vigente.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL

4.1 A organização curricular, a constituição das DCNs do curso de Educação Física e o perfil de formação profissional

A pretensão deste tópico é situar o leitor, principalmente em relação às principais mudanças curriculares referentes ao curso de Educação Física, bem como a sua configuração atual e estabelecer relações com o perfil de formação profissional.

Segundo Souza Neto et al. (2004), as diretrizes curriculares foram reformuladas ao longo do tempo na mesma medida em que a sociedade brasileira foi se modificando. Desta forma, não houve pretensão de aprofundar as discussões que originaram as alterações, mas somente pontuar de forma linear o momento histórico e o que as mudanças curriculares do curso de Educação Física representaram em relação ao campo de atuação profissional.

A constituição da Educação Física como área de formação, iniciou-se com o funcionamento do primeiro programa civil na década de 1930. Em 1934, a formação em Educação Física estava pautada no estudo da vida humana, dos exercícios físicos da infância à idade madura, dos exercícios motores lúdicos e agonísticos, dos processos pedagógicos e de desenvolvimento do aluno, dos exercícios motores artísticos e dos fatos e costumes das tradições dos povos na área dos exercícios físicos e motores. A formação de dois anos habilitava o título de professor de Educação Física e a formação de um ano o título de instrutor de ginástica (SOUZA NETO et al., 2004).

Em 1937, a Constituição Federal legitimou e reconheceu a importância da Educação Física, tornando-a obrigatória em todas as escolas. O termo “Técnico Desportivo” e a sua possibilidade de atuação surge pela primeira vez, a partir do Decreto-Lei n. 1.212/39 ao estabelecer a formação de dois anos para curso superior em Educação Física e de um ano para a formação do curso normal de Educação Física, técnica desportiva, treinamento em massagem e medicina da Educação Física e desportos. Para realizar o curso superior de Educação Física e técnica desportiva era exigido o diploma secundário do ensino fundamental (atual ensino fundamental – ciclo II), para o curso normal de Educação Física o diploma de normalista (atual ensino fundamental – ciclo I) e para o curso de medicina da Educação Física e desportos o diploma de médico.

Em 1945, o Decreto-Lei n. 8.270 revisou o currículo do curso de Educação Física (Decreto-Lei n. 1.212/39) com a intenção de melhor adequar os programas de formação. A nova organização da estrutura curricular redimensionou a carga horária e os conteúdos

disciplinares, sendo que a duração do curso de Educação Física passou de dois para três anos e os outros cursos continuaram com um ano (BENITES et al., 2008). Em relação aos conhecimentos, acrescentou-se o estudo do comportamento humano na estrutura curricular (SOUZA NETO et al., 2004). Assim, ficou estabelecido o oferecimento de cinco tipos de formação²⁸ através dos cursos de Educação Física:

1. Curso Superior de Educação Física;
2. Curso de Técnica Desportiva;
3. Curso de Educação Física Infantil;
4. Curso de Medicina aplicada a Educação Física e aos Desportos;
5. Curso de Massagem.

Em 1961, a LDB Lei n. 4.024 exigiu um currículo mínimo e um núcleo de matérias e conteúdos que procurassem garantir a formação cultural e profissional adequadas à formação docente.

Em 1962, o Parecer CFE n. 292 considerou que todo professor é basicamente um educador. Para isso a formação, fundamentou-se na preparação pedagógica, desdobradas em dois planos decrescentes mutuamente complementares (ensinar e aprender) em seu tríplice aspecto (aluno-matéria-método), enquanto num plano crescente focalizado no processo educativo como um todo mais amplo em que se inserem as componentes: aluno, escola e meio.

No mesmo Parecer foi apresentado no currículo mínimo um rol de matérias pedagógicas²⁹. Na relação entre aluno-matéria e matéria-método, apontava: “que ensinar preexiste ao como ensinar e de certo modo o condiciona, o que não implica negar a validade à metodologia teórica e prática da Educação” (PARECER CFE 292, 1962, p. 96). Já a relação aluno-método, necessita antes do ato de ensinar, diagnosticar o conhecimento prévio do aluno para utilizar o método mais adequado de ensino. Assim, foram propostas disciplinas como Psicologia da Educação (focado na adolescência e na aprendizagem) e Didática.

Para trazer realismo a atividade docente (planejamento, execução e verificação) indicou-se a disciplina Prática de Ensino sob as formas de estágios supervisionados. E por fim, a relação escola-meio, através de conhecimentos gerais da administração escolar, seus objetivos, sua estrutura e os principais aspectos de funcionamento, objetivando dar uma

²⁸ Em 1953, o Decreto n. 1.921 passou a exigir a conclusão do 2º ciclo (atual ensino médio) para os ingressantes. Em 1957, o curso deixou de ser de nível técnico. Portanto, a formação ficou da seguinte maneira: o curso 5 nível médio; curso 1 e 2 nível superior com duração de três anos; cursos 3 e 4 nível de especialistas, sendo o curso 4 realizado por diplomados em medicina.

²⁹ Sendo as seguintes: Psicologia da Educação, Didática, Prática de Ensino, Estágio Supervisionado e Elementos da Administração Escolar.

introdução ao binômio escola-sociedade por meio da disciplina de Elementos da Administração Escolar.

Em 1962, o Parecer CFE n. 298 propôs uma organização e fixação de currículo mínimo³⁰ para os cursos de Educação Física (licenciatura) e técnica desportiva, com duração de três anos letivos. A diferença da formação do curso de técnica desportiva para a Educação Física estava na exclusão da Recreação e na inserção de mais dois Desportos (de forma especializada). Nesses currículos mínimos, os cursos poderiam oferecer outras matérias (obrigatórias e/ou facultativas) ou excluir matérias “inadequadas” ao sexo.

Em 1969, o Parecer CFE n. 672 propôs trocar o termo Elementos da Administração Escolar por Estrutura e Funcionamento de Segundo Grau e fixar os mínimos de conteúdos destinados à formação pedagógica em 1/8 da carga horária curricular.

Ainda em 1969, o Parecer CFE n. 894 estudou a reformulação do currículo. A primeira questão abordada relacionava-se à formação do Técnico Desportivo contida no Parecer CFE n. 298/62, pois a maioria dos cursos não estava aparelhada para oferecer diversas modalidades esportivas de forma especializada, deixando a desejar na quantidade e qualidade exigidas para atuar neste campo de trabalho. Na prática, as associações esportivas acabavam contratando ex-atletas para suprir a necessidade, porém, sem a devida formação pedagógica e científica, contribuindo para o desprestígio do campo e atuação profissional.

Neste impasse, este Parecer propôs a formação simultânea do licenciado e do Técnico Desportivo. Assim ficou estabelecida uma carga horária de 1.800 horas e o mínimo de três anos letivos de duração, além de agrupar as matérias em três núcleos³¹. As IES podiam acrescentar outras matérias que julgassem necessárias, desde que não extrapolassem a carga horária. Desta maneira, os cursos ofereciam a formação superior em Educação Física (licenciatura) e de técnica desportiva, desde que o aluno cursasse mais duas disciplinas desportivas³².

Diante da aprovação dos Pareceres descritos acima, promulgou-se a Resolução CFE n. 69/69 com o objetivo de reformular o curso de Educação Física e estabelecer o currículo

³⁰ Sugerindo como matérias: Anatomia, Biometria, Fisiologia, Cinesiologia, Fisioterapia, Higiene, Socorros e Urgência, Psicologia, Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos, Ginástica, Desportos, Dança, Recreação e Matérias Pedagógicas.

³¹ Biológico (Anatomia, Biometria, Fisiologia, Cinesiologia, Higiene e Socorros de Urgência); Pedagógico (Filosofia, História da Educação Física e Desportos, Didática Geral e da Educação Física); Técnico (Ginásticas, Rítmica, Recreação, Natação e Atletismo).

³² Disciplinas Desportivas indicadas às IES: Arco e Flecha, Basquetebol, Boxe, Esgrima, Futebol de Campo, Futebol de Salão, Ginástica Olímpica, Halterofilismo, Handebol, Jiu-Jitsu-Judô-Caratê, Remo, Saltos Ornamentais, Tênis, Canoagem, Voleibol e Polo Aquático.

mínimo, a carga horária, duração, conteúdos, formação pedagógica e agrupamento de matérias por núcleos, descritos na tabela 1 (Resolução CFE n. 69/69):

Tabela 1 – Resolução CFE n. 69/69: currículo mínimo, carga horária, duração e conteúdos, Brasil (1969)

Mínimo de 3 anos
Total mínimo exigido para Formação (1.800 h/a)
Núcleo 1 = matérias Biológicas
Núcleo 2 = matérias Pedagógicas
Núcleo = matérias Técnicas

Fonte: MEC, 1969.

No entanto, essa Resolução, principalmente a partir da década de 1980, sofreu muitas críticas da comunidade acadêmica. Entre as críticas, apontavam mudanças em relação ao currículo mínimo, a duração, a carga horária, a estrutura vigente dos cursos superiores, os programas de pós-graduação e especialização, entre outras.

O amadurecimento do debate acadêmico de especialistas da área de diferentes IES, dos diretores das IES, de especialistas do campo esportivo e do MEC em torno das necessidades da sociedade brasileira e da exigência de conhecimentos especializados à prestação de serviços, culminou com o Parecer CFE n. 215/87 que propôs a reestruturação dos cursos de Educação Física, sua nova caracterização, mínimo de duração e conteúdo.

No Parecer CFE n. 215/87 considerou-se a importância da autonomia e flexibilidade na elaboração dos currículos e escolha da própria matriz curricular, conforme as necessidades das IES, com base na realidade regional e mercado de trabalho. A preparação profissional deveria abranger a formação ampla da realidade social, política e econômica do país. Esse profissional deveria ser capaz de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo.

A liberdade acadêmica não contraria o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores, ela proporciona que as IES definam a estruturação e as matérias que integram a formação geral e o aprofundamento de conhecimentos, conforme a composição do currículo e o perfil de formação profissional desejado.

O perfil profissional proposto neste Parecer abrangeu o embasamento humanístico e o desenvolvimento da capacidade de análise, síntese e visão crítica da realidade para agir de forma dinâmica, ética e consciente. Além disso, esse currículo buscou proporcionar o domínio de métodos e técnicas que permitam o desenvolvimento da profissão, tornando o profissional capaz de usar adequadamente conteúdos, materiais, equipamentos, espaços e lugares, a fim de

auxiliar os alunos a conviverem cooperativamente, assim como, ser capaz de identificar e respeitar as diferenças individuais no processo de ensino-aprendizagem, dentro de uma proposta emancipadora e educativa.

A definição do perfil profissional precede aos questionamentos que apontavam a crise de identidade e da necessidade da Educação Física se afirmar como área de conhecimento científico. Neste período, procurou-se investir em pesquisas científicas que sustentassem o embasamento epistemológico da Educação Física.

Apesar das controvérsias geradas com esta nova diretriz curricular, algumas a favor e outras contras, não se pode negar que a partir destas reformulações, a produção acadêmica na área da Educação Física aumentou de forma substancial. Para entender esta evolução, necessita-se compreender como se desenvolveu as bases teóricas e como elas se propagaram em busca de sua própria epistemologia³³.

Entretanto, a questão da formação do Técnico Desportivo sofreu poucas alterações, sendo caracterizado inicialmente como um curso único com duração de um ano, em seguida, como complementação do curso de Educação Física com especialização em dois esportes, e anos depois, curso paralelo com três anos de duração separadamente do curso de Educação Física, e por fim, curso simultâneo de Educação Física e técnica desportiva com três anos de duração, desde que o aluno cursasse mais duas disciplinas esportivas.

Procurando superar as deficiências de formação, acompanhar a evolução do esporte de alto desempenho e oferecer qualidades exigíveis, decidiu-se que o preparo do Técnico Desportivo³⁴ deveria suceder os graduados em Educação Física (bacharéis e/ou licenciados), através de cursos específicos de pós-graduação em nível de especialização.

Em relação às definições do licenciado e do bacharel, na prática ambos foram considerados professores porque ensinam, conferindo ao licenciado pleno, atuar dentro e fora da escola e ao bacharel atuar somente fora da escola. A expectativa era que as IES distinguissem os perfis de formação e definissem especificidades para o campo de atuação profissional.

³³ Ver Betti (2007, p. 8) sobre a busca da identidade. O autor descreve que a Educação Física passou a ser considerada como “ciência básica ou aplicada”, segundo autores como (TANI; SERGIO) e cita que a Educação Física se caracteriza como uma área autônoma, que possui seu próprio objeto de estudo e atuação multidisciplinar. Entre as propostas têm-se a Cinesiologia, a Ciência da Motricidade Humana e Ciências do Esporte. Outra concepção considerava a Educação Física como “prática pedagógica” ou uma subárea entendida como aplicação ou ramo pedagógico.

Ver Drigo (2007, p.17) apoiado em autores como (BETTI; DAÓLIO). O autor ressalta que há um embate entre o referencial teórico das Ciências Biológicas e Ciências Humanas, afirmando que a tendência destas concepções dualistas e dicotômicas possa ser superada por uma “nova compreensão de homem e universo refletido nas concepções integrais de corpo e ser humano”.

³⁴ Conforme consta no art. 7º da Resolução CFE/CP n. 03/87.

Diante dos argumentos apresentados, promulgou-se a Resolução CFE n. 03/87. Neste documento, o graduado poderia receber as duas habilitações (licenciado e bacharel), sob outro enfoque e aprofundamentos específicos. Para o perfil do bacharel, a formação deveria contemplar um campo de conhecimento específico, com ampla visão crítica relacionada às áreas esportivas e pedagógicas. Já o perfil do licenciado de atuação plena, abrangia a atuação na pré-escola, 1º, 2º e 3º graus, sem coibir a atuação em atividades extraescolares (academias, clubes, associações, centros comunitários etc).

Assim, as IES podiam optar pelo curso de licenciatura ou bacharelado, ou oferecer a formação dupla (licenciatura plena) com a duração mínima de quatro anos e máxima de sete anos e carga horária mínima de 2.880 horas. A tabela 2 apresenta a estrutura curricular e os mínimos de conteúdos exigíveis:

Tabela 2 – Resolução CFE n. 03/87: currículo mínimo, carga horária, duração e conteúdos, Brasil (1987)

Mínimo de 4 anos
Total mínimo exigido para Formação (2.880 h/a)
Formação Geral (80%)
a) Cunho Humanístico (20%): Conhecimento Filosófico (reflexão da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem, sociedade e a técnica); Conhecimento do Ser Humano (aspectos biológicos e psicológicos relacionados sobre o ser humano e Educação Física); Conhecimento da Sociedade (compreensão da natureza social da realidade brasileira).
b) Cunho Técnico (60%): Conhecimento Técnico (Conjunto de competências - planejar, executar, orientar e avaliar).
Aprofundamento dos Conhecimentos (20%)
Pesquisas, estudos teóricos e práticos veiculados na Formação Geral e/ou Pedagógica, conforme mercado de trabalho, regionalidade e perfil profissional desejado.

Fonte: MEC, 1987.

As IES não podiam perder de vista o enfoque pedagógico e educacional capazes de contribuir no desenvolvimento integral do indivíduo, conforme a clientela atendida. No entanto, as IES em sua maioria, passaram a oferecer a licenciatura plena, uma vez que habilitava o graduado a atuar em todos os campos de trabalho.

Contudo, as IES que optaram pela formação dupla, acabaram tornando o currículo parecido com a estrutura da Resolução CFE n. 69/69. Desta forma, somente o aumento da carga horária não foram suficientes para definir as especificidades em relação à atuação profissional e campo de trabalho. Os cursos passaram a funcionar como se fossem uma licenciatura ampliada, ou seja, inchada por disciplinas relacionadas à ginástica aeróbica, musculação, Educação Física adaptada, biomecânica etc (RANGEL-BETTI; BETTI, 1996).

Percebendo este problema, os especialistas da área da Educação Física, apontaram falhas na definição da estruturação dos cursos de Educação Física em seus perfis de formação, e destacaram a necessidade de formar um profissional com perfil adequado ao emergente mercado de trabalho, as exigências de conhecimentos específicos e especializados e a delimitação do campo de trabalho. Esses argumentos foram os principais motivos para refletir o perfil de formação profissional e propor alterações que fossem ao encontro das deficiências apontadas.

Com dificuldades parecidas, a formação docente dos outros cursos de licenciatura também necessitava de alterações que garantissem professores melhores preparados e qualificados para atuar nas escolas. Assim, na década de 1990, cria-se a nova LDB através da Lei n. 9.394/96, que propõe um novo paradigma de formação e valorização, considerando o teor de excelência e padrão de qualidade consistente à formação dos docentes.

A fim de garantir uma preparação docente consistente, a LDB define que a formação de graduação em licenciatura deverá cumprir no mínimo 200 dias de trabalho acadêmico e a obrigatoriedade de no mínimo 300 horas de prática de ensino. Este documento buscou organizar e dar parâmetros à educação em todos os níveis, contendo elementos obrigatórios e facultativos articulados entre si. Na formação de professores (graduação plena), a flexibilidade e a autonomia das IES que haviam sido propostas na Resolução CFE n. 03/87, continuaram garantidas na nova LDB para todos os cursos de licenciatura.

Buscando sintonia com a LDB, os Pareceres CNE/CP n. 09 e 27/01 propuseram as DCNs para a formação de professores de educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena em Educação Física. Após a aprovação dos Pareceres, sancionou-se a Resolução CNE/CP n. 01/02 que estabelece um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados pelas IES na organização do currículo.

Os princípios do Projeto Político Pedagógico da formação docente deve considerar a competência como concepção nuclear na orientação do curso, a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada, focada na pesquisa e no processo de ensino e aprendizagem relacionada à construção de conhecimentos, habilidades e valores.

Assim, os conteúdos são meios para constituir as competências e a avaliação tem a finalidade de orientar, dar autonomia e qualificar os futuros docentes, além de diagnosticar as lacunas e aferir os resultados alcançados no processo de formação, com vistas a garantir as aprendizagens orientadas pela ação-reflexão-ação e pela metodologia geral como estratégia didática na resolução de situações problemas.

Desta maneira, o preparo para o exercício profissional deve subsidiar a práxis docente em relação à escolha dos conteúdos, objetivando o aprimoramento em práticas investigativas, o acolhimento e o trato com a diversidade, o exercício de atividades de enriquecimento cultural, o desenvolvimento de hábitos de colaboração e trabalho em equipe, as expectativas de aprendizagens, os métodos de ensino e os diferentes modos de avaliação.

A seleção dos conteúdos deve estar articulada com o conhecimento profissional, desenvolvimento autônomo e intelectual, disciplinaridade e interdisciplinaridade, formação comum e específica, dimensões teóricas e práticas e conhecimentos filosóficos/educacionais/pedagógicos que fundamentam a ação educativa.

Em conformidade com os conteúdos, a formação docente deve considerar as múltiplas competências como: o comprometimento com os valores democráticos; a compreensão do papel social da escola; o domínio de conteúdos e o domínio de conhecimento pedagógico; a investigação e aperfeiçoamento da prática pedagógica; o gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional contextualizado com os conhecimentos exigidos em relação às questões culturais, sociais, políticas, econômicas; o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, conforme as etapas da educação básica.

Nesta direção, a prática profissional deve ser desenvolvida desde o início do curso com ênfase nos procedimentos de observação, registro e reflexão de situações-problemas, auxiliada e enriquecida pelo uso de recursos da tecnologia da informação e comunicação. Enquanto o estágio curricular supervisionado começa a partir do início da segunda metade do curso.

Nesta Resolução, as IES têm autonomia para compor as dimensões da matriz curricular através de eixos articuladores como: diferentes âmbitos de conhecimento profissional; interação e comunicação; desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; formação comum relacionada à formação específica; conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação docente; dimensões teóricas e práticas. Em relação à unidade de conhecimento específico, as IES devem considerar as dimensões biológicas, sociais, culturais, didático-pedagógicas e técnico-instrumentais do movimento.

A partir deste entendimento, com base no Parecer CNE/CP n. 28/01, promulgou-se a Resolução CNE/CP n. 02/02 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior, conforme a tabela 3:

Tabela 3 – Resolução CNE/CP n. 02/02: duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior, Brasil (2002)

Mínimo de 3 anos com 200 dias letivos para cada ano
Total mínimo exigido para Formação (2.800 h/a)
400 horas de prática como componente curricular vivenciada ao longo do curso
400 horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso
1800 horas de conteúdos curriculares de natureza científico-cultural
200 horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais

Fonte: MEC, 2002.

* Para os alunos que exercem atividade docente, o estágio curricular supervisionado poderá ser diminuído em até 200 horas.

Após a elaboração da nova LDB sobre as orientações de organização curricular e formação de professores de educação básica e das DCNs do curso de licenciatura, de graduação plena em Educação Física, com base nas Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02³⁵, as IES tiveram autonomia e flexibilidade para organizar e compor a própria matriz curricular, alinhada com o perfil de formação docente desejado.

De maneira similar, a formação do bacharel necessitava de uma matriz curricular elaborada através das suas próprias DCNs. Diante desta necessidade, com fundamento no Parecer CNE/CES n. 58/04, é sancionada a Resolução CNE/CES n. 07/04 que institui as DCNs para os cursos de bacharelado e dá algumas orientações sobre os cursos de licenciatura em Educação Física, em nível superior de graduação plena, para que as IES definissem o perfil de formação profissional entre as modalidades, considerando alguns conteúdos da formação geral ou ampliada como núcleo comum e conteúdos distintos em relação às competências, habilidades e conhecimentos especializados da formação específica, conforme a delimitação e campo de trabalho.

Os princípios do Projeto Político Pedagógico da formação do bacharel, elaborado e gerido coletivamente, deve considerar a articulação entre os conhecimentos de formação ampliada e específica de ensino, pesquisa e extensão na formação inicial e continuada do graduado, e a indissociabilidade entre teoria e prática, pautado na ética pessoal e profissional, objetivando desenvolver a ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento.

O preparo para o exercício profissional do bacharel deve subsidiar o entendimento da realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente de forma crítica por meio de

³⁵ As IES tiveram até a data de 15/10/05 para se adequarem as alterações e definirem suas matrizes curriculares e modalidades oferecidas: licenciatura e/ou bacharelado. Assim, as IES deviam assegurar o conhecimento identificador da área e os marcos conceituais (conteúdos, competências e habilidades), as ementas, a denominação e fixação da carga horária de cada disciplina.

manifestações intencionais do movimento humano, contribuindo para a aquisição e ampliação do enriquecimento cultural das pessoas, na perspectiva de oferecer um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

A formação do bacharel deve proporcionar conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais das ciências afins, objetivando que o graduado adquira competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica, considerando os valores sociais, morais, éticos, estéticos, próprios de uma sociedade plural e democrática. Neste processo, a avaliação deverá basear-se no domínio dos conteúdos, habilidades e das experiências, com vistas a garantir a qualidade da formação acadêmico-profissional.

Assim, a apropriação de tais competências deve ser capaz de possibilitar ao graduado: investigar, compreender, analisar, avaliar e utilizar metodologias, técnicas, instrumentos e procedimentos para intervir acadêmica e profissionalmente conforme a área de caracterização, campo de trabalho e clientela atendida (pessoas com deficiência ou não), bem como, participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multidisciplinares, acompanhar a evolução científica e utilizar as tecnologias da informação para atualizar-se.

Nesta perspectiva, a prática profissional deve considerar a ligação entre teoria e prática por meio da prática como componente curricular desde o início do curso, do estágio profissional curricular supervisionado a partir da segunda metade do curso e das atividades complementares³⁶ incrementadas ao longo do curso.

Estas diretrizes reservam às IES a autonomia para compor as dimensões da matriz curricular através da articulação das unidades de conhecimento de formação: a) ampliada - relação ser humano-sociedade, biológica do corpo humano e produção do conhecimento científico e tecnológico; e b) específica – culturais do movimento humano, técnico-instrumental e didático-pedagógico.

Após o pronunciamento das novas DCNs do curso de bacharel em Educação Física, as IES tiveram até a data de 15/10/05 para se adequarem às alterações. Após esta data, o perfil de formação profissional pretendido pelas IES, conforme a modalidade oferecida: licenciatura e/ou bacharelado, devem estar bem definidos em seus Projetos Políticos Pedagógicos, assegurando o conhecimento identificador da área e os marcos conceituais (conteúdos, competências e habilidades), as ementas, a denominação e a fixação da carga horária de cada

³⁶ O art. 10 inciso 3º da Resolução CNE/CES n. 07/04 foi alterado pela Resolução CNE/CES n. 07/07, fundamentada no Parecer CNE/CES n. 142/07, através do apontamento do erro conceitual em relação ao termo “estágio extracurricular” contido nas atividades complementares, afirmando que não se deve confundir como “apêndice”. Portanto o termo foi excluído e entendido como uma atividade formativa e escolar, complementar e intencionalmente assumida pelas IES.

disciplina. Para exemplificar, o artigo 7º da Resolução CNE/CES n. 07/04 sinaliza uma alteração significativa na organização curricular do bacharel, vide a tabela 4:

Tabela 4 – Resolução CNE/CES n. 07/04: dimensões do conhecimento, núcleo temático e estágio profissional do bacharel, Brasil (2004)

Dimensões do conhecimento da Formação Ampliada	Dimensões do conhecimento identificador da Formação Específica
a) Relação ser humano-sociedade b) Biológica do corpo humano c) Produção do conhecimento científico e tecnológico	a) Culturais do movimento humano b) Técnico-instrumental c) Didático-pedagógica
20% da carga horária total destinada aos núcleos temáticos de aprofundamento (no máximo dois), articulado com as unidades de conhecimentos e de experiência que o caracterizam.	
Se houver núcleo temático nas IES, 8% do estágio profissional curricular supervisionado deverão ser cumpridos no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.	

Fonte: MEC, 2004.

Mas ainda, faltava definir a carga horária mínima, integralização e duração do curso de bacharel em Educação Física, sendo estabelecida com base nos Pareceres CNE/CES n. 08/07, 213/08 e Parecer CNE/CP n. 02/09, através da Resolução CNE/CES n. 04/09 que define os princípios, as condições e os procedimentos para a formação dos profissionais de Educação Física:

Tabela 5 – Resolução CNE/CES n. 04/09: carga horária mínima, duração e estágio profissional do bacharel, Brasil (2009)

Mínimo de 4 anos com 200 dias letivos para cada ano
Carga horária mínima exigida para Formação (3.200 h/a)
Estágio profissional curricular supervisionado e as atividades complementares não devem exceder 20% da carga horária (640 h/a), e se houver núcleo temático de aprofundamento, 8% (256 h/a) do estágio profissional curricular supervisionado deverão ser cumpridos no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato.
80% da carga horária destinada às dimensões do conhecimento da formação ampliada e específica.

Fonte: MEC, 2009.

Portanto, as IES ao organizarem a matriz curricular e definirem o perfil de formação profissional pretendido, devem estar norteadas pelas DCNs do curso de Educação Física, conforme a modalidade: licenciatura e bacharelado. Neste sentido, ao considerar a constituição das DCNs, a formação do licenciado é regida pelas Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 e a formação do bacharel pelas Resoluções CNE/CES n. 07/04, 07/07 e 04/09.

4.2 O que dizem a LDB da Educação Nacional e os PCNs da Educação Física em relação ao esporte no contexto escolar?

A LDB, responsável por instituir as diretrizes que fundamentam a educação nacional, detalha que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O art. 23 da LDB, alterado pela Lei n. 10.793/03, passou a considerar a Educação Física como componente curricular obrigatório da educação básica, integrada à proposta pedagógica da escola, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da Educação Física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole.

Em relação à prática esportiva, o art. 27, item IV da LDB descreve os parâmetros dos conteúdos curriculares da educação básica, entre eles, considera a “promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais”.

Já os PCNs partem da perspectiva da superação do modelo técnico e biológico, e da análise crítica da Educação Física, considerando as dimensões, cultural, social, política e afetiva, além da complexidade do contexto. A concepção da Educação Física pautada na cultura corporal é a premissa deste documento. Assim, a cultura corporal, incorporada pela Educação Física escolar representada pelo jogo, esporte, dança, ginástica e a luta, têm em comum a representação corporal, a ludicidade, a saúde e o lazer que advém de diversas culturas humanas.

Os PCNs enfatizam que os objetivos da Educação Física escolar não correspondem aos objetivos do esporte de rendimento (formal) e ao profissionalismo (renda), mas sim ao seu caráter democrático e não seletivo em relação ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos, visando a todos o aprimoramento da formação humana. No ensino dos conteúdos, o aluno deve aprender para além das técnicas de execução, a discutir regras e estratégias, apreciá-los criticamente, analisá-los esteticamente, avaliá-los eticamente, ressignificá-los e recriá-los.

No tratamento pedagógico dos conteúdos devem ser consideradas as características dos alunos em todas as suas dimensões: cognitiva, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social. Nesta perspectiva, a prática pedagógica deve estar fundamentada

em três princípios: a inclusão; a diversidade; e as categorias dos conteúdos (conceitual, procedimental e atitudinal).

Para os PCNs, o esporte é um dos conteúdos de ensino da Educação Física e coloca em evidência o rompimento do modelo hegemônico do esporte propagado na mídia. Para isso, a metodologia de ensino pauta-se no desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos, visando o exercício crítico da cidadania.

Sendo assim, o esporte deve ser praticado na perspectiva de lazer, do divertimento e da melhoria da saúde através da ressignificação da cultura corporal, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la associada à comunicação, a expressão de sentimentos e as emoções.

4.3 Programas Esportivos no contexto escolar propostos pelo MEC

O MEC desde 1995, segundo as informações do sítio eletrônico³⁷ e a Resolução CD/FNDE n. 4/14 sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), presta assistência financeira em caráter suplementar às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

A finalidade é melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Entre os programas operacionalizados pelo PDDE, há dois programas esportivos contemplados:

- a) Mais Educação: com base legal na Portaria Interministerial n. 17/07 regulamentado pelo Decreto n. 7.038/10, na perspectiva da educação de tempo integral, visa ampliar a jornada escolar com duração igual ou superior a 7 horas diárias, durante o ano letivo, através de programas educacionais, entre eles, os projetos esportivos.

³⁷ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

- b) Atleta na Escola: com base legal na Resolução CD/FNDE n. 11/13 que atende crianças de 12 a 17 anos, e que tem por finalidade a “Formação Esportiva Escolar”, através da disseminação da prática esportiva e do desenvolvimento dos valores olímpicos e paraolímpicos, com o propósito de identificar e orientar jovens talentos.

Nota-se que o projeto esportivo do Mais Educação possui características do esporte educacional ou esporte informal, valorizando o lazer, a recreação, a cooperação, o passatempo e a diversão. Enquanto o projeto esportivo Atleta na Escola possui características do esporte escolar ou esporte formal, valorizando os alunos com talento e rendimento esportivo.

4.4 A Constituição Federal e os recursos destinados ao esporte

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu art. 217, afirma que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: “(...) II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; e III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional (...)”.

Quanto equivale o repasse dos recursos públicos destinados ao esporte educacional? O que se entende por desporto profissional e não profissional?

Começando pelos recursos, a Lei “Agnelo Piva” n. 10.264/01 determina que 2% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e de loterias federais e similares repassem este montante ao desenvolvimento do esporte nacional. Segundo o Decreto n. 7.984/13 que regulamenta a Lei n. 9.615/98, a Caixa Econômica Federal é responsável por repassar 85% ao COB e 15% ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Dos 85% destinados ao COB, 10% e 5% deste percentual devem ser investidos no esporte escolar e universitário, respectivamente, sendo ao menos, 50% investido nas principais competições nacionais realizadas pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU). Nas competições paralímpicas, permite-se investir e promover a competição de forma conjunta, entre o esporte escolar e universitário, não sendo obrigatório investir 50% dos recursos.

Outros repasses são destinados às Confederações Brasileiras de Clubes (CBC), que posteriormente repassam às Federações Brasileiras de Clubes (FBC). Em relação ao paradesporto, as CBC devem aplicar o mínimo de 15% dos recursos repassados.

Outro recurso deliberado provém da Lei n. 11.438/06³⁸ (Lei de incentivo ao esporte) que possibilita a pessoa jurídica deduzir 1% e a pessoa física deduzir 6% do imposto fiscal. Este recurso pode ser destinado às seguintes manifestações esportivas: esporte-educação; esporte-lazer (participação); esporte de rendimento. Entretanto, no estudo realizado por Matias et al. (2015), apontam que o crescimento do volume de recursos captados com a Lei de incentivo ao esporte, pouco contribuiu para a democratização do esporte, concentrando-se no esporte de rendimento.

A concentração dos recursos no esporte de rendimento é definida pelas empresas que buscam seus interesses individuais através da ampliação do capital econômico, deixando em segundo plano o interesse coletivo, e quando as empresas investem em projetos educacionais ou de participação, se preocupam em representar uma empresa socialmente responsável, ao invés de investir na democratização do esporte (MATIAS et al., 2015; SOUSA, 2011).

4.5 Política Esportiva e a criação do Ministério do Esporte

Este tópico aborda de forma sintetizada a implantação das Políticas Públicas direcionadas ao desenvolvimento do esporte no Brasil. A seguir o quadro demonstra os principais marcos legislativos e regulatórios sobre o esporte até a criação do ME em 2003.

Quadro 4 – Síntese das Políticas Públicas sobre o esporte no Brasil (1937-2002)

1937	Início da intervenção do Estado no esporte. O Presidente da República Getúlio Vargas outorga a Constituição de 1937 e define que o esporte tem por finalidade a capacitação física dos trabalhadores. No mesmo ano, criou-se a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Diretores: Major João Barbosa Leite, Coronel Caio Mário de Noronha Miranda, Professor Alfredo Colombo, General Antônio Pires de Castro Filho, Coronel Genival de Freitas e Coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira.
1941	Criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), sua função é regulamentar a atividade esportiva no país através da Educação Física e do esporte. O CND passa a conduzir e regulamentar as diretrizes do esporte nacional através do Decreto-Lei n. 3.199/41 que estabelece as bases de organização dos desportos em todo país.
1950	O Brasil organiza o primeiro megaevento esportivo no Rio de Janeiro: a Copa do Mundo de Futebol.
1963	Organização dos Jogos Pan-Americanos em São Paulo. Após os Jogos, o Conjunto Residencial (CRUSP) que recebeu os atletas, tornou-se moradia dos estudantes.
1970	O MEC por meio do Decreto n. 66.967/70 transforma a Divisão de Educação Física em Departamento de Educação Física e do Desporto (DED). Diretores: Coronel Eric Tinoco Marques e Coronel Osny Vasconcellos.
1971	Publicação do primeiro diagnóstico nacional do esporte, pelo prof. Lamartine Pereira Dacosta.

³⁸ Alterada pela Lei n. 11.472/07.

1975	Alteração do Decreto-Lei n. 3.199/41 pela Lei n. 6.251/75 que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências - durante o regime militar, mas não houve alterações significativas.
1978	O MEC por meio do Decreto n. 81.454/78 transforma a DED em Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED). Os secretários foram: Péricles de Souza Cavalcanti (79 a 85), Bruno Luiz Ribeiro da Silveira (85 a 87), Manoel José Gomes Tubino (fevereiro a março/87), Júlio César (março a dezembro/87), Alfredo Alberto Leal Nunes (janeiro/88 a fevereiro/89) e, por último, Manoel Gomes Tubino, novamente, até dezembro de 1989.
1988	O presidente da Assembleia Constituinte Ulisses Guimarães promulga a nova Constituição e estabelece o esporte como direito fundamental.
1990	O presidente Fernando Collor, através do Decreto n. 99.187/90 transformou a SEED/MEC em Secretaria de Desportos da Presidência da República (SEDE/PR) e elege o ex-jogador de futebol 'Zico' para chefiá-la. Em 1991, o ex-atleta de vôlei 'Bernard Rajsman' substitui Zico no comando da Secretaria.
1992	Após o impeachment de Collor, o esporte volta a ser vinculado ao MEC com a criação da Secretaria de Desportos no governo de Itamar Franco. Secretários: Márcio Baroukel de Souza (1992 a 1994) e Marcos André da Costa Berenguer (1994 a 1995).
1993	No governo de Itamar Franco é promulgada a Lei n. 8.672/93 (Lei Zico) que institui as normas gerais sobre o desporto e dá outras providências, além de revogar a Lei n. 6.251/75 e desvincular as entidades desportivas do Estado. Esta Lei apresentou princípios e diretrizes para o funcionamento e organização das entidades desportivas.
1995	No governo de Fernando Henrique Cardoso, a Medida Provisória n. 962/95 transformou a SEED/MEC em Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP). A Medida Provisória n. 813/95 desvinculou o INDESP do MEC e subordinou ao Ministério Extraordinário dos Esportes, colocando o ex-jogador de futebol 'Pelé' no cargo. Diretores: Joaquim Ignácio Cardoso Filho (janeiro a julho/95), Asfilófilo de Oliveira Filho (95 a 97), Prof. Ruthênio de Aguiar, interinamente (97 a 98), e Luiz Felipe Cavalcante de Albuquerque (98 a 99).
1998	Pelé deixa o cargo. O INDESP volta a ser vinculado ao MEC que era comandado por Paulo Renato de Souza. O instituto ficou sob a direção do Prof. Manoel Gomes Tubino (junho a outubro/99), tendo como sucessor Augusto Carlos Garcia de Viveiros (1999). Alteração e atualização da Lei n. 8.672/93 pela Lei n. 9.615/98 (Lei Pelé), tendo como principal mudança à eliminação do passe dos atletas de futebol e a criação de condições trabalhistas.
1999	No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, com a Medida Provisória n. 1.794-8/98 a pasta do Esporte foi unida ao Turismo, criando o Ministério do Esporte e Turismo, e o INDESP passou a ser vinculado a este órgão. O deputado federal Rafael Grecca foi o primeiro a assumir a pasta (1999 e 2000), sucedido, em maio de 2000, por Carlos Carmo Melles (2000 a 2002).
2000	O INDESP é extinto e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte, ocupada por Otávio Germano até fevereiro de 2001, depois pelo iatista Lars Grael até março de 2002 e por último por Caio Luiz Cibella de Carvalho até dezembro de 2002.
2001	Criação da Lei n. 10.264/01 "Agnelo-Piva" que determina 2% da arrecadação bruta dos recursos das loterias federais e similares sejam repassados ao desenvolvimento do esporte nacional, sendo 85% ao COB e 15% ao CPB. Dos 85% que lhe cabem, o COB investe obrigatoriamente por lei 10% no Esporte Escolar e 5% no Esporte Universitário, e o restante é aplicado nos programas das Confederações e do COB.
2002	O Brasil sedia os 7º Jogos Sul-Americanos, nas cidades de Curitiba, São Paulo, Belém e Rio de Janeiro.

Fonte: ME, 2012.

Em 2003, no governo do presidente Lula é criado o ME. Em seguida, a pasta de esporte é desmembrada do turismo e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

passou a assessorar o ME fornecendo informações sobre o déficit de infraestrutura esportiva nos municípios.

Ao ME³⁹ compete de forma geral: - planejar; coordenar; supervisionar; estimular; realizar estudos científicos; fiscalizar o combate de *doping* e da legislação; prestar apoio administrativo; implantar; acompanhar; dar subsídios financeiros e de infraestrutura; fazer intercâmbio com instituições nacionais e internacionais - das práticas esportivas em todo território nacional.

Por meio das competências dadas ao ME, buscou-se alavancar o esporte nas suas diferentes manifestações, focando o esporte de rendimento através do lançamento do Brasil como país sede de futuros megaeventos. Para atingir os objetivos, o ME buscou modernizar e ampliar a infraestrutura necessária à candidatura da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro em 2016. As ações de preparação visam deixar um amplo e duradouro legado esportivo e englobam: financiamento de competições e treinamento no Brasil e no exterior; contratação de comissões técnicas e equipes multidisciplinares; aquisição de equipamentos e materiais esportivos; bolsas para atletas; procedimentos médico-científicos; controle de dopagem; construção e reforma de centros de treinamento.

Abaixo, segue o quadro com o corte temporal que compreende o período em que foi instituído o ME com as principais leis e metas do desenvolvimento esportivo até o ano de 2014:

Quadro 5 – Síntese das Políticas Públicas sobre o esporte no Brasil (2003-2014)

2003	Criação do Ministério do Esporte, no governo Lula através da Lei n. 10.672/03 - alteração nos dispositivos da Lei n. 9.615/98 e nomeação do então deputado Agnelo Queiroz. Sancionamento da Lei n. 10.671/03 (Estatuto do Torcedor) e da Lei n. 10.672/03 (Moralização do Futebol). Criação do Programa Segundo Tempo (PST) através da Portaria n. 3.497/03 com o objetivo de democratizar o esporte às crianças, jovens e adolescentes em locais socialmente vulneráveis. É lançado o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) com o objetivo de oferecer o esporte recreativo e de lazer às populações vulneráveis. O desenvolvimento do programa do Ministério da Justiça: Pintando a Liberdade (PL) que busca promover a reintegração social de detentos do sistema prisional por meio da fabricação de materiais esportivos, passou a ser gerido pelo ME.
2004	Criação do Programa Pintando a Cidadania (PC) para moradores de áreas carentes com o objetivo de produzir materiais esportivos. Realização da I Conferência Nacional do Esporte em Brasília para definir os fundamentos da política nacional do esporte. Sancionamento da Lei n. 10.891/04 que institui o Programa Bolsa Atleta aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio.
2005	É realizada a II Conferência Nacional do Esporte em Brasília para discutir novas propostas, estruturas e estratégias para a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
2006	Orlando Silva assume o ME. Promulgação da Lei n. 11.438/06 que institui o Incentivo ao esporte, permitindo que doadores e patrocinadores de projetos esportivos e paradesportivo

³⁹ Ver detalhes no documento sobre as competências do ME. Disponível em: <www.esporte.gov.br/arquivos/acessoInformacao/competenciasME.pdf>. Acesso em: 10 de mar. 2014.

	obtenham deduções no imposto de renda. É criada a Lei n. 11.345/06 com o objetivo de ajudar os clubes a quitarem os débitos por meio do Timemania.
2007	Regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte, Decreto n. 6.180/07. Realização dos Jogos Pan-Americanos – o Brasil ficou em 2º lugar no quadro geral de medalhas, organizado pelo ME em conjunto com os governos federal, estadual e municipal junto ao COB e CPB. O Brasil ganha o direito de abrigar os Jogos Mundiais Militares em 2011 no Rio de Janeiro, organizado pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM). Anúncio pela FIFA que o Brasil seria país sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014. Sancionamento do Decreto n. 306/07 que institui a Convenção Internacional Contra o <i>Doping</i> nos Esportes, principalmente relacionados aos megaeventos.
2008	Lançamento do Timemania com objetivo de auxiliar o pagamento e a recuperação de dívidas dos clubes esportivos e a angariar fundos para o COB, CPB e Fundo Penitenciário Nacional.
2009	O Rio de Janeiro é eleito cidade sede para organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016, sendo estimado o investimento de 24,1 bilhões (10,3 bi recursos privados e 13,8 bi recursos públicos). Remodelamento do Conselho Nacional do Esporte (CNE). Integram o CNE: Ministro do Estado de esporte; Secretários - Executivo do Ministério do Esporte, Nacional de esporte de alto rendimento, Nacional de Esporte Educacional, Nacional de Esporte e Lazer; Representantes do COB, CPB, Comissão Nacional de Atletas, Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer, Gestores Municipais de Esporte e Lazer, Clubes Sociais, Conselho Federal de Educação Física, Comissão Desportiva Militar Brasileira, Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, Organização Nacional de Entidades Nacionais, Confederação Brasileira de Futebol e outros seis representantes do Esporte Nacional. Criação do Decreto n. 6.795/09 que regulamenta o art. 23 da Lei n. 10.671/03, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios desportivos.
2010	O ministro do esporte Orlando Silva, governadores e prefeitos, assinaram documentos de obrigações de mobilidade urbana, transporte, construções e reformas de estádios para a Copa 2014. O presidente Lula, governador e prefeito do Rio, firmam protocolo de planejamento e entrega de transparências de execuções de obras e serviços necessários aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. É realizada a III Conferência Nacional do Esporte, que define o plano decenal de Esporte e Lazer – “Dez Pontos em Dez Anos para Projetar o Brasil entre os Dez Mais” – entre esses pontos estão à institucionalização do esporte educacional, a modernização e valorização do futebol como identidade cultural, a ampliação das modalidades praticadas para diversificar a atividade esportiva, mirando bons resultados nos Jogos Mundiais Militares de 2011, Copa de 2014, Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. É sancionada a Lei n. 12.299/10 que modifica o Estatuto do Torcedor tipificando crimes e multas, além de cadastrar as torcidas organizadas e monitorar eletronicamente as arenas com capacidade superior a 10 mil torcedores.
2011	A presidente Dilma assume o Governo e nomeia Aldo Rebelo para Ministro do Esporte. O Brasil ficou em 2º lugar no quadro geral de medalhas nos Jogos Pan-Americano de Guadalajara/México e em 1º lugar nos Jogos Militares do Rio de Janeiro. É sancionada a Lei n. 12.395/11 que altera as Leis n. 9.615/98 e Lei n. 10.891/04, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n. 6.354/76; e dá outras providências.
2012	É lançado o plano Brasil Medalhas assegurando 1 bilhão de reais nos esportes olímpicos e paralímpicos em 2016, o objetivo é colocar o Brasil entre os 10 primeiros nos Jogos Olímpicos e entre os 5 primeiros nos Jogos Paralímpicos. Através da Lei n. 12.395/11, um montante de R\$ 690 milhões foi destinado a apoiar as seleções, investir na Bolsa Pódio, contratar técnicos e equipes multidisciplinares, comprar equipamentos e materiais, financiar viagens para treinamentos e competições. Os outros R\$ 310 milhões foram destinados para a construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos, na intenção de formar novos talentos.
2013	É sancionado o Decreto n. 7.984/13 que regulamenta a Lei n. 9.615 e institui normas gerais sobre desporto. É lançado o Programa Atleta na Escola através da Resolução CD/FNDE n. 11/13 proposto pelo MEC em parceria com o ME e Ministério da Defesa.

Fonte: ME, 2014.

É notável que as principais alterações sobre o desenvolvimento do esporte nacional aconteceram a partir da criação do ME e da escolha do Brasil como país sede de megaeventos. Neste sentido, o investimento das Políticas Públicas esportivas nos anos de 2003 e 2004, voltou-se para o esporte socioeducativo e de lazer (PST, PELC, PL, PC). Enquanto os anos de 2005 a 2008, as políticas foram direcionadas para a organização das leis de deduções e incentivos fiscais aos clubes, projetos esportivos e paradesportivos, além de angariar fundos para o COB e CPB, planejar e traçar estratégias para abrigar os megaeventos esportivos e estruturar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Já os anos de 2009 a 2014, as políticas se direcionaram ao esporte de elite, estabelecendo metas para o esporte-rendimento.

Nesta perspectiva, a realização dos Jogos Pan-Americanos (2007) e os Jogos Mundiais Militares (2011), ambos realizados no Brasil, atestaram a capacidade do Brasil em organizar os megaeventos esportivos. Posteriormente, o desafio foi direcionado para a organização da Copa do Mundo de Futebol (2014) e atualmente esta sendo direcionado para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro (2016).

Na tentativa de colocar o Brasil entre as dez primeiras nações nos Jogos Olímpicos e entre as cinco primeiras nos Jogos Paralímpicos do quadro geral de medalhas, o COB e o CPB, adotaram como medidas: investimentos na preparação dos atletas e qualificação dos treinadores; investimentos em centros de treinamentos; amplo trabalho de base esportiva; profissionalização da gestão esportiva para os programas de alto rendimento; promoção das 40 modalidades olímpicas.

Procurando focar a formação esportiva, a medida que investe no “amplo trabalho de base esportiva” é a criação da Lei n. 12.395/11 que cria seis categorias de bolsas⁴⁰:

- I - Bolsa-Atleta Categoria Base: Valor mensal: R\$ 370,00. Os pré-requisitos: ter idade mínima de 14 e máxima de 19 anos; estar vinculado a clube esportivo e afiliado a uma Federação ou Confederação; ter ficado no ano anterior ao pleito da Bolsa, entre os três primeiros nas modalidades individuais e entre os dez melhores atletas nas modalidades coletivas.
- II - Bolsa-Atleta Categoria Estudantil. Valor mensal: R\$ 370,00. Pré-requisitos: ter idade mínima de 14 anos e máxima de 20 anos; estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada; ter ficado no ano imediatamente anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, entre os três primeiros nos esportes individuais e

⁴⁰ Disponível em: <<http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/prerequisitos.jsp>>. Acesso em 12 dez. 2014

entre os seis melhores atletas em cada modalidade coletiva nos Jogos Estudantis Nacionais organizados e homologados pelo ME.

- III - Bolsa-Atleta Categoria Nacional. Valor mensal: R\$ 925,00. Pré-requisitos: ser maior de 14 anos; estar vinculado a clube esportivo e afiliado a uma Federação ou Confederação; ter ficado no ano anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, entre os três primeiros no evento máximo nacional organizado e indicado pela Entidade Nacional de Administração de sua modalidade ou entre os três primeiros no ranking nacional por ela organizado e indicado.
- IV - Bolsa-Atleta Categoria Internacional. Valor mensal: R\$ 1.850,00. Pré-requisitos: ser maior de 14 anos; estar vinculado a clube esportivo e afiliado a uma Federação ou Confederação; ter ficado no ano anterior àquele em que está pleiteando a Bolsa, entre os três primeiros nos seguintes eventos internacionais - Campeonato Mundial, Jogos Pan-Americanos, Jogos Parapan-Americanos e Jogos ou Campeonatos Sul-Americanos.
- V - Bolsa-Atleta Categoria Olímpico/Paralímpico. Valor mensal: R\$ 3.100,00. Pré-requisitos: ser maior de 16 anos; estar vinculado a clube esportivo e afiliado a uma Federação ou Confederação; ter integrado na qualidade de atleta a delegação brasileira como titular em modalidade individual ou com o nome presente nas súmulas de modalidades coletivas na última edição dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos nos três anos subsequentes ao dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos e continuar participando de competições internacionais indicadas pelo respectivo comitê.
- VI - Bolsa-Atleta Categoria Pódio. Valor mensal: R\$ 15.000,00. Pré-requisitos: estar em plena atividade esportiva, estar vinculado a clube esportivo e afiliado a uma Federação ou Confederação; declarar se recebe patrocínio; estar ranqueado entre os 20 primeiros colocados (modalidades individuais) indicado pela Entidade Nacional de Administração em conjunto com o COB, CPB e ME no ciclo de 4 anos.

4.5.1 O que diz o Decreto n. 7.984/13 que regulamenta as normas gerais sobre o esporte-educação e suas ramificações?

O Decreto n. 7.984/13 reconhece o esporte em seu artigo 3º nas seguintes manifestações: I – desporto educacional ou esporte educação; II - desporto de participação; III - desporto rendimento. No mesmo artigo § 1, estabelece que o esporte-educação pode constituir-se de:

I - esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade; e

II - esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde.

§ 2º O esporte escolar pode ser praticado em competições, eventos, programas de formação, treinamento, complementação educacional, integração cívica e cidadã, realizados por:

I - Confederação Brasileira de Desporto Escolar - CBDE, Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU, ou entidades vinculadas, e instituições públicas ou privadas que desenvolvem programas educacionais;

II - instituições de educação de qualquer nível (Grifo nosso).

O esporte educacional, conforme o item I pode ser ofertado no ambiente escolar ou fora dele e pauta-se nos princípios socioeducativos (inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade) como balizadores de sua prática. Já no item II, o esporte escolar praticado neste mesmo espaço, visa à participação de estudantes com talento esportivo, referendando a formação cidadã, o espírito esportivo, a futura prática de rendimento esportivo e a promoção da saúde.

Conforme o § 2º do item II, cabe às instituições públicas ou privadas de educação de qualquer nível e/ou Confederações e Federações esportivas vinculadas às instituições educacionais, fomentar a prática do esporte escolar no seguinte formato: complementação educacional; festivais; treinamento; competições; programas de formação. Nesta direção, a complementação educacional e os festivais esportivos se aproximam do lazer e da ludicidade, enquanto o treinamento, a formação e as competições escolares se associam com o rendimento esportivo, viabilizado pelo Programa Atleta na Escola.

Em relação ao esporte de rendimento ou esporte profissional, o Decreto n. 7.984/13 define a sua caracterização pelo rendimento esportivo e recebimento de remuneração formalizada em contrato esportivo e vínculo empregatício nos termos da lei trabalhista e de seguridade social, com entidades de prática esportiva. Esta prática envolve a competição, tendo como finalidade obter renda através das vendas de ingressos, patrocínio e negociação de direitos midiáticos dos eventos esportivos, entre outros.

No esporte-educação, chamado de não profissional, a formalidade esportiva, o contrato, o vínculo empregatício e a renda não deveriam integrar a *priori*, a prática do esporte informal, uma vez que o seu princípio é a predominância da liberdade, da ludicidade, da promoção da saúde e lazer de seus praticantes. O esporte informal caracteriza-se pela cooperação, recreação, passatempo e diversão.

Entretanto, a definição do esporte escolar aproxima-se do esporte formal-profissional, pois a sua prática é direcionada aos alunos com talento esportivo visando o esporte de rendimento das modalidades olímpicas e paralímpicas, com possibilidades de aquisição de bolsa-atleta (Lei n. 12.395/11), conforme a categoria criada no art. 1º, inciso 2, item II: “Categoria Estudantil, destinada aos atletas que tenham participado de eventos nacionais estudantis, reconhecidos pelo ME”.

4.5.2 Finalidades do Programa Atleta na Escola

O Programa Atleta na Escola foi lançado em 2013 pelo MEC em parceria com o ME por meio da Resolução CD/FNDE n. 11/13, na tentativa de incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre os estudantes da educação básica através dos Jogos Escolares.

A realização dos Jogos Escolares depende dos recursos financeiros da Lei Agnelo Piva. Em 2013 foram arrecadados aproximadamente 184 milhões de reais, sendo destinado 18 milhões para o esporte escolar, 9 milhões para o esporte universitário e 156 milhões para o COB e Confederações. Dos 18 milhões reservados ao esporte escolar, aproximadamente 3 milhões foram destinados à formação de recursos humanos⁴¹.

O Programa Atleta na Escola⁴² visa desenvolver a Formação Esportiva Escolar, dividindo-se em duas ações: 1) Jogos Escolares (identificar talentos esportivos); 2) núcleo de esporte escolar (acolhimento dos talentos identificados nos Jogos Escolares). Os Jogos Escolares são compostos por quatro fases: etapa escolar; etapa municipal; etapa estadual; etapa nacional.

Na etapa escolar as unidades escolares recebem recursos através do PDDE Integral. O montante é calculado pela soma do valor fixo de R\$ 1.000,00 reais, com o valor variável, resultante do produto entre o per capita de R\$ 3,00 reais e o número de alunos na faixa etária de 12 a 17, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse.

A etapa municipal é organizada de forma conjunta entre a Secretaria de Educação e Esporte de cada município e conta com recursos disponibilizados pela Lei n. 12.395/11. A etapa estadual é organizada pelas Secretarias de Educação e/ou Esporte de cada estado e conta com recursos disponibilizados pela Lei n. 12.395/11 e pelo Programa Atleta na Escola. A etapa

⁴¹ Disponível em:

<<http://www.cob.org.br/uploads/midias/optimized/2014/10/21/ChzVdvnB4BMxHJLZfkbeb4a768.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

⁴² Disponível em: <<http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>>. Acesso em 09 dez. 2014

nacional é organizada pelo COB e CPB e conta com recursos da Lei n. 10.264/01 “Agnelo/Piva”.

Assim percebe-se, que os projetos esportivos viabilizados pelo Atleta na Escola possuem características do esporte formal, valorizando os alunos com talento e rendimento esportivo. Portanto, o ME e o COB, entendem que o professor de Educação Física pode formar os alunos-atletas de base e que através dos Jogos Escolares, há uma grande possibilidade de detectar talentos.

Para o ME e o MEC, os Jogos Escolares tornam-se uma das etapas e pré-requisitos que antecedem a concretização da entrada para o esporte de elite, bem como, a possibilidade de pleitear a solicitação de Bolsas. Desta forma, o MEC e o ME acreditam que os Jogos Escolares contribuem para o desenvolvimento do esporte escolar, sendo este a base permanente para descobrir atletas para o alto rendimento.

4.6 Análise das normas dos Jogos Escolares

Na revisão sobre o esporte escolar brasileiro, buscou-se entender como está composto o atual sistema nacional de esporte escolar. A análise parte do macro para o micro: etapa nacional; etapa estadual; e etapa municipal (São Paulo). Foram destacadas de forma geral, as leis que regulamentam a inserção dos Jogos Escolares na esfera nacional, estadual e municipal, bem como, os principais objetivos, o cronograma de inscrição e o fluxo das etapas, conforme constam nos Manuais que regulam e orientam os Jogos Escolares de 2014.

A ênfase da análise está direcionada ao município de São Paulo devido o *lócus* do estudo, destacando a evolução e os objetivos de todas as leis até o momento, que regulam e orientam o esporte no contexto escolar, assim como, a organização das OE e sua representação estatística, estabelecendo relações entre as equipes escolares participantes e as modalidades disputadas, de 2007 a 2014.

4.6.1 Jogos Escolares da Juventude (JEJ, 2014)

A finalidade do Regulamento Geral dos Jogos Escolares da Juventude 2014⁴³ em seu

⁴³ Para ter acesso na íntegra sobre o Regulamento Geral dos Jogos da Juventude 2014 – Etapa Nacional 12 a 14 anos. Disponível em: <http://jogos Escolares.cob.org.br/uploads/midias/optimized/2014/02/27/QhVpP9XwYLnyD8qfvB20796ac4.pdf> >. Acesso em: 20 abr. 2014.

art. 1º, é “aumentar a participação de atividades esportivas em todas as instituições de ensino públicas e privadas do território nacional, e promover a ampla mobilização da juventude estudantil brasileira em torno do esporte” (JEJ, 2014, p. 6).

Os Jogos são justificados em seu art. 2º, afirmando que (JEJ, 2014, p. 6):

Ao educar o jovem através da prática desportiva escolar estamos cada vez mais difundindo e reforçando a construção da cidadania e os ideais do movimento olímpico, estes direcionados para a construção de um mundo melhor e mais pacífico, livre de qualquer tipo de discriminação e dentro do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e Fair-Play. Através das atividades desportivas, crianças e jovens constroem seus valores, seus conceitos, socializam-se e, principalmente, vivem as realidades.

Em seu art. 3º, os Jogos objetivam: (JEJ, 2014, p. 6):

- a) Fomentar a prática do esporte nas instituições de ensino.
- b) Possibilitar a identificação de talentos desportivos nas instituições de ensino.
- c) Desenvolver o intercâmbio sociocultural e desportivo entre os participantes.
- d) Contribuir para com o desenvolvimento integral do aluno-atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte.
- e) Garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos-atletas. (Grifo nosso)

Como responsável pela realização do evento, cabe ao COB elaborar o regulamento geral da competição junto com as Confederações Brasileiras participantes, aprovar as inscrições dos participantes, organizar as federações e suas instituições de ensino, disponibilizar equipes de arbitragem, comissões disciplinares, elaborar a programação esportiva e os boletins técnicos, realizar as premiações, oferecer hospedagem, alimentação, atendimento médico-odontológico e transporte interno. Os custos do evento são pagos por meio da Lei n. 10.264/01 “Agnelo/Piva”.

Ao ME, compete apoiar a realização do evento, estabelecer relações entre instituições públicas e privadas responsáveis pelo esporte, saúde, educação, turismo, cultura e meio ambiente, divulgar e fomentar o esporte nas instituições de ensino, fomentar o envolvimento dos Estados na disponibilização de estruturas físicas e materiais esportivos, e elaborar critérios e procedimentos para identificar atletas com direito a pleitear a Bolsa Atleta.

As Delegações Estaduais são responsáveis em providenciar o transporte interestadual, alimentação e hospedagem até a cidade sede. Providenciar dentro das suas possibilidades, suplementação alimentar, água e seguro de acidentes pessoais durante o evento. Já a Delegação da cidade sede, deve providenciar o transporte interno, seguro acidentes pessoais e cumprir com as exigências firmadas com o COB.

Para chegar à etapa nacional, as instituições de ensino precisam ser as campeãs das etapas anteriores. As etapas que antecedem a etapa nacional são: a) etapa municipal – organizados e realizados pelos Comitês Organizadores Municipais; b) etapa regional (Opcional) – organizados e realizados pelos Comitês Organizadores Estaduais; c) etapa estadual – organizados e realizados pelos Comitês Organizadores Estaduais.

Os participantes da etapa nacional são os campeões das categorias mirim (12 a 14 anos) e infantil (15 a 17 anos) dos seus respectivos estados. O art. 41 do manual dos JEJ de 2014 estabelece que as modalidades individuais obedeçam aos Regulamentos Específicos de cada modalidade. O art. 42 define que os atletas cabeças de chave, provas (balizamento) e de combates serão organizados pela Coordenação da sua respectiva modalidade. As modalidades individuais serão compostas pelo quantitativo de alunos-atletas (gênero) e técnicos, conforme o quadro a seguir:

Quadro 6 – Modalidades individuais, São Paulo, JEJ (2014)

Modalidade	Alunos-Atletas		Técnicos
	Masculino	Feminino	
Atletismo	13	13	2
Badminton	2	2	1
Ciclismo	2	2	1
Ginástica Rítmica	---	4	1
Judô	8	8	2
Luta Olímpica	3	3	1
Natação	8	8	2
Tênis de Mesa	2	2	1
Xadrez	1	1	1
Subtotal	39	43	12
Total	94		

Fonte: JEJ, 2014.

No art. 43, as modalidades coletivas serão organizadas em divisões, assim compostas:

- a) PRIMEIRA DIVISÃO – será formada pelas equipes dos Estados classificados de 1º ao 6º lugar na 1ª divisão em 2013 mais os estados 1º e 2º lugar na segunda divisão em 2013, desde que inscritas para a competição de 2014.
- b) SEGUNDA DIVISÃO – será formada pelas equipes dos Estados classificados em 7º e 8º lugar na 1ª divisão em 2013, os estados classificados entre 3º e 6º lugar na segunda divisão em 2013, mais os estados 1º e 2º lugar na terceira divisão em 2013, desde que inscritas para competição de 2014.

c) TERCEIRA DIVISÃO – será formada pelas equipes dos Estados classificados em 7º e 8º lugar na 2ª divisão em 2013, demais Estados que não estejam na 1ª e nem na 2ª divisões e cidade sede, desde que inscrita para a competição de 2014.

As vagas das divisões pertencem aos estados e não as instituições de ensino, quando houver desistência de equipes de qualquer divisão, as equipes representantes dos Estados classificados em 3º lugar na divisão de acesso do ano anterior, serão deslocadas para compor cada Divisão, sendo 8 equipes na 1ª e 2ª Divisão, e de 4 a 6 equipes na 3ª Divisão. As cidades sedes terão equipes representantes sempre na 3ª Divisão, não tendo direito de acesso à 2ª Divisão para o ano seguinte. As modalidades coletivas serão compostas pelo quantitativo de alunos-atletas (gênero) e técnicos, conforme o quadro 7:

Quadro 7 – Modalidades coletivas, São Paulo, JEJ (2014)

Modalidades	Alunos-Atletas				Técnicos
	Masculino		Feminino		
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	
Basquetebol	8	10	8	10	2
Futsal	8	10	8	10	2
Handebol	10	12	10	12	2
Voleibol	9	10	9	10	2
Subtotal	35	42	35	42	8
Total	78 a 92				

Fonte: JEJ, 2014.

4.6.2 Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP, 2014)

Os JEESP são regidos através da Portaria Conjunta entre os Coordenadores de Esporte e Lazer e de Gestão da Educação Básica, e dos chefes de Gabinete das Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (G-CEL/CGEB/G-SDPcD/G-SDECTI). Os objetivos dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP, 2014) em seu art. 1º são:

Promover através da prática esportiva, a integração e o intercâmbio entre os alunos das Unidades Escolares da rede de ensino fundamental e médio em todo Estado, favorecer a descoberta de novos talentos esportivos que possam ser indicados para os programas Bolsa Talento Esportivo e Centro de Excelência Esportiva, além de fomentar o desporto escolar no Estado de São Paulo (Grifo nosso).

Como responsável pela realização do evento, cabe aos Coordenadores de Esporte e Lazer e de Gestão da Educação Básica, aos chefes de Gabinete das Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação elaborar o regulamento geral da competição junto com as Federações esportivas participantes, aprovar as inscrições dos participantes, organizar os municípios e suas instituições de ensino, disponibilizar equipes de arbitragem, comissões disciplinares, elaborar a programação esportiva, boletins técnicos e realizar as premiações.

A hospedagem, alimentação e transporte serão de responsabilidade das Unidades Escolares, com exceção da fase Inter Regional, que serão atendidos de acordo com as atribuições das Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude e entidade conveniada, obedecendo às atribuições definidas na Resolução Conjunta vigente.

Os JEESP são organizados conforme a Diretoria Regional de Esporte e Lazer (DREL). São três regiões (JEESP, 2014, p. 11):

- 1 – Sul** DREL de Campinas, Grande São Paulo, Santos, Sorocaba, São José dos Campos e Capital;
- 2 – Centro** DREL de Bauru, Araraquara e Marília;
- 3 – Norte** DREL DREL Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Barretos e Franca.

A partir da divisão das cidades conforme a DREL, as Fases seguintes do evento são compostas por quatro Etapas, assim organizadas (JEESP, 2014, p. 15-16):

- a) Fase DE - Entre as Unidades Escolares inscritas, classificando-se o 1º colocado de cada modalidade, categoria e sexo para a fase Inter DE;
- b) Fase Inter DE - Entre os classificados da Fase DE, classificando-se o 1º colocado de cada modalidade, categoria e sexo para a fase Regional;
- c) Fase Regional - Entre as Unidades Escolares classificadas na fase Inter DE, classificando-se o 1º colocado de cada modalidade, categoria e sexo para a Fase Final, 16 com exceção da modalidade de Atletismo, cujos classificados serão conduzidos para a etapa IV;
- d) Fase Final - Entre as Unidades Escolares classificadas da fase Regional e as equipes do município sede melhores classificadas da fase anterior, classificando-se o 1º colocado de cada modalidade, categoria e sexo para a fase Inter Etapas da Etapa IV;

A seguir serão apresentadas as formas de participação das instituições de ensino e as etapas de organização do evento conforme a categoria, gênero e modalidade.

Etapa I Fase DE - Escolas da Rede Pública Estadual e Escolas Técnicas Estaduais. Categorias: pré-mirim (até 12 anos); mirim (13 a 14 anos); infantil (15 a 17 anos); juvenil (até 18 anos). A categoria juvenil participa apenas nesta fase. Modalidades oferecidas:

Quadro 8 – Modalidades esportivas, São Paulo JEESP fase DE (2014)

Modalidades	Atletismo	Basquetebol	Futsal	Handebol	Tênis de Mesa	Voleibol	Xadrez
Total	7						

Fonte: JEESP, 2014.

Etapa II Fase Inter DE - Escolas da Rede Municipal, Escolas da Rede Privada e Escolas Técnicas Federais. Categorias: mirim (13 a 14 anos); infantil (15 a 17 anos). Modalidades oferecidas:

Quadro 9 – Modalidades esportivas, São Paulo JEESP fase Inter DE (2014)

Modalidades	Basquetebol	Futsal	Handebol	Tênis de Mesa	Voleibol	Xadrez
Total	6					

Fonte: JEESP, 2014.

Etapa III Seletivas Regionais - Escolas de todas as Redes. Categorias: pré-mirim (até 12 anos); mirim (13 a 14 anos); infantil (15 a 17 anos). Entretanto, apenas as categorias mirim e infantil poderão disputar as seletivas classificatórias para a etapa IV Fase Final. Modalidades oferecidas:

Quadro 10 – Modalidades esportivas, São Paulo JEESP seletivas regionais (2014)

Modalidades	Atletismo	Badminton	Ciclismo	Ginástica Rítmica	Judô	Luta Olímpica	Natação	Vôlei de Praia
Total	8							

Fonte: JEESP, 2014.

Etapa IV Fase Final - campeões da fase Regional de atletismo da Etapa I, os campeões da fase Final da Etapa I, os campeões da fase Inter Regional da Etapa II e os campeões da Etapa III. Nesta etapa, apenas as categorias mirim e infantil participam da Fase Final. Somente os campeões, conforme o gênero e modalidade representarão o Estado na Etapa Nacional.

Quadro 11 – Modalidades coletivas, São Paulo JEESP fase final (2014)

Modalidades Coletivas	Basquetebol	Futsal	Handebol	Voleibol	Vôlei de Praia*
Total	5				

Fonte: JEESP, 2014.

*A Etapa Nacional não oferece esta modalidade.

Quadro 12 – Modalidades individuais, São Paulo JEESP fase final (2014)

Modalidades Individuais	Atletismo	Badminton	Ciclismo	Ginástica Rítmica	Judô	Luta Olímpica	Natação	Tênis Mesa	Xadrez
Total	9								

Fonte: JEESP, 2014.

4.6.3 Olimpíadas Estudantis do município de São Paulo (OE, 2014)

As OE do município de São Paulo são organizadas desde 2007. Desde 2008 a FEDEESP organiza as OE em conjunto com a SME. A realização das OE, segundo o manual, tem como finalidade “massificar o esporte, transformando-o em uma ferramenta educacional. Por isso, busca-se apresentar diferentes modalidades esportivas às crianças, proporcionando novas vivências e possibilidades de aprendizagem, enriquecendo sua educação” (OE, p. 3, 2011).

O quadro 13 apresenta de forma cronológica as Leis e os objetivos que fundamentam o desenvolvimento do esporte escolar no município de São Paulo:

Quadro 13 – Legislação Municipal sobre o esporte escolar, SME de São Paulo (2014)

Lei	Promulgação	Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Portaria Intersecretaria -rial SME/ SEME n. 04 de 2009	Dispõe sobre as “Olimpíadas Estudantis da Rede Municipal de Ensino” e dá outras providências.	Promover a formação integral do aluno, por meio de atividades desportivas e incentivar as práticas esportivas para torná-las habituais e melhorar a qualidade de vida dos alunos.	Promover, por meio da prática esportiva a integração, o intercâmbio e a confraternização dos participantes das Unidades Escolares. Ampliar as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis. Estabelecer um elo de identidade do educando com sua unidade de ensino. <u>Favorecer o surgimento de novos talentos representativos do esporte, encaminhando-os para o esporte de rendimento.</u>
Portaria SME n. 2.419 de 2009	Institui o Programa de “Incentivo ao Esporte Escolar” nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Ensino.	Possibilitar ao aluno o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social.	Oferecer atividades esportivas no período contraturno, proporcionar interação entre os participantes e comunidade local, valores de autoconfiança, responsabilidade, respeito às regras e aos adversários e do trabalho em equipe. Favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, gosto e prazer pelo jogo esportivo, a criatividade, o sentido de competição e

			o aprimoramento da inteligência tática. <u>Ampliar os participantes no esporte educacional</u> com a intenção de desenvolver as capacidades e habilidades motoras dos participantes e melhoria de suas condições de saúde.
Portaria Intersecretaria -rial SME/ SEME n. 05 de 2011	Dispõe sobre as “Olimpíadas Estudantis”, institui o “II INTERCEUS” e as “II Paraolimpíadas Estudantis” da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.	Promover a formação integral do aluno por meio das atividades esportivas.	Promover, por meio da prática esportiva a inclusão social, integração, o intercâmbio e a confraternização dos participantes e a identidade do aluno com a unidade escolar. Ampliar as oportunidades de socialização e aquisição de hábitos saudáveis através das práticas esportivas. <u>Favorecer o surgimento de novos talentos representativos do esporte, encaminhando-os para o esporte de rendimento.</u>
Decreto SME n. 52.342 de 2011. Posteriormente a Portaria SME n. 5.360 de 2011 revogou o Decreto acima	Institui o Programa Ampliar nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino Reorganiza o Programa “Ampliar” instituído pelo Decreto nº 52.342/11 nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.	Ofertar atividades curriculares de caráter educacional, abrangendo as atividades de recuperação de aprendizagem e/ ou as de cunho social, esportivo ou cultural, em ampliação ao período regular das aulas.	Ampliar o tempo de permanência do aluno na unidade escolar por meio de ações sistematizadas de caráter educacional. Em relação ao esporte, não foram destacados objetivos específicos. Desta maneira, subentende-se que os objetivos específicos são os mesmos da Portaria SME n. 2.419/09 e da Portaria Intersecretaria n. 05/11.
Decreto SME n. 54.452 de 2013 Portaria SME n. 5.930 de 2013	Instituiu o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo – “Mais Educação São Paulo”. A Portaria SME n. 5.930/13 regulamenta o Decreto SME n. 54.452/13 e revoga a Portaria SME n. 5.360/11.	Reorganizar o Currículo escolar, através da construção de novas diretrizes para o ensino básico, alinhado com o Conselho Nacional de Educação e com os recursos financeiros de âmbito federal - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Integral.	Um dos objetivos da reorganização curricular é incentivar à autonomia e valorização das ações previstas nos Projetos Político Pedagógicos das unidades escolares. A partir deste Decreto e da Portaria que o regulamenta, há uma sobreposição de Programas Federais (Mais Educação e Atleta na Escola) sobre o Programa Municipal (Ampliar). Assim, os objetivos do esporte escolar, também foram sobrepostos, ficando o Programa Mais Educação para desenvolver o esporte de lazer e o Programa Atleta na Escola para desenvolver o esporte de rendimento.
Portaria SME n. 1.486 de 2014	Institui Comitê Municipal de análise e aprovação do PDE escola para implantação/implemen	Dar assistência à implantação e implementação dos programas de âmbito federal sob a égide do	Assessorar, analisar, aprovar, acompanhar e monitorar a elaboração dos programas e sua execução. Intermediar o acesso ao sistema eletrônico entre as unidades escolares e

<p>Portaria SME n. 3.430 de 2014 altera a Portaria SME n. 1.486/14</p>	<p>tação nas escolas municipais. Revoga a Portaria SME n. 5.218/11</p>	<p>Programa Dinheiro Direto Na Escola – (PDDE) Integral, dentre eles, o PDE Escola, Programa Mais Educação - MEC, Atleta na Escola, Escola Acessível, Escola Sustentável.</p>	<p>o MEC. Monitorar e acompanhar a liberação de recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Participar de reuniões, encontros, seminários e formações promovidos pelo FNDE/MEC referentes às ações aderidas pelo município.</p>
<p>Portaria SME n. 2.761 de 2014</p> <p>Portaria SME n. 3.617 de 2014 altera o paragrafo 2º do art. 10 da Portaria SME n. 2.761/14</p>	<p>Dispõe sobre a adesão das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de São Paulo aos programas educacionais de âmbito federal, sob a égide do “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”, que integrarão o “Programa Mais Educação – São Paulo”, instituído pelo Decreto nº 54.452/13, e dá outras providências.</p>	<p>Entre as diversas considerações, consta:</p> <p>a) “Programa Atleta na Escola” promulgado pela Resolução CD/FNDE n. 11/13: busca descobrir talentos e formar o atleta escolar para o rendimento esportivo</p> <p>b) “Programa Mais Educação”: pauta-se nos aspectos socioeducativos e de lazer.</p>	<p>a) referendar a formação cidadã, o espírito esportivo, a futura <u>prática de rendimento esportivo</u> e a promoção da saúde.</p> <p>b) desenvolver os princípios de inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade.</p>
<p>Lei n. 15.993 de 2014</p>	<p>Institui as Olimpíadas Estudantis na Rede Municipal de Ensino no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.</p>	<p>Oferecer atividades de caráter educacional, cultural, social e desportivo.</p> <p>Proporcionar o desenvolvimento de valores de autoconfiança, responsabilidade, respeito às regras e aos adversários e do trabalho em equipe, interação entre os participantes e destes com a comunidade local e identidade entre o aluno e a unidade escolar.</p>	<p>Planejar, coordenar e avaliar ações voltadas à proteção, resgate e incentivo ao esporte escolar. Favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, o gosto e o prazer pelo jogo esportivo, à criatividade, o sentido de competição, o aprimoramento da inteligência tática e o <u>surgimento de novos talentos representativos do esporte, encaminhando-os para o esporte de rendimento</u>. Ampliar o número de participantes nas atividades esportivas educacionais proporcionando o desenvolvimento de capacidades e habilidades motoras do participante e melhoria de suas condições de saúde.</p> <p>Promover, por meio da prática esportiva a inclusão social, ampliando as oportunidades de socialização, a integração, o intercâmbio e a confraternização dos participantes das unidades escolares.</p>

Fonte: SME, 2014.

A primeira Lei do quadro 13, Portaria Intersecretarial SME/SEME n. 04/09, descreve inicialmente os objetivos gerais e específicos das OE do município de São Paulo e organiza a

forma de competição, as modalidades, provas e categorias a serem disputadas pelas escolas de ensino fundamental e médio. Observou-se que as leis foram sendo alteradas e revogadas por outras, mas os objetivos em geral foram mantidos.

A Portaria SME n. 2.419/09 incentiva o professor de Educação Física a elaborar e desenvolver projetos de iniciação esportiva. Estes projetos são anexados ao Projeto Político Pedagógico sob o aval da gestão escolar (diretor e coordenador pedagógico), aprovados em conselho de escola e pelo supervisor escolar de ensino.

Em relação aos projetos de iniciação esportiva realizados no contraturno escolar, é oferecido no máximo, quatro horas/aula (45 minutos) por semana a cada turma, sendo permitido o limite de duas horas/aulas (90 minutos) por dia para cada modalidade esportiva. As turmas são formadas por 20 alunos no mínimo, podendo envolver as categorias pré-mirim, mirim e infantil, divididas por gêneros ou turmas mistas. O professor que desenvolve projetos esportivos é remunerado a título de aula excedente⁴⁴.

Quanto aos objetivos das OE e dos projetos esportivos, constatou-se que a legislação aponta em sua grande maioria para o esporte escolar de rendimento, objetivando favorecer a descoberta de talento e o seu encaminhamento para o esporte de (alto) rendimento. É importante destacar que a Portaria SME n. 2.419/09 foi a única a mencionar o desenvolvimento do esporte educacional de forma exclusiva, porém foi revogada por legislações posteriores.

Em 2014 foi instituída a lei que normatiza a obrigatoriedade da realização das OE no município de São Paulo, nos moldes do esporte escolar. Entretanto, não há um sistema efetivo ou convênio entre os clubes esportivos e a escola, ou entre os professores de Educação Física escolar e os técnicos dos clubes para encaminhar os alunos que se destacam no esporte escolar.

Apesar de não haver vínculo direto entre os clubes esportivos e as escolas, observou-se que a FEDEESP colaborou com os encaminhamentos das escolas que se destacaram nas OE de 2009, 2010 e 2012 para outras competições. No entanto, nos anos posteriores não houve continuidade.

Entre os encaminhamentos, em 2009, cerca de 40 alunos disputaram o Campeonato Brasileiro de Atletismo, ocorrido em Belo Horizonte – MG. Para o Campeonato Mundial em Doha, capital do Qatar, apenas três alunos atingiram índices e fizeram parte da delegação brasileira de atletismo. O judô também encaminhou dez estudantes para participarem do I Campeonato Brasileiro de Judô, realizado em Maceió, Alagoas (UNESPORTE, 2010, p. 15).

⁴⁴ Para ilustrar, em 2014, o professor de início de carreira com jornada básica de trabalho, enquadrado na categoria 3 QPE 14A recebe aproximadamente R\$ 11,34 por hora/aula, enquanto o professor no final carreira QPE 21E recebe por volta de R\$ 22,68 por hora/aula.

Em 2010, a equipe infantil de voleibol masculina da escola Euclides da Cunha, campeão das OE, foi convidada a participar do Campeonato Mundial de Voleibol da Federação Internacional de Desporto Escolar das Escolas Católicas, realizado em Tours, na França (UNESPORTE, 2010, p. 21).

Também em 2010, as equipes campeãs de Basquetebol (masculina e feminina), Handebol (masculina e feminina), Voleibol (feminina) e os destaques do Atletismo (cerca de 30 estudantes masculino e feminino) foram encaminhados para participar da seletiva estadual objetivando compor a delegação de São Paulo no I Pan Americano Escolar. O Atletismo se destacou e conseguiu a terceira classificação geral em ambos os gêneros (OE, 2011).

Em 2012, as equipes campeãs de Voleibol infantil (masculina e feminina) foram encaminhadas para disputar a Copa FEDEESP de Voleibol Escolar em Lindóia – SP. As equipes femininas de Voleibol das escolas Céu Emef Jaguaré e Emef Euclides de Oliveira ficaram em 1º e 2º lugar, respectivamente. Já as equipes masculinas de Voleibol da escola Céu Emef Parelheiros e Dilermando Dias também garantiram o 1º e 2º, respectivamente (OE, 2012).

A participação das escolas em outros campeonatos esportivos aconteceu após o convênio entre a SME e a FEDEESP, embora desde 2013 não existam mais estes encaminhamentos. Percebe-se que as escolas da cidade de São Paulo obtiveram bons resultados. Entretanto, atualmente o cronograma das OE não considera o fluxo das etapas estadual e nacional. Isto demonstra um descompasso do esporte escolar, entre a esfera municipal e as esferas estadual e nacional.

Voltando a legislação esportiva do município de São Paulo, destacam-se três princípios importantes como a formação continuada (cursos com a média de 40h) aos professores de Educação Física nas diferentes modalidades esportivas; realização de fórum de esporte escolar para debater e aprofundar questões relacionadas às práticas esportivas; iniciação de diversas modalidades esportivas no contraturno escolar.

O quadro 14 sintetiza os principais cursos de capacitação esportiva e os fóruns de esporte escolar encontrados nos documentos analisados da biblioteca da SME/SP, embora possa haver outros cursos de capacitação esportiva oferecidos aos professores da rede de São Paulo de forma descentralizada, conforme cada DRE.

Quadro 14 – Cursos de Capacitação e Fóruns de Esporte Escolar, SME/SP (2008 - 2014)

Ano	Natureza do evento
2008	I Fórum do Esporte Escolar Palestrantes: Dra. Kátia Rúbio “Valores Olímpicos”; Dra. Maria Böhme “Papel da escola na formação esportiva, treinamento a longo prazo e o desenvolvimento dos talentos no esporte”; Dr. José Medalha “Uma abordagem sistêmica mundial”; Dra. Flavia Cunha Bastos “Políticas Públicas no esporte”; Esp. Carla Luguetti “Modelos internacionais de formação esportiva”; Me. Luis Carlos Delphino A. Jr. “O desenvolvimento do esporte escolar e suas possibilidades transformadoras.”.
2009	Curso de Formação/Atualização nas Modalidades Esportivas: Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Tênis, Judô e Natação. SME/FEDEESP/SEME (12h).
	Curso de Atualização Técnico-Pedagógico. Unidades I e II. FEDEESP/SME (40h). II Fórum do Esporte Escolar: O incentivo à prática esportiva e as possibilidades educacionais. SME/FEDEESP/SEME (8h). Palestrantes: MS. Alexandre Machado “Fisiologia do exercício e treinamento”; Médica Ana Lucia de Sá Pinto “Criança/adolescente, exercício, nutrição e lesão”; Dra. Kátia Rúbio “Olímpismo”; Ma. Paula Kosarkas “Técnica e talento esportivo”.
2010	Curso de Atuação Pedagógica em Esporte Escolar (Cadernos Pedagógicos e Vídeos) Basquetebol, Voleibol, Atletismo, Ginástica Artística, Ginástica Rítmica, Judô e Natação. SME/FEDEESP (40h).
	III Fórum do Esporte Escolar: Dimensões Sociais do Esporte, enquanto possibilidades de promoção da educação e exercício da cidadania. SME/FEDEESP/SEME/SESC (8h). Palestrantes: Dra. Kátia Rúbio “Olímpismo”; Dra. Helena Altmann “Participação da mulher no esporte”; Me. Paulo Verardi “Deficiência no esporte”.
2011	Curso de Esporte Paralímpico. SME/CPB (30h).
	IV Fórum do Esporte Escolar: História, Razões e Possibilidade. SME/FEDEESP/SEME/SESC (8h). Palestrantes: Dra. Kátia Rúbio “História do Esporte Escolar”; Ma. Paula Korsakas “Possibilidades do Esporte Escolar: Esporte e Desenvolvimento”.
2012	Curso de Programa de Educação Olímpica. SME/USP (36h).
	V Fórum do Esporte Escolar: Competição, Cooperação e Valores. SME/FEDEESP/SESC (8h) Palestrantes: Dra. Kátia Rúbio “Lançamento do programa de Educação Olímpica”; Me. Riller Reverdito “Pedagogia do esporte e competição: particularidades e função educacional”; Ma. Vânia Hernandez “Princípios e valores do esporte educacional: uma prática para toda a vida”.
2013	Curso de Tênis na escola: uma proposta educacional. SME/Instituto Patrícia Medrado (16h).
	Curso - 1ª Clínica de Ginástica Rítmica Escolar. SME (8h).
	VI Fórum do Esporte Escolar: Pedagogia do esporte: formação e legado. SME/FEDEESP/SEME/SESC (5h). Palestrantes: Dra. Kátia Rúbio e Dando. Ivan Rabello “Educação Olímpica”; Dra. Carla Luguetti “Modelos pedagógicos: aproximação entre a teoria e a prática”.
2014	Fórum Internacional do esporte escolar: legado intangível e modelos pedagógicos. SME/FEDEESP/USP (4h). Palestrantes: Dra Kátia Rúbio “Legado Intangível: o imaginário do esporte no currículo oculto da Educação Física e Esporte”; Dr. David Kirk “Modelos pedagógicos do esporte escolar”; Dra. Kimberly Oliver “Meninas na Educação Física, como torná-las ativas”; Dra. Carla Luguetti “Modelo pedagógico em áreas de vulnerabilidade social”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Diante dos Fóruns realizados em 2008, 2009, 2011 e 2012 em relação aos temas apresentados, observou-se que as palestras objetivaram discutir valores olímpicos, valores do

esporte educacional e de competição, treinamento a longo prazo, modelos de formação esportiva, técnica e talento esportivo, fisiologia, treinamento, nutrição e lesão esportiva. Em 2010, o tema estava voltado para inclusão, discutindo as relações de gênero e a participação esportiva de alunos com deficiências físicas. Em 2013 e 2014, os assuntos debatidos estavam relacionados aos megaeventos esportivos, modelos pedagógicos esportivos e valores olímpicos.

Nos documentos analisados, constatou-se que os cursos oferecidos pela SME em 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 ofereceram capacitação técnico-pedagógica nas modalidades de Ginástica Artística e Rítmica, Tênis, Judô, Natação, Basquete, Vôlei, Atletismo, esportes Paralímpicos e Educação Olímpica.

Quanto à realização das OE, compete à SME, por meio da Assessoria Especial/Programas Especiais em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), por meio da Coordenadoria de Políticas Públicas e Programas de Esporte e Lazer.

Cabe a SME: garantir um melhor aproveitamento de participação dos alunos; disponibilizar recursos financeiros referentes à alimentação, premiação de medalhas e troféus, transporte, arbitragem, socorristas; promover cursos de formação e atualização esportiva. Já a SEME, deve: participar da Comissão Especial de organização das OE, dar apoio em relação à assessoria técnica e orientar/viabilizar o uso dos Clubes Esportivos, Clubes-Escolas e demais espaços afins.

Em relação à organização das OE, as modalidades coletivas eram disputadas por quatro fases: Regional; Pré-Polo; Polo; Final Municipal. A FR é dividida por 13 DREs: Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba, Santo Amaro, São Matheus e São Miguel.

Até 2011, a equipe campeã, vice-campeã e terceira colocada da FR (divididas por $DRE = 13 \times 3 = 39$) classificavam-se para fase Pré-Polo. No Pré-Polo as 39 equipes eram distribuídas em seis chaves, compostas por três equipes cada. A fase Polo é formada por treze equipes campeãs da fase anterior, que são distribuídas em quatro chaves, compostas por três chaves de três equipes e uma chave de quatro equipes. O campeão da fase Polo classifica-se para a fase da Final Municipal. Nesta última fase, são realizadas as semifinais e as disputas de primeiro, segundo e terceiro lugar.

Entretanto, a partir de 2012, a fase Pré-Polo foi excluída das OE. A retirada desta fase foi justificada pela falta de tempo no calendário letivo, logística e corte de gastos com transporte e alimentação. Diante desta informação divulgada em congressos técnicos, os professores-técnicos afirmam que esta medida prejudicou a participação dos alunos, uma vez

que as equipes classificadas em terceiro e segundo lugar da FR, não têm mais chances de continuarem nas OE. Este fato pode desmotivar os alunos a permanecerem nos projetos esportivos após a eliminação da OE, além de impor uma pressão desnecessária aos participantes na primeira fase da competição.

As inscrições dos alunos nas OE são de responsabilidade do professor e da unidade escolar, mediante autorização dos pais. As inscrições são realizadas no sítio eletrônico da FEDEESP, dentro do prazo estipulado em congressos técnicos. Após as inscrições dos alunos, conforme a modalidade, gênero e categoria, o sistema eletrônico gera uma ficha de identificação dos dados declarados. Esta ficha deve ser assinada pelo professor de Educação Física e pelo diretor da unidade escolar. No dia da primeira participação de cada modalidade, deve ser entregue a ficha e os documentos dos alunos (Registro Geral) à arbitragem da FEDEESP.

Neste contexto, a cada edição verifica-se um número crescente de participações de escolas, modalidades, equipes e alunos, vide o quadro 14:

Quadro 15 – Dados estatísticos, OE/SME/SP (2007 – 2014)⁴⁵

Dados		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Total de Escolas participantes		293	343	329	378	373	399	384	**
Modalidades Coletivas	Basquetebol	26.166*	3.338	5.223	57.859*	8.570	8.288	8.983	15.780
	Futsal		11.200	14.464		22.529	21.084	21.108	45.330
	Handebol		6.412	8.894		13.394	12.349	12.948	22.349
	Voleibol		4.308	7.773		12.451	11.784	14.352	27.040
Atletismo		2.622	5.627	9.860	13.534	15.887	18.008	15.783	15.917
Natação		519	1.013	2.093	785	1.289	1.663	1.733	865
Judô		X	76	115	110	112	23	87	684
Ginástica Artística		500	1.744	1.570	1.480	1.432	1.926	3.213	1.914
Ginástica Rítmica		X	581	471	532	423	976	1.060	556
Tênis de Campo		X	511	276	253	1.216	276	867	658
Tênis de Mesa		X	X	X	694	1.116	603	1.458	1.194
Rugby- Tag		X	X	X	X	X	74	123	798
Biatlhon		X	X	X	X	18	144	X	X
Skate		X	X	X	X	X	X	X	**
Total de alunos participantes		29.807	34.810	50.739	75.247	78.437	77.198	81.715	133.085

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Legenda:

⁴⁵ Dados obtidos através da consulta realizada no acervo da Memória Técnica Documental (MTD) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, situada na Rua Dr. Diogo de Faria, 1247, Vila Clementino, município de São Paulo - SP.

X - Não houve disputa desta modalidade nesta edição

* - Dados gerais não discriminados por modalidades, conforme consta nos relatórios da FEDEESP

** - Dados não informados nos relatórios da FEDEESP

Esses dados representam a evolução das participações das escolas e alunos, além do aumento de outras modalidades esportivas. Desta forma, segundo a FEDEESP, as OE da SME/SP é o maior evento municipal de esporte escolar do país, reunindo uma quantidade significativa de escolas e alunos. Vale destacar que os relatórios anuais elaborados pela FEDEESP sobre as OE fornecidos à SME/SP não são padronizados.

Durante a realização da análise dos relatórios foi constatado divergências na quantidade de alunos participantes por modalidades em relação à soma total dos alunos participantes de todas as modalidades apresentadas nos relatórios da FEDEESP. Diante das divergências estatísticas encontradas foram consideradas apenas as quantidades de escolas e alunos participantes por modalidades descritas pela FEDEESP. Entretanto, a soma total de alunos por modalidades apresentadas no quadro 15, não são iguais ao total geral de alunos, apresentado pela FEDEESP em seus relatórios.

Em relação à idade dos alunos participantes, as categorias integrantes das OE 2014 são: sub 8, sub 10, pré-mirim, mirim e infantil. Os quadros 16 e 17 apresentam as modalidades disputadas na edição de 2014.

Quadro 16 – Modalidades Coletivas, OE (2014)

Modalidades Coletivas	Basquetebol	Futsal	Handebol	Voleibol
Total	4			

Fonte: SME, 2014.

Quadro 17 – Modalidades Individuais, OE (2014)

Modalidades Individuais e Combinadas	Atletismo	Ginástica Artística	Ginástica Rítmica	Judô	Natação	Skate	Tênis de Campo	Tênis Mesa
Total	8							

Fonte: SME, 2014.

As provas do Atletismo seguem as regras da Federação Paulista de Atletismo (FPA), observadas algumas exceções. Na prova de pista nenhum aluno pode participar de mais de uma prova acima de 200 m, além disso, cada aluno pode participar, no máximo, em duas provas

individuais e mais uma de revezamento. Na prova de revezamento, além da composição da equipe por gênero, há uma prova de revezamento misto, sendo as equipes formadas por dois meninos e duas meninas. Na prova de velocidade, classificam-se os oito melhores tempos para fase final. Na prova de salto em distância a tábua de impulsão fica a um metro da caixa de areia, sendo considerado o salto real⁴⁶ apenas para categoria pré-mirim. Na prova de salto em altura, nas três categorias (pré-mirim, mirim e infantil) ficou estabelecido o índice de 0,90 m para iniciar a prova. Nas provas de salto em distância, salto em altura, lançamento da pelota e arremesso do peso, são permitidas duas tentativas na fase classificatória e três tentativas para os oito melhores resultados. Classificam-se à FM, os dois melhores colocados de cada prova da FR. As categorias e provas disputadas são:

Quadro 18 – Provas do Atletismo, OE (2014)

Pré-mirim	Mirim	Infantil
50 m rasos	75 m rasos	100 m rasos
600 m rasos	250 m rasos	200 m rasos
Salto em Altura	800 m rasos	400 m rasos
Salto em Distância	Salto em Altura	1000 m rasos
Lançamento da Pelota	Salto em Distância	Salto em Altura
Revezamento 4x50 m rasos	Arremesso do Peso (M=4kg / F=3kg)	Salto em Distância
X	Revezamento 4x75 m rasos	Arremesso do Peso (M=5kg / F=4kg)
X	X	Revezamento 4x100 m rasos

Fonte: SME, 2014.

A Ginástica Artística é dividida por níveis: A, B, C e D. A divisão tem a finalidade de classificar os participantes entre os níveis de iniciante (A), intermediário (B), avançado (C) e elite (D). A cada nível, há um aumento de complexidade na realização dos movimentos e dos saltos. O manual estabelece o conjunto de movimentos e saltos, assim como, a pontuação que será dada a cada execução para todos os níveis. As categorias participantes são: sub 8, sub 10, pré-mirim, mirim e infantil. Os aparelhos utilizados na competição são: solo e salto. A competição divide-se em quatro polos e encerra-se em etapa única.

A Ginástica Rítmica é apresentada em conjunto. O conjunto é formado por 5 componentes titulares e uma ginasta reserva. O aparelho utilizado é a bola para as categorias pré-mirim, mirim e infantil, e mãos livres para as categorias sub 8 e sub 10. A coreografia apresentada é a mesma (série obrigatória) para todas as escolas e categorias. A coreografia e os

⁴⁶ O salto real se refere ao local exato da pisada, não importando se a criança pisou antes ou depois da tábua de impulsão.

exercícios são gravados em DVD e enviados às escolas. A FEDEESP também disponibiliza o vídeo das coreografias em seu sítio eletrônico. Os elementos corporais são: equilíbrio, elementos de flexibilidade e ondas, saltos e pivots. A competição divide-se em dois polos, os melhores classificados passam para a FM.

O judô segue as regras da Confederação Brasileira de Judô (CBJ) e Federação Paulista de Judô (FPJ), observadas algumas exceções. A competição segue o sistema de eliminatória simples sem repescagem, os perdedores dos finalistas classificam-se em 3º lugar e os vencedores disputam o 1º e 2º lugar. Na categoria pré-mirim, a competição tem o caráter de festival. Os tempos de combate são diferenciados, 3 minutos (pré-mirim e mirim) e 4 minutos (infantil). Não tem “*golden score*”, a decisão é realizada por bandeiras. Os participantes devem participar com “*judogui*” branco ou azul. A pesagem dos alunos é realizada no mínimo 1 hora e no máximo 3 horas antes da competição. A competição de judô é realizada em etapa única. Os quadros 18 e 19 apresentam a divisão das categorias conforme idade, gênero e peso:

Quadro 19 – Classes do gênero masculino do Judô, OE (2014)

Gênero Masculino			
Classes	Pré-mirim	Mirim	Infantil
Idade	11/12	13/14	15/16/17
Super ligeiro	Até 28 kg	Até 36 kg	Até 51 kg
Ligeiro	+ 28 kg até 31 kg	+ 36 kg até 40 kg	+ 51 kg até 55 kg
Meio leve	+ 31 kg até 34 kg	+ 40 kg até 44 kg	+ 55 kg até 60 kg
Leve	+ 34 kg até 38 kg	+ 44 kg até 48 kg	+ 60 kg até 66 kg
Meio médio	+ 38 kg até 42 kg	+ 48 kg até 53 kg	+ 66 kg até 73 kg
Médio	+ 42 kg até 47 kg	+ 53 kg até 58 kg	+ 73 kg até 81 kg
Meio pesado	+ 47 kg até 52 kg	+ 58 kg até 64 kg	+ 81 kg até 90 kg
Pesado	+ de 52 kg	+ de 64 kg	+ de 90 kg

Fonte: SME, 2014.

Quadro 20 – Classes do gênero feminino do Judô, OE (2014)

Gênero Feminino			
Classes	Pré-mirim	Mirim	Infantil
Idade	11/12	13/14	15/16/17
Super ligeiro	Até 28 kg	Até 36 kg	Até 40 kg
Ligeiro	+ 28 kg até 31 kg	+ 36 kg até 40 kg	+ 40 kg até 44 kg
Meio leve	+ 31 kg até 34 kg	+ 40 kg até 44 kg	+ 44 kg até 48 kg
Leve	+ 34 kg até 38 kg	+ 44 kg até 48 kg	+ 48 kg até 52 kg
Meio médio	+ 38 kg até 42 kg	+ 48 kg até 53 kg	+ 52 kg até 57 kg
Médio	+ 42 kg até 47 kg	+ 53 kg até 58 kg	+ 57 kg até 63 kg
Meio pesado	+ 47 kg até 52 kg	+ 58 kg até 64 kg	+ 63 kg até 70 kg
Pesado	+ de 52 kg	+ de 64 kg	+ de 70 kg

Fonte: SME, 2014.

A natação segue as regras da Federação Internacional de Natação Amadora (FINA) e da Federação Aquática Paulista (FAP), observadas algumas exceções. O limite para compor as equipes são oito participantes para cada prova e duas equipes de revezamento com quatro participantes por escola. Cada aluno pode participar em duas provas individuais e dois revezamentos. Na prova de revezamento livre misto, a composição das equipes devem conter pelo menos um participante de cada gênero e pelo menos três participantes de categorias diferentes. Classificam-se para a FM, os oitos melhores tempos de cada prova da Fase Polo: 1 e 2. As categorias e provas são:

Quadro 21 – Provas da Natação, OE (2014)

Sub 10	Pré-mirim	Mirim	Infantil
25 m livre	25 m livre	25 m livre	25 m livre
50 m livre	50 m livre	50 m livre	50 m livre
100 m livre	100 m livre	100 m livre	100 m livre
25 m costas	25 m costas	25 m costas	50 m costas
25 m peito	25 m peito	25 m peito	50 m peito
25 m borboleta	25 m borboleta	25 m borboleta	50 m borboleta
Revezamento 4x25 m livre	Revezamento 4x25 m livre	100 m medley	100 m medley
Revezamento 4x25 m medley	Revezamento 4x25 m medley	Revezamento 4x25 m livre	Revezamento 4x50 m livre
Revezamento 4x25 m livre misto	Revezamento 4x25 m livre misto	Revezamento 4x25 m medley	Revezamento 4x25 m medley
		Revezamento 4x25 m livre misto	Revezamento 4x25 m livre misto
Pesado	+ de 52 kg	+ de 64 kg	+ de 70 kg

Fonte: SME, 2014.

O tênis de campo segue as regras da Confederação Brasileira de Tênis (CBT), observadas algumas exceções. A competição começa pela disputa da Chave Principal (Chave A), e os alunos que perderem na 1ª rodada terão a oportunidade de participar da Chave da Repescagem (Chave B), visando possibilitar que o aluno participe de no mínimo dois jogos. Cada escola pode inscrever, no máximo, quatro alunos por categoria e gênero. Os jogos são realizados em partidas de simples nas categorias pré-mirim, mirim e infantil, feminino e masculino. A competição é disputada em etapa única - Fase Polo.

O tênis de mesa segue as regras da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM), salvo as observações. São permitidos quatro participantes por categoria e gênero. A competição é realizada por jogos individuais de eliminatória simples (Chave A), disputada em melhor de três *sets* de 11 pontos, sendo dois serviços alternados para cada participante. Os perdedores da

1ª rodada terão a oportunidade de participar da Chave de Repescagem (Chave B) em partidas de um *set* de 11 pontos, sendo dois serviços alternados para cada participante, visando possibilitar que o aluno participe de, no mínimo, dois jogos. A competição é realizada em etapa única - Fase Polo.

O rugby-tag segue as regras da Federação Paulista de Rugby (FPR). A diferença está na composição e número de jogadores. As equipes são mistas e compostas por crianças de 10 a 14 anos, e obrigatoriamente deve ter uma menina em todos os tempos, sendo formada por 7 titulares e 8 reservas. A pontuação (try) marcada por uma menina vale três pontos e por menino vale um ponto. A competição é realizada em etapa única.

As modalidades coletivas (Futsal, Handebol, Basquetebol e Voleibol) seguem as regras da Federação Paulista e da Confederação Brasileira das respectivas modalidades, salvo as exceções. É permitida a participação de dois alunos federados por modalidade desde que não atuem no mesmo tempo de jogo.

O voleibol é disputado em dois *sets* de 21 pontos, se houver a necessidade do terceiro *set*, será de 15 pontos. No segundo *set* as equipes devem fazer obrigatoriamente, três alterações nas categorias pré-mirim e mirim.

O handebol, futsal e basquetebol são jogados em três tempos de oito minutos na FR e Polo, e três tempos de dez minutos na FM, sendo obrigatório realizar no segundo tempo, três e duas alterações nas categorias pré-mirim e mirim, respectivamente em cada modalidade. Somente os campeões da FR classificam-se para as fases seguintes: Fase Polo e FM.

A competição de skate está sendo realizada pela primeira vez nas OE. No sítio eletrônico da FEDEESP, no período da pesquisa não foi encontrado boletins informativos sobre as regras da competição.

Nas categorias pré-mirim e mirim são permitidas, conforme as regras das OE, inscrever os alunos em apenas uma modalidade coletiva e todas individuais. Na categoria infantil, o aluno pode ser inscrito em até duas modalidades coletivas e as substituições nos jogos são ilimitadas.

4.6.4 Cronograma Jogos Escolares (2014)

Diante da apresentação de como funciona as competições escolares, procurou-se investigar o fluxo dos Jogos Escolares através de consultas realizadas nos manuais das OE, dos JEESP e dos JEJ com a pretensão de apresentar no quadro 21, o cronograma dos Jogos Escolares (2014), buscando entender as categorias e fases de competição, conforme cada etapa:

municipal, estadual e nacional. Desta forma, observou-se que as OE (etapa municipal) não seguem o fluxo das esferas estadual e nacional dos Jogos Escolares.

Os motivos para não seguir o fluxo dos Jogos Escolares, segundo os representantes da SME/SP, justificam-se por considerarem as outras etapas desiguais, principalmente por competirem com escolas particulares. Outro problema são as dificuldades relacionadas à organização (recursos financeiros, logística, alimentação, autorização dos pais etc).

Desta forma, a SME/SP não concorda em organizar as OE em detrimento dos JEESP e/ou dos JEJ com o objetivo de enviar somente as equipes campeãs de cada modalidade ou alguns alunos das modalidades individuais, afirmando que este formato de competição escolar não faz sentido, uma vez que esse modelo não representa os valores do esporte que a SME/SP valoriza.

Quadro 22 – Cronograma dos Jogos Escolares nas esferas municipal, estadual e nacional, Brasil (2014)

Cronograma	Categorias		
Categorias	Pré-Mirim	Mirim	Infantil
Etapa Municipal (OE)	Olimpíadas Estudantis do Município de São Paulo		
Inscrição	04 a 18/08	04 a 18/08	04 a 18/08
Fase Regional			
Modalidades Coletivas	01/09 a 29/10	01/09 a 29/10	01/09 a 29/10
Atletismo	16/09 a 07/10	16/09 a 07/10	16/09 a 07/10
Fase Polo			
Modalidades Coletivas	19 a 26/11	12 a 18/11	05 a 11/11
Ginástica Artística	30/09 a 21/10	30/09 a 21/10	30/09 a 21/10
Tênis de Campo	06 a 20/10	06 a 20/10	06 a 20/10
Tênis Mesa	29/09 a 23/10	29/09 a 23/10	29/09 a 23/10
Ginástica Rítmica	14 a 28/10	14 a 28/10	14 a 28/10
Natação	03 a 06/11	03 a 06/11	03 a 06/11
Final Municipal			
Atletismo	30/10	30/10	29/09
Ginástica Rítmica	04/11	04/11	04/11
Ginástica Artística	27/10	27/10	27/10
Natação	13/11	13/11	13/11
Modalidades Coletivas	08 a 11/12	02 a 05/12	02 a 05/12
Etapa Estadual (JEESP)	Jogos Escolares do Estado de São Paulo		
Inscrição	11 a 29/08	12 a 28/02	12 a 28/02
Etapa I			
Fase DE	08/09 a 05/12	10/03 a 25/04	05/05 a 01/08
Fase Inter DE	X	28/04 a	04/08 a 05/09

		06/06	
Fase Final	X	31/07 a 09/08	18 a 27/09
Etapa II			
Fase Sub-Regional	X	10/03 a 25/04	05/05 a 18/07
Fase Regional	X	28/04 a 11/06	21/07 a 05/09
Fase Inter Regional Eliminatória	X	14/07 a 05/08	08/09 a 23/09
Fase Inter Regional Final	X	06 a 09/08	24/09 a 27/09
Etapa III			
Seletivas Regionais	25/03 a 11/06	25/03 a 11/06	25/03 a 11/06
Etapa IV			
Seletiva Estadual - Atletismo	X	08 a 10/08	19 a 21/09
Seletiva Estadual Inter Etapas	X	10/08	28/09
Etapa Nacional (JEJ)		Jogos Escolares da Juventude	
Jogos Escolares da Juventude	X	04 a 13/09	06 a 15/11

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

4.6.5 Panorama dos Jogos Escolares: Nacional e Internacional

A FEDEESP é responsável por organizar as OE e os JEESP. Apesar do item V do artigo 5º do Manual das OE garantir aos campeões de atletismo (categorias mirim e infantil) e das modalidades coletivas de futsal, handebol, voleibol e basquetebol (categoria infantil) disputarem a fase final da Capital dos JEESP, a própria SME/SP não apoia a continuidade das escolas para as outras etapas dos Jogos Escolares (estadual e/ou nacional) por considerarem a disputa injusta. Entretanto, as escolas municipais não dependem da SME/SP para participarem dos JEESP, basta o professor inscrever as equipes através do sítio eletrônico⁴⁷, embora os gastos com transporte e alimentação devam ser custeados pela própria unidade escolar.

Os campeões das diversas modalidades disputadas nos JEESP são encaminhados à etapa nacional para disputarem os JEJ, que por sua vez são organizados pelo COB. Os campeões dos JEJ são encaminhados para disputarem os Jogos Olímpicos da Juventude⁴⁸ (JOJ) nas categorias mirim (14 e 15 anos), infantil (16 e 17 anos) e juvenil (17 e 18 anos). Os JOJ são

⁴⁷ Disponível em: <<http://www.jeesp.org.br/noticias.php?id=1&pg=1>>. Acesso em: 15 mar. 15.

⁴⁸ O primeiro evento foi realizado em 2010 (Cingapura), o segundo em 2014 (Nanquim – China) e o terceiro em 2018 (Buenos Aires – Argentina).

organizados pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), tendo como objetivos unir os melhores jovens atletas do mundo, além de introduzir os valores do olimpismo.

Outro desdobramento dos campeonatos escolares são as seletivas estaduais das diversas modalidades esportivas. No caso do estado de São Paulo, estes eventos são organizados pela FEDEESP, tendo como objetivo selecionar os alunos para disputarem os Campeonatos Brasileiros promovidos pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE)⁴⁹.

Os alunos que obtiverem índices ou estiverem dentro dos critérios estabelecidos pela CBDE são encaminhados aos Campeonatos Mundiais, aos Jogos Sul-Americanos, aos Jogos Pan-Americanos e aos Jogos da CPLP⁵⁰, conforme as respectivas modalidades esportivas de cada evento. Os eventos esportivos internacionais são organizados pela *International School Sport Federation* (ISF⁵¹), sendo a CBDE afiliada a ISF.

Os eventos esportivos organizados pela ISF são realizados a cada dois anos, tendo como categorias a infantil (15 e 16 anos) e juvenil (17 e 18 anos). Vale ressaltar que há duas possibilidades de formações de equipes: 1º) formação de equipes através da seleção de alunos de diferentes escolas; 2º) formação de equipes por alunos da mesma escola.

Em relação à participação, os alunos só podem representar apenas uma equipe. As modalidades disputadas no primeiro caso são: Atletismo, Caratê, Judô, Taekwondô, Oienteering (Orientação), Natação, Triathlon, Badminton, Corrida de Rua, Ginástica, Tênis de Mesa, Vôlei de praia, Jogos Educativos e Ski. No segundo caso, as modalidades são: Futebol, Basquete 3x3, Rugby, Basquetebol, Floorball (parecido com o hóquei, mas é praticado na quadra), Voleibol, Beisebol, Futsal, Handebol e Tênis.

Outro evento realizado pela ISF é a *Gymnasiade*⁵² com as seguintes modalidades: Atletismo, Natação, Ginástica Rítmica e Ginástica Artística.

A CBDE também é afiliada a *International Sports Federation for Catholic Schools* (FISEC⁵³). O Brasil é membro⁵⁴ da FISEC desde 2005, sendo que os eventos organizados pela

⁴⁹ Os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal possuem federações de esporte escolar afiliados a CBDE. Disponível em: <<http://www.cbde.org.br/modules/news/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

⁵⁰ Jogos da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

⁵¹ As competições esportivas organizadas pela ISF acontecem desde 1973. Países que são filiados a ISF na América do Sul (Brasil, Chile, Paraguai e Suriname), 3 na América do Norte, 16 na África, 42 na Europa e 11 na Ásia. Os gastos individuais durante as competições para 2015 equivalem a 44 euros por dia, mais uma taxa de 30 euros para cada membro da delegação (aproximadamente R\$ 150,00 por dia, mais uma taxa de R\$ 103,00). Disponível em: <<http://www.isfsports.org/>>. Acesso em: 31 mar. 15.

⁵² A *Gymnasiade* acontece desde 1974, sendo inicialmente realizada a cada dois anos. A partir de 1986 passou a ser realizada a cada quatro anos. Em 2013, o Brasil foi sede do evento.

⁵³ Os eventos organizados pela FISEC acontecem desde 1948. Disponível em: <<http://www.fisec.org/>>. Acesso em: 31 mar. 15.

FISEC são realizados anualmente, tendo como categorias a mirim (13 e 14 anos) e a infantil (15 e 16 anos). As modalidades disputadas são: Atletismo, Natação, Tênis de mesa, Tênis, Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol.

É importante destacar que os custos com passagens aéreas, seguro viagem, uniformes, hospedagem, alimentação e taxas devem ser pagos pelas escolas das equipes campeãs e/ou Secretarias de Educação ou Esporte, caso a CBDE não consiga recursos.

Diante das possibilidades de disputa dos campeonatos brasileiros e/ou internacionais, os colégios particulares têm vantagem em relação às escolas públicas (federais, estaduais ou municipais) por possuírem condições diferenciadas como recursos financeiros, patrocínio e oferecimento de bolsas de estudos aos esportistas que se destacam nas diferentes etapas dos Jogos Escolares para fazer parte da equipe, além de ter espaço físico e materiais esportivos adequados.

Tais condições levam a crer na facilidade de contratar professores especializados na área técnica (não sendo necessário contratar licenciados). Portanto, a participação dos colégios particulares nos Jogos Escolares, pressupõe a intenção de simbolizar o sucesso educacional através do êxito esportivo.

⁵⁴ Países membros da FISEC (2015): Áustria, Brasil, Alemanha, Flandres, França, Grã-Bretanha, Hungria, Itália, Malta, Países Baixos, Portugal, Espanha.

5 RESULTADOS

O grupo de professores-técnicos analisados foi composto pelos professores finalistas da FR da DRE PJ e da FM das OE 2014. As modalidades finalistas foram: atletismo, natação, ginástica artística, judô, voleibol, handebol, basquetebol e futsal. Como descrito na metodologia, os critérios de inclusão considerados no estudo foram: a) ser professor de Educação Física da SME/SP; b) ter sido finalista da FR da DRE PJ e/ou finalista da FM das OE 2014.

A primeira parte do questionário procurou caracterizar: 1) Dados Gerais: identificação e experiência esportiva; 2) Formação profissional: formação inicial e continuada; 3) Atuação como técnico escolar e não escolar e desenvolvimento de projetos esportivos.

Desta forma, buscou-se caracterizar o perfil de formação curricular dos professores-técnicos considerando a idade, a experiência no magistério em geral, a experiência no magistério da SME/SP, a experiência no esporte-educação, de lazer e federado (rendimento), a experiência como técnico escolar e não escolar, a vigência da Resolução durante a formação docente, a formação em outros cursos de graduação, a titulação adquirida em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, os cursos de capacitação, as condições de trabalho em relação ao desenvolvimento dos projetos esportivos, a participação de alunos-atletas federados e não federados que treinam em clubes esportivos.

5.1 Resultados da primeira parte do questionário: Fase Regional DRE PJ e Fase Municipal (OE, 2014)

Quadro 23 - Dados Gerais dos professores-técnicos

Idade (anos)	Professores-técnicos: Homens			Professoras-técnicas: Mulheres		
	N	Média Idade	Desvio Padrão	N	Média Idade	Desvio Padrão
25 a 30	4	27,7	2,28	2	29	0
31 a 35	8	33	1,58	2	34	0
36 a 40	4	37	1	1	37	0
41 a 45	3	42,6	0,48	3	42	0,82
46 a 50	5	47,8	0,75	2	49,5	0,5
Acima de 50	3	52,6	2,36	---	---	---
Total	27	38,8	8,3	10	38,8	7,1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Não há diferenças significativas em relação à média geral de idade (anos) entre os professores e as professoras. O grupo dos professores-técnicos da FR é composto por 12 professores e cinco professoras, enquanto que o grupo da FM é formado por 20 professores e seis professoras. Vale ressaltar que há seis professores-técnicos (cinco homens e uma mulher) da FR que também pertencem ao grupo da FM por terem sido finalistas municipais. Ao considerar os dados absolutos independente do grupo analisado, percebeu-se que há predominância na quantidade de professores (27) em relação às professoras (10).

Tabela 6 – Formação Profissional dos professores-técnicos

Formação inicial	F. Regional (n = 17)	F. Final (n = 26)	Total (n = 37)
Resolução CFE n. 69/69	4	5	8
Resolução CFE n. 03/87	10	19	25
Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02	3	2	4
Formação continuada	F. Regional (n = 17)	F. Final (n = 26)	Total (n = 37)
Outros cursos de Graduação	5	9	13
Cursos de capacitação na área esportiva	9	17	22
Especialização	11	18	24
Especialização na área esportiva	5	11	13
Mestrado	1	1	2

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Considerando os dois grupos participantes (FR e FM), observou-se que 25 professores são formados sob a vigência da Resolução CFE n. 03/87 e estão habilitados para atuarem dentro e fora do contexto escolar. Enquanto oito professores são formados sob a vigência da Resolução CFE n. 69/69, possuindo também a formação em técnica desportiva, exceto uma professora que está habilitada para atuar somente na área escolar. Apenas quatro professores são formados sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02, porém, estes professores também possuem a formação de bacharel.

A maioria dos professores-técnicos estudados apontam para um perfil do currículo tradicional-esportivo, prevalecendo à formação sob a vigência da Resolução CFE n. 03/87 ou anterior a esta Resolução, exceto quatro professores que são formados sob as atuais Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02. Esta informação evidencia um perfil do currículo tradicional-esportivo com domínio de conhecimento técnico-instrumental e didático-pedagógico relacionados ao esporte, associado à experiência esportiva como atleta e técnico escolar.

Em relação aos outros cursos superiores, 13 professores são licenciados ou graduados, sendo: pedagogia (10), fisioterapia (1), teologia (1), administração (1) e administração escolar (1). Em relação aos cursos *lato sensu*, 24 professores são especialistas⁵⁵, sendo que apenas 13 professores são especialistas na área esportiva: treinamento desportivo (4), pedagogia do esporte (2), fisiologia do exercício (2), basquetebol (2), handebol (2), voleibol (2) e psicologia do esporte (1). Quanto aos cursos *stricto sensu*, somente dois professores têm a titulação de mestre⁵⁶.

Observa-se que o curso superior mais procurado pelos professores é de pedagogia. A formação em pedagogia justifica-se pela possibilidade dos professores serem designados a outros cargos como coordenação pedagógica, vice-direção e direção escolar. Os cursos de especialização que não estão relacionados com a área esportiva são cursos relacionados à Educação Física Escolar (5), Gestão Escolar (2), Direito Educacional (1), Inclusão (1), Musculação (1) e Ortopedia/traumatologia (1).

Estes dados indicam que a maioria dos professores procura realizar cursos de complementação e atualização pedagógica/profissional. Entretanto, apenas 13 professores buscaram se especializar em cursos relacionados ao tema esportivo.

Quadro 24 – Experiência no Magistério dos professores-técnicos

Professores-técnicos				Experiência: magistério em geral		Experiência: magistério de São Paulo	
Idade (anos)	N	Média Idade	Desvio Padrão	Média (anos)	Desvio Padrão	Média (anos)	Desvio Padrão
25 a 30	6	28,1	1,95	4,8	1,95	3,6	0,95
31 a 35	10	33,2	1,47	7,8	3,52	6	2,41
36 a 40	5	37	0,89	12,8	4,79	6,6	3,38
41 a 45	6	42,3	0,75	19	5,01	9,8	4,84
46 a 50	7	48,3	1,03	23,7	2,49	17,6	4,30
Acima de 50	3	52,6	2,36	25	7,26	18	11,43
Total	37	38,1	8	14	8,42	9,5	7,02

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O tempo médio de experiência geral no magistério é de 14 anos e no magistério do município de São Paulo é de 9,5 anos. A maioria dos professores-técnicos (10) está na faixa

⁵⁵ Especialização fora do contexto esportivo: Educação Física Escolar (6), Gestão Escolar (4), Pedagogia (2), psicomotricidade (1), psicopedagogia (1), reabilitação cardíaca (1), ortopedia (1), traumatologia (1), musculação (1), Inclusão (1), Arte Educação (1), Direito Educacional (1).

⁵⁶ Área de formação: Cultura Popular (1) e Educação (1).

etária de 31 a 35 anos com experiência entre seis e oito anos de atuação no magistério. Ao considerar a faixa etária dos 46 anos em diante, observou-se que a experiência no magistério dos professores (10) está entre 17 e 25 anos de atuação. Estas informações correspondem com a predominância de formação sob a vigência das Resoluções anteriores as atuais Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02.

Além do magistério, duas professoras e quatro professores possuem outras profissões: professoras - fisioterapeuta (1) e instrutora de academia (1); professores - instrutores de academia (2), técnico de handebol em clube esportivo (1), técnico de esportes do Centro Unificado de Educação (1) e assessor esportivo (1).

Quadro 25 – Experiência no esporte escolar, esporte de lazer e esporte federado dos professores-técnicos

Idade (anos)	Experiência: esporte escolar*			Experiência: esporte de lazer*			Experiência: esporte federado*		
	N	Média (anos)	Desvio Padrão	N	Média (anos)	Desvio Padrão	N	Média (anos)	Desvio Padrão
25 a 30	6	4	2	6	4,5	1,61	1	7	0
31 a 35	8	2,5	1,69	6	4,3	1,49	4	4,25	2,05
36 a 40	5	5,2	0,98	3	6	0	2	1,5	0,5
41 a 45	5	3,3	2,21	3	4,3	1,7	3	4,3	2,62
46 a 50	7	3,4	2,56	4	5,7	4,15	3	3,3	1,25
Acima de 50	2	1,6	1,25	2	4,5	1,5	3	4,6	3,77
Total	33	3,7	1,92	24	4,8	2,25	16	4	2,62

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

*Para o cálculo da média e desvio padrão foi considerado apenas o período (escolar) de prática esportiva nas categorias pré-mirim, mirim e infantil (dos 10 aos 17 anos).

Todos os professores possuem experiência esportiva⁵⁷ enquanto aluno-atleta (dos 10 aos 17 anos) em pelo menos duas categorias (pré-mirim, mirim e infantil) com tempo médio superior a três anos no esporte escolar, de lazer e federado. A participação no esporte escolar é representada por 33 professores, o esporte de lazer por 24 e o esporte federado por 16. Apenas quatro professores disseram que não foram praticantes de esporte escolar, porém foram praticantes de esportes federados. Dos 37 professores-técnicos, 28 foram finalistas na mesma modalidade praticada durante a adolescência. Atualmente, nove professores (homens) são praticantes de esporte de lazer da mesma modalidade em que foram finalistas.

⁵⁷ As modalidades esportivas praticadas durante a adolescência citadas foram: futebol, futsal, handebol, basquetebol, voleibol, atletismo e ginástica artística.

Os dados indicam que a prática de modalidades esportivas durante o período escolar deste grupo de professores estudados, tem correlação com o desempenho esportivo da modalidade em que são técnicos.

Quadro 26 – Experiência como Técnico escolar e não escolar dos professores-técnicos

Idade (anos)	Experiência: Técnico escolar			Experiência: Técnico não escolar		
	N	Média (anos)	Desvio Padrão	N*	Média (anos)	Desvio Padrão
25 a 30	6	3,1	0,69	1	6	0
31 a 35	10	4,9	2,69	4	3	1,22
36 a 40	5	8,4	4,69	1	2	2
41 a 45	6	11,6	5,31	3	7,6	2,06
46 a 50	7	14,3	5,77	5	9,2	6,71
Acima de 50	3	21,3	10,62	2	15	3
Total	37	9,3	7,38	16	7,4	5,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

* Para o cálculo da média e do desvio padrão dos técnicos não escolares, considerou-se apenas os 16 professores-técnicos que atuaram fora do contexto escolar.

Em relação à experiência como técnico não escolar, 14 professores e duas professoras, atuaram como técnicos em diferentes contextos: clubes esportivos, escolinha de esportes, equipes amadoras municipais e equipes universitárias. O tempo médio de atuação como técnico não escolar da amostra é de aproximadamente oito anos. Já o tempo médio de atuação como técnico escolar é de aproximadamente dez anos.

As informações analisadas permitem afirmar que dos 30 professores-técnicos, 28 foram finalistas na mesma modalidade esportiva que atuam como técnicos nos projetos esportivos do contraturno escolar. Outra constatação é que dos 16 professores-técnicos que praticaram esportes federados no período escolar, 12 foram finalistas da mesma modalidade praticada na adolescência.

Tabela 7 - Atuação como Técnico escolar dos professores-técnicos

Desenvolvimento de Projetos Esportivos	F. Regional (n = 17)	F. Final (n = 26)	Total (n = 37)
Desenvolve projetos esportivos	15	21	30
Desenvolve projetos esportivos na modalidade finalista	12	20	27
O local está adequado à prática esportiva	9	18	22
A unidade escolar fornece materiais esportivos	14	21	29
Os materiais esportivos são suficientes	10	12	17
Os materiais esportivos são adequados	12	15	22
Número de alunos não federados em clubes esportivos	16	42	52
Número de alunos federados em clubes esportivos	0	7	7

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Quanto aos projetos de iniciação esportiva desenvolvidos no contraturno escolar, sete professores não desenvolvem projetos e 30 professores-técnicos têm turmas de treinamento com média de 4 aulas por semana para cada modalidade esportiva. Considerando todos os professores que desenvolvem projetos esportivos, 28 professores trabalham com a mesma modalidade em que foram finalistas.

Em relação à infraestrutura e aos materiais esportivos, 22 professores afirmaram que os locais de treinamento estão adequados, 29 que a unidade escolar fornece materiais esportivos, 17 que os materiais esportivos fornecidos são suficientes e 22 que os materiais esportivos são adequados. Cinco professores⁵⁸ afirmaram ter alunos (n = 52) não federados que treinam em clubes esportivos e cinco professores⁵⁹ declararam ter alunos (n = 7) federados treinando em clubes esportivos.

Em relação ao desenvolvimento dos projetos esportivos, notou-se que há uma carência em relação à disponibilidade de quadras, da quantidade e da adequação de materiais esportivos para os professores trabalharem. Apesar das escolas receberem verbas específicas para aquisição de materiais esportivos através dos Programas Mais Educação e Atleta na Escola, aponta-se para a investigação das questões administrativas que justifiquem esta problemática nestas unidades escolares. Em relação à utilização da quadra, este é um problema estrutural que afeta a maioria dos professores devido às escolas em sua grande maioria disponibilizar apenas uma quadra. O problema é que o horário das turmas de treinamento do contraturno entra em confronto com as aulas regulares de Educação Física escolar, prevalecendo a utilização para as

⁵⁸ Alunos não federados que treinam em clubes esportivos: professor 1 (basquete feminino 14 alunas e basquete masculino 17 alunos), professor 2 (vôlei masculino 5 alunos), professor 3 (handebol feminino 2 alunas) professor 4 (basquete feminino 2 alunas, basquete masculino 2 alunos), professor 5 (handebol feminino 10 alunas).

⁵⁹ Alunos federados que treinam em clubes esportivos: professor 1 (basquete masculino 1 aluno), professor 2 (basquete feminino 1 aluna), professor 3 (handebol feminino 2 alunas), professor 4 (voleibol feminino 1 aluna) e professor 5 (handebol masculino 2 alunos).

aulas regulares. Neste caso, os projetos esportivos devem ser desenvolvidos em outros espaços adaptados como pátio da escola ou locais adjacentes à quadra etc.

Diante das informações, observou-se que o desenvolvimento de projetos esportivos no contraturno escolar torna-se pré-requisito para obter bons resultados nas OE. Além disso, os dados sobre os alunos (federado) que treinam em clubes esportivos pode ser um indicativo de sucesso para as equipes escolares, mas a limitação do estudo não permite aprofundar estas informações. Soma-se a estes fatos, a experiência esportiva durante a adolescência (esporte escolar, de lazer ou federado), a formação acadêmica voltada para o perfil do currículo tradicional-esportivo, os cursos de especialização na área esportiva e a experiência como técnico escolar e não escolar na mesma modalidade esportiva em que foram praticantes e atualmente técnicos.

5.2 Resultados da segunda parte do questionário: Fase Regional DRE PJ e Fase Municipal (OE, 2014)

Na segunda parte do questionário foram propostos sete temas geradores para as questões abertas. Os temas geradores foram: 1) Processo de formação dos professores-técnicos; 2) Competências dos professores-técnicos; 3) (Des)valorização esportiva da unidade escolar na visão dos professores-técnicos; 4) Participação dos alunos nos projetos esportivos e nas OE; 5) Objetivos da formação educacional e da formação esportiva para o rendimento; 6) Detecção de talentos e a formação esportiva para o rendimento; 7) Proposição de um modelo de esporte no contexto escolar.

Durante a análise das questões abertas, realizou-se uma pré-exploração através de uma leitura global das respostas dos professores-técnicos participantes. Com isso, procurou-se entender as ideias principais por meio da interpretação e contagem das respostas repetidas ou com o mesmo sentido/significado para codificar o conteúdo e organizar as próximas fases de análise. No momento da quantificação da frequência das informações repetidas e/ou com o mesmo sentido, houve a necessidade de criar subcategorias e por fim, as categorias de análise. Após as fases descritas foram realizadas as inferências dos resultados encontrados.

A interpretação das informações, como proposto na metodologia, seguiu a técnica de análise de conteúdo. As respostas foram interpretadas de forma qualitativa. Na sistematização dos procedimentos de análise, procurou-se visualizar os conteúdos evitando os extremismos entre o campo simbólico e o campo objetivo, com a intenção de equilibrar a subjetividade e a formalidade (BARDIN, 2011).

Tabela 8 – Processo de formação dos professores-técnicos

1) Destaque em seu processo de formação, como você adquiriu as competências que fundamentam a sua atuação como técnico nas Olimpíadas Estudantis?				
Categoria de análise: Formação Profissional				
Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
Experiência adquirida através da convivência com os técnicos dos clubes esportivos onde jogou ou conviveu.	AP-X14	TB	48	Experiência como atleta n = 19
Experiência adquirida como atleta federado em categorias de base.	AA-X13 BM-X1 FJ-X5 HH-X9	TB FF RH BM-X1		
Experiência adquirida como aluno-atleta em competições escolares.	AA-X13 AP-X14 BM-X1 FM-X6 FJ-X5 FA-X4 CG-X15 HR-X7 HH-X9 HA-X8 VE-X11 VC-X12	FF FB RH SH BM-X1 CG-X15 HR-X7 VE-X11		
Experiência adquirida como atleta profissional no esporte de alto rendimento.	BM-X1 HR-X7 HH-X9 VE-X11	TB RH BM-X1 HR-X7 VE-X11		
Experiência adquirida como atleta em categorias adultas amadoras.	AA-X13 HV-X10 BM-X1 FA-X4 HR-X7 HH-X9 HA-X8 VE-X11	FB RH SH BM-X1 HR-X7 VE-X11		
Experiência adquirida como participante de esporte de lazer/amador em categorias de base.	FA-X4 HR-X7 HH-X9	FF FB MB HR-X7		
Conhecimentos adquiridos em clubes esportivos através de estágios acadêmicos onde pode compreender a competição esportiva da iniciação ao alto rendimento.	HR-X7	HR-X7 VH	45	Conhecimentos Acadêmicos n = 29
Conhecimentos acadêmicos adquiridos na faculdade/universidade.	HV-X10 FJ-X5 HR-X7 HA-X8 VE-X11 VC-X12 FM-X6	AB AV FMF FB FH GB MF MB PV RB RH SH HR-X7 VE-X11		
Atualização e renovação de saberes na área esportiva.	BM-X1 HH-X9	BM-X1		
Conhecimentos pedagógicos adquiridos durante a formação acadêmica que envolve a didática, a	BI-X2	BI-X2		

aprendizagem das regras do esporte, o entendimento biológico relacionado ao crescimento e desenvolvimento, e os aspectos psicológicos que envolvem a motivação, autoestima e a socialização.				
Conhecimentos teóricos e práticos que fundamentam os processos pedagógicos no ensino das regras, da técnica e da tática esportiva adquiridos na faculdade/universidade.	AA-X13	----		
Conhecimentos adquiridos através de pesquisas, livros e artigos sobre a área esportiva.	FA-X4 AP-X14	AB EF FMF FF FB MB RB VH		
Conhecimentos técnico-táticos adquiridos em cursos de capacitação profissional na área esportiva que envolve a compreensão do jogo e os processos pedagógicos no ensino das modalidades esportivas.	VC-X12	EF MB SH WV		
Conhecimentos adquiridos em cursos de pós-graduação.	----	FMF FF GB MB SH		
Experiência adquirida como técnico em competições universitárias.	----	FH VH GB		
Experiência adquirida como técnico em clubes esportivos.	VE-X11 JI-X16 AA-X13 FJ-X5 HH-X9	RB VH WV GB VE-X11 JI-X16	19	Experiência como técnico não escolar n = 16
Experiência adquirida como técnico no Programa Segundo Tempo.	----	MF		
Experiência adquirida como técnico em escolinhas de esportes ou campeonatos amadores.	AA-X13 BM-X1 HR-X7 VC-X12 HV-X10	RF BM-X1 HR-X7		
Experiência adquirida como técnico em competições escolares.	AA-X13 BR-X3 VE-X11 VC-X12 HV-X10 FA-X4	EF FF MB RVH RF RB VH VE-X11	15	Experiência como técnico escolar n = 16
Experiência adquirida através da tentativa e erro: adaptações durante os treinos e as competições escolares.	HH-X9	AV		
Experiência adquirida através de outros professores que já atuavam como técnico nos Jogos Escolares.	----	VH WV	2	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 8 representa a categoria de análise da formação profissional do professor-técnico e se divide em quatro subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância, conforme a concepção do grupo estudado:

- 1 Conhecimentos acadêmicos relacionados à formação inicial e continuada (29);
- 2 Experiência como atleta escolar e/ou federado em clubes esportivos de categorias de base e/ou experiência como atleta profissional (19);
- 3 Experiência como técnico não escolar adquirida fora do contexto escolar (16);
- 4 Experiência como técnico escolar adquirida através da prática docente (16).

Tabela 9 – Competências dos professores-técnicos

2) Na sua compreensão, o que é ser técnico de esporte escolar?				
Categoria de análise: Competências dos Professores-Técnicos				
Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
É dominar conteúdos específicos relacionados aos aspectos biológicos de maturação, crescimento/desenvolvimento, aprendizagem motora, treinamento na infância/adolescência e aspectos nutricionais.	----	MB	15	Conhecimento técnico-instrumental n = 14
É saber selecionar os alunos com talento esportivo para jogar nas diferentes modalidades.	BR-X3	AB		
É despertar nas crianças o interesse por representar a escola em festivais ou campeonatos escolares.	BR-X3 VC-X12 AA-X13 AP-X14	SH FF MV RVH		
É saber desenvolver e aprimorar o controle emocional dos alunos durante os treinos e as competições escolares.	VC-X12 HR-X7	EF HR-X7		
É compreender que todos os alunos são dotados de capacidades e habilidades e procurar desenvolver essas competências em todos os sentidos para que as crianças possam alcançar seus objetivos (sonhos) caso queiram ser atletas.	HH-X9 FM-X6	----		
É utilizar o esporte como ferramenta educacional, é formar para a cidadania.	BM-X1 BI-X2 HR-X7 FA-X4 GC-X15	BM-X1 BI-X2 HR-X7 GC-X15 GB SH MB FMF MF FF RB RH TB WV	Aspectos educativos n = 21	Conhecimento didático-pedagógico n = 26
É ensinar a prática esportiva, socializá-la e democratizá-la através da vivência de diversos esportes.	FJ-X5 HV-X10 VE-X11 AA-X13 AP-X14	VE-X11		

É valorizar a participação dos alunos independente dos resultados.	HV-X10 FJ-X5	----		
É entender que a descoberta de talentos não é prioridade e as crianças não estão no esporte de alto rendimento. É apoiar a carreira esportiva, caso os alunos queiram prosseguir no esporte.	HV-X10 FJ-X5	----		
É ensinar os alunos a gostarem de esportes de forma lúdica. Posteriormente, ensinar pelo método global até chegar ao treinamento específico da modalidade trabalhada (regras, técnicas e táticas) e despertar o interesse competitivo.	HR-X7 BI-X2	HR-X7		
É integrar os aspectos pedagógicos e educativos no desenvolvimento de projetos esportivos ou competições escolares.	HA-X8 AA-X13	----		
É administrar e organizar a prática e/ou os projetos esportivos.	FJ-X5 VE-X11	VE-X11	Aspectos de rendimento n = 13	
É ensinar técnicas variadas do esporte: fundamentos técnicos, posição tática e aptidão física.	VC-X12 HH-X9 HR-X7 GC-X15	FF GB WV MV HR-X7 GC-X15		
É dar conselhos, agir de forma motivadora e determinada (nos treinos e nas competições), despertando o sentimento de união e superação entre os alunos.	HA-X8	EF RF		
É ser exemplo (para os alunos) de dedicação e respeito ao próximo.	HA-X8	EF RF	18	Valores esportivos universais n = 17
É contribuir na formação ética e moral. É ensinar valores de amizade, respeito, honestidade, responsabilidade e a ter atitudes positivas.	BI-X2 HR-X7 HV-X10 GC-X15	HR-X7 GC-X15 BI-X2 SH FMF FF MV RVH VH		
É propiciar disciplina e responsabilidade individual e coletiva.	HH-X9	PV		
É trabalhar os conteúdos ligados ao tema esportivo considerando as questões culturais, sociais, cognitivas, afetivas e de gênero que envolve a comunidade escolar.	----	MB MF		
É promover a qualidade de vida por meio da prática esportiva.	----	MV		
É dominar conhecimentos/conteúdos esportivos por meio de constantes atualizações, pesquisas e estudos relacionados ao tema esportivo.	----	MB	2	Qualificação da prática pedagógica n = 2
É avaliar o próprio trabalho e refletir a prática profissional.	----	AV		

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 9 representa a categoria de análise dos conteúdos que fundamentam as competências dos professores-técnicos e se divide em quatro subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância, conforme o entendimento do grupo estudado:

- 1 Competência didático-pedagógica: domínio de conhecimentos pedagógicos voltados aos aspectos de formação humana e esportiva (26);
 - 1.1 Somente aspectos educativos (13);
 - 1.2 Aspectos educativos e de rendimento (8);
 - 1.3 Somente aspectos de rendimento (5);
- 2 Valores esportivos universais: desenvolvimento dos valores sociais e compreensão do papel social do professor em relação ao esporte (17);
- 3 Competência técnico-instrumental: domínio de conteúdos biológicos relacionados ao desempenho esportivo (14);
- 4 Qualificação do aperfeiçoamento da prática pedagógica: processo de investigação, atualização profissional relacionada ao tema esportivo e avaliação da prática profissional (2).

Tabela 10 – (Des)valorização do esporte escolar na visão dos professores-técnicos

3) O contexto da sua unidade escolar valoriza o esporte escolar? Justifique sua resposta.				
Categoria de análise: (Des)valorização do Esporte Escolar				
Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
A equipe gestora apoia, fornece materiais, disponibiliza espaço físico e horário para o desenvolvimento dos projetos esportivos.	BI-X2 BM-X1 FA-X4 FJ-X5 VE-X11 HA-X8 HH-X9 AA-13 VC-X12 JI-X16	VH WV MV GB FF MF RF BI-X2 BM-X1 VE-X11 JI-X16	Estrutural n = 17	Valorização do esporte escolar n = 25
O esporte está atrelado ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.	VE-X11 AA-X13	VE-X11	Pedagógica n = 11	
A equipe gestora reconhece a importância do esporte escolar em relação à formação do educando e às mudanças comportamentais ou atitudinais.	FJ-X5 AA-X13 HV-X10	FH AV PV RH		
A equipe gestora divulga os resultados em reuniões de pais, destacando a importância da participação dos alunos à comunidade escolar.	VE-X11 VC-X12	TB RB VE-X11		
Os alunos se interessam e participam dos projetos esportivos.	BI-X2 FA-X4	WV BI-X2		
A equipe gestora e/ou alguns professores não incentivam, reclamam ou não gostam que o professor de Educação Física se ausente da unidade	BR-X3 AP-X14 GC-X15	RVH GC-15	Pedagógica n = 8	Desvalorização do esporte escolar

escolar, não percebem os benefícios positivos, ignoram o poder educacional do esporte e não reconhecem o trabalho do professor de Educação Física alcançado nos projetos e nas competições esportivas.				n = 12
A equipe gestora não autoriza a saída de dois responsáveis para irem às OE, se posicionam contrários à competição, só valorizam os resultados obtidos pelos alunos e ignoram o trabalho do professor de Educação Física.	GC-15	GC-15 SH		
A equipe gestora não valoriza o esporte, não acompanha, não apoia e não divulga os benefícios do esporte à comunidade escolar.	---	EF AB FB		
A unidade escolar não dá condições adequadas: faltam materiais esportivos e organização para utilizar os espaços físicos para desenvolver os projetos esportivos.	FM-X6 GC-X15	SH FMF MB GC-X15	Estrutural n = 6	
O Poder Público não investe em Políticas Públicas que apoiem e valorizem as diferentes competições escolares, os centros de formação esportiva são escassos, não existem convênios entre escolas, clubes e universidades. As marcas e os resultados das OE não repercutem em outras esferas (estadual e federal) dos Jogos Escolares.	HR-X7	HR-X7		

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 10 representa a categoria de análise da (des)valorização do esporte escolar na visão dos professores-técnicos e se divide em duas subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância:

1 Valorização do esporte escolar (25):

1.1 Somente Estrutural: faz referência à organização dos espaços, horários e materiais esportivos (12);

1.2 Somente Pedagógica: faz referência ao apoio da unidade escolar, divulgação dos benefícios que o esporte escolar promove à comunidade escolar e interesse dos alunos em participar do esporte no contexto escolar (7);

1.3 Estrutural e Pedagógica (6).

2 Desvalorização do esporte escolar (12):

1.1 Somente Pedagógica: a unidade escolar não apoia e não acredita nos benefícios promovidos pelo esporte escolar (6);

2.1 Somente Estrutural: a unidade escolar não oferece condições mínimas de trabalho como espaços, horários e materiais esportivos. O Poder Público não investe e não oferece possibilidades para desenvolver o esporte escolar (4);

2.3 Pedagógica e Estrutural (2).

Tabela 11 – Participação dos alunos nos projetos esportivos e nas OE

4) Para participar dos projetos esportivos e/ou das Olimpíadas Estudantis nas modalidades com as quais trabalha, quais competências os alunos-atletas devem ter?				
Categoria de análise: Critérios de Seleção Esportiva				
Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
O aluno deve se inscrever nos projetos e demonstrar interesse; ser comprometido, ter frequência, ser disciplinado, ter respeito, ser determinado, ser dedicado, ter atitude cooperativa (trabalhar em equipe) e ter atitude competitiva - pela modalidade esportiva praticada.	AP-X14 BM-X1 BI-X2 FA-X4 HH-X9 HV-X10 VE-X11 FJ-X5 HA-X8 FM-X6 AA-X13 GC-X15 JI-X16 HR-X7	GB FB FMF SH AV VH RB AB MB WF EF FF MV RH RVH MF FH RF BI-X2 VE-X11 BM-X1 GC-X15 JI-X16 HR-X7	Interesse, participação, conduta ética: saber- ser n = 32	Volitiva n = 32
O aluno deve ter conduta ética, bom aproveitamento escolar e comportamento adequado, tanto nos projetos esportivos quanto nas OE e na unidade escolar em geral.	BI-X2 HR-X7 HA-X8 VE-X11 AP-X14	MV EF MF BI-X2 HR-X7 VE-X11	Avaliação atitudinal: saber-ser 8	
Para participar dos projetos, os professores não fazem seletivas. Entretanto, nas OE os professores são obrigados a selecionar os alunos devido ao limite de inscrições por modalidade. Afirmam ser contrários a este formato de competição e acreditam que todos os alunos que estão no projeto deveriam participar.	HV-X10	VH	2	Normativa n = 2
Nas OE, devido ao número restrito de inscritos, por meio de seletivas, os alunos que se destacam através da aptidão física, habilidades motoras e inteligência tática.	BI-X2 BR-X3 JI-X16	SH PV MB FMF BI-X2 JI-X16		
Nos projetos e nas OE, o aluno deve se interessar e se esforçar para desenvolver as competências motoras básicas no esporte praticado como: aptidão física, habilidades motoras e inteligência tática.	FJ-X5 HR-X7 HH-X9 VE-X11 VC-X12 AA-X13 AP-X14	AB AV MF FF TB RB MV GB VE-X11 HR-X7	24	Técnica n = 22
Nos projetos esportivos, dá preferência aos alunos que tenham treinado nos anos anteriores e que já desenvolveram a coordenação motora global e/ou específica, completando as turmas com outros alunos que demonstrarem interesse em participar	VC-X12 AP-X14	----		

do projeto esportivo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 11 representa a categoria de análise dos critérios de seleção esportiva, e se divide em quatro subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância, conforme o entendimento do grupo estudado:

- 1 Volitiva: depende do interesse individual do aluno em participar dos projetos esportivos (32);
 - 1.1 Somente interesse, participação e conduta ética: saber-ser (24);
 - 1.2 Interesse, participação e conduta ética; avaliação atitudinal: saber-ser (8);
- 2 Técnica: a participação dos alunos nas OE depende do desempenho esportivo e está relacionada à evolução da aptidão física, das habilidades motoras e da inteligência tática (22);
- 3 Normativa: todos os alunos têm o direito de participar dos projetos esportivos. Entretanto, poucos alunos representam a escola nas OE devido às questões organizacionais e administrativas que regem as OE (2);

Tabela 12 – Objetivos da formação educacional e da formação esportiva

5) Para formar seus alunos/atletas, o que você faz para alcançar os objetivos educacionais e de rendimento esportivo?

Categoria de análise: Procedimentos Educacionais e de Rendimento Esportivo

Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
Consideram a interdisciplinaridade e procuram estabelecer parceria com outros docentes, buscam equilíbrio entre o desempenho escolar e o desempenho esportivo.	----	MF WV TB FF	Pedagógico-integrativo n = 5	Procedimentos Educacionais n = 20
Orientam os alunos a organizarem o próprio tempo, fala sobre a importância das responsabilidades escolares e o comprometimento com os estudos.	AA-X13	WV		
Ensinam a importância da postura atitudinal em relação à coletividade, à solidariedade, frequência escolar e desempenho escolar.	HA-X8 HV-X10 FM-X6 FJ-X5	RH FM	Pedagógico-atitudinal n = 6	
Trabalham as questões relacionadas aos aspectos emocionais buscando elevar a autoestima e a melhora da imagem corporal dos alunos.	FA-X4 HH-X9 VC-X12	----	Aspectos emocionais n = 3	
Cobram disciplina e esperam que o aluno tenha postura e comprometimento com o grupo e o trabalho do professor.	HH-X9 JI-X16	PV SH JI-X16	Aspectos disciplinares	

Não faz moeda de troca entre o desempenho escolar e o desempenho esportivo, consideram as múltiplas capacidades dos seres humanos. Entretanto, deixam claro que os alunos estão representando a escola e precisam ter postura.	----	VH	n = 6	
Estabelecem regras: alunos com problemas comportamentais reincidentes ou casos graves de indisciplina são excluídos dos projetos.	----	VH FF		
Não objetivam formar atletas, por isso não estabelece metas para o rendimento esportivo, afirmam formar cidadãos.	----	RVH FMF	Formação cidadã n = 2	
Ensinam valores através do esporte: respeitar o próximo e as diferenças, ser honesto, ser leal, ser cooperativo, ser dedicado, ser justo e entender o porquê da vitória/derrota.	HA-X8 BI-X2 AP-X14 FM-X6	VH EF BI-X2	Valores esportivos universais n = 6	Procedimentos relacionados à ética: saber-ser n = 6
Ensinam os alunos a equilibrarem a relação entre o rendimento esportivo e esforço físico, a compreender o trabalho em equipe na competição, conhecer as regras do esporte, a explorar a própria técnica e a assimilar as estratégias táticas durante o jogo.	BI-X2 HH-X9	BI-X2		
Investem no aperfeiçoamento da execução dos fundamentos básicos e/ou do gesto motor, no desenvolvimento da inteligência tática e das capacidades físicas através de treinos regulares que explorem situações de jogo ou através de jogos amistosos com outras escolas.	BR-X3 AP-X14 HR-X7 HA-X8 HH-X9 FJ-X5 JI-X16	RB PV MV AV AB VH JI-X16 HR-X7	Treinamento e desempenho esportivo n = 16	
Procura conscientizar os alunos sobre os limites e potencialidades do desempenho esportivo individual e coletivamente.	BI-X2	BI-X2		
Procura sanar as deficiências da sua equipe nos treinamentos e estabelece estratégias conforme as deficiências da equipe adversária durante as OE.	VE-X11	VE-X11		
Planeja a periodização de treinos físicos e técnicos de acordo com a evolução de cada um e da equipe.	----	TB		
Procuram equilibrar os aspectos emocionais e elevar a motivação e a determinação dos alunos durante as competições, para que os alunos joguem com mais segurança.	BI-X2 HR-X7	BI-X2 HR-X7	Aspectos emocionais n = 2	
Procura conscientizar e ensinar através de: - Vídeos sobre sistemas táticos e técnicos, e sessões de treinamento que explorem as capacidades físicas. - Vídeos e imagens que explorem a sequência de movimentos (biomecânica) para que os alunos entendam a construção do gesto esportivo e a importância dos movimentos econômicos e eficientes.	----	MB	Aspectos conceituais n = 4	
Fazem palestras antes dos treinos ou jogos, apresenta vídeos que explorem situações de jogo e posicionamentos táticos, procura diálogos constantes com os alunos e fazem	HR-X7	GB EF HR-X7		
				Procedimentos de rendimento esportivo n = 26

autoavaliação do trabalho desenvolvido e avaliação em relação à participação dos alunos.			
Ensinam os alunos a serem dedicados e incentivam os alunos a superar limites, tendo em vista, alcançar as metas e objetivos esportivos previamente estabelecidos.	BI-X2 AA-X13 AP-X14 FJ-X5 VC-X12 GC-X15 HH-X9	WV MF MB BI-X2 CG-X15	Dedicação esportiva n = 10
Procura levar os alunos para apreciarem os treinos de equipes profissionais adultas.	HR-X7	HR-X7	Precocidade n = 2
Procura iniciar os alunos esportivamente a partir dos 9 anos, exige disciplina, participa de torneios locais e mantém diálogo constante com os pais.	----	SH	
Utiliza os conhecimentos adquiridos na prática esportiva onde pôde vivenciar e acompanhar os treinamentos desenvolvidos em clubes esportivos.	----	RF	Artesanal n = 1

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 12 representa a categoria de análise dos procedimentos educacionais e de rendimento esportivo e se divide em duas subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância, conforme o entendimento do grupo estudado:

1 Procedimentos de rendimento esportivo (26):

- 1.1 Somente treinamento e desempenho esportivo: ações que procuram elevar o desempenho esportivo relacionadas às capacidades físicas, técnicas e táticas através de treinamentos e/ou competições escolares (11);
- 1.2 Somente dedicação esportiva: ações que incutem a dedicação, o esforço individual e o comprometimento coletivo (5);
- 1.3 Somente treinamento, desempenho e dedicação esportiva (3);
- 1.4 Somente aspectos conceituais: ações que buscam conscientizar os limites e potencialidades relacionadas ao rendimento esportivo (capacidade física, técnica e tática) através de palestras, imagens e vídeos (2);
- 1.5 Somente precocidade: ações que promovem o contato com o esporte em idades precoces (1);
- 1.6 Somente método artesanal: ações relacionadas ao saber-fazer através da repetição do que vivenciou durante a prática esportiva como atleta (1);
- 1.7 Somente treinamento esportivo: ações embasadas na estruturação e na periodização do treinamento esportivo (1);
- 1.8 Aspectos emocionais, treinamento, desempenho e dedicação esportiva (1);
- 1.9 Aspectos emocionais e dedicação esportiva (1);

1.10 Aspectos conceituais e emocionais, precocidade, treinamento e desempenho esportivo (1).

2 Procedimentos educacionais (20):

2.1 Somente pedagógico-atitude: ações de conscientização individual e coletiva que visam à responsabilidade e autonomia em relação ao desempenho escolar e esportivo (6);

2.2 Somente pedagógico-integrativo: ações interdisciplinares relacionadas ao desempenho escolar e esportivo (4);

2.3 Somente aspectos disciplinares: ações que não permitem comportamentos inadequados. As ações se classificam em três tipos: advertência, suspensão e exclusão dos projetos esportivos (4);

2.4 Somente formação cidadã: ações direcionadas aos direitos e deveres sociais (2);

2.5 Somente aspectos emocionais: ações que promovem o diálogo sobre a importância da autoestima e sentimento de pertencimento através do esporte (2);

2.6 Aspectos disciplinares e pedagógico-integrativo (1);

2.7 Aspectos disciplinares e emocionais (1).

3 Procedimentos relacionados à ética (8):

3.1 Valores esportivos universais: ações voltadas aos valores inspiradores da sociedade democrática, à formação da cidadania e esportiva (8);

Tabela 13 – Detecção de talentos e formação esportiva para o rendimento

6) Na sua opinião, a quem compete à detecção de talentos esportivos e a formação de atletas para o rendimento esportivo? Justifique sua resposta.				
Categoria de análise: Detecção de Talento e Rendimento Esportivo				
Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
Afirmaram que compete à escola e ao professor de Educação Física, mas não justificaram.	BM-X1 BI-X2	SH RB FH AB BM-X1 BI-X2	Afirmativa sem justificativa n = 6	Detecção: compete à Escola n = 31
Na escola através dos professores de Educação Física de nível fundamental, onde se encontra as idades ideais para iniciar o treinamento, através do desenvolvimento das capacidades físicas e habilidades motoras (por meio da psicomotricidade). Considera a escola como preparação inicial para os alunos terem condições de treinarem em clube esportivo.	HH-X9	----	Afirmativa assertiva n = 6	
Na escola, onde se encontra a massa jovem.	VC-X12	MV FF		

O responsável é o professor de Educação Física que inicia e proporciona vivências em diferentes modalidades esportivas.		PV		
Na escola, através do professor de Educação Física por meio da identificação de potencialidades que o esporte exige, tais como estrutura corporal (aptidão física), grau de desenvolvimento motor e avaliação física, técnica e tática.	HA-X8 HH-X9	----		
Na escola, mas falta integrar à família aos clubes esportivos.	FM-X6	VH		
Na escola, se houvesse convênio ou integração entre escola e clube esportivo. É preciso criar um “elo” ou uma rede entre a escola, clubes de bairro e grandes clubes ou centros esportivos em todas as modalidades.	FJ-X5 JIX16 HV-X10	EF AV MB RH RF FMF JI-X16		
Na escola, mas faltam estímulos para detectar e encaminhar os talentos identificados para serem avaliados, pois não existem convênios entre as escolas e os clubes, além da quantidade de clubes esportivos serem insuficientes.	BR-X3 HR-X7	GB VH HR-X7		
Na escola, com auxílio do Poder Público, mas falta integração entre as esferas municipal, estadual e federal em relação aos campeonatos escolares.	VE-X11 HR-X7	EF RF HR-X7 VE-X11	Afirmativa restritiva n = 19	
Na escola através do professor de Educação Física, desde que o Poder Público oferecesse melhores condições de trabalho e investisse em relação à infraestrutura, recursos financeiros (transporte, vestimenta e alimentação) e recursos humanos (médico, fisioterapeuta, nutricionista).	AA-X13 GC-X15	RVH GB EF VH AV GC-X15		
Na escola através do professor de Educação Física, desde que houvesse investimentos do Poder Público que objetivem massificar o esporte escolar.	HR-X7 VE-X11	HR-X7 VE-X11		
Na escola através do professor de Educação Física, desde que o Poder Público disponibilize materiais esportivos adequados.	JI-X16 AP-X4 HR-X7 VE-X11 GC-X15	JI-X16 HR-X7 VE-X11 GC-X15		
Afirmaram que compete aos clubes esportivos, mas não justificaram.	FM-X6 FJ-X5 AA-X13 VE-X11 GC-X15 HH-X9 JI-X16 FR-X17 HV-X10	FMF VH RB RVH RF AB RH PV JI-X16 GC-X15 VE-X11	Afirmativa sem justificati- vas n = 17	Formação: compete aos clubes esportivos n = 33
Aos clubes, por aprimorarem o trabalho efetuado pelo professor de Educação Física, uma vez que exige frequência e elevada periodicidade nos treinamentos, além dos atletas participarem de diversas competições durante o ano e serem treinados por	BI-X2 HA-X8 VC-X12 FA-X4	MV MB BI-X2	Afirmativa assertiva n = 6	

profissionais qualificados.				
Aos clubes esportivos, com auxílio de investimentos do Poder Público para que os clubes possam apoiar os atletas com transporte, uniforme, alimentação e bolsa em dinheiro.	----	AV RF GB	Afirmativa restritiva n = 10	
Com auxílio de investimentos do Poder Público através da massificação do esporte no país.	----	TB WV		
Aos clubes e centros esportivos e/ou polos esportivos, descentralizados, nos diversos pontos da cidade. O problema é que são distantes e escassos e faltam profissionais qualificados.	BM-X1 BR-X3 AP-X4	FH EF BM-X1		
A prioridade da escola é formar cidadãos.	----	WV MF	Afirmativa assertiva n = 2	Detecção e formação: compete aos clubes esportivos n = 2
Porque os campeonatos escolares são voltados às vivências e interações sociais, pois nem todos querem ser atletas, por isso não pode ser proposta final.	----	MF		
A detecção compete a todos os profissionais da Educação Física: escolas, clubes e escolinhas.	----	SH	Afirmativa assertiva n = 1	Detecção e formação: compete a todos n = 2
Compete ao esforço individual, pois não existe um sistema esportivo de detecção e formação de atletas.	----	FB	Negativa assertiva n = 1	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 13 representa a categoria de análise da concepção sobre a detecção de talento e formação esportiva e se divide em quatro subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância, conforme afirmam os professores-técnicos:

1 Detecção compete à escola (31):

1.1 Afirmativa restritiva: é na escola, através do professor de Educação Física. Entretanto, falta investimento do Poder Público em relação às questões estruturais, administrativas, financeiras e socioeconômicas que valorizem os professores, dê condições adequadas de trabalho e que criem políticas que integrem o esporte escolar com o esporte de rendimento (19);

1.2 Afirmativa assertiva: é na escola que se inicia a prática esportiva, o professor de Educação Física é responsável por identificar os talentos, desenvolver as potencialidades e avaliar os alunos esportivamente (6);

1.3 Afirmativa sem justificativa: sem argumentação (6).

2 Formação compete aos clubes esportivos (33):

2.1 Afirmativa sem justificativa: sem argumentação (17);

2.2 Afirmativa restritiva: é no clube esportivo. Entretanto, os clubes são escassos e distantes. Além disso, faltam profissionais qualificados e o Poder Público pouco contribui em relação aos recursos financeiros que apoiem os atletas e massifiquem o esporte no país (10).

2.3 Afirmativa assertiva: após os professores de Educação Física detectar os talentos, os clubes são responsáveis em realizar a formação esportiva desses talentos devido às condições estruturais e profissionais (6).

3 Detecção e formação competem aos clubes esportivos (2):

3.1 Afirmativa assertiva: aos clubes esportivos, o papel social da escola é formar cidadãos, o esporte escolar não é proposta final, mas sim uma ferramenta pedagógica que contribui para a formação humana (2).

4 Detecção e formação competem a todos (2):

4.1 Afirmativa assertiva: de forma global, todos os profissionais da Educação Física são responsáveis, independente de qual seja a instituição (1);

4.2 Negativa assertiva: não compete a um profissional específico e/ou às instituições esportivas, está centrado no esforço individual do atleta (1).

Tabela 14 – Proposição de um Modelo de Esporte no contexto escolar

7) Como deveria ser o modelo de esporte escolar?				
Categoria de análise: Modelo de esporte no contexto escolar				
Codificação	Frequência FR	Frequência FM	Frequência Total	Subcategorias
O modelo deveria ser elaborado e discutido pelos professores de Educação Física em torno de um objetivo comum – “o esporte como ferramenta educativa” integrado ao Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.	BI-X2 AA-X13	MB BI-X2	Pedagógico n = 11	Estrutural: pedagógico- organizacional n = 11
Os árbitros deveriam ser capacitados a trabalharem no contexto pedagógico.	HA-X8 GC-X15	GC-X15		
Sem muita cobrança por resultados. Dar possibilidades de participação a todos os alunos, deveria ser mais democrático.	FA-X4	WV		
Deveria ser menos excludente e competitivo, pois somente os “considerados melhores” participam das competições e como são crianças em formação, considera esse modelo injusto.	FM-X6	----		
As OE não deviam simular o esporte	----	FMF		

profissional. As OE deveriam ser educacionais e inclusivas.				
Proporcionar conhecimento corporal por meio do esporte.	HV-X10	----		
Deveria ser primeiramente valorizado o contexto pedagógico do esporte dentro da unidade escolar, antes das etapas regionais e municipais.	----	MF		
As OE deveriam ser melhores organizadas em relação ao transporte e ao fornecimento de lanches de forma adequada, conforme a distância e a duração dos jogos.	GC-X15	GC-X15	Organizacional n = 4	
Os jogos finais deveriam ser em dias separados por gêneros e categorias para otimizar o tempo de todos participantes (alunos, professores e organizadores).	HA-X8	----		
Deveria ser composta por uma equipe de educadores da área da Educação Física que atenda o desenvolvimento e a organização das modalidades esportivas dentro e fora da unidade escolar, bem como, o planejamento de ensino que contemple o ensino das modalidades esportivas. Estruturação pedagógica que subsidie a continuidade do trabalho docente na ausência do professor de Educação Física nos períodos de competição.	AA-X13	----		
Deveria avaliar as realidades de cada região através de uma instituição norteadora e regulamentadora sobre a intervenção do esporte escolar, com o objetivo de organizar (estruturalmente) as regiões durante as OE.	BI-X2	BI-X2		
Mais organizada e com objetivos bem definidos, direcionados a “verdadeira detecção de talentos”. Nas escolas, deveria ter centros esportivos ou programas com essa finalidade específica, além do encaminhamento para uma rede organizada que funcione de forma efetiva.	FJ-X5 HR-X7	GB AV HR-X7		
Deveria ter equipes multiprofissionais preocupadas com a formação esportiva do aluno, composta por: médicos, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos e professores de Educação Física.	VC-X12 FJ-X5 HR-X7	GB AV HR-X7	Detectar talento e formação esportiva n = 6	Estrutural: esportivo- organizacional n = 28
As OE deveriam ser vinculadas ou conveniadas a centros de excelência esportiva como clubes e universidades.	----	RF GB		
Os alunos-atletas deveriam ser enviados às universidades (equipes universitárias) através dos créditos conseguidos com os resultados esportivos escolares, objetivando uma formação profissional após a carreira esportiva.	HR-X7	HR-X7 RF GB	Modelo esportivo sistemático n = 6	
Propiciar ao aluno o máximo de participações em diferentes modalidades – parecidas com o modelo dos EUA.	HV-X10	PV FMF		
As turmas de treinamento que participam dos	BM-X1 BR-X3	RB BM-X1	Implanta-	

projetos esportivos deveriam ser atribuídas à jornada específica de trabalho do professor de Educação Física.	HA-X8 VC-X12		ção de programas esportivos n = 8
Deveria existir programa de treinamento ou formação que oriente as crianças nas modalidades que elas possuem afinidades. Exemplo: alterar a quantidade de aulas de Educação Física na escola, além das 3 regulares, oferecer mais 2 aulas para os alunos escolherem a modalidade esportiva de interesse, com professores capacitados.	HR-X7 VE-X11	MF HR-X7 VE-X11	
As competições deveriam englobar escolas públicas (municipais/estaduais/federais) e privadas através de um calendário esportivo que divida a competição em etapas: regional, inter-regional, municipal, estadual e nacional, com informações prévias sobre as fases da competição.	HR-X7 VE-X11	FF EF HR-X7 VE-X11	
Alinhar as OE com os campeonatos escolares estaduais e nacionais, separando as escolas particulares que distribuem bolsas para atletas federados de alto rendimento.	AP-X14	----	Mudanças nos regulamentos e normas dos Jogos Escolares n = 13
Deveria ser regionalizado com maior duração, e posteriormente, com formação de seleções conforme as DREs.	----	FH	
Poderia criar uma liga de esporte escolar no município de São Paulo que proporcione um número maior de jogos/ ao longo do ano entre as escolas, a fim de possibilitar mais experiências esportivas.	BM-X1 HA-X8 VC-X12	BM-X1 TB RH FF EF AV FB	
Poderiam construir complexos esportivos nas escolas com média de 800 alunos no ensino fundamental com ginásio coberto, duas quadras poliesportivas, um campo de futebol com pista de atletismo, uma piscina, uma sala de ginástica, uma sala de dança, uma sala de jogos e vestiários com banheiros, armários e chuveiros adequados.	AA-X13	----	
Aquisição e manutenção de materiais esportivos e pedagógicos disponibilizados pela SME para as modalidades de: atletismo, judô, natação, tênis, tênis de mesa, voleibol e xadrez.	AA-X13	----	Investimentos em infraestrutura n = 8
Todas as quadras das escolas deveriam ser cobertas e ter dimensões oficiais e piso adequado.	GC-X15	GC-X15	
As escolas e/ou os locais de competição deveriam ter uma estrutura adequada à prática de qualquer esporte: espaço, vestiário e materiais esportivos.	HA-X8 VE-X11 JI-X16	RH MV VH VE-X11 JI-X16	
Direcionamento de verbas para a Educação Física e para as diversas modalidades do esporte escolar inclusas no Projeto Político Pedagógico das unidades escolares.	GC-X15 AA-X13	GC-X15	
Deveria ter mais incentivos e investimentos	JI-X16	JI-X16	

financeiros do Poder Público para os alunos participarem das OE.				
Deveria ter mais cursos de capacitação técnica sobre o tema esportivo para os professores de Educação Física que atuam no esporte escolar.	BM-X1 VC-X12 AA-X13 JI-X16	VH BM-X1 JI-X16	Capacitação técnica n = 5	Capacitação técnico-pedagógica n = 6
Deveria ter curso de capacitação que esclarecesse os benefícios da competição sem extremismo.	----	VH		
Deveria ter cursos de capacitação pedagógica que qualifiquem as competências (alfabetização corporal objetivando o aumento do repertório motor a curto, médio e longo prazo evitando a especialização precoce sem esquecer dos aspectos sociais e culturais) necessárias para atuar com os projetos esportivos no contraturno escolar.	----	MB	Capacitação pedagógica n = 1	
Não propuseram nenhuma sugestão.	RF-X17 HH-X9	SH SVH AB	Não opinaram n = 5	Sem proposição n = 5

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A tabela 14 representa a categoria de análise da proposição de um modelo de esporte no contexto escolar e se divide em quatro subcategorias, apresentadas da mais relevante para a de menor relevância, conforme a compreensão do esporte no ambiente escolar:

1 Proposição de modelos de esporte no contexto escolar (33):

1.1 Esporte escolar de rendimento (21);

1.2 Esporte integral: coexistência (esporte educacional e de rendimento) (6);

1.3 Esporte educacional (5).

2 Estrutural: esportivo-organizacional (28):

2.1 Sugerem mudanças organizacionais nas OE e gostariam que houvesse um alinhamento com as competições escolares estadual e federal, contendo apenas escolas públicas; sugerem trocar os membros gestores das OE por um grupo de professores da Educação Física da própria rede de ensino; sugerem investimentos financeiros em relação à infraestrutura e ao fornecimento de materiais esportivos; sugerem a criação de um sistema esportivo integrado entre escola, clube e universidade; sugerem que as OE deveriam ser mais extensas para proporcionar uma quantidade maior de jogos. Propõem que as OE precisam dar maior ênfase na FR, e posteriormente, formação de seleções que representem cada DRE objetivando elevar o nível de desempenho esportivo na fase final das OE.

2.2 Somente detecção de talento e formação esportiva (2);

2.3 Somente modelo esportivo sistemático (3);

- 2.4 Somente implantação de programa esportivo (4);
 - 2.5 Somente mudanças no regulamento nas OE e/ou Jogos escolares (6);
 - 2.6 Somente investimentos em infraestrutura (5);
 - 2.7 Detecção de talento, formação esportiva, mudanças no regulamento das OE e/ou Jogos escolares e implantação de programa esportivo (1);
 - 2.8 Detecção de talento, formação esportiva e modelo esportivo sistemático (2);
 - 2.9 Detecção de talento, formação esportiva, mudanças no regulamento das OE e/ou Jogos escolares e implantação de programa esportivo (1);
 - 2.10 Implantação de programa esportivo; mudanças no regulamento das OE e/ou Jogos Escolares e implantação de programa esportivo (1);
 - 2.11 Mudanças no regulamento das OE e/ou Jogos Escolares e implantação de programa esportivo e investimentos em infraestrutura (1);
 - 2.12 Detecção de talento, formação esportiva, modelo esportivo sistemático, implantação de programa esportivo e mudanças no regulamento nas OE e/ou Jogos Escolares (1);
 - 2.13 Implantação de programa esportivo, mudanças no regulamento das OE e/ou Jogos Escolares e investimentos em infraestrutura (1);
- 3 Estrutural: pedagógico-organizacional (11):
- 3.1 Sugerem mudar o modelo atual das OE devido à semelhança com o esporte de rendimento por um modelo mais democrático e inclusivo. Propõem discussões entre o grupo de professores da própria rede de ensino acerca da utilização do esporte como ferramenta educativa integrada ao Projeto Político Pedagógico das unidades escolares;
 - 3.2 Somente pedagógico (7);
 - 3.3 Pedagógico e estrutural (4).
- 4 Capacitação técnico-pedagógica (6):
- 4.1 Sugerem cursos de capacitação relacionados aos conteúdos do esporte na esfera escolar sobre o treinamento a longo prazo que subsidiem a teoria e a prática pedagógica.
 - 4.2 Somente capacitação técnica (5);
 - 4.3 Somente capacitação pedagógica (1).

6 DISCUSSÃO

6.1 Reflexões sobre a análise documental

6.1.1 As DCNs do curso de licenciatura em Educação Física e o dilema entre esporte educacional e esporte escolar de rendimento

Neste dilema entre esporte educacional e esporte rendimento, o preparo para o exercício profissional orientado pelas DCNs do curso de licenciatura em Educação Física, subsidia o docente a atuar apenas com o esporte educacional. O embate entre o esporte socioeducativo e o esporte de rendimento no espaço escolar fomentado por diferentes legislações, causam conflitos em relação à formação e à atuação docente, na educação básica. As DCNs estão embasadas na LDB que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os currículos escolares da disciplina de Educação Física na educação básica são norteados pelos PCNs. Em ambos os documentos, afirmam que o esporte na escola deve ser desenvolvido informalmente.

Porém, o próprio MEC que institui as DCNs, se contradiz ao fazer parceria com o ME na busca de detectar talentos e formá-los esportivamente. De forma direta o Programa Atleta na Escola exige do professor de Educação Física escolar, competências e conhecimentos específicos para atuar como técnico esportivo, detectar talentos e preparar os alunos-atletas para participarem nas OE e/ou nos Jogos Escolares, em modalidades individuais e coletivas, com alto desempenho esportivo. É importante enfatizar que estas competências não estão descritas nas DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02) que orientam as IES a definirem o perfil de formação do curso de licenciatura em Educação Física.

Vale destacar que o artigo 3º das DCNs faz a seguinte orientação:

A formação de professores que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação básica observará princípios norteadores desse preparo para o exercício profissional específico, que considerem:

I - a competência como concepção nuclear na orientação do curso;

II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista:

a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera;

b) a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais;

c) os conteúdos, como meio e suporte para a constituição das competências;

d) a avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Assim, a concepção de esporte na escola deve ser utilizada como instrumento de transformação, pautada nos valores socioeducativos e nos princípios democráticos de inclusão e diversidade. Uma das premissas das DCNs é a simetria invertida que deve ser coerente entre o perfil de formação desejado e a prática esperada do futuro professor. O estágio deve ocorrer em lugar similar à atuação de forma consistente. Se as DCNs orientam as IES a prepararem os professores para atuarem com o esporte educacional, constata-se que as competências técnico-instrumental e didático-pedagógica apesar de algumas proximidades, entre a formação do licenciado e do bacharel, possuem concepções nucleares específicas conforme a área de atuação escolar ou não escolar.

A criação da categoria de esporte escolar contraria o artigo 3º das DCNs do curso de licenciatura em Educação Física por exigir do licenciado conhecimentos distintos da formação oferecida. A atuação no esporte de rendimento torna-se complexa. É preciso um conhecimento especializado para atingir altos níveis de desempenho. A questão não está em glorificar o esporte educacional e condenar o esporte de rendimento. O fato é que no primeiro caso os aspectos educacionais estão associados aos aspectos pedagógicos e, no segundo caso, além dos aspectos pedagógicos e educacionais, faz-se necessário que o professor possua conhecimentos específicos do treinamento esportivo, como administração e controle de cargas, maturação, crescimento e desenvolvimento, preparação física, técnica e tática etc., voltados ao desempenho esportivo.

A dualidade entre o esporte educacional e esporte de rendimento tencionam o campo de atuação entre licenciados e bacharéis. Se as DCNs do curso de Educação Física definiram a formação do licenciado e do bacharel de forma distinta, ao refletir a delimitação e o campo de atuação, a criação do esporte escolar e as responsabilidades dadas aos licenciados refletem para duas hipóteses: 1) falta de competência para atuar com o rendimento esportivo; 2) invasão no campo de atuação dos bacharéis.

Diante das hipóteses sobre as divergências de formação e atuação, considerando o fato dos Jogos Escolares serem realizados no contexto escolar, surgem algumas indagações: há exigência da realização de estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares com carga horária específica em projetos esportivos desenvolvidos no contraturno escolar e nos Jogos Escolares durante o curso de licenciatura em Educação Física?

Que tipo de conhecimento e competência são necessárias para intervir no esporte escolar de rendimento?

Diante da reflexão sobre as DCNs, não há exigência durante a formação de conhecimentos e competências específicas para atuar com o esporte escolar de rendimento. Já a análise realizada no grupo de professores finalistas das OE evidencia a composição de um perfil de formação de professores-técnicos com predominância de formação regida por Resoluções anteriores (CFE n. 69/69 e CFE n. 03/87) as atuais Resoluções (CNE/CP n. 01 e 02/02), permitindo aos professores-técnicos atuar com o esporte em diferentes contextos. Esta observação é consolidada pela não participação de professores que possuem apenas a licenciatura a partir das atuais DCNs, já que os quatro professores formados sob a atual Resolução possuem além da licenciatura a formação de bacharel subsequente.

6.1.2 A concepção da LDB e dos PCNs sobre o esporte no contexto escolar

A LDB sendo uma lei balizadora aponta para a promoção do esporte educacional e apoia as práticas esportivas não-formais. Ao considerar o oposto do que seja formal, subentende-se que são atividades esportivas não hegemônicas, ou atividades que possuem regras, espaços, número de participantes, materiais modificados e/ou adaptados, conforme as necessidades e os significados atribuídos às práticas esportivas em um determinado contexto social.

Assim, entende-se que o esporte educacional não formal proposto pela LDB, é contrário ao modelo formal de esporte-espetáculo, porém favorável à intervenção pedagógica contextualizada e ressignificada. O fato de o esporte estar no ambiente escolar, não garante que o professor faça do esporte um meio para educar os escolares, depende principalmente da mediação pedagógica e dos significados atribuídos à prática esportiva considerados pelo professor durante o processo de ensino-aprendizagem. Entre os argumentos apresentados, chega-se a ideia de que o esporte na escola não deve ser concebido apenas como um fim em si mesmo, mas principalmente como um instrumento de transformação, pautado nos valores socioeducativos.

Já os PCNs orientam que o professor de Educação Física esclareça e reflita em conjunto com os alunos a imposição alienada dos meios midiáticos e de consumo dos materiais esportivos do esporte-espetáculo, analise criticamente o sistema esportivo profissional e amador em relação aos aspectos éticos, a discriminação sexual e racial que neles existem. Assim, o professor deve fornecer informações políticas, históricas e sociais que possibilitem a

análise crítica da violência, da discriminação, das questões de gênero, dos interesses políticos e econômicos, do *doping* etc.

No trato pedagógico com os esportes, os PCNs consideram a necessidade de o professor utilizar diferentes metodologias, como as situações de jogo unidas ao aprendizado dos gestos esportivos de forma relacional e contextualizada com os aspectos técnicos, táticos e estratégicos, tornando a prática esportiva significativa. Outra possibilidade é a vivência de competições coletivas e individuais como interclasses, interescolas, municipais etc, desde que esta prática não se caracterize com o esporte formal ou esporte-espetáculo.

Em concordância com a LDB e os PCNs, observou-se que apenas 10 professores ressaltam a importância de utilizar o esporte como ferramenta pedagógica, considerando os valores democráticos e inclusivos integrados ao Projeto Político Pedagógico da escola ao afirmarem que procuram ensinar os valores esportivos universais e que compreendem o papel social da escola em formar os alunos para a cidadania.

Entretanto, 29 professores discordam de alguns princípios descritos na LDB e nos PCNs e revelam que o esporte escolar deveria efetivamente detectar talento e formar os alunos esportivamente através de um modelo esportivo sistemático articulado entre escola, clube e universidade com investimentos (estruturais e financeiros) e mudanças de regulamentos e normas das OE e/ou dos Jogos Escolares. Este fato desvela que o perfil dos professores-técnicos finalistas das OE caracteriza-se pela predominância esportivista voltada ao desempenho com prevalência da formação acadêmica sob a vigência das Resoluções CFE n. 69/69 e 03/87 e experiência esportiva como praticante e técnico.

6.1.3 A caracterização do esporte segundo o Decreto n. 7.984/13 e a criação da categoria de esporte escolar

Em relação ao esporte formal (profissional), o Decreto n. 7.984/13 define a sua caracterização pelo recebimento de remuneração formalizada em contrato esportivo e vínculo empregatício nos termos da lei trabalhista e da seguridade social, com entidades de prática esportiva. Esta prática envolve a competição, tendo como finalidade obter renda através das vendas de ingressos, patrocínio e negociação de direitos midiáticos dos eventos esportivos, entre outros. Já o esporte informal como citado na LDB e nos PCNs tem como princípio a predominância da liberdade, da ludicidade, da promoção da saúde e do lazer de seus praticantes, caracterizado pela cooperação, recreação, passatempo e diversão.

Entretanto, a Lei n. 9.615/98 em seu artigo 3º item I, antes de ser regulamentada pelo Decreto n. 7.984/13, já reconhecia o esporte na escola como:

Desporto educacional ou esporte-educação, praticado na educação básica e superior e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a competitividade excessiva de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Nota-se que a definição do esporte educacional descrita na Lei n. 9.615/98 é complementada após a regulamentação do Decreto n. 7.984/13, que define em seu artigo 3º, parágrafo 1º item I: “esporte educacional, ou esporte formação, com atividades em estabelecimentos escolares e não escolares, referenciado em princípios socioeducativos como inclusão, participação, cooperação, promoção à saúde, coeducação e responsabilidade;”

Observa-se que a definição do esporte educacional está adequada em relação à LDB e aos PCNs ao promover o esporte nos ambientes escolares considerando os aspectos pedagógicos e educacionais em primeiro plano.

A novidade é a criação de uma nova categoria, chamada de esporte escolar, que se aproxima do esporte formal-profissional, pois a sua prática é direcionada aos alunos com talento esportivo visando o rendimento esportivo nas modalidades olímpicas e paralímpicas, assim descrita em seu artigo 3º, parágrafo 1º item II:

Esporte escolar, praticado pelos estudantes com talento esportivo no ambiente escolar, visando à formação cidadã, referenciado nos princípios do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo, podendo contribuir para ampliar as potencialidades para a prática do esporte de rendimento e promoção da saúde.

Esse paradoxo, entre esporte socioeducativo e o esporte de rendimento dentro do espaço escolar fomentado pela criação da categoria de esporte escolar, causa conflito em relação à atuação docente, porque objetiva estimular o esporte formal (rendimento) através do Programa Atleta na Escola ao exigir do professor, conhecimentos específicos para atuar como técnico esportivo, detectar talentos e preparar os alunos-atletas para participarem de Jogos Escolares, em modalidades individuais e coletivas.

O conflito elucidado entre a legislação do curso de licenciatura em Educação Física e a proposta do Programa Atleta na Escola, revela uma discrepância entre a formação e atuação docente, já que em um futuro próximo, os professores do município de São Paulo formados sob a vigência de Resoluções de formação curricular anterior, darão lugar a outros professores sob a vigência das atuais Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02. Contudo, para atuar na educação

básica é necessário apenas a licenciatura em Educação Física. Logo, as competências não serão suficientes para atuar no esporte escolar com objetivos direcionados ao desempenho esportivo proposto pelas políticas que visam o esporte de elite.

Por outro lado, as propostas do ME e do Decreto n. 7.984/13 deixam em evidência um grande esforço para que o Brasil consiga alcançar expressivos resultados esportivos (prestígio através da conquista de medalhas) nos megaeventos, principalmente após a eleição como país sede e tem influenciado diretamente a tentativa de massificar o esporte de elite através de decisões políticas legitimadas por discursos que referenciam à formação cidadã e a promoção da saúde, objetivando apoderar-se dos espaços escolares e da pseudo missão da Educação Física – delegada aos professores – em detectar e formar atletas, sem considerar quais competências estes professores devem ter, qual é a função social da escola e sem dar a mínima estrutura organizacional (física e financeira) para que tais ações se concretizem.

Assim como propõe o ME e o Decreto n. 7.984/13, apesar de algumas dificuldades apontadas pelos professores em relação ao desenvolvimento do esporte no contexto escolar, a maioria dos professores-técnicos concorda com a detecção de talento e a formação esportiva voltada para o rendimento no ambiente escolar. Esta constatação está relacionada com o perfil esportivista que por sua vez é influenciado pela experiência prática como atleta e técnico esportivo associada à formação acadêmica anterior as novas DCNs.

6.1.4 O Programa Mais Educação e seus desdobramentos

O Programa Mais Educação tem como propósito oferecer a prática esportiva a todos os alunos interessados, independente das habilidades ou desempenho esportivo. O programa caracteriza-se como esporte informal e considera a participação democrática, a inclusão e a diversidade. Essas características aliam-se as propostas da LDB e dos PCNs, principalmente porque está pautada nos princípios dos valores socioeducativos. Desta forma, a criação do Programa Mais Educação desde 2007, tem como objetivo ofertar escolas de tempo integral com verbas específicas advindas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Os projetos desenvolvidos no programa são: projetos esportivos, acompanhamento pedagógico, educação ambiental, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Entretanto, apesar do Governo Federal incentivar universitários a participarem dos projetos mediante bolsas de estudos, há um equívoco na elaboração do programa esportivo ao

permitir que monitores, tutores ou voluntários⁶⁰ atuem em diferentes modalidades esportivas sem a exigência de ser estudante universitário ou ser licenciado em Educação Física. A permissão da atuação dos monitores acontece através de duas situações que se complementam, mas podem ocorrer sem ter relações. A primeira situação é quando o professor de Educação Física da própria unidade escolar não se interessa em assumir os projetos esportivos e a segunda é por meio do referendo favorável do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres em aceitar e contratar os voluntários (monitores) para desenvolverem os projetos esportivos.

Apesar do professor de Educação Física ser remunerado pelas horas excedentes destinadas ao trabalho do contraturno escolar, muitos não assumem os projetos esportivos por diversos motivos como a baixa remuneração, falta de horário disponível em sua jornada de trabalho (acúmulo de cargos), insegurança de atuar em determinadas modalidades esportivas por acharem que não têm competência ou até mesmo pelo esgotamento físico e mental devido às más condições de trabalho em que são submetidos etc.

Por outro lado, os diretores das escolas, ao inscreverem suas unidades escolares no Programa Mais Educação, precisam desenvolver diferentes projetos que são subsidiados por recursos financeiros patrocinados pelo FNDE através do PDDE Integral, conforme o interesse dos alunos. No final de cada ano é necessário prestar contas dos gastos referentes às despesas de capital, custeio e custos com os voluntários contratados. Para os diretores torna-se interessante que os professores da unidade escolar desenvolvam os projetos, uma vez que as verbas do FNDE ao invés de serem gastas com os voluntários poderão ser gastas com custeio o que aumenta o poder de compra de materiais de consumo necessários ao desenvolvimento dos projetos. Assim, as Secretarias de Educação (Municipal ou Estadual) ficam responsáveis em remunerar as horas extras de trabalho dos professores.

Apesar da concepção de esporte socioeducativo dada ao programa, há possibilidades de não estar atingindo os princípios educacionais ao permitir que leigos atuem com as diferentes modalidades esportivas, deixando em dúvida o conhecimento e a qualidade dos serviços que os voluntários prestam às crianças. Por outro lado, admite-se que em determinados

⁶⁰ Orientações para o Programa Mais Educação. Disponível em: <[file:///C:/Users/Hudson/Downloads/perguntas_frequentes_mais_educacao_2014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Hudson/Downloads/perguntas_frequentes_mais_educacao_2014%20(1).pdf)>. Acesso em: 06 jun. 2015. Segundo as orientações de 2014, a caracterização do voluntário está fundamentada na Lei nº 9.608, 18 de fevereiro de 1988 e esses voluntários farão jus ao ressarcimento das despesas com transporte e alimentação decorrentes da prestação do serviço. Por exemplo, os monitores que trabalham nas escolas urbanas recebem R\$ 80,00 reais e nas escolas do campo recebem R\$ 120,00 reais mensais por turma monitorada com carga horária de 120 minutos, podendo ter até 5 turmas no máximo. Já o professor de início de carreira do município de São Paulo receberá aproximadamente R\$ 72,00 reais mensais para cada turma com carga horária de 90 minutos como jornada extra de trabalho pago pela SME.

estados (regiões/cidades) o número de professores de Educação Física não seja suficiente para desenvolverem os projetos e, por isso, a contratação de voluntários possam ser justificadas.

A ideia da escola de tempo integral é uma proposta inovadora, porém a intervenção no ensino dos conteúdos esportivos na concepção da formação profissional deve ser realizada por professores de Educação Física devido a sua competência e campo de atuação, o que justifica a necessidade de modificar a atribuição das aulas dos projetos esportivos contratando professores com formação superior.

Apesar de não ser o foco de estudo, pensando nos projetos esportivos de caráter socioeducativo que são desenvolvidos no contraturno escolar, outras lacunas precisam ser melhores refletidas: quais são as consequências das escolas contratarem leigos para desenvolverem projetos esportivos? Que tipo de iniciação/formação esportiva os alunos terão?

6.1.5 O Programa Atleta na Escola e seus desdobramentos

O Programa Atleta na Escola é direcionado exclusivamente aos alunos que possuem talentos esportivos que compreendem a faixa etária de 12 a 17 anos, sendo que suas características se aproximam do esporte formal. Os recursos financeiros também são disponibilizados pelo FNDE. A verba desse programa é específica, cada escola recebe um valor fixo de R\$ 1.000,00 mil reais, mais R\$ 3,00 reais por aluno matriculado na escola.

Outra informação que merece destaque é o incentivo que o FNDE faz às Secretarias de Educação Básica (SEB) do MEC em suas diferentes esferas municipal, estadual e federal ao permitir a solicitação da presença de diferentes profissionais e a realização de reformas estruturais para o desenvolvimento do programa por via do PDDE, assim como consta no artigo 6º da Resolução CD/FNDE n. 11/13:

- c) disponibilizar professores de educação física, estagiários e outros profissionais da saúde necessários à realização das atividades educativas e esportivas, bem como engenheiro ou, se não houver, técnico em edificações para propiciar a satisfatória realização das obras nas escolas, sobretudo em relação à segurança das instalações, à qualidade dos serviços e ao cumprimento dos prazos estabelecidos;
- d) incentivar as escolas de sua rede de ensino passíveis de serem beneficiadas com os recursos de que se trata esta Resolução, mas as escolas que não possuem Unidade Executora Própria (UEX), a adotarem tal providência nos termos sugeridos no Manual de Orientações para Constituição de Unidade Executora (UEX), disponível no site www.fnde.gov.br, assegurando-lhes o apoio técnico e financeiro que se fizer necessário para esse fim;

Legalmente, existem estas possibilidades, no entanto o que se constatou através de consultas realizadas por telefone e através de envio de e-mail à SME da cidade de São Paulo, é

a falta e/ou a omissão de informações sobre o Programa Atleta na Escola em relação ao não conhecimento legal que rege o programa. Logo esta informação leva a acreditar que os diretores escolares não receberam ou ainda estão em fase de receberem orientações específicas sobre a funcionalidade do programa. Além disso, provavelmente ainda não sabem quais benefícios podem ser requisitados e nem como os recursos financeiros podem ser utilizados.

Outro apontamento que vale destacar é que o Programa Atleta na Escola é um dos projetos contemplados pelo Programa Mais Educação e se o diretor escolar não estiver atento para diferenciar os projetos esportivos, a escola pode estar recebendo verbas específicas que visam projetos de rendimento esportivo não sendo desenvolvidos por professores de Educação Física, já que se permite voluntários no Mais Educação.

O conhecimento ou a falta de conhecimento legal dos diretores escolares influenciam diretamente a atuação dos professores de Educação Física e o desenvolvimento dos projetos esportivos, caso o professor também não esteja atualizado sobre os dispositivos legais. Espera-se que a ética seja inerente ao servidor público, entretanto há possibilidades por ingenuidade ou má conduta de utilizar as verbas de forma irregular ao adquirir diversos materiais ou realizar reformas estruturais que não estejam ligadas aos projetos (não) esportivos, justificando os gastos como se fossem para os projetos em questão.

Para desenvolver os Programas Mais Educação e o Atleta na Escola não se descartam a ideia de que os professores também podem estar sendo pressionados por seus superiores a desenvolverem projetos esportivos, justamente porque possibilita o recebimento de recursos financeiros. Vale destacar que a unidade escolar participante do Programa Atleta na Escola, ao final de cada ano, deve alimentar os dados dos eventos esportivos realizados na própria unidade na plataforma (sítio eletrônico) do FNDE com fotos dos eventos esportivos, marcas e resultados internos, conforme as modalidades que foram competidas na escola. O MEC e o ME, esperam que os professores de Educação Física sigam o cronograma estabelecido, respeitando as etapas estabelecidas pelos Jogos Escolares: escolar, municipal, estadual e nacional. Entretanto, a plataforma do FNDE apenas limita o prazo máximo da alimentação dos dados, não impedindo que os dados sejam lançados de forma descontextualizada do cronograma dos Jogos Escolares.

A alimentação dos dados sobre o Programa Atleta na Escola merece algumas reflexões: qual é o objetivo destes registros? É justificar que a escola investiu as verbas recebidas para o programa e alimentar um banco de dados com possíveis talentos esportivos? Como será realizada a análise destes dados? São perguntas que não podem ser respondidas pela limitação do estudo, mas pensando hipoteticamente que sejam estes os objetivos, como dar continuidade ao desenvolvimento esportivo destes alunos e quem seria o responsável para tal

formação esportiva? O que se sabe concretamente é que o país não possui um sistema esportivo escolar integrado e as atuais DCNs que orientam as IES, apontam para a formação de professores de Educação Física escolar com perfil para atuarem apenas com o esporte educacional.

Diante dos fatos apresentados, os professores precisam se informar e se atualizar sobre a legislação que rege o esporte escolar para que não sejam manipulados e massacrados por políticas alienantes que pretendem atribuir funções que muitas vezes, contrapõem a formação acadêmica e os objetivos do esporte educacional. Não menos importante, os professores precisam entender a própria formação (inicial e continuada) e qual é o seu verdadeiro papel em relação à concepção e à intervenção no ensino do conteúdo esportivo no contexto escolar, tanto nas aulas regulares de Educação Física como nos projetos esportivos do contraturno escolar, suas limitações e suas possibilidades.

Pensando nos projetos esportivos de caráter socioeducativo ou de rendimento esportivo, que são desenvolvidos no contraturno escolar, outros questionamentos devem ser refletidos: será que as Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 que orientam as IES a definirem o currículo, o estágio curricular supervisionado, o perfil de formação docente e as competências profissionais do futuro licenciado para atuar na educação básica, contemplam as competências para intervir na iniciação e na formação esportiva? A competência esperada está coerente com a formação oferecida? Há simetria e consistência entre o preparo do professor e os locais de atuação entre o que a formação oferece e o que se espera dos professores?

6.2 Síntese de coerência da análise documental

Após refletir sobre a análise documental, o quadro 27 apresenta de forma sintetizada a relação de coerência⁶¹ entre as fontes investigadas:

⁶¹ Não houve a pretensão de considerar de forma absoluta os fatos e as concepções. Entende-se que o universo de pesquisa do tema esportivo é muito mais abrangente. Porém, devido à limitação do estudo, houve a necessidade de considerar conforme a metodologia proposta para o estudo em questão, os fatos, ideias e concepções predominantes das fontes investigadas, optando pela relação de coerência ou incoerência entre as leis e os documentos analisados.

Quadro 27 – Análise documental

Relação de coerência	Decreto n. 7.984/13 Regulamenta a Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto. Art. 3º, § 1º, II - Esporte escolar	Programa Atleta na Escola. Resolução CD/FNDE n. 11/2013. MEC/ME/MD	Programa Mais Educação: projeto esportivo. Portaria Interministerial n. 17/2007. Regulamentada pelo Decreto n. 7.083/2010	Olimpíadas Estudantis (OE); Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP); Jogos Escolares da Juventude (JOJ) Revisão Bibliográfica
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Educação Física em licenciatura – Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02	Incoerente	Incoerente	Coerente	Incoerente
Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei n. 9.696/98	Incoerente	Incoerente	Coerente	Incoerente
Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCNs) 1997 e 1998	Incoerente	Incoerente	Coerente	Incoerente

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

6.3 Relação entre o perfil de formação curricular dos professores-técnicos e o perfil de formação desejado pelas DCNs sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02

Atualmente há 2.118⁶² professores de Educação Física escolar na SME/SP. Entretanto, o estudo está direcionado aos professores finalistas da FR e FM das OE (2014) e por isso, representa apenas uma pequena parcela do quadro de professores da SME/SP. Uma das limitações do estudo refere-se à falta de dados em relação à formação dos demais professores que não foram finalistas das OE e dos professores que não participam das OE.

A partir da análise do grupo de professores estudados, constatou-se que 33 professores são formados em IES privadas e três em IES públicas. Em relação à caracterização da formação

⁶² Dados obtidos através da consulta realizada na Associação de Professores e Funcionários de São Paulo (APROFEM) em 26 de junho de 2015. Neste levantamento foram desconsiderados os servidores afastados com laudo médico ou com designação para outro cargo.

curricular, o perfil da maioria dos professores-técnicos se aproxima do currículo tradicional-esportivo.

Dos 37 professores-técnicos, oito professores são formados sob a vigência da Resolução CFE n. 69/69 e 25 são formados sob a vigência da Resolução CFE n. 03/87. O perfil deste grupo, teoricamente, indica habilitação para atuar com o esporte em diferentes contextos. Em específico, a Resolução CFE n. 69/69 habilita a formação em licenciatura e de Técnico Desportivo e a Resolução CFE n. 03/87 habilita a formação em licenciatura plena (licenciatura e bacharelado), conforme as diretrizes curriculares estabelecidos pelas IES daquele período.

Considerando a vigência das legislações anteriores que norteavam as diretrizes de formação dos professores de Educação Física, pode-se afirmar que os 33 professores-técnicos possuem perfil para atuar com o esporte na área escolar e não escolar. Este perfil de formação contempla teoricamente as competências (conteúdos, atitudes e habilidades) que eram requeridas para a intervenção esportiva por meio da formação de técnico esportivo (Resolução CFE n. 69/69) ou de bacharel (Resolução CFE n. 03/87).

Dos 37 professores-técnicos, apenas quatro professores são formados sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02. Apesar de este grupo estar relacionado com a legislação atual que distingue a formação geral da específica entre licenciados e bacharéis, não foi constatado no estudo nenhum professor exclusivo de licenciatura conforme instituem as atuais DCNs. Entretanto, os quatro professores possuem a formação de bacharelado subsequente à licenciatura, indicando competências para atuar com o esporte em diferentes contextos, inclusive com o esporte de rendimento.

Desta forma, a maioria dos professores-técnicos analisados sofrem influências do currículo tradicional-esportivo caracterizado por Rangel-Betti e Betti (1996) e do modelo de pirâmide esportiva voltado ao rendimento esportivo que visa à descoberta de talentos através da formação de equipes escolares para participar dos Jogos Escolares (BRACHT, 2003; COLETIVO DE AUTORES, 1992; GHIRALDELLI, 1989; LINHARES, 1997).

Diante da análise do grupo de professores-técnicos investigados nas OE (2014), seria necessário realizar outros estudos para entender a ausência do perfil de professores licenciados formados restritamente pelas DCNs sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02.

Portanto, constatou-se que a caracterização deste grupo não é coerente com o perfil de formação do curso de licenciatura em Educação Física orientado pelas DCNs, que visam formar professores com perfil para atuar somente com o esporte educacional, na educação básica.

6.4 Relação entre o perfil de formação curricular dos professores-técnicos e o Decreto n. 7.984/13

A revisão de literatura aponta que o esporte na Educação Física escolar deve ser um dos conteúdos e meio de ensino. Entretanto, a promoção do esporte de rendimento se legitima através do discurso utilitarista do Estado em utilizar os ambientes educacionais como mobilizador de massas fundamentado na promoção da saúde e bem estar social (BRACHT, 2003; TUBINO, 2010).

Semelhante às propostas do esporte de rendimento de períodos passados, atualmente o discurso político ecoa novamente. Além da promoção da saúde, a nova pregação incluiu a formação cidadã, referenciando os princípios do desenvolvimento esportivo e do espírito esportivo em relação à ampliação das possibilidades da prática do esporte de rendimento, assim descritos no Decreto n. 7.984/13.

A formação cidadã é comum nas definições de esporte educacional e no esporte escolar de rendimento, sendo que no segundo, os princípios de desenvolvimento esportivo e espírito esportivo estão pautados no código de ética e nos valores esportivos universais conforme recomenda o Manifesto do *Fair Play*.

Os motivos que justificam o esporte escolar na perspectiva do *Fair Play* são inquestionáveis, mas como e quais são os meios de detecção de talentos e formação esportiva? O que se observa é que o modelo de formação esportiva do Programa Atleta na Escola está distante dos modelos de formação esportiva encontrados nos estudos de Böhme (2000), apontando como princípios fundamentais a importância do processo de detecção, seleção e promoção de talentos esportivos através de planejamento do treinamento esportivo a longo prazo⁶³, a formação qualificada dos professores (saberes pedagógicos e educacionais) e a melhoria da organização estrutural do sistema esportivo brasileiro.

No estudo de Matsudo (1999), a detecção, seleção e promoção de talentos esportivos em países como Cuba e China e outros países que pertenciam ao antigo bloco socialista utilizam o modelo Sistemático Estatal (subsidiado e mantido pelo Poder Público por meio de testes e medidas que buscam o monitoramento de casos excepcionais). Enquanto países como EUA e Japão utilizam o modelo Sistemático não-Estatal (é parecido com o modelo Sistemático Estatal, a diferença é que o investimento e a monitoração são realizados por empresas e pelo sistema universitário). O outro modelo é chamado de Assistemático (modelo irregular que

⁶³ Planejamento sistemático de treinamento esportivo a longo prazo que varia em média de 6 a 10 anos, conforme a modalidade considerada ver Böhme (2000).

depende de vários fatores como a família, clube, empresa, estado etc, para oferecer as condições requisitas).

Diante destes modelos, nota-se que o Brasil se aproxima do modelo Assistemático. Através da criação do ME e da promulgação de algumas Leis direcionadas ao esporte, o Poder Público passou a investir mais no esporte de rendimento. Porém, observa-se que ainda há um grande distanciamento do Brasil em relação aos modelos esportivos dos países bem sucedidos.

Neste modelo Assistemático de detecção, seleção e promoção de talentos esportivos do esporte brasileiro, desde a década de 2000, o Governo Federal assumiu o protagonismo em relação ao desenvolvimento do esporte de elite. Como exemplos, destacam-se as seguintes ações, conforme consta no quadro 28:

Quadro 28 – Programas para o alto rendimento esportivo, ME (2015)

Programas	Objetivos
CENESP ⁶⁴ (2003)	Tem como um dos seus objetivos padronizar instrumentos que possibilitem a detecção e o desenvolvimento de talentos esportivos em várias modalidades e categorias, incluindo atletas com deficiências, através de avaliações somatomotoras.
Bolsa Atleta (2005)	Destinada aos atletas que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade e tem como objetivo beneficiar e garantir aos atletas dedicação exclusiva nos treinamentos.
Plano Brasil Medalhas (2012)	Colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, em 2016.
Programa Aleta na Escola (2013)	Estimular a formação do atleta escolar, identificar e orientar jovens talentos em modalidades olímpicas e paralímpicas, possibilitando a participação nos Jogos Escolares, conforme as etapas: escolar, municipal, estadual e nacional.
Jogos Escolares da Juventude (2013)	Nas fases finais, direcionar os jovens talentos esportivos identificados aos centros de treinamento ou a clubes federativos.
Centros de Iniciação Esportiva (2013)	Ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público direcionada a iniciação esportiva em áreas de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Fonte: ME, 2015.

O quadro 28 demonstra os investimentos, os programas e os seus objetivos de forma articulada. Diante deste contexto macro de transformações no cenário esportivo brasileiro, as partes também possuem suas importâncias, pois são as partes que formam o todo.

Neste sentido, o perfil dos professores-técnicos se aproxima das intenções do ME e da conceituação de esporte escolar regulamentado pelo Decreto n. 7.984/13. Observou-se que a

⁶⁴ Composto pela Secretaria Nacional de Esporte, Comitê Olímpico Brasileiro, Comitê Paralímpico Brasileiro em conjunto com as entidades de administração do desporto em nível local, estadual e nacional, e com a iniciativa privada, como prestadores de serviços à comunidade esportiva em geral. Para o seu desenvolvimento conta com a parceria de nove centros de pesquisa envolvendo as seguintes IES: UPE, UDESC, UEL, UFMG, UFRGS, UFSM, UNB, UNIFESP e USP.

maioria dos professores-técnicos tende para o esporte de rendimento. Porém, indicam que o esporte deve ser tratado como um “meio” porque promove a formação cidadã e a formação dos valores morais e éticos, e como um “fim” porque possibilita o desenvolvimento das aptidões físicas, das habilidades motoras e da inteligência tática, com possibilidades de ascender no esporte de rendimento e/ou continuar com a prática do esporte de lazer.

Desta forma, a análise do perfil dos professores-técnicos converge para as propostas de desenvolvimento do esporte escolar, definidas pelo Decreto n. 7.984/13, evidenciando coesão entre a formação (inicial e continuada) e a concepção de esporte propagada pelo Governo Federal, e ao mesmo tempo, diverge das atuais Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02.

6.5 Síntese de coerência do perfil de formação dos professores-técnicos e da análise documental

Após refletir sobre a caracterização do perfil de formação dos professores-técnicos em relação à análise documental, o quadro 29 apresenta de forma sintetizada a relação de coerência⁶⁵ entre as fontes investigadas:

Quadro 29 – Perfil de formação dos professores-técnicos versus análise documental

Relação de coerência	Perfil de formação dos professores-técnicos das OE SME/SP 2014
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Educação Física em licenciatura – Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02	Incoerente
Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei n. 9.696/98	Incoerente
Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCNs) 1997 e 1998	Incoerente
Decreto n. 7.984/13 Regulamenta a Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto. Art. 3º, § 1º, II - Esporte escolar	Coerente
Programa Atleta na Escola. Resolução CD/FNDE n. 11/2013. MEC/ME/MD	Coerente
Olimpíadas Estudantis (OE); Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP); Jogos Escolares da Juventude (JOJ)	Coerente

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

⁶⁵ Não houve a pretensão de considerar de forma absoluta a relação entre a análise documental versus a formação dos professores-técnicos. Entende-se que o universo de pesquisa que envolve o tema esportivo e os professores-técnicos é muito mais abrangente. Porém, devido à limitação do estudo, houve a necessidade de fazer um recorte, conforme o critério de participação proposto na metodologia do estudo. Portanto, foram considerados os fatos, ideias e concepções predominantes das fontes investigadas, bem como a prevalência de formação – Resoluções anteriores as atuais DCNs, optando pela relação de coerência ou incoerência entre os documentos e o perfil de formação analisado.

6.6 Reflexões do perfil de concepção esportiva dos professores-técnicos

6.6.1 Categoria de análise: Formação Profissional

Para alguns autores que estudam sociologia das profissões como Barros (1993), Drigo (2009), Drigo e Cesana. (2011); Freidson (1996; 1998) e Venuto (1999) afirmam que o conhecimento científico é fundamental para à prática da atividade profissional. Segundo Barros⁶⁶ (1993), para a atividade ser considerada profissão, ela deve ser de natureza intelectual, prática, dinâmica, organizada, comunicativa e altruísta.

Para Freidson (1996) toda profissão é uma ocupação, mas nem toda ocupação pode ser considerada uma profissão. Drigo e Cesana (2011) afirmam que a ocupação é uma atividade econômica que necessita de um caráter prático de conhecimento sem a exigência do domínio de conhecimentos específicos e especializados, enquanto a profissão caracteriza-se como uma ocupação de elite com formação especializada em nível superior, autônoma e com direito de mercado de trabalho.

Drigo (2009, p. 400) embasado no estudo de Freidson (1996), ressalta que a ciência passa a ocupar o lugar de gerenciadora e suporte técnico-instrumental do conhecimento profissional prestado à sociedade. Neste sentido, a profissão é “um tipo específico de trabalho especializado, com independência de controle e jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações em uma divisão do trabalho específica controlada pelas ocupações participantes”.

Em relação à docência, Tardif (2000; 2002) considera como essencial para o processo de profissionalização a sistematização do saber experiencial. O autor destaca que os saberes experienciais são os principais responsáveis pela fundamentação da competência docente. A construção do saber experiencial depende de múltiplas interações que são condicionadas pelas relações estabelecidas e desenvolvidas pelos professores com os demais envolvidos no campo da prática, no cumprimento de obrigações que o seu trabalho deve submeter-se e no entendimento da instituição como meio organizada e composta de funções diversificadas.

Para Contreras (2002), a docência como profissão necessita antes, realizar a análise das condições próprias de trabalho do professor. O autor diferencia o termo profissionalização⁶⁷ de profissionalidade. Para Contreras (2002, p.72), a profissionalidade exige “uma consonância

⁶⁶ Fundamenta-se no estudo Flexner, citado por Kroll (1982).

⁶⁷ Para Contreras, o termo profissionalização enquanto ideologia pode encerrar um argumento corporativista, que identifica autonomia com o isolamento, forma de obter colaboração e obediência.

entre as características do posto de trabalho e as exigências que a dedicação a tarefas educativas levam consigo”, reivindicando também uma formação de qualidade e que dê autonomia para o docente. Em relação às qualidades necessárias, Contreras (2002) destaca três dimensões: a obrigação moral, o compromisso com a comunidade educativa e a competência profissional.

Através da conceituação e das características que definem a profissão, conforme explanado pelos autores consultados e das considerações de outras características que envolvem a regulamentação da profissão da Educação Física como a Lei n. 9.696/98, da obrigatoriedade do diploma (simbolizando a apropriação da racionalidade científica) para atuar no magistério do município de São Paulo, da exigência de ser registrado no sistema CREF/CONFED⁶⁸ e do contexto estudado, entende-se que a ocupação dos professores-técnicos deste estudo, pode ser considerada uma atividade profissional.

Analisando a formação profissional dos professores-técnicos, observou-se que a aquisição das competências dos professores para atuar como técnico no esporte escolar está fundamentada nos conhecimentos acadêmicos (29), na experiência como atleta (19), na experiência como técnico não escolar (16) e na experiência como técnico escolar (16).

Para Tardif (2000), os saberes profissionais advêm do conhecimento, da competência e das habilidades. Estes saberes são temporais e provenientes de três sentidos: história de vida; estruturação da prática profissional (tentativa e erro); vida profissional de longa duração (dimensões identitárias, dimensões de socialização profissional, fases e mudanças).

A experiência da prática de todos os professores-técnicos é representada pela experiência da prática esportiva em pelo menos duas modalidades esportivas no período escolar⁶⁹, conforme o preenchimento das questões fechadas da investigação. Entretanto, apenas 18 professores citam a influência da experiência como aluno-atleta, enquanto seis professores destacam a importância da experiência como atleta profissional e 11 a experiência adquirida em competições adultas amadoras.

Os conhecimentos esportivos anteriores à formação correspondem às crenças, representações e algumas certezas de como o técnico deve atuar. Tardif (2000) destaca que a formação universitária de alunos que aspiram ser professores pode não modificar as crenças anteriores. Neste caso, os professores solucionam os problemas profissionais recorrendo a modelos de solução de conflitos da sua história de vida familiar e escolar, no caso deste grupo, estende-se a experiência esportiva obtida no período escolar.

⁶⁸ Conselho Federal de Educação Física e Conselho Regional de Educação Física de São Paulo.

⁶⁹ Dos 10 aos 17 anos, nas categorias pré-mirim, mirim e infantil. Participação no esporte escolar, no esporte de lazer e no esporte federado.

Tardif (2000) considera que os saberes profissionais dos professores são variados e heterogêneos porque provêm de diversas fontes: história de vida e cultura escolar; conhecimentos disciplinares (didáticos e pedagógicos) adquiridos na universidade; conhecimentos curriculares (manuais e diretrizes curriculares das secretarias de educação etc.); experiência profissional (próprio saber, saber de seus pares e das tradições peculiares ao ofício docente).

Neste sentido, os conhecimentos acadêmicos correspondem aos conhecimentos disciplinares e são destacados por 29 professores, sendo que 19 atribuem significância aos conhecimentos adquiridos na licenciatura e/ou bacharelado dos cursos de Educação Física. Em particular, um professor citou a importância dos conhecimentos teóricos e práticos no processo de ensino-aprendizagem das regras, da técnica e tática das diferentes modalidades esportivas e outro professor destacou a necessidade de dominar o conteúdo biológico que teoriza sobre crescimento, desenvolvimento e maturação. Além dos biológicos, foram destacados conteúdos que tratam dos aspectos psicológicos como a motivação, a autoestima, controle de ansiedade e equilíbrio mental nos treinos e nas OE. Quanto ao estágio curricular supervisionado, dois professores destacam sua relevância, citando terem realizado estágios em clubes esportivos desde a iniciação (categorias de base) até o alto rendimento (categoria adulta).

Os conhecimentos adquiridos através de cursos *lato sensu* na área esportiva foram citados por apenas cinco professores. No entanto, durante a análise das questões fechadas, 24 professores afirmam ter especialização, sendo que 13 professores possuem especialização esportiva geralmente na mesma modalidade em que foram finalistas nas OE. Entretanto, 22 professores afirmam nas questões fechadas da investigação, que realizaram cursos de capacitação na área esportiva envolvendo os aspectos técnico-táticos, a compreensão das situações de jogo e os processos pedagógicos no ensino das modalidades esportivas. Além do curso de especialização e de capacitação, 12 professores ressaltam que procuram gerenciar a própria prática profissional por meio da atualização de conhecimentos através de pesquisas, tendo como fonte de informações livros e artigos sobre os temas esportivos.

A construção dos saberes profissionais na estruturação da prática profissional para Tardif (2000) são determinantes, principalmente nos primeiros anos de trabalho do professor. A estruturação da prática profissional contribui para o sentimento de competência em relação à rotina de trabalho docente. Assim, a edificação de um saber experiencial transforma-se em certezas profissionais: conduta, ação e modelos.

A origem dos saberes experienciais é proveniente do confronto das condições da profissão com a prática cotidiana, servindo para fundamentar o saber fazer e saber ser. Desta

forma, o saber experiencial soma-se aos outros saberes (disciplinar, curricular e profissional), passando a fundamentar a competência profissional e do desenvolvimento do *habitus* pessoal e profissional (TARDIF, 2002).

Este saber experiencial é representado por 23 professores-técnicos que reconhecem a relevância da prática como constituintes das competências requisitadas ao longo da carreira para desempenhar a função de técnico no esporte escolar. Dos professores que asseguraram a experiência como técnico, sete citam a experiência como técnico escolar, sete como técnico não escolar e nove a experiência em ambos (escolar e não escolar).

Entre os professores que citam a experiência como técnico escolar, dois afirmam que a observação e o diálogo constante com outros professores mais experientes contribuíram significativamente para enriquecer o conhecimento que o técnico escolar necessita para atuar, sendo que um dos professores complementou que utiliza o conhecimento empírico, aplicando diferentes estratégias de ensino baseadas em tentativas e adaptações, objetivando encontrar práticas pedagógicas adequadas. No caso específico destes dois professores, a aquisição das competências em partes está fundamentada no “saber-fazer” e sofrem influências do método artesanal. Segundo Drigo (2011), a formação artesanal possui três características: a) o aprendiz aprende fazendo; b) há uma valorização da imagem do mestre; c) as atividades práticas são consideradas tão formativas do caráter quanto dos estudos formais. De forma análoga, o primeiro professor possui a característica “b” e o segundo professor as características “a, b e c”.

A experiência como técnico não escolar dos professores foi adquirida em diferentes contextos: competições universitárias, clubes e competições federadas, escolinhas de esportes, campeonatos adultos amadores e no Programa Segundo Tempo. Enquanto a experiência como técnico escolar foi adquirida na rede estadual de ensino e/ou na própria rede municipal de São Paulo.

Portanto, observou-se que os saberes profissionais do grupo estudado são temporais, plurais e heterogêneos. Apesar do consenso dos professores-técnicos sobre o conhecimento científico como legitimador da formação e da prática profissional, certificou-se que, além dos conhecimentos disciplinares (formação inicial e continuada) adquiridos na universidade, a história de vida, a cultura escolar, a experiência esportiva no período escolar e na fase adulta e o saber experiencial como técnico escolar e não escolar foram determinantes para a aquisição das competências que fundamentam os saberes profissionais dos professores para atuar como técnico escolar.

6.6.2 Categoria de análise: Competências do Professor-Técnico

Na compreensão dos professores, ser técnico de esporte escolar perpassa pelo conhecimento técnico-instrumental (14), conhecimento didático-pedagógico (24), ensino dos valores esportivos universais (18) e qualificação da prática pedagógica (2).

Durante a análise do processo de formação dos professores-técnicos, observou-se que os saberes profissionais possuem certa unidade⁷⁰ em relação à fundamentação das competências e ao mesmo tempo, subsidiam a utilização de diferentes recursos requisitados para atuar como técnico escolar. Como destaca Tardif (2000, p. 14), os saberes profissionais não formam um conhecimento unificado porque “são, antes, ecléticos e sincréticos” devido aos “vários objetivos que os professores procuram atingir simultaneamente”, e que não exigem necessariamente, os mesmos conhecimentos, competências ou habilidades.

Nesta perspectiva, o conhecimento técnico-instrumental significa “o que” ou quais conteúdos os professores-técnicos precisam saber. Este conhecimento na visão dos professores é sustentado pelo domínio de conteúdos das áreas biológica e psicológica. Os principais conteúdos pertencentes ao domínio de conhecimento biológico estão relacionados com o desenvolvimento (1), crescimento (1), maturação (1), nutrição (1), aprendizagem e controle motor (4), treinamento esportivo e competição esportiva direcionada aos jovens esportistas (12). Os conteúdos pertencentes ao domínio psicológico estão relacionados aos aspectos emocionais e controle de ansiedade (3) dos alunos-atletas durante os treinos e/ou competições escolares.

Há outros componentes do conhecimento técnico-instrumental que integram os saberes profissionais dos professores-técnicos como o gerenciamento, a reflexão e a qualificação da prática pedagógica (2)⁷¹. Estes componentes auxiliam na sustentação do domínio dos conteúdos específicos sobre o esporte através da realização de cursos e atualizações permanentes por meio de estudos e pesquisas científicas imbricadas com a prática pedagógica.

Outro conhecimento importante é o didático-pedagógico que significa “como” ou quais metodologias e/ou estratégias de ensino e aprendizagem os professores-técnicos se fundamentam e utilizam em situações de treinos e competições escolares. A aplicação do

⁷⁰ Conhecimento acadêmico, experiência como atleta e técnico escolar e não escolar.

⁷¹ Apesar de 12 professores destacarem a relevância do gerenciamento e qualificação da prática pedagógica durante o processo de formação na categoria de análise anterior, somente dois professores ressaltaram a importância do gerenciamento e qualificação da prática pedagógica na categoria das competências para ser técnico escolar.

conhecimento para o rendimento esportivo ancora-se na administração, organização e gerência das turmas de treinamento e das equipes que disputam as OE (3). Deste modo, os caminhos considerados pelos professores que compreendem o ensino das modalidades esportivas devem considerar a ludicidade e a formação esportiva geral na iniciação, objetivando em seguida, diversificar o repertório motor (2). Assim, o aumento da dificuldade de execução das tarefas motoras através de atividades combinadas são pré-requisitos para o treinamento específico (desenvolvimento da aptidão física, desempenho motor e a inteligência tática dos alunos-atletas) das modalidades esportivas praticadas (9).

A aplicação do conhecimento didático-pedagógico direcionado aos aspectos educacionais no ensino do esporte no contexto escolar pauta-se nos princípios democráticos e inclusivos (6). Para 17 professores, a função primária do professor na escola é utilizar o esporte como ferramenta transformadora, objetivando a formação cidadã dos alunos. Além disso, não é prioridade da escola e do professor de Educação Física, detectar ou formar alunos-atletas para o alto rendimento, porém existe a possibilidade de apoiar os alunos, caso queiram prosseguir na carreira esportiva como uma função secundária (2).

Outra observação que deve ser ressaltada é que o conhecimento técnico-instrumental e didático-pedagógico que integram os saberes profissionais são personalizados. Cada professor se apropria, incorpora e embute saberes e experiências de modos diferentes em situações contextualizadas e particulares de trabalho (TARDIF, 2000). Nesta direção, os professores-técnicos têm como objeto de trabalho os alunos-atletas - seres humanos - que pertencem a diferentes grupos, mas que são em sua essência, individualizados. Embora o professor trabalhe com o coletivo de alunos, é necessário atingir cada indivíduo que compõe o grupo. Isto perpassa pelo conhecimento das particularidades individuais e deve estar repleta de sensibilidade e discernimento relativos às diferenças existentes entre os alunos.

O saber profissional para Tardif (2000) requer um componente ético e emocional: ético porque leva a um constante questionamento de valores e maneiras de como ensinar sem perder de vista o consentimento da cooperação, da tolerância e do respeito; e emocional porque é necessário motivar e envolver os alunos a aprenderem, exigindo mediações complexas da interação humana entre professores e alunos.

Em seu estudo, Tardif (2000) destaca que os saberes profissionais são personalizados, situados e carregam as marcas do seu objeto, que é o ser humano. Diante desta ótica, os valores esportivos universais significam “para que” e podem ser considerados como um dos principais conteúdos de ensino do esporte no contexto educacional. Isto implica em assumir uma educação humanística que transcenda os aspectos físicos, técnicos e táticos, a começar pela

conduta exemplar do professor-técnico (3), “para que” o esporte promova os valores morais e éticos, objetivando que os alunos-atletas adquiram atitudes positivas como o “saber-ser”: ser responsável, ser honesto, ser dedicado, ser disciplinado, ser cooperativo, ser determinado, respeitar o próximo e valorizar a amizade (15). Para três professores, é essencial considerar a valorização da participação de seus alunos independente dos resultados obtidos, para que os alunos saibam de outros benefícios como o desenvolvimento físico, mental e social que visam à qualidade de vida.

Diante do que os professores-técnicos descreveram sobre os valores esportivos universais, de forma análoga, é o que Contreras (2002, p. 76) afirma dizendo que a “profissionalidade docente deriva do fato de que o ensino supõe um compromisso de caráter moral para quem o realiza”. A obrigação moral (questão pessoal e política) e a consciência da autonomia docente implicam vínculos emotivos e relações de afeto, bem como representa o comprometimento ético (profissional) do professor com o desenvolvimento de todos os seus alunos como pessoas e seres únicos, na realização do ensino.

Nesta direção o saber-ser condiz com o domínio ético e está relacionado com o comprometimento da verdade, da justiça, da imparcialidade, das atitudes e dos valores da conduta moral. Assim, o compromisso educativo só tem sentido se estiver pautado em valores que humanizem o homem (AZEVEDO, 2012; BETTI, 1997; BENTO, 1999). Neste sentido, os valores humanos são a bússola ética e “as qualidades ou significados que o ser humano atribui à realidade por meio de impressões e juízos manifestados através da consciência moral” (AZEVEDO, p. 41, 2012).

Portanto, a conduta moral e a ética do professor têm como principal responsabilidade, como afirma Marques (2000), ensinar o esporte na perspectiva da dimensão humana, combatendo os excessos ou a crise de valores⁷², contribuindo no desenvolvimento da axiologia, fundamentada na equidade e justiça, verdade e beleza, esperança e sonho.

6.6.3 Categoria de análise: (Des)valorização do Esporte no contexto escolar

A análise da codificação das mensagens demonstrou que 25 professores acreditam que o esporte no contexto escolar é valorizado, enquanto 12 consideram que o esporte não recebe a sua devida valorização. A valorização na concepção dos professores está relacionada às

⁷² Consumismo, uso inadequado da tecnologia, produtos culturais supérfluos etc.

questões estruturais (17) e pedagógicas (11), sendo a desvalorização o oposto: problemas estruturais (7) e desinteresse pedagógico (8).

Para desenvolver os projetos esportivos, minimamente é preciso que a escola disponibilize materiais esportivos, organize os horários e os espaços para que o professor desenvolva o seu trabalho em condições adequadas. Ao analisar os 30 professores que desenvolvem projetos esportivos, oito afirmam que a escola não fornece materiais esportivos, 15 não conseguem utilizar a quadra porque muitas vezes coincide com o horário das aulas regulares de Educação Física e/ou possuem problemas estruturais, 17 trabalham com insuficiência de materiais esportivos e 15 utilizam materiais esportivos inadequados. Esta informação indica que aproximadamente a metade dos professores-técnicos finalistas das OE, trabalha de forma precária.

As condições adequadas de trabalho podem facilitar a atuação do professor-técnico em diversos aspectos como variedade e diversidade de materiais esportivos, quadras, vestiários, reforço alimentar etc. Entretanto, estas informações revelam que em algumas escolas, existem dificuldades para os professores desenvolverem os projetos esportivos no contraturno escolar. Considerando que o município de São Paulo é um dos mais desenvolvidos do país, paradoxalmente, existe precariedade em relação às condições de trabalho dos professores, principalmente em relação à estrutura organizacional.

A carência de uma estrutura organizacional de qualidade e a falta de investimentos do Poder Público, evidenciada por sete professores, expõe a dificuldade enfrentada pelos professores-técnicos do município de São Paulo em seu cotidiano. Esta informação suscita algumas indagações: será que em cidades e/ou estados menos favorecidos econômica e socialmente do que a cidade de São Paulo têm professores de Educação Física para atuar com o esporte escolar? Quais são as condições de trabalho destes professores? Será que o Programa Atleta na Escola conseguirá atingir seus objetivos de detecção de talento e formação esportiva? Estas indagações não serão respondidas devido à limitação do estudo, mas auxiliam na reflexão dos objetivos propostos pelos programas de rendimento, especificamente em relação à realidade que o esporte escolar do município de São Paulo se encontra.

Antes de pensar na detecção de um possível talento esportivo, o principal objetivo do esporte na escola é desenvolver a sua função educativa (BETTI, 1997; CHAVES, 2006). Contudo, as informações analisadas em relação à equipe gestora e corpo docente são desfavoráveis ao desenvolvimento do esporte na escola. O fato de somente 11 professores ressaltarem o envolvimento da equipe gestora no desenvolvimento dos projetos esportivos revela que oito professores de forma implícita e 18 de forma oculta, não percebem a

valorização da equipe gestora devido às críticas e/ou a indiferença sobre a atuação do professor e/ou ao desenvolvimento de projetos esportivos desenvolvidos no contraturno da escola.

Na visão dos professores que percebem a valorização do esporte na escola é devido ao reconhecimento da equipe gestora na crença do poder de formação e transformação promovido pelo esporte, principalmente em relação aos aspectos comportamentais e atitudinais dos educandos. Outra forma de valorizar o esporte na escola no entendimento dos professores é apresentar os resultados e as transformações proporcionadas pelo esporte em reuniões pedagógicas e/ou de pais e mestres. Somente três professores, percebem que o esporte na escola é valorizado meramente pelos alunos que se interessam em participar dos projetos.

A obrigatoriedade do projeto esportivo do contraturno estar anexado ao Projeto Político Pedagógico, não significa que esta norma mude a percepção do corpo docente e da equipe gestora em relação à efetiva valorização do esporte na escola. Para Revertido et al. (2008), a desvalorização sobre os eventos esportivos e a falta de comprometimento da escola devem ser revistos pelo corpo docente devido o seu potencial educativo através da elaboração coletiva e contextualizada, contendo expectativas de aprendizagens e avaliação que envolve o trabalho interdisciplinar entre os alunos e os professores.

Entretanto, os professores-técnicos que não recebem apoio da comunidade escolar, muitas vezes são criticados por professores de outras disciplinas quando se ausentam da escola nos períodos de competição, sendo recorrente na fala dos professores de outras disciplinas que as OE atrapalham a organização escolar e que o professor de Educação Física “prefere passear com meia dúzia de alunos ao invés de ministrar as aulas regulares de Educação Física para o restante da escola”. Para alguns professores-técnicos, esta fala poderia ter sentido caso não houvesse professores que substituam a ausência do professor de Educação Física, e justificam afirmando que a SME/SP em suas diretrizes, garante o quadro docente das unidades escolares com professores módulos (eventuais ou substitutos) de diversas disciplinas, inclusive de Educação Física para substituir as eventuais ausências dos professores-técnicos.

A interpretação desta fala demonstra que os pares não reconhecem a importância da função educativa que o esporte pode proporcionar. Além disso, os professores apontam que quase não há divulgação da participação da escola em reuniões pedagógicas ou de pais e mestres, em alguns casos, a divulgação está vinculada apenas ao êxito esportivo alcançado pela escola, descartando o processo, o protagonismo do aluno, a função educativa do esporte e o trabalho realizado pelo professor.

Para mudar a percepção negativa do esporte no contexto escolar, uma alternativa seria a realização de formações direcionadas à equipe gestora com professores especialistas,

preferencialmente atuantes em universidades, explicando as fundamentações teóricas que justificam os benefícios da prática esportiva e o caráter formativo do esporte dentro do ambiente escolar, além de apresentar possibilidades pedagógicas que auxiliem o rendimento escolar associado às práticas esportivas. O próximo passo seria realizar reuniões formativas na própria unidade escolar apresentada pelo(a) coordenador(a) pedagógico ao corpo docente para debater sobre a temática esportiva.

Como exemplo de valorização teórica relacionada aos aspectos pedagógicos, o estudo de Azevedo (2012) e Bento (1998) sobre o esporte no contexto escolar, discorre sobre a relação entre a sociedade e a educação, enfatizando que a escola deve ser concebida como oficina de humanidade no sentido de educar os homens. Azevedo (2012, p. 85) considera que o desenvolvimento do esporte no contexto escolar deve ser “orientado por profissionais imbuídos de um profissionalismo eticamente responsável e, comprometido com a formação integral dos seus alunos”, configurando-se “como um excelente contributo para a formação humana”.

A valorização do esporte no contexto escolar não é só de responsabilidade do professor de Educação Física, é uma questão de equipe. É o que Contreras (2002) enfatiza sobre o compromisso coletivo com a comunidade nas questões social, cultural e política. Por isso, faz-se necessário a divisão de tarefas entre a equipe gestora, corpo docente, alunos e pais de alunos na direção de uma prática esportiva que contemple a formação da cidadania fundamentada por valores e atitudes éticas e morais.

6.6.4 Categoria de análise: Critérios de Seleção Esportiva

A participação dos alunos nos projetos esportivos do contraturno escolar e das OE depende de alguns critérios como a iniciativa volitiva (32), a seleção técnica (22) e a seleção normativa (2).

É consenso entre os professores-técnicos que a iniciativa volitiva é o primeiro pré-requisito para participar dos projetos e das OE. Assim, entende-se que os alunos precisam gostar dos esportes praticados e demonstrar interesse em desenvolver as competências relacionadas aos valores esportivos universais (compromisso/frequência, disciplina, respeito, determinação, dedicação, atitude cooperativa e atitude competitiva), ao desempenho físico, técnico e tático e ao rendimento escolar. Por não se tratar de aulas obrigatórias, o professor tem autonomia para formar as turmas conforme o seu interesse, incluído ou excluindo os alunos por meio de objetivos e critérios previamente estabelecidos com o grupo.

Em relação à competência atitudinal, os professores destacam de forma global, que os alunos devem ter: bom aproveitamento esportivo/escolar e comportamento adequado nos projetos esportivos e na escola em geral.

Assim, a competência atitudinal requerida pelos professores, como destaca Bracht (1986), deve estar direcionada para o uso de uma pedagogia esportiva contextualizada (social, política, econômica e cultural) que eduque o aluno para ser consciente, crítico e autônomo, colaborando para a transformação de uma sociedade mais justa e livre. Por isso, o professor deve estar atento para que as normas e os valores impostos do esporte hegemônico, não se tornem regras de controle social e obediência (disciplina), conformismo (respeito incondicional as regras e ao binômio vitória x derrota) e vencer na vida (individualidade e competitividade extrema). É necessário libertar e não domesticar no sentido de formar o ser humano omnilateral (TAFFAREL, 2012).

Somente dois professores se posicionam contrários às normas estabelecidas pelas OE, criticando o formato da competição devido à limitação de equipes e de alunos participantes no evento. Esta imposição obriga os professores a selecionar a minoria dos alunos, e ao mesmo tempo, excluir a maioria das crianças que participam dos projetos esportivos, pois somente poucos alunos terão a oportunidade de representar a escola, sendo que muitas vezes esta norma acaba desestimulando os alunos que não foram selecionados a permanecerem nos projetos esportivos.

Por meio da interpretação das informações analisadas, está implícito que a participação nos projetos esportivos e nas OE se relaciona às competências volitivas, enquanto a participação nas OE se relaciona principalmente à competência física, técnica e tática. Nesta ótica, os projetos esportivos se aproximam do esporte educacional ao proporcionar aos alunos a inclusão e a igualdade de aprender e jogar, desde que o professor considere o esporte como ferramenta educativa e transformadora. Já nas OE, as equipes representam o esporte escolar voltado ao rendimento, uma vez que a maioria das equipes escolares é formada exclusivamente pela avaliação da competência técnica como principal requisito para o desempenho esportivo.

Quanto aos critérios de avaliação técnica, ficou evidente que a seleção dos alunos-atletas que compõe as equipes que representam as escolas nas OE é semelhante ao estudo de Montagner (2003), sendo realizada de maneira natural, caracterizada pelo empirismo estabelecido por critérios subjetivos de observação, baseando-se principalmente pela experiência como atleta ou técnico esportivo. A dificuldade de mensuração da *performance* em jogos coletivos se relaciona com o grau de indeterminação do jogo, das variações entre as idades cronológicas e biológicas e das diversas interferências: sociais, físicas e psicológicas.

6.6.5 Categoria de análise: Procedimentos Educacionais e de Rendimento Esportivo

Na literatura, autores como Hahn (1988); Grosser et al. (1989); Greco et al. (1998); Weineck (1999) na busca da elaboração de um campo teórico que solucione diversas dúvidas sobre a iniciação e formação esportiva, apontam direções relacionadas ao treinamento das capacidades motoras e físicas, estratégias de jogo, táticas e aos aspectos psicológicos, sobretudo aos aspectos motivacionais e aos deveres e obrigações formais da educação. Nesta direção, não consideram apenas o fator biológico ou cronológico, mas sim os diversos aspectos que completam o conjunto de características necessárias para a iniciação e formação esportiva.

Aprofundando a análise, conforme as subcategorias que os professores foram classificados notou-se que os procedimentos são distintos. Há professores que se pautam apenas pelos procedimentos de rendimento esportivo, outros somente pelos procedimentos educacionais e um terceiro grupo que utiliza ambos os procedimentos. Desta forma, o grupo estudado se divide em três subgrupos: procedimentos de rendimento esportivo (11), procedimentos educacionais (8) e procedimentos educacionais e de rendimento esportivo (15)⁷³.

➤ **Procedimentos Educacionais**

A análise da codificação das mensagens sobre os procedimentos dos professores-técnicos no contexto escolar indicou que 20 professores utilizam procedimentos educacionais como: ensinar os valores esportivos universais aos alunos (8); ensinar os alunos a ter atitudes positivas (6); ensinar os alunos a ser disciplinados (6); trabalhar de forma integrada com outras disciplinas curriculares (5); ensinar os alunos a equilibrar os aspectos emocionais e elevar a autoestima (3); formar para a cidadania (2).

Em relação aos procedimentos educacionais que objetivam ensinar os valores esportivos universais “saber-ser”, ser responsável, ser honesto, ser leal, ser cooperativo, ser justo, entender o binômio vitória/derrota e respeitar o próximo e as diferenças, apenas dois professores afirmam que não objetivam formar os alunos para o rendimento esportivo, tampouco estabelecem metas de rendimento, pois entendem que o professor pode utilizar o esporte na escola como ferramenta educativa voltada à formação da cidadania.

Quanto às exigências, sete professores esperam que os alunos sejam disciplinados nos treinos, nas competições e nos espaços escolares em geral. Especificamente seis professores

⁷³ Este grupo não foi abordado isoladamente porque transita entre os procedimentos educacionais e de rendimento esportivo.

definem que a permanência dos alunos nos projetos e nas equipes esportivas depende do cumprimento das obrigações escolares (frequência, notas e faltas) e/ou de cumprimento de tarefas interdisciplinares. Além disso, os professores em geral, aspiram que os alunos tenham comprometimento com a equipe e com o trabalho proposto, assumindo uma postura atitudinal compromissada com o coletivo e com as regras e/ou objetivos previamente estabelecidos entre o professor-técnico e o grupo de alunos-atletas. Dois professores afirmam que o não cumprimento das regras⁷⁴ pode ocasionar a exclusão dos alunos dos projetos esportivos.

Um dos professores, não concorda que a escola estabeleça quais alunos podem ou não participar dos projetos ou das OE, afirmando que em alguns casos, muitos alunos indisciplinados e/ou que não têm um bom aproveitamento escolar podem ter uma postura positiva nos projetos e apresentar um bom rendimento esportivo. Acredita que negar a participação destes alunos é tirar o direito da prática esportiva e aniquilar com as possibilidades das mudanças atitudinais.

Outra ação citada se refere à importância do constante diálogo com os alunos participantes para resolver conflitos. A maior parte dos professores aponta que as interações sociais precisam ser positivas, destacando a relevância da tolerância e da amizade como as principais virtudes para os alunos se sentirem valorizados e pertencentes ao grupo, independente das diferenças físicas ou técnicas.

Os aspectos emocionais também são trabalhados pelos professores, principalmente nas adversidades, minimizando os resultados negativos para não abalar a autoestima dos alunos. Uma das formas de relativizar os resultados é fazer os alunos entenderem que o coletivo é mais importante que as ações individuais, avaliando os avanços realizados em relação ao desempenho da equipe. Esta reflexão contribui para entender a limitação coletiva sem apontar ou enfatizar as falhas individuais, reconhecendo também, os motivos que levaram os adversários a vencerem a partida.

Para Marques (2000), o esporte não existe sem competição e a competição não é oposta a solidariedade. O autor afirma que a nobreza esportiva está em revelar para os jovens esportistas o equilíbrio das relações entre vitória e derrota, explicando o valor pedagógico e social de cada uma, sem perder de vista o caráter humanizador do esporte. Para Bento (1998, p. 120), “quem não sabe competir não sabe cooperar” e enfatiza que é preciso uma sólida aprendizagem de competição que enraíze definitivamente a ética do jogo e do jogador.

⁷⁴ Questões indisciplinadas: problemas comportamentais recorrentes.

Portanto, ensinar o “saber-ser” implica ao professor, como afirma Azevedo (2012) e Bento (1999), assumir um compromisso ético e moral. O professor precisa ensinar os valores esportivos universais aos alunos de forma reflexiva, contextualizada, consciente, crítica, reflexiva e autônoma (BETTI, 1997; BRACHT, 1986; COLETIVO DE AUTORES, 1992; KUNZ, 1994; TAFFAREL, 2012). Assim, o processo de ensino e aprendizagem esportiva e a resolução de conflitos devem ser mediados através de diálogos que incluam os alunos nas atividades esportivas e respeitem suas individualidades.

Em outras palavras: “é necessário que a escola assuma o seu papel principal: formar e educar para que os jovens possam vir a ser cidadãos responsáveis, ativos, criativos e conscientes” (AZEVEDO, p. 90, 2012).

➤ **Procedimentos de Rendimento Esportivo**

Para 26 professores os procedimentos de rendimento esportivo estão direcionados para treinar a técnica esportiva, as ações táticas e a melhora da aptidão física dos alunos (15); observar a dedicação (esforço pessoal) esportiva dos alunos durante os treinos e as competições (10); conceituar por meio de palestras e vídeos a construção do gesto motor, a exploração de situações táticas e o desenvolvimento das capacidades físicas (4); ensinar os alunos a equilibrar os aspectos emocionais e a controlar a ansiedade durante a competição (2); periodizar o treinamento esportivo (1); iniciar a prática e a interação esportiva precocemente (1); aplicar o método artesanal através de conhecimentos empíricos (1).

Na visão de 13 professores, o bom desempenho esportivo dos alunos-atletas está relacionado com a frequência (volume) dos treinamentos. Os treinos servem para aperfeiçoar os fundamentos básicos (gesto motor) das modalidades esportivas contextualizados com as, situações de jogo, envolvendo outros aspectos do treinamento como a melhora da aptidão física e a abstração de posicionamentos táticos conforme as exigências individuais ou coletivas. Outro aspecto importante citado por dois professores é saber utilizar as regras do esporte procurando explorar jogadas que possam surpreender o adversário e explicar ao aluno a utilização da eficiência e da eficácia, estabelecendo equilíbrio entre a inteligência técnico-tática e esforço físico nos treinamentos e nas competições. Apenas um professor afirma trabalhar com a periodização do treinamento esportivo, mas não especificou quais as bases teóricas que fundamentam o seu trabalho, deixando dúvidas em relação aos conhecimentos científicos.

A formação esportiva para 10 professores depende da dedicação dos alunos-atletas e da superação de limites. Nesta interpretação é preciso ter cautela. Esta avaliação é subjetiva, por isso os professores devem ter cuidado ao exigir determinadas respostas nos treinamentos e nas competições, pois os alunos-atletas não são homogêneos e a superação de limites pode

implicar em pressões emocionais que afastam os alunos da modalidade esportiva devido à imaturidade para suportar pressões e também pela perda da ludicidade e do prazer de praticar esportes. Assim, o equilíbrio emocional da equipe para dois professores são fundamentais para elevar a motivação e a determinação, além de proporcionar autonomia e segurança aos alunos nos treinos e nas competições sem pressionar a busca iminente de resultados.

Os aspectos conceituais são citados por quatro professores. Os recursos utilizados são imagens, vídeos e palestras sobre o tema esportivo. Os recursos visuais ajudam os alunos-atletas a se localizarem nas posições que precisam ocupar durante o jogo (aspectos táticos), enquanto os recursos audiovisuais contribuem na modelação da construção dos gestos motores (aspectos técnicos) e no desenvolvimento da aptidão física (aspectos físicos).

Outra forma de incentivar os alunos para o rendimento esportivo, na opinião de um professor é iniciar os alunos esportivamente a partir dos nove anos de idade. Outro professor afirmou levar os alunos para apreciarem o treinamento de equipes profissionais adultas. A primeira informação não permite identificar se os métodos de treinamento utilizados são direcionados a especialização precoce ou se há uma estimulação que explore o repertório motor de forma diversificada respeitando os estágios de desenvolvimento em que os alunos se encontram. Enquanto na segunda informação, a apreciação de treinos das equipes profissionais adultas depende do encaminhamento que o professor dará nas discussões, o que não se admite é a transposição literal do modelo de treinamento adulto para o treinamento de crianças e jovens esportistas.

Um dos professores enfatiza o conhecimento empírico em suas ações pedagógicas, declarando a importância da experiência prática como atleta ou como técnico escolar e não escolar. Entretanto, o método artesanal carece de conhecimentos científicos e muitas vezes não faz sentido para um determinado contexto (DRIGO, 2011).

Com afirma Tardif (2000), o saber experiencial é de fundamental importância para a sistematização do conhecimento. Todavia, a utilização do método artesanal reproduzido sem reflexão, leva ao ciclo de tentativa e erro, além de gerar diversas inconveniências como desinteresse e desmotivação da prática esportiva, caso o professor não considere a reflexão e as bases científicas. Assim, o conhecimento empírico deve ser analisado e refletido antes de ser cientificamente sistematizado, imbricando na dinâmica da relação entre a teoria e a prática pedagógica.

6.6.6 Categoria de análise: Detecção de Talento e Formação Esportiva

➤ **Detecção de Talento: compete à escola**

Diante do perfil de formação dos professores-técnicos analisados, 31 professores acreditam que a escola seja o local ideal para detectar talentos.

Para Bhôme (2000; 2007) a definição de talento esportivo depende do nível competitivo, exemplificando que há diferenças de níveis, sendo que um jovem pode ser considerado talento na competição escolar (municipal, estadual ou federal), não sendo necessariamente considerado um talento na competição federada. Assim, um talento esportivo é caracterizado como uma pessoa que possui uma aptidão volitiva e especial que dependem de potencialidades como idade biológica, constituição corporal, técnica e coordenação acima da média da população nos diferentes níveis de desenvolvimento do treinamento a longo prazo, conforme as condições contextuais de desempenho.

De forma semelhante ao que os professores-técnicos afirmam, Peres e Lovisolo (2006) constataram em seus estudos, que a iniciação esportiva dos atletas tradicionalmente é propiciada no espaço escolar, embora haja precariedade de infraestrutura, materiais esportivos e baixa carga horária em relação à prática, indicando ser complexa a avaliação da relação entre a iniciação esportiva e a escola. Outro destaque é a influência da família como suporte cultural, emocional e financeiro, fato evidenciado na trajetória de atletas de elite.

A consideração da escola na condição de detectar talentos não foi justificada por seis professores, indicando um pensamento sem argumento. Enquanto oito professores-técnicos acreditam que é competência do professor de Educação Física escolar detectar talentos através do desenvolvimento das capacidades físicas, das habilidades motoras e de avaliações físicas, técnicas e táticas. Além disso, atribuem à escola como facilitadora para detectar talentos, devido proporcionar maior contato com as crianças em idades ideais para a iniciação da prática esportiva.

Na literatura, a detecção de talentos para ciência, envolve certa complexidade entre os *experts* e os procedimentos empírico-analíticos objetivos. Pesquisadores como Matsudo (1999) sugere a utilização de escores Z^{75} ; Bhôme (2000; 2007) apresenta os aspectos teóricos

⁷⁵ Matsudo se refere aos estudos de Kovar (1981), Malinowski (1986) e Maia (1993). O Escore Z é um escore padrão de média zero e o desvio padrão 1. É uma medida relacionada ao desvio padrão que permite numericamente situar em que espaço da curva de Gauss situa-se determinado indivíduo. Considerando este padrão de análise numa distribuição normal o atleta de desempenho superior está localizado acima de dois desvios padrão ou $2Z$ o que corresponde aproximadamente ao percentil 98 de uma população com distribuição normal.

referentes sobre a detecção, seleção e promoção de talento esportivo através do treinamento a longo prazo (2007); Gaya (2005) propõe a identificação de desempenho motor.

Para 19 professores, a detecção de talentos poderia ser realizada na escola, desde que houvesse investimentos do Poder Público para construir, reformar e melhorar as estruturas⁷⁶ (espaços físicos), criando polos esportivos em diversas regiões da cidade para receber os alunos revelados nas escolas. Nos polos esportivos, outros técnicos seriam os responsáveis por encaminhar os atletas que se destacam aos clubes esportivos.

A maioria dos professores afirmou que a criação de um sistema de esporte integrado para entrar em funcionamento, necessita de equipes multiprofissionais (professores, técnicos, fisioterapeutas, nutricionistas, médicos, psicólogos e assistentes sociais) para dar suporte à formação esportiva de forma integral. A outra barreira está relacionada à desvalorização dos professores e a falta de medidas que estimulem e auxiliem os alunos a continuarem praticando esporte, como ajuda de custo, reforço alimentar, vale transporte e bolsas de estudos em universidades.

➤ **A formação esportiva: compete ao clube**

Quanto à formação esportiva para o esporte de rendimento, 33 professores afirmam que compete aos clubes esportivos. A formação esportiva, segundo Böhme (2000), compreende um período médio de seis a dez anos de treinamento sistematizado a longo prazo, conforme a modalidade esportiva considerada. A formação esportiva⁷⁷ se divide em três níveis: formação básica geral e treinamento básico (6 a 14 anos)⁷⁸, formação específica (14 a 17 anos)⁷⁹ e treinamento de alto nível (acima de 17 anos)⁸⁰. Para Weineck (1999), o treinamento de crianças e jovens deve considerar as alterações físicas, psíquicas e sociais, por isso, pauta-se em um processo sistemático de longo prazo. A falta de estímulo motor influencia o desenvolvimento das conexões sinápticas e das estruturas plásticas do cérebro, conseqüentemente, uma escassa maturação funcional.

A formação esportiva para crianças e jovens, segundo Greco et al. (1998), considera a divisão do treinamento em quatro fases: 1ª) *universal* (4/6 até 11/12 anos) desenvolvimento

⁷⁶ Como: quadra, campo, pista de atletismo, piscina, vestiário etc. As esturras devem estar equipadas com materiais esportivos de qualidade e em quantidade suficiente para desenvolver as diferentes modalidades esportivas.

⁷⁷ Outros autores dividem as fases, níveis ou etapas com outras terminologias, porém são equivalentes.

⁷⁸ Desenvolvimento das capacidades coordenativas, melhoria geral do desempenho esportivo, conhecimento da modalidade escolhida e orientação de treinos e competições.

⁷⁹ Melhoria planejada a longo prazo do desempenho esportivo específico da modalidade, até um nível que possibilite o início do treinamento de alto nível.

⁸⁰ Alcance do alto desempenho individual, aplicação de métodos e conteúdos específicos de treinamento, perfeição, estabilização da técnica esportiva e manutenção de alto desempenho pelo maior período possível.

gradativo de todas as capacidades motoras e coordenativas de forma geral, ressaltando o aspecto lúdico; 2ª) *orientação* (11/12 até 13/14 anos) automatização dos movimentos e percepção de outros estímulos que ocorrem simultâneos a ação realizada, iniciação técnica global do gesto motor e estimulação das capacidades táticas gerais dos esportes; 3ª) *direção* (13/14 até os 15/16 anos) início do aperfeiçoamento e especialização técnica em uma modalidade esportiva com variações de atividades/exercícios que exigem técnicas variadas, almejando ações técnicas e táticas esportivas; 4ª) *especialização* (15/16 até 17/18 anos) da modalidade escolhida, aperfeiçoamento dos potenciais técnicos e táticos integrados ao alto nível competitivo e diminuição de erros por meio de modelos metodológicos que se baseiam na construção hierárquica para a tomada de decisão.

Em relação às estruturas que contribuem para o processo de formação esportiva, as informações destacadas pelos professores-técnicos se assemelham ao estudo de Peres e Lovisoló (2006), apontando que o clube é a principal instituição de especialização esportiva, representando o tradicional binômio escola-clube, sendo o professor de Educação Física o principal agente intermediador identificado pelos atletas de elite no contexto brasileiro, e no caso desta pesquisa, identificado pelos próprios professores-técnicos.

Na perspectiva dos professores-técnicos, a Educação Física tem a responsabilidade de realizar uma preparação inicial, fazendo da escola um elo com os centros e clubes esportivos. Este entendimento corrobora com a recente ação do ME iniciada a partir de 2013 por meio da construção de Centros de Iniciação Esportiva (CIE)⁸¹, objetivando ampliar a oferta de infraestrutura de equipamentos públicos esportivos qualificados e direcionados a iniciação esportiva em áreas de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras, voltado à formação esportiva de alto rendimento.

Entre os professores-técnicos que apontam os clubes como formadores esportivos, 17 não justificaram suas respostas, representando o senso comum. Enquanto seis professores acreditam que o trabalho desenvolvido pelo professor de Educação Física propicia o contato com diferentes modalidades esportivas e possibilita que as crianças cheguem a condições ideais de treinamento aos clubes, que por sua vez, são mais estruturados, possuem equipes

⁸¹ Está previsto o investimento de mais de R\$ 967 milhões para a construção de 269 unidades em 254 municípios, em todas as 27 unidades da federação. São três modelos para atender 13 modalidades olímpicas (atletismo, basquete, boxe, handebol, judô, lutas, taekwondo, vôlei, esgrima, levantamento de peso, ginástica rítmica, badminton, levantamento de peso e tênis de mesa) 6 paralímpicas (esgrima de cadeira de rodas, judô, halterofilismo, tênis de mesa, vôlei sentado e goalball) e 1 não olímpica (futsal). Modelo I ginásio poliesportivo e áreas de apoio; Modelo II ginásio poliesportivo, áreas de apoio e quadra externa; Modelo III ginásio poliesportivo, áreas de apoio, quadra descoberta e estruturas de atletismo.

multiprofissionais qualificadas, treinam com elevada frequência, participam de várias competições, planejam e periodizam os ciclos de treinamento esportivo.

Os outros 10 professores afirmam que os clubes esportivos precisam de investimentos financeiros liberados pelo Poder Público para garantir qualidade na formação esportiva. Um dos problemas apontados está relacionado com as dificuldades que os atletas das categorias de base enfrentam como a falta de recursos financeiros para se deslocarem de suas residências aos locais de treinamento, a ausência de alojamentos, a carência de reforço alimentar e a dificuldade dos atletas conseguirem a bolsa-atleta. Ainda que estes problemas fossem superados, os professores entendem que os clubes esportivos ou centros de treinamentos são insuficientes, apontando para a necessidade de aumentar a quantidade de clubes esportivos em locais descentralizados. Outra dificuldade percebida é a ausência de convênios entre as escolas e os clubes esportivos que diferenciem os níveis de formação básica, inicial e de maestria esportiva.

➤ **Detecção de Talento e Formação Esportiva: competem a todos**

Para um dos professores, tanto a detecção quanto a formação esportiva compete a todos os participantes do processo, generalizando a todos os profissionais da Educação Física esta responsabilidade associada ao atleta, família, dirigente esportivo e as instituições como escola, escolinhas de esporte e clubes esportivos. Enquanto o outro professor acredita que a detecção e a formação esportiva estão centradas no indivíduo e que depende do interesse, persistência e da combinação entre sorte, talento e características genéticas, devido o Brasil não ter um sistema esportivo efetivo para este fim.

➤ **Detecção de Talento e Formação Esportiva: competem aos clubes**

Apenas dois professores concordam que a detecção de talentos e a formação esportiva não competem à escola e aos professores de Educação Física. Para estes professores, o objetivo principal da escola é formar para a cidadania e que a detecção ou a formação esportiva não devem ser consideradas como proposta final, elucidando que as interações sociais entre os alunos durante o treinamento esportivo nos projetos de contraturno ou nas competições escolares podem ser ferramentas pedagógicas de inserção dos valores esportivos universais constituintes da formação cidadã. Esta concepção está de acordo com os documentos (DCNs, PCNs e LDB) e a revisão de literatura consultada.

Contudo, observam-se no contexto brasileiro, através da literatura sobre ciências do esporte, evidências que dificultam o processo de formação esportiva do atleta para o (alto) rendimento como: precariedade de investimentos de infraestrutura e de recursos humanos (equipes multiprofissionais), baixa integração familiar no contexto esportivo, ausência de

convênios entre escola, clube e universidade (lacuna da iniciação esportiva à especialização, da especialização esportiva à formação profissional e da fragmentação do conhecimento científico em relação à gestão esportiva e precariedade na formação e capacitação esportiva de técnicos brasileiros)⁸²; utilização de procedimentos de prevalência empírica em relação aos científicos na aplicação de testes e avaliações⁸³, ausência de ações planejadas associadas ao treinamento a longo prazo⁸⁴ para identificar e formar futuros atletas para o (alto) rendimento. Não se descarta a ideia de que em um futuro próximo, parte das dificuldades apontadas pela literatura, sejam supridas pelas ações do ME.

6.6.7 Categoria de análise: Proposição de um Modelo Esportivo

Para seis professores, os cursos de capacitação técnico-pedagógica são imprescindíveis para qualificar a atuação dos professores-técnicos. Para um dos professores favorável à exclusividade do modelo de esporte educacional, afirma que os objetivos dos cursos de capacitação devem estar fundamentados em métodos e estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem que ampliem e diversifiquem o repertório motor dos alunos, considerando o contexto socioeducativo e o respeito dos estágios de desenvolvimento das crianças e dos jovens, direcionando os alunos-atletas para uma preparação a longo prazo de forma lúdica, além de esclarecer aos professores-técnicos as problemáticas que a especialização precoce ocasiona no desenvolvimento dos jovens esportistas ao longo do tempo, e que a função primária da escola e do professor é formar os alunos para a cidadania. Os outros cinco professores sugerem a realização de cursos técnicos que auxiliem a prática pedagógica para trabalhar com o esporte escolar voltado para o rendimento.

Com exceção de cinco professores que não opinaram, os demais professores-técnicos indicam mudanças da estrutura organizacional do esporte no contexto escolar e das OE, sendo que 28 professores apontam para a implantação efetiva do esporte escolar de rendimento e 11 para o esporte educacional.

Aprofundando a análise ao considerar apenas as subcategorias que os professores se identificam, nota-se que não há consenso em relação a um único modelo de esporte no contexto escolar. As concepções dos professores são distintas, há professores favoráveis apenas ao esporte escolar de rendimento, outros somente ao esporte educacional e um terceiro grupo que

⁸² Peres e Lovisolo (2006).

⁸³ Montagner e Silva (2003).

⁸⁴ Bhöme (2000; 2007).

concorda com a coexistência do esporte educacional e de rendimento. Desta forma, o grupo estudado se divide na proposição de três modelos de esporte no contexto escolar: esporte escolar de rendimento (21), esporte educacional (5) e esporte integral (6).

➤ **Modelo de Esporte Escolar de Rendimento**

Para o grupo de 21 professores, o modelo de esporte escolar deve estar direcionado para o rendimento esportivo. A efetivação deste modelo depende exclusivamente de investimentos financeiros e humanos viabilizados pelo Poder Público. Os professores acreditam que inicialmente o Governo Federal deveria reformar e/ou construir complexos esportivos nas unidades escolares, disponibilizando: quadras com coberturas, pisos, vestiários e bebedouros adequados; piscinas; campo de futebol; pista de atletismo; sala de ginástica etc., além de garantir a manutenção e a aquisição de materiais esportivos adequados e suficientes para as diversas modalidades esportivas desenvolvidas no contraturno escolar.

Após o oferecimento do funcionamento adequado dos equipamentos esportivos, as escolas poderiam passar para uma condição de “centros esportivos iniciais” através da implantação de programas esportivos direcionados a “verdadeira detecção de talentos” intermediada por professores-técnicos capacitados. Assim, os professores-técnicos deveriam trabalhar somente com turmas específicas de treinamento no contraturno escolar, objetivando a continuidade da formação esportiva inicial dos talentos detectados.

O próximo passo consistiria no encaminhamento dos alunos-atletas para outros “centros esportivos de formação básica”, regionalizados pela cidade de São Paulo. A descentralização dos centros esportivos amparados por uma “ajuda de custo” do Governo Federal para o transporte e reforço alimentar, possibilitaria o acesso e a permanência dos alunos-atletas nestes centros de treinamentos, além de otimizar o tempo, economizaria parte dos investimentos públicos destinados à formação esportiva. E por fim, a criação de um “centro esportivo de maestria” para receber os atletas dos centros esportivos de formação básica, objetivando dar continuidade na preparação dos atletas para o esporte de alto rendimento.

Este modelo de esporte de rendimento também necessitaria de equipes multiprofissionais compostas por: médicos, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais e professores de Educação Física. As equipes poderiam ser formadas por alguns profissionais efetivos auxiliados por estudantes universitários (valendo como estágio curricular supervisionado) conveniadas às universidades com atendimentos em locais fixos e atendimentos nos próprios centros de treinamento através de equipes rotativas.

Os professores-técnicos acreditam que a realização de mudanças nas estruturas organizacionais consolidaria o esporte escolar de rendimento, além de sustentar um sistema de

esporte integrado. Apesar dos professores entenderem a distância que existe entre o ideal e realidade em relação ao esporte no contexto escolar, o grupo acredita que deveria no mínimo, existir uma rede de esporte integrado entre escola-clubes-universidade.

Os professores apontam para a ausência de convênios entre escolas e clubes esportivos em relação ao encaminhamento dos alunos-atletas. Há um distanciamento entre os clubes e as escolas, não existem profissionais qualificados para procurar e avaliar os alunos-atletas, deixando uma enorme lacuna entre o esporte escolar e o esporte federado. Outra problemática é a falta de integração entre os clubes esportivos (esporte federado) e as universidades. Os professores entendem que no Brasil, os atletas em muitos casos, não conseguem conciliar a carreira esportiva com a profissional e acabam optando por uma delas. Este equívoco é agravado quando os clubes ignoram a formação humana, tratando os atletas como máquinas. Para estes professores, a integração entre os clubes e as universidades poderia ser fortalecida se existissem bolsas de estudos aos alunos-atletas e oferecimento de horários de atendimento alternativos (educação à distância ou em outro período) fora do horário regular de aula, uma vez que os atletas disputam diversas competições durante o ano. Outra opção, apontada pelos professores-técnicos está direcionada para a reestruturação do esporte universitário, baseando-se no modelo dos EUA, ofertando bolsas de estudos mediante o rendimento esportivo.

Voltando para o modelo de esporte escolar de rendimento, os professores apontam que as OE do município de São Paulo está desalinhada com os Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) e com os Jogos Escolares da Juventude (JEJ), que representam respectivamente, a etapa estadual e a etapa nacional. Segundo os professores, as OE deveriam seguir o cronograma dos Jogos Escolares, entretanto, indicam que o regulamento e o cronograma precisam ser informados previamente para que haja tempo de se organizarem. Outra ressalva seria a alteração de algumas normas das competições escolares como: desvincular a participação de escolas públicas das escolas particulares que distribuem bolsas de estudos aos alunos-atletas que já participam do esporte de alto rendimento e treinam em clubes esportivos; criar ligas escolares regionalizadas e paralelas as OE ou aos Jogos Escolares, com o objetivo de formar seleções regionais de escolas públicas para competir com as escolas particulares com equiparação de níveis de desempenho esportivo.

➤ **Modelo de Esporte Educacional**

Para o grupo de cinco professores-técnicos, o modelo de esporte no contexto escolar deveria estar fundamentado somente no esporte educacional, a partir de uma concepção de educação esportiva, elaborada pelos próprios professores da SME do município de São Paulo. Os professores entendem que a construção deste documento estabelecerá diretrizes e

parâmetros para a elaboração de um currículo esportivo composto por: conteúdos esportivos, expectativas de aprendizagens esportivas, método de ensino e aprendizagem esportiva e avaliação esportiva, integrado ao Projeto Político Pedagógico das unidades escolares.

O modelo de esporte educacional na concepção destes professores deve estar pautado nos princípios de inclusão e participação democrática, proporcionando aos alunos conhecimento corporal por meio da exploração da alfabetização motora, objetivando garantir igualdade de acesso e equidade de aprendizagem. Desta forma, entendem que a busca de rendimento no ambiente escolar baseado na copia de modelos de competições adultas (esporte-espetáculo), exigem dos alunos rendimentos esportivos (sub) máximos nos treinamentos e nas competições escolares, sendo que estes requisitos contradizem as propostas educacionais ao excluir a grande maioria dos alunos de participarem dos projetos esportivos e das OE.

Para os professores, as definições conceituais e pedagógicas do modelo de esporte escolar devem estar acompanhadas da melhoria das questões estruturais. Como possibilidade, apontam para a necessidade de criar um grupo composto por professores de Educação Física respaldado pela SME com o objetivo de dialogar com as DREs e com os outros professores de Educação Física de cada unidade escolar, para diagnosticar e entender a realidade de cada região. Após o levantamento inicial, o próximo movimento consistiria em planejar o formato das OE com diretrizes e parâmetros pedagógico-educacionais que auxiliem a atuação dos professores-técnicos e as ações das equipes de arbitragem, amparadas por uma logística inteligente que forneça uma alimentação adequada e organize os trajetos conforme a localização das escolas em relação aos locais de jogos.

➤ **Modelo de Esporte Integral**

Para o grupo de seis professores favoráveis ao esporte integral, o modelo de esporte no contexto escolar deveria ter um currículo próprio (conteúdos, métodos, objetivos e avaliações), vinculado às propostas pedagógicas da SME do município de São Paulo e estar anexado ao Projeto Político Pedagógico das unidades escolares ajustado a um sistema de esporte integrado (entre escola, clube e universidade) que contemple a formação educacional e a formação voltada para o rendimento esportivo de forma indissociada.

Entretanto, os professores ao mesmo tempo em que são favoráveis ao esporte educacional e à participação inclusiva e democrática, também apoiam de forma restritiva o desenvolvimento do esporte escolar de rendimento, desde que o Poder Público invista em recursos humanos (equipes multiprofissionais), no professor de Educação Física (qualificação) e na infraestrutura (construções e reformas de equipamentos esportivos). Com estes investimentos, os professores acreditam que seria possível pensar no esporte educacional como

base, antes do desenvolvimento de qualquer outro nível de rendimento esportivo. Observou-se que os professores acreditam na junção dos dois modelos esportivos, porém as sugestões não apontam de forma prática como o esporte educacional e o esporte escolar de rendimento poderiam coexistir no mesmo contexto.

6.6.8 Reflexões sobre a Proposição dos Modelos Esportivos no contexto escolar

Diante da análise da proposição dos modelos esportivos, como contemplar a inclusão de todos os alunos, considerando a formação educacional e a formação esportiva? A proposição do modelo de esporte integral do terceiro grupo suscita a reflexão da despolarização da tensão entre esporte educacional e esporte escolar de rendimento, direcionando para um modelo esportivo holístico, consolidado de significados e sentidos.

Ao refletir sobre quais alternativas seriam possíveis para este modelo, parte-se prioritariamente do oferecimento do esporte educacional como meio para ensinar um dos conteúdos da Educação Física (BETTI, 1997; CHAVES, 2006). O esporte educacional deve como princípio, pautar-se nos objetivos socioeducativos, considerando a participação democrática, inclusiva e diversificada (TUBINO, 2010), tendo como finalidade a formação do cidadão crítico, reflexivo e autônomo (BRACHT, 1988; TAFFAREL, 2012; KUNZ, 1994). Esta formação deve estar embasada na conduta ética e moral que humanize as relações sociais (AZEVEDO, 2012; BETTI, 1997; BENTO, 1999). Como cita Freire (1998), é preciso ensinar esporte a todos, ensinar bem esportes a todos, ensinar mais do que esporte a todos, ensinar a gostar de esportes.

É preciso criar possibilidades de competições pedagógicas esportivas paralelas às tradicionais, divididas por níveis de habilidades e de desempenho motor, para que os alunos possam representar a escola sob outro contexto. A realização destes eventos necessitaria de uma reestruturação organizacional associada a uma concepção esportiva integral, sendo indispensável, a criação e/ou a alteração dos regulamentos das competições escolares, como adaptação de espaços, número de jogadores, regras e aceitação da formação de equipes mistas e/ou compostas por diferentes categorias de modalidades esportivas, opostas ao esporte tradicional etc (BARBIERE, 1999). O surgimento desta concepção esportiva demandaria a realização de seminários, congressos e formações integradas entre os professores, as escolas, a SME/SP e as universidades.

Após o processo de conceituação, entendimento e reflexão esportiva mediada por ações pedagógicas e educativas, os projetos esportivos do contraturno das escolas de tempo

integral (Mais Educação ou Atleta na Escola) seria uma alternativa de contemplar o esporte educacional ou escolar de rendimento mantendo os princípios dos valores sociais e à formação cidadã. Mas ainda, é necessário resolver o impasse dos alunos que treinam nos projetos esportivos e são excluídos das equipes que representam a escola por critérios técnicos.

Nesta direção, uma possibilidade seria a educação esportiva, que segundo Scaglia et al. (2001) e Reverdito et al. (2008), deve ser oferecida por meio de festivais esportivos proporcionado por jogos interclasses e/ou interescolares cuidadosamente planejados e elaborados pelo corpo docente de forma interdisciplinar e com a participação discente na tomada de decisões durante o processo, permitindo criar situações educativas que sustentem a sua existência, além de criar uma cultura esportiva na unidade escolar permeada de sentidos e significados. De forma prática, os esportes precisam ser alterados pedagogicamente em jogos (lúdicos, cooperativos e/ou competitivos) que atendam o contexto de seus praticantes.

As alterações pedagógicas são apresentadas nos estudos de Turpin (2002) e Scaglia et al. (2006) e compreendem: a duração da competição, número de interrupções, duração do jogo (variáveis temporais); a geografia e dimensões do terreno (variáveis espaciais); aumento ou diminuição do tamanho dos obstáculos, de peso, manipulação da forma e da cor (variáveis móveis); aumento ou diminuição do número de jogadores (variáveis de jogadores); pontuação e recompensas (variáveis de resultados).

Estes exemplos poderiam quebrar o paradigma entre o esporte educacional e o esporte escolar de rendimento ao proporcionar intersecções lúdicas, diversificadas e gradativas de um nível para o outro, de forma democrática e inclusiva, possibilitando e ao mesmo tempo, outros eventos para os alunos-atletas que estão em níveis esportivos mais avançados.

A realização dos eventos (festivais ou competições) esportivos no interior da escola deve, antes de ser vinculado ao Projeto Político Pedagógico, ser contextualizado, discutido e planejado junto com o corpo docente de forma interdisciplinar. Entre os princípios pedagógicos, a competição deve ser equilibrada, inclusiva, diversificada e plural, objetivando mobilizar a coparticipação, a cogestão, a corresponsabilidade, a coeducação e auto-superação (REVERTIDO, 2008).

Antes de considerar a coexistência entre esporte educacional (utilizado como conteúdo esportivo e meio da Educação Física escolar) e o esporte escolar de rendimento (desenvolvido nos projetos de contraturno escolar e nas competições escolares como meio de iniciação e formação esportiva) no contexto escolar, é necessário refletir sobre a importância da qualificação do profissional que poderá atuar nesta proposição de modelo esportivo no ambiente escolar.

Pensando no perfil profissional, o estudo revela que no esporte escolar de rendimento da SME/SP não houve professores licenciados com o perfil de formação restrito das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02, prevalecendo o perfil de formação anterior as atuais DCNs, característico do currículo tradicional-esportivo. Apesar de a amostra estudada representar um pequeno universo particularizado de um município brasileiro, faz-se necessário refletir sobre o campo de atuação escolar, especificamente nos projetos esportivos do contraturno escolar voltado para o rendimento (Atleta na Escola), delimitado pela intervenção exclusiva de licenciados, através da seguinte indagação: o perfil de formação sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 prepara e dá competências para o licenciado atuar com o esporte escolar de rendimento?

6.7 Síntese de coerência do perfil de concepção esportiva dos professores-técnicos e da análise documental

Após refletir sobre a descrição do perfil de concepção esportiva dos professores-técnicos em relação à análise documental, o quadro 30 apresenta de forma sintetizada a relação de coerência⁸⁵ entre as fontes investigadas:

Quadro 30 – Concepção esportiva dos professores-técnicos versus análise documental

Concepção esportiva dos professores-técnicos versus análise documental	Perfil da concepção esportiva dos professores-técnicos das OE SME/SP 2014
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de Educação Física em licenciatura – Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02	Parcialmente coerente
Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Lei n. 9.696/98	Parcialmente coerente
Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física (PCNs) 1997 e 1998	Parcialmente coerente
Decreto n. 7.984/13 regulamenta a Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto. Art. 3º, § 1º, II - Esporte escolar	Coerente
Programa Atleta na Escola. Resolução CD/FNDE n. 11/2013. MEC/ME/MD	Coerente
Olimpíadas Estudantis (OE); Jogos Escolares do	Coerente

⁸⁵ Não houve a pretensão de considerar de forma absoluta a coerência entre a concepção esportiva dos professores-técnicos versus a análise documental. Entende-se que o universo de pesquisa que envolve o tema esportivo e os professores-técnicos é muito mais abrangente. Porém, devido à limitação do estudo, houve a necessidade de fazer um recorte, conforme o critério de participação proposto na metodologia do estudo. Portanto, foram considerados os fatos, ideias e concepções predominantes da análise documental, bem como a prevalência da concepção esportiva dos professores-técnicos, optando pela relação de coerência ou incoerência entre as fontes investigadas.

Estado de São Paulo (JEESP); Jogos Escolares da Juventude (JOJ)	
--	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

6.8 Síntese da Discussão

O estudo desvelou nos documentos analisados: DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/2), LDB, PCNs e o Programa Mais Educação unidade e coerência em relação ao desenvolvimento do esporte no contexto educacional, pautando-se nos princípios socioeducativos. Enquanto o Decreto n. 7.984/13, o Programa Atleta na Escola e os Jogos Escolares (OE, JEESP e JEJ) também possuem unidade e coerência ao desenvolver o esporte escolar para o rendimento, objetivando detectar talentos e formá-los esportivamente. Logo, os objetivos de rendimento esportivo no contexto escolar, regulamentado pelo Decreto n. 7.984/13, promovido pelo Programa Atleta na Escola e efetivado nos Jogos Escolares, tornam-se contraditórios e conflitantes em relação aos princípios do esporte educacional, conforme os objetivos das DCNs, da LDB, dos PCNs e do Programa Mais Educação.

Em relação à revisão e a discussão ao longo da dissertação sobre as atuais DCNs do curso de Educação Física que orientam as IES a definirem o perfil de formação do licenciado em Educação Física, permite inferir que as DCNs fomentam teoricamente, uma formação fundamentada em conhecimentos, competências e habilidades que subsidia o exercício profissional para atuar de forma específica na educação básica. Assim, a formação do professor de Educação Física a princípio, deveria estar coerente com a LDB e os PCNs, compreendendo que o conteúdo do esporte educacional é um meio para o ensino da Educação Física nas aulas regulares, bem como nos projetos esportivos, considerando em primeiro plano, os princípios da participação democrática, inclusiva e diversificada, na perspectiva de contribuir para a formação de um cidadão crítico, reflexivo, autônomo e ético.

Entretanto, a caracterização do perfil de formação dos professores-técnicos da SME/SP participantes das OE (2014), revelou predominância de professores formados sob a vigência de Resoluções anteriores as atuais DCNs do curso de licenciatura em Educação Física (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02). Este perfil é representado por um total de 37 professores, sendo 25 formados pela Resolução CFE n. 03/87, oito pela Resolução CFE n. 69/69 e quatro pelas Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 (licenciado com bacharelado subsequente).

Constatou-se que a maioria dos professores (33) que compõe o perfil estudado se distancia do perfil de formação proposto pelas atuais DCNs, correspondendo, portanto, às

características do currículo tradicional-esportivo. Desta forma, através da análise da concepção esportiva, observou-se que a maior parte dos professores-técnicos (21) é favorável ao modelo de esporte escolar de rendimento.

A análise da concepção esportiva do perfil estudado permitiu evidenciar que os domínios de conhecimento técnico-instrumental e didático-pedagógico dos professores-técnicos, não se aproximam do perfil de formação orientado pelas atuais DCNs do curso de licenciatura em Educação Física, mas sim à formação de Técnico Desportivo ou de bacharel, obtida sob a vigência das Resoluções CFE n. 69/69 ou n. 03/87. A defesa desta afirmação é revelada pela ausência de professores formados unicamente em licenciatura sob a vigência das atuais DCNs na amostra estudada.

Especificamente, em relação ao processo de formação dos professores-técnicos, verificou-se em ordem de relevância, o conhecimento acadêmico (29), a experiência como atleta (19) (período escolar e fase adulta) e a experiência como técnico escolar (16) e não escolar (16), representando os conhecimentos que compõe os saberes profissionais do quadro investigado.

Quanto às competências que fundamentam a atuação dos professores-técnicos, observou-se que o conhecimento técnico-instrumental (14) refere-se ao domínio de conteúdos relacionados às áreas biológica (crescimento e desenvolvimento humano, aprendizagem motora e treinamento esportivo), biomecânica (conceituação e construção do movimento - gesto motor). As competências didático-pedagógicas (13) estão relacionadas às áreas administrativa (gerenciamento e organização de eventos esportivos), psicológica (aspectos relacionados à autoestima, controle emocional e motivação esportiva) e metodológica do ensino de esporte (instrumentalização da técnica esportiva, pensamento tático, etapas de formação esportiva, componentes do desempenho esportivo, competição etc.).

Em contrapartida, o conhecimento técnico-instrumental relacionado ao ensino dos esportes como conteúdo e meio de ensino, conforme a literatura da Educação Física escolar propõe, foi escasso. Quanto ao conhecimento didático-pedagógico direcionado para os aspectos educacionais, 21 professores apontam a relevância dos princípios socioeducativos para à formação da cidadania através da valorização da participação dos alunos, do direito de todas as crianças praticarem esportes, da socialização e da ludicidade durante a prática esportiva.

Desta forma, verificou-se que a participação dos alunos nos projetos esportivos, depende principalmente da iniciativa volitiva (32) dos alunos-atletas, porém a permanência nos projetos e na equipe que disputa as OE envolvem outros critérios pré-estabelecidos como a avaliação do saber-ser (8) e dos aspectos técnicos (22).

Em relação ao saber-ser, não há como afirmar a utilização do seu real objetivo, ficando o seguinte questionamento: será a formação ética (esportiva) para a obediência disciplinar ou para a formação crítica e reflexiva de libertação?

Entretanto, as declarações do conhecimento didático-pedagógico sobre os princípios socioeducativos entram em contradição quando confrontados com a escolha dos critérios de seleção utilizados pelos professores-técnicos quanto à participação dos alunos-atletas nos projetos de contraturno escolar e nas OE. Esta afirmação é evidenciada através da escolha dos critérios técnicos utilizados por 22 professores para selecionarem os alunos, principalmente os alunos que compõe as equipes que disputam as OE.

A seleção técnica avalia a aptidão física, as habilidades motoras e a inteligência tática, contrapondo-se a aplicação do conhecimento didático-pedagógico relacionado aos aspectos socioeducativos.

Vale ressaltar que apenas dois professores se posicionam de forma consciente às normas que reduzem o número de participantes das equipes nas OE, mas a falta de alternativa, também obriga estes dois professores a curvarem-se aos critérios técnicos de seleção esportiva.

Em relação ao conhecimento didático-pedagógico dos professores-técnicos sobre os procedimentos de rendimento esportivo (26), constatou-se que são superiores aos procedimentos educacionais (20). Apesar dos professores-técnicos ressaltarem a importância do saber-ser em relação ao critério (volitivo) de participação nos projetos esportivos e nas OE, apenas seis professores destaca que utilizam os procedimentos éticos, evidenciando de forma tímida o propósito da função educativa à formação humana.

Contudo, apesar das restrições que dificultam o desenvolvimento do esporte no contexto escolar, o perfil de formação e concepção esportiva de 21 professores-técnicos, assenta-se no conceito de esporte escolar. Entretanto, para 31 professores prevalece a ideia da responsabilidade de detectar talentos. Enquanto a formação esportiva para 33 professores compete aos clubes.

A concepção de rendimento é novamente retomada pela proposição do modelo de esporte escolar elencado por 21 professores. Os professores sugerem ações que alcancem os objetivos de rendimento esportivo como infraestrutura e recursos humanos patrocinados pelo Poder Público, além de proporem a criação de centros esportivos (iniciais na própria escola, básicos e de maestria – externos à escola) organizados por níveis de desempenho. Outra sugestão refere-se à implantação de um modelo esportivo sistemático e integrado entre clube, escola e universidade. E por fim, apontam para as mudanças dos regulamentos dos Jogos

Escolares em diferentes esferas: municipal (alinhamento das OE com as outras esferas), estadual (JEESP) e federal (JEJ).

Ao desvelar o modelo de esporte ideal, torna-se nítido que a questão educacional sobrevive por não haver condições exclusivas para o alto rendimento. Assim, os critérios de seleção e os procedimentos utilizados pela maioria dos professores, assume a vertente técnica em detrimento da concepção educacional.

Nesta direção, o perfil de formação e concepção esportiva dos professores-técnicos converge para os objetivos do esporte escolar em detectar talentos e formá-los esportivamente – Programa Atleta na Escola – conforme regulamenta o Decreto n. 7.984/13.

Oposto ao perfil dominante, apenas dois professores negam a responsabilidade de detectar talentos e formá-los esportivamente, afirmando que a prioridade da escola e do professor de Educação Física é formar os escolares para a cidadania, conscientes de seus direitos e deveres, ressaltando que o esporte praticado na escola é um meio de ensino, tendo como função socializar e integrar as crianças.

Apesar da predominância da proposição de um modelo de esporte escolar voltado para o rendimento, emergiram outras duas propostas de modelos esportivos. O segundo modelo, proposto por cinco professores, pauta-se nos princípios socioeducativos do esporte educacional, sugerindo melhorias de infraestrutura e modificações no regulamento das OE. Além disso, propõe um currículo esportivo integrado ao Projeto Político Pedagógico da escola elaborado e discutido pelos pares, considerando como cerne os aspectos pedagógicos e educacionais que envolvem o ensino do esporte no contexto escolar.

E por fim, o terceiro modelo, proposto por seis professores, além das sugestões elencadas no segundo modelo, propõe mudanças de concepções e apontam para a quebra de paradigma entre o esporte educacional e esporte de rendimento no contexto escolar, sugerindo a coexistência de ambos os modelos, objetivando a possibilidade de formação esportiva integral dos alunos, porém não indicam como este modelo poderia funcionar na prática.

Nesta perspectiva, encontram-se na literatura propostas práticas fundamentadas na pedagogia do esporte que desenvolvem estudos sobre concepção, princípios socioeducativos, metodologia, estratégias de ensino, complexidade de jogo, pensamento sistêmico etc. Como exemplo, Reverdito, Scaglia e Paes (2009) apresentam um quadro teórico resultante do estudo conceitual sobre as principais abordagens da pedagogia do esporte:

Quadro 31 – Principais Abordagens da Pedagogia do Esporte

Autores e Obras	Caracterização	Estratégia- Metodologia	Fundamentação
Paes (2001); Balbino (2001)	Pedagogia; formação crítica e consciente; diversidade; inclusão; cooperação; autonomia; movimento humano; inteligências múltiplas; aspectos psicológicos; princípios filosóficos; aprendizagem social.	Complexidade do jogo; jogar; jogo possível; ambiente fascinante.	Pensamento sistêmico; construtivismo; teoria das inteligências múltiplas; capacidades potenciais; totalidade.
Scaglia (1999, 2003); Freire (2003)	Princípios pedagógicos; sujeito; motivações intrínsecas; humanidade; ensinar; autonomia e criticidade; cultura corporal; diversidade.	Jogo; compreensão do jogo; capacidade tática (cognitiva); especificidade técnica (motora específica); jogos e brincadeiras populares; cultura infantil; jogo-trabalho.	Abordagens interacionista; pensamento sistêmico-complexo; teoria do jogo; produções culturais;
Garganta (1995); Graça (1995)	Jogo; formativo; cooperação; inteligência; cultura esportiva; natureza aberta das habilidades; equipe; conhecimentos em pedagogia.	Garganta (1995): jogos condicionados; unidades funcionais; compreensão do jogo; especificidade técnica; princípios comuns nos jogos; formas jogadas acessíveis. Graça (1995): habilidades básicas; capacidade de jogo; atividades simplificadas e modificadas; formas de jogos; transferibilidade; caráter multidimensional.	Teoria dos jogos desportivos coletivos; abordagem fenômeno estrutural; prática transferível; sistêmica; compreensão; totalidade complexa.
Kröger e Roth (2002)	Ação pedagógica; cultura do jogar; escola da bola; universal a todos os esportes.	Jogos coletivos; jogos situacionais; aprendizagem incidental; capacidade de jogo; capacidades coordenativas; determinantes da motricidade; habilidades; construção de movimentos.	Ciências biológicas e pedagógicas; teorias de controle e aprendizagem motora; psicologia geral e cognitiva; aprendizagem formal e incidental.
Greco e Benda (1998); Greco (1998).	Iniciação esportiva universal; aprendizagem incidental; capacidades coordenativas.	Capacidades coordenativas; aprendizagem motora; treinamento da técnica; capacidade de jogo; treinamento tático;	

		jogos funcionais e situacionais; determinantes da motricidade.	
--	--	---	--

Fonte: Revertido, Scaglia e Paes (2009, p. 606).

7 CONCLUSÃO

O estudo objetivou investigar qual é o perfil de formação curricular e a concepção esportiva dos professores-técnicos finalistas das Olimpíadas Estudantis (2014) do município de São Paulo. Para responder esta problemática, houve a necessidade de elencar mais três objetivos específicos para estabelecer relações e compreender se há coerência entre as partes estudadas, sendo os seguintes: a) análise documental (DCNs, LDB, PCNs, Decreto n. 7.984/13, programas esportivos Mais Educação e Atleta na Escola) e revisão de literatura sobre o esporte no contexto educacional; b) caracterização do perfil de formação curricular dos professores-técnicos; c) descrição do perfil da concepção esportiva dos professores-técnicos.

Diante dos objetivos apresentados e da análise documental, bibliográfica, da revisão de literatura e dos 37 professores-técnicos participantes da pesquisa, constatou-se que o perfil estudado possui formação curricular predominante sob a vigência das Resoluções CFE n. 69/69 e 03/87, com exceção de quatro participantes formados sob a vigência das atuais DCNs com a formação de bacharelado subsequente à licenciatura. A complexidade do tema abordado pelo estudo, não permitiu comparar o perfil de formação de professores restritamente licenciados sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 por não haver este perfil na composição do grupo de professores analisados nas respectivas Fases: Regional e Municipal das OE.

O estudo permite afirmar que as mudanças curriculares ocorridas pelas atuais DCNs sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 reduziram o conhecimento técnico-instrumental e didático-pedagógico para atuar com o esporte de rendimento no contexto escolar do perfil de formação do licenciado em Educação Física. Por outro lado, o Decreto n. 7.984/13, ao criar a categoria de esporte escolar promovida pelo Programa Atleta na Escola (MEC/ME, 2013), exige competências específicas do professor de Educação Física escolar para atuar como técnico esportivo, atribuindo à responsabilidade de detectar talentos e formá-los esportivamente.

Em relação à ausência do perfil de professores com formação restrita em licenciatura sob a vigência das atuais DCNs do curso de Educação Física, reflete-se sobre a existência de três motivos principais opostos a desvelação do estudo que podem estar ou não associados: 1) desinteresse em participar das OE devido à formação específica em licenciatura para atuar somente nas aulas regulares de Educação Física, na educação básica; 2) falta de competência técnico-instrumental e didático-pedagógica para atuar como técnico nas competições escolares e avançar nas fases finais das OE; 3) ausência de professores restritamente licenciados

formados sob a vigência das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 para integrar a análise do quadro de professores finalistas das Fases Regional e Municipal das OE (2014).

Portanto, ao estabelecer relações e compreender se há coerência entre as partes estudadas, conclui-se que o perfil de formação e concepção esportiva predominante dos professores-técnicos da OE da SME/SP está coerente com o esporte escolar de rendimento do Programa Atleta na Escola e as OE e/ou Jogos Escolares, conforme a regulamentação do Decreto n. 7.984/13, e ao mesmo tempo, está incoerente com a LDB, os PCNs, o Programa Mais Educação e as DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02) que orientam as IES a definirem o perfil de formação do curso de licenciatura em Educação Física para atuar somente com o esporte educacional.

7.1 Considerações Finais

Neste impasse, entre esporte educacional e esporte escolar de rendimento, as DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 - regulamentadas pelo MEC) que orientam as IES a definirem o perfil de formação curricular do curso de licenciatura em Educação Física, ignoram no perfil de formação docente a competência para atuar com o esporte escolar de rendimento direcionado para a detecção de talento e formação esportiva, e ao mesmo tempo de forma conflitante, a legislação esportiva ao criar a categoria de esporte escolar (regulamentada pelo Decreto n. 7.984/13), o desenvolvimento do Programa Atleta na Escola e das OE e/ou Jogos Escolares (em suas diferentes esferas) promovidos pelo MEC/ME, deprecia a disciplina da Educação Física como componente curricular obrigatório da educação básica enquanto formadora da cultura corporal, exigindo do professor competência para detectar talentos e formá-los esportivamente.

Do ponto de vista do professor de Educação Física enquanto especialista da educação básica, as formações anteriores às atuais DCNs (Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02) são deficitárias para atuar com o esporte na perspectiva educacional conforme recomenda os PCNs e a LDB, evidenciando que a maioria dos professores do grupo estudado possui aptidão para ser técnico esportivo. Por outro lado, a formação curricular e a concepção esportiva dos professores-técnicos revelou coerência entre o perfil desejado pelo ME (Decreto n. 7.984/13), os objetivos do Programa Atleta na Escola e das OE e/ou Jogos Escolares em desenvolver o esporte escolar de rendimento. Porém, as novas DCNs não respondem a este perfil, a não ser os professores que fizeram formação de bacharelado subsequente à licenciatura.

A reflexão sobre o tema esportivo no contexto escolar demanda novos estudos para investigar quais são os motivos da presença/ausência do perfil de formação específico em licenciatura sob a vigência das atuais DCNs nas fases classificatórias que antecedem as finais das Fases Regional e Municipal das OE. Outra sugestão é investigar o perfil de formação e concepção esportiva dos professores-técnicos de outros municípios brasileiros que participam dos Jogos Escolares na esfera estadual (JEESP) e nacional (JEJ).

Futuramente, torna-se incerto o impacto da retirada do perfil desejado pelo ME de formação e concepção esportiva escolar de rendimento no contexto escolar e dos Jogos Escolares. Ademais, esta pesquisa permite apenas confirmar no contexto estudado, a ausência de professores licenciados com o perfil de formação restrito das Resoluções CNE/CP n. 01 e 02/02 e a prevalência de professores com o perfil de formação e concepção esportiva para atuar com o esporte escolar de rendimento.

Desta forma, a análise do perfil dos professores que atuam como técnicos nas OE do município de São Paulo evidenciou informações relevantes para trabalhar com o esporte escolar de rendimento, e de certo modo, carência em relação à concepção educacional, procedimentos e critérios de seleção pedagógico-educacionais para escolher os alunos que compõe as equipes participantes das OE, uma vez que os objetivos estão voltados para o desempenho esportivo.

Portanto, o estudo não teve a pretensão de definir um rol de competências que identifiquem ou indiquem um perfil de formação e concepção esportiva ideal, a relevância do estudo está em dialogar – com a comunidade acadêmico-científica, os representantes das IES, do MEC, do ME, do sistema CREF/CONFED e profissionais de Educação Física (licenciados e bacharéis) – a refletirem sobre as possibilidades de oferecer um perfil de formação qualificado que seja capaz de suprir as exigências do mercado de trabalho e do preparo profissional coerente com a formação oferecida e a prática esperada através de conhecimentos, competências e habilidades que fundamentam a atuação profissional para trabalhar com o esporte no âmbito escolar em diferentes contextos: na educação básica através de aulas regulares de Educação Física escolar, nos projetos esportivos educacionais e/ou de rendimento desenvolvidos no contraturno escolar, nas OE e nos Jogos Escolares.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNADJER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ARANTES, A.; MARTINS, F.; SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: reconstrução histórica. **Motricidade**, Portugal, v. 8, n.s. 2, p. 916-924, 2012.
- AZEVEDO, C. A. M. **A escola como oficina de humanidade**: o contributo do desporto escolar. 2010. 97f. Dissertação (Desporto de Crianças e Jovens) – Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2012.
- BALBINO, H. F. **Pedagogia do treinamento**: método, procedimentos pedagógicos e as múltiplas competências do técnico nos jogos desportivos coletivos. 2005. 288f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BARBIERE, C. A. S. Educação pelo esporte: algumas considerações para a realização dos Jogos do Esporte Educacional. **Movimento**, ano 5, n. 11, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edição revista e ampliada. 1 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. M. C. Educação física e esporte: profissões? **Kinesis**, n. 11, p. 5-16, 1993.
- BENITES, L.; SOUZA NETO, S.; HUNGER, D. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de educação física. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 343-360, ago., 2008.
- BENTO, J. O. **Desporto e Humanismo** - o campo do possível. Ed UERJ, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. **Desporto**: discurso e substância. Porto: Campo das Letras, 2004.
- BENTO, J. O.; GARCIA, R.; GRAÇA, A. **Contextos da pedagogia do desporto**: perspectivas e problemáticas. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- BETTI, M. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Editora Movimento, 1991.
- _____. Sociologia da Educação Física e esporte no Brasil: passado, presente e futuro. In: REZENDE, H. G. (Org.). **Educação física e esporte**: ensaios e perspectivas. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Física, Universidade Gama Filho, 1994.
- _____. **Janela de vidro: Esporte, televisão e educação física**. 1997. 290f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- BÖHME, M. T. S. O treinamento a longo prazo e o processo de detecção, seleção e promoção de talentos esportivos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 21, p. 4-10, jan./maio, 2000.

_____. O tema talento esportivo na ciência do esporte. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**, v. 15 n. 1, p. 119-126, 2007.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRACHT, V. A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 7, n. 2, jan., 1986.

_____. A Educação Física escolar como campo de vivência social. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 23-39, maio, 1988.

_____. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 1, n. 0, p. 28-33, 1989.

_____. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre, Magister, 1992.

_____. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Revista Brasileira de Ciências e Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio, 2003.

_____. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Rio Grande do Sul. Unijuí, 4ª ed., 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de abril de 1939. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75638&norma=102408>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Decreto-Lei n. 1.212**, de 17 de abril de 1939. Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de abril de 1939. Seção 1, p. 97. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=7238&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. **Decreto n. 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de março de 2011. Seção 1, p. 7453. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acesso em: 05 set. 2013.

_____. **Decreto-Lei n. 8.270**, de 3 de dezembro de 1945. Altera disposições do Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de dezembro de 1945. Seção 1, p. 18245. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8270-3-dezembro-1945-457382-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 de nov. 2013.

_____. **Decreto n. 66.967**, de 27 de julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de agosto de 1970. Seção 1, p. 5771. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=180849&norma=197342>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. **Decreto n. 69.450**, de 01 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>. Acesso em: 15 de jul. 2014.

_____. **Decreto n. 80.228**, de 25 de agosto de 1977. Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de agosto de 2011. Seção 1, p. 11280. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D80228.htm>. Acesso em: 07 set. 2013.

_____. **Decreto n. 81.454**, de 17 de março de 1978. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de março de 1978. Seção 1, p. 3970. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=195941&norma=210169>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Decreto n. 99.187**, de 17 de março de 1990. Delega competência ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, aos titulares das Secretarias da Presidência da República e ao Consultor-Geral da República. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de março de 1990. Seção 1, p. 5617. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=111212&norma=133854>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. **Decreto n. 306**, de 12 de julho de 2007. Aprova o texto da Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de outubro de 2007. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=235288&norma=256256&anexos=>>>. Acesso em: 25 set. 2013.

_____. **Decreto n. 6.180**, de 03 de agosto de 2007. Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de agosto de 2007. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6180.htm>. Acesso em: 25 out. 2013.

_____. **Decreto n. 6.795**, de 16 de março de 2009. Regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o controle das condições de segurança dos estádios desportivos. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D6795.htm>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. **Decreto n. 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. **Decreto n. 7.984**, de 8 de abril de 2013. Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de

2013. Seção 1, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7984.htm>. Acesso em: 15 de abr. 2013.

_____. **Medida Provisória n. 813**, de 01 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 01 de janeiro de 1995. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=118474&norma=140604>>. Acesso em 22 ago. 2013.

_____. **Medida Provisória n. 962**, de 30 de março de 1995. Dispõe sobre a organização da Presidência da, no uso República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de março de 1995. Seção 1, p. 4584. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=119049&norma=141119>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. **Ministério do Esporte**: balanço de gestão: 2003/2010. (Coord. DAMIANI, Cássia). Brasília: Ministério do Esporte, 2012.

_____. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 20 de dezembro de 1961. Disponível em: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatuizada-pl.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2013.

_____. **Lei n. 5.962**, de 11 de agosto de 1971, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. **Lei n. 6.251**, de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de março de 2011. Seção 1, p. 13460. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1970-1979/L6251.htm>. Acesso em: 06 set. 2013.

_____. **Lei nº 6.354**, de 2 de Setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de setembro de 1976. Seção, p. 11687. Acesso em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6354-2-setembro-1976-357010-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. **Lei n. 8.672**, de 6 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de julho de 1993. Seção 1, p. 9379. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-publicacaooriginal-1-pl.htm>>. Acesso: 08 set. 2013.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Lei n. 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União, 25 de março de 1998. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acesso em: 17 nov. 2013.

_____. **Lei n. 9.696**, de 1 setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de setembro de 1998. Seção 1, p. 13. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/09/1998&jornal=1&pagina=13&totalArquivos=80>>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. **Lei n. 10.264**, de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de julho de 2001. Seção 1, p. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm>. Acesso em: 16 ago. 2013.

_____. **Lei n. 10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. **Lei n. 10.672**, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2003. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. **Lei n. 10.793**, de 01 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de dezembro de 2003. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.793.htm>. Acesso em: 19 ago. 2013.

_____. **Lei n. 10.891**, de 09 de Julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de julho de 2004. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L10.891.htm>. Acesso em: 01 set. 2013.

_____. **Lei n. 11.345**, de 14 de setembro de 2006. Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de setembro de 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11345.htm>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. **Lei n. 11.438**, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de dezembro de 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. **Lei n. 12.299**, de 27 julho de 2010. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas; altera a Lei nº 10.671, de 15 de

maio de 2003; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de julho de 2010. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12299.htm>. Acesso em: 26 set. 2013.

_____. **Lei n. 12.395**, de 16 de março de 2011. Altera as Leis n^{os} 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n^o 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de março de 2011. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Parecer CFE n. 292**, de 14 de novembro de 1962. Fixa a parte pedagógica dos currículos mínimos relativos aos cursos de licenciatura. Relator: Valnir Chagas. Documenta, n. 10, 1962, p. 95-101.

_____. **Parecer CFE n. 298**, de 17 de novembro de 1962. Fixa o currículo mínimo e determina a duração dos cursos Superior de Educação Física e de Técnica Desportiva. Relator: Clóvis Salgado. Documenta n. 10, 1962, p. 50-54.

_____. **Parecer CFE n. 672**, de 04 de setembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdos e duração a serem destinados à formação pedagógica nos cursos de licenciatura. Relator: Valnir Chagas. Documenta n. 105, 1969, p. 116-119.

_____. **Parecer CFE n. 894**, de 02 de novembro de 1969. Apresentação das matérias curriculares e integração de currículo dos cursos de Educação Física e Técnico de Desportos. Relatores: Rubens Maciel; Mariano Rocha; José Milano. Documenta n. 109, 1969, p. 152-157.

_____. **Parecer CFE n. 215**, de 11 de março de 1987. Reestruturação dos cursos de graduação em Educação Física, sua nova caracterização, mínimos de duração e conteúdo. Relator: Mauro Costa Rodrigues. Documenta n. 315, 1987, p. 156-185.

_____. **Parecer CNE/CP n. 09**, de 08 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CP n. 27**, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/027.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CP n. 28**, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CES n. 58**, de 18 de fevereiro de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces058_04.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CES n. 08**, de 31 de janeiro de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/pces008_07.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CES n. 142**, de 14 de junho de 2007. Alteração do § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces142_07.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CES n. 213**, de 09 de outubro de 2008. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/75/parecer_213_2008.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Parecer CNE/CP n. 02**, de 10 de fevereiro de 2009. Recurso contra a decisão do Parecer CNE/CES nº 213/2008, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/pcp002_09.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2013.

_____. **Portaria Interministerial n. 3.497**, de 24 de novembro de 2003. Institui o Programa Segundo Tempo. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundoTempo/legislacao/portariaInterministerial.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. **Portaria Interministerial n. 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf>. Acesso em: 17 out. 2014.

_____. **Resolução CFE n. 69**, de 06 de novembro de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização. Brasília: MEC, 1969.

_____. **Resolução CFE n. 03**, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Diário Oficial da União, Brasília, 10 de setembro de 1987. Seção 1, n. 172. Disponível em: <http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CP n. 01**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CP n. 02**, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CES n. 07**, de 18 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de abril de 2004. Seção 1, p. 18-19. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CES n. 07**, de 04 de outubro de 2007. Altera o § 3º do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 7/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2007. Seção 1, p. 49. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces007_07.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2013.

_____. **Resolução CNE/CES n. 04**, de 06 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de abril de 2009. Seção 1, p. 27. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rces004_09.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2013.

_____. **Resolução CD/FNDE n. 11**, de maio de 2007. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, que tenham a partir de 10 (dez) estudantes na faixa etária de 12 a 17 anos matriculados no ensino fundamental e/ou médio, a fim de favorecer a disseminação da prática esportiva e o desenvolvimento de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes, numa perspectiva de formação educativa integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos, no âmbito do Programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000011&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 11 de out. 2013.

_____. **Resolução CD/FNDE n. 11**, 07 de maio de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, que tenham a partir de 10 (dez) estudantes na faixa etária de 12 a 17 anos matriculados no ensino fundamental e/ou médio, a fim de favorecer a disseminação da prática esportiva e o desenvolvimento de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes, numa perspectiva de formação educativa integral que concorra para a elevação do desempenho escolar e esportivo dos alunos, no âmbito do Programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo>

[=RES&num_ato=00000011&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>](#). Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Resolução SE n. 02**, de 14 de janeiro de 2014. Dispõe sobre Atividades Curriculares Desportivas nas unidades escolares da rede pública estadual. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de janeiro de 2014. Seção 1, p. 45. Disponível em: http://www.dersv.com/RES_SE_2_14_ACD.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE n. 4**, de 31 de março de 2014. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados no ensino fundamental e médio registrados no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do Mais Cultura nas Escolas, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador. Disponível em: http://www.educacao.ma.gov.br/Documentos/resolucao_n4_de_31-03-2014_mais%20cultura.pdf. Acesso em: 20 ago. 2014.

CARONE SOARES, F. **Realidade da Olimpíada Colegial do Estado de São Paulo (OCESP) em relação ao discurso presente na Educação Física acerca da competição escolar**: estudo da região leste de Campinas. 2010. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papyrus, 1988.

CESANA, J. **Práticas corporais alternativas e educação física**: entre a formação e a intervenção. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CHAVES, A. D. **O esporte educacional como meio da Educação Física escolar**. 2006. 101f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade Humana) – Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.

CUNHA JUNIOR, C.F.F. Uma história da relação entre saúde e educação física na educação brasileira. **HU Revista**, v. 35, n. 3, p. 227-234, jul./set., 2009.

DACOSTA, L. P. **Atlas do Esporte no Brasil**: atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Associada, 2005. Disponível em: <http://www.confef.org.br/arquivos/atlas/atlas.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2014.

DRIGO, A. J. **O judô do modelo artesanal ao modelo científico**: um estudo sobre as lutas, formação profissional e construção do Habitus. 2007. 250f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. Lutas e escolas de ofício: analisando o judô brasileiro. **Motriz**, Rio Claro, n. 2, v.15, p. 396-406, abr./jun., 2009.

- DRIGO, A. J.; CESANA, J. Processo de reestruturação produtiva e econômica, da formação artesanal à industrial e a construção das profissões: recortes com a Educação Física brasileira, artesanato e profissão. **Revista Educação Skepsis**. São Paulo vol. 3, n. 2, p. 1778-1819, jan./jul., 2011.
- ELIAS, N; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.
- FLICK, U. **Uma introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FRANCO, M. L. P. B. **O que é análise de conteúdo**. São Paulo: PUC, 1986.
- FREIDSON, E. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, ano 11, p 141-154, 1996.
- FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- FREIRE, J. B. **Pedagogia do Futebol**. Londrina: Ed. Midiograf, 1998.
- GAYA, A. Adolescentes com níveis superiores de desempenho motor. **Revista Perfil**, Porto Alegre, v. 7, n.8, p. 26-29, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRECO, P. J. **Iniciação esportiva universal**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- GROSSER, M.; BRÜGGEMANN, P.; ZINTL, F. **Alto rendimento deportivo: planificación y desarrollo**. Barcelona: Martinez Roca, 1989.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira**. São Paulo: Loyola, 1989.
- GUTTMANN, A. **From ritual to record: the nature of modern sports**. New York: Columbia University, 1979.
- HAHN, E. **Entrenamiento com niños**. Barcelona: Martinez Roca, 1988.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1980 (original de 1938).
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=355030&idtema=117&search=sao-paulolsao-paulolensino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2012>>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- JEJ. **Manual dos Jogos Escolares da Juventude**. Regulamento Geral 12 a 14 anos. COB, 2014. Disponível em:

<<http://jogos escolares.cob.org.br/uploads/midias/optimized/2014/12/18/cBvmtwYLVf2Qn7dFpHab596e6.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

JEESP. **Manual dos Jogos Escolares do Estado de São Paulo**. G-CEL/CGEB/G-SDPcD/G-SDECTI, 2014. Disponível em: <<http://www.jeesp.org.br/arquivos/regulamento-jeesp-2014.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

LINHARES, M. L. Políticas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, E. S.; VAGO, T. M. (Org.). **Trilhas e partilha: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Cultura, 1997, p. 219-229.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MARCHI JR., W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. In: PRONI, M. W.; LUCENA, R. F. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-111.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, A. Desporto do futuro. O futuro do desporto. In: GARGANTA, J. (Ed). **Horizontes e órbitas no treino dos jogos desportivos**. Porto: CEJD, FCDEEF-UP, 2000. p. 7-20.

MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um estudo heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242, set./dez., 2007.

MATIAS, W. B; ATHAYDE, P. F.; HÚGARO, E. M.; MASCARENHAS, F. A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 95-110, jan./mar., 2015.

MATSUDO, V. K. R. Detecção de talentos. In: Ghorayeb N, Barros T (Organizadores). O Exercício. **Preparação fisiológica, avaliação médica: aspectos especiais e preventivos**. São Paulo: Editora Atheneu, 1999.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e "mente"**. Campinas, Papirus, 1983.

MOLINA, R. M. K. O enfoque teórico metodológico qualitativo e do estudo de caso. In: TRIVIÑOS, A. N. S. (Org) [et al]. **A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas**. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

MONTAGNER, P. C; SILVA, C. C. O. Reflexões acerca do treinamento a longo prazo e seleção de talentos através “peneiras” no futebol. **Revista Brasileira de Ciências Esporte**, Campinas, v. 24, n. 2, p. 187-200, jan., 2003.

OE. Cartilha do Professor - V Olimpíadas Estudantis. **FEDEESP**, 2011. Disponível em: <http://www.fedeesp.org.br/2011/arquivos/cartilha_do_professor_-_v_olimpiadas_estudantis.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____. Cartilha do Professor - VI Olimpíadas Estudantis. **FEDEESP**, 2012. Disponível em: <http://www.oe.org.br/2013/oe/arquivos/apresentacao_-_reuniao_de_organizacao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

OLIVEIRA, V. M. de. **O que é educação física**. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PERES, L.; LOVISOLO, H. Formação esportiva: teoria e visões do atleta de elite no Brasil. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 211-218, jul./dez., 2006.

RANGEL-BETTI, I. C.; BETTI, M. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. **Motriz**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 10-11, jun., 1996.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, J. S.; SILVA, S. A. S.; GOMES, T. M. R.; PESUTO, C. L.; BACCARELLI, W. Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola. **Pensar a Prática**, v. 11, n. 1, p. 37-45, jan./jul., 2008.

REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, J. S.; PAES, R. Pedagogia do esporte: panorama e análise conceitual das principais abordagens. **Motriz**, v. 15, n. 3, p. 600-610, jul./set., 2009.

SÃO PAULO (Cidade). **Decreto SME n. 52.342**, de 26 de maio de 2011. Institui o Programa Ampliar nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino. Diário Oficial, São Paulo, SP, 27 de maio de 2011, p. 1. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=27052011D%20523420000>. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. (Cidade). **Decreto SME n. 54.452**, de 10 de outubro de 2013. Institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino – Mais Educação São Paulo. Diário Oficial, São Paulo, SP, 11 de outubro de 2013, p. 1. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=11102013D%20544520000>. Acesso em: 06 jan. 2014.

_____. (Cidade). **Portaria Intersecretarial SME/SEME n. 4/09**, de 15 de abril de 2009. Dispõe sobre as “Olimpíadas Estudantis da Rede Municipal de Ensino” e dá outras providências Os Secretários Municipais de Educação e de Esporte, Lazer e Recreação. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=16042009PI000042009SME>. Acesso em: 22 de fev. 2014.

_____. (Cidade). **Portaria Intersecretarial SME/SEME n. 05**, de 16 de abril de 2011. Secretaria Municipal de Educação. Dispõe sobre as “Olimpíadas Estudantis”, institui o “II INTERCEUS” e as “II Paraolimpíadas Estudantis” da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Diário Oficial, São Paulo, SP, 17 de maio de 2011, p. 33. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=17052011PI000052011SME>. Acesso em: 20 out. 2013.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 2.419**, de 15 de abril de 2009. Institui o Programa “Incentivo ao Esporte Escolar” nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental – EMEIs e de Ensino Fundamental e Médio – EMEFMs da Rede Municipal de Ensino. Diário Oficial, São Paulo, SP, 16 de abril de 2009, p. 17. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=16042009P%20024192009SME>. Acesso em: 09 set. 2013.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 5.218/11**. Realização de um acompanhamento sistemático da implantação e implementação, nas Escolas Municipais de São Paulo, dos Planos do Programa de Desenvolvimento da Escola - PDE Escola. Acesso em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=26102011P%20052182011SME>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 5.360**, de 04 de novembro de 2011. Reorganiza o programa “ampliar” instituído pelo decreto n.º 52.342, de 26 de maio de 2011 da rede de municipal de ensino e dá outras providências. Diário Oficial, São Paulo, SP, 05 de maio de 2011, p. 15. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=05112011P%20053602011SME>. Acesso em: 15 out. 2013.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 5.930**, de 14 de outubro de 2013. Regulamenta o Decreto n.º 54.452, de 10/10/13, que institui, na Secretaria Municipal de Educação, o Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo- “Mais Educação São Paulo”. Diário Oficial, São Paulo, SP, 15 de outubro de 2013, p. 13. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=15102013P%20059302013SME>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 1.486**, de 21 de fevereiro de 2014. Constituído o Comitê de Análise e Aprovação para implantação/implementação dos Programas - PDDE, - PDE, Programa Mais Educação, Atleta na Escola, Escola Acessível, Escola Sustentável. Diário Oficial, São Paulo, SP, 22 de fevereiro de 2014, p. 13. Disponível em:

<http://www.sinesp.org.br/index.php?view=article&catid=58%3Aportarias&id=11565%3Aportaria-no-1486-de-21-de-fevereiro-de-2014-constituído-o-comite-de-analise-e-aprovacao-para-implantacaoimplementacao-dos-programas-pdde-pde-programa-mais-educacao-atleta-na-escola-escola-acessivel-escola-sustentavel&format=pdf&option=com_content&Itemid=202>. Acesso em: 09 set. 2014.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 2.761**, de 30 de abril de 2014. Dispõe sobre a adesão das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo aos programas educacionais de âmbito federal, sob a égide do “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”, que integrarão o “Programa Mais Educação – São Paulo”, instituído pelo Decreto n.º 54.452, de 10/10/13, e dá outras providências. Diário Oficial, São Paulo, SP, 01 de abril de 2014, p. 17. Disponível em:

<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=01052014P%20027612014SME>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 3.430**, de 17 de junho de 2014. Altera a Portaria n. 1.486/14, que dispõe sobre a formação do Comitê Municipal de Análise e aprovação dos Programas de Âmbito Federal sob a égide do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, dentre eles, o PDE Escola, Programa Mais Educação – MEC, Atleta na Escola, Escola Acessível, Escola Sustentável, e dá outras providências. Diário Oficial, São Paulo, SP, 18 de junho de 2014, p. 7. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=18062014P%20034302014SME>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. (Cidade). **Portaria SME n. 3.617**, de 01 de Julho de 2014. Altera a Portaria nº 2.761, de 30/04/14, que dispõe sobre a adesão das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Paulo aos programas educacionais de âmbito federal, sob a égide do “Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE”, que integrarão o “Programa Mais Educação – São Paulo”, instituído pelo Decreto nº 54.452, de 10/10/13, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.sinpeem.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=7989&friurl=-Portaria-no-3617-DOC-de-02072014-pagina-20-#.Va2zfflViko>. Acesso em: 20 jan. 2014.

_____. (Cidade). **Secretaria Municipal de Educação**. Quantidade de escolas da rede municipal. Disponível em: <<http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/AnonimoSistema/BannerTexto.aspx?MenuBannerID=22>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Lei n. 15.993**, de 17 de abril de 2014. Institui as Olimpíadas Estudantis na Rede Municipal de Ensino no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=18042014L%20159930000>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SCAGLIA, J. A.; MEDEIROS, M.; SADI, R. S. Competições Pedagógicas e Festivais Esportivos. **Revista virtual EFArtigo**, Natal/RN, v. 03 n 23, abr. 2006. Disponível em: <<http://efartigos.atspace.org/esportes/artigo68.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C.; SOUZA, A. J. Pedagogia da competição em esportes: da teoria à busca de uma proposta prática escolar. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 20-30, 2001.

SILVA, A. B. R. **Análise do processo de treinamento dos esportes coletivos em equipes escolares**. 2013. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Viçosa, Belo Horizonte, 2013.

SOARES, C. L. **Educação Física: Raízes Europeias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOUZA, C. E. **A política nacional de esporte no Brasil contemporâneo como estratégia para educar o consenso**. Juiz de Fora, 2011. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA NETO, S.; ALEGRE, A. N.; HUNGER, D.; PEREIRA, J. M. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal

no século XX. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan., 2004.

TAFFAREL, C. Z. **Do esporte escolar ao esporte olímpico**. Crônicas esportivas, n. 20, 1 de set. 2012. Disponível em: <<http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br/ver.php?idtexto=927>>. Acesso em: 24 de mar. 2013.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 5-24, jan./abr., 2000.

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

TUBINO, M. J. G. **Teoria geral do esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.

TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

_____. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

TURPIN, J. A. P. **La competición en el ámbito escolar: um programa de intervención social**. 2002. 276f. Tesis (Doctorado Educación) Facultad de Educación – Departamento de Didáctica General y Didáticas Específicas – Universidade de Alicante, Alicante, 2002.

UNESPORTE Escolar. **Olimpíadas Estudantis**. São Paulo: Porto das Letras, 2010. Disponível em: <http://www.fedeesp.org.br/2011/arquivos/revista-unesporte-escolar-n01.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

VENUTO, A. A Astrologia como Campo Profissional em Formação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 4, p. 761-801, 1999.

WEINECK, J. **Treinamento ideal**. São Paulo: Manole, 1999.